

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM  
HISTÓRIA

CRISTIAN GOMES LIMA

**MUNICÍPIO DE MURIAHÉ NA DÉCADA DE 1870:  
ESTRUTURA E CONJUNTURA A PARTIR DO  
RECENSEAMENTO DE 1872**

NITERÓI

2023

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE E PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

LINHA DE PESQUISA:  
SOCIEDADE, MOVIMENTOS POPULACIONAIS E DE CULTURAS

**MUNICÍPIO DE MURIAHÉ NA DÉCADA DE 1870:  
ESTRUTURA E CONJUNTURA A PARTIR DO RECENSEAMENTO DE 1872**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Professora Dra. Vitória Fernanda Schettini

NITERÓI  
2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Lima, Cristian Gomes.

L732 Município de Muriaé na década de 1870: estrutura e conjuntura a partir do recenseamento de 1872. / Cristian Gomes Lima. -- Niterói, RJ, 2023.

xiii, 14-200p.; il., color., graf., maps.

Numeração da publicação: [i] – xiii, 14-200p].

Referência(s): P. 173-185.

Anexo(s): P. 186-200.

Orientadora: PhD. Vitória Fernanda Schettini.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2023.

1. Brasil – Censo, 1872 – Zona da Mata (MG : Mesoregião). 2. Brasil – Censo, 1872 – Murihaé (MG). 3. Brasil – População - Estatísticas. I. TÍTULO.

CDD 318.153

Elaborado pela Biblioteca Universo Niterói, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

**CRISTIAN GOMES LIMA**

**“MUNICÍPIO DE MURIAHÉ NA DÉCADA DE 1870:  
ESTRUTURA E CONJUNTURA A PARTIR DO RECENSEAMENTO DE 1872.”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 08 de novembro de 2023 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Documento assinado digitalmente

VITORIA FERNANDA SCHETTINI

Data: 13/11/2023 16:32:26-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof.ª Dr.ª Vitória Fernanda Schettini**

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Documento assinado digitalmente

RAFAEL MARTINS DE OLIVEIRA LAGUARDIA

Data: 11/11/2023 20:58:26-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof. Dr. Rafael Martins de Oliveira Laguardia**

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

---

**Prof.ª Dr.ª Ana Silvia Volpi Scott**

Professora do Departamento de Demografia/ FCH Unicamp

## Resumo

Esta investigação empenhou-se em problematizar o Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 em todo seu processo de planejamento, produção, finalização, publicação, revisão e interpretação, bem como buscou demonstrar as mais variadas possibilidades investigativas por ele proporcionadas. Para isso, uma conjuntura sob o ponto de vista do perfil da população do município de Muriahé foi reconstituída a partir da análise e sistematização das suas informações publicadas em 1876 pela Diretoria Geral de Estatística do Império em diálogo com outras fontes, especialmente os Almanaks da Província, inventários, listas de votantes e matrículas de escravos. O trabalho consegue demonstrar, igualmente, a estrutura administrativa municipal como um conjunto de paróquias capitaneadas pela sua freguesia sede e que, na década de 1870, essa área estava marcada por uma economia agrária em franco crescimento e se configurava com uma população de coloração bastante escurecida devido aos percentuais de pretos e pardos figurarem acima de 50% do total, embora os indicadores de brancos não fossem nada desprezíveis. Observa-se, ainda, que o município possuía uma estrutura etária jovem juntamente com um relativo equilíbrio de sexo, levemente aumentado para o lado masculino. Além disso, consegue-se perceber que havia, na área estudada, uma prevalência quantitativa de população livre e pobre, bem como ser analfabeta a maioria de seus habitantes, excetuando-se uma pequena elite. Enfim, tem-se aqui o retrato da estrutura, conjuntura e dinâmica de um município da Zona da Mata mineira na década de 1870.

**Palavras-chave:** Censo de 1872, Zona da Mata mineira, Muriahé, População, Estrutura, Conjuntura.

## Abstract

This investigation endeavored to problematize the General Census of the Empire of Brazil of 1872 throughout its planning, production, finalization, publication, revision and interpretation process, as well as seeking to demonstrate the most varied investigative possibilities provided by it. For this, a conjuncture from the point of view of the profile of the population of the municipality of Muriahé was reconstituted from the analysis and systematization of its information published in 1876 by the General Directorate of Statistics of the Empire in dialogue with other sources, especially the Almanaks of the Province, inventories, voter lists and slave registrations. In the end, the work manages to demonstrate the municipal administrative structure as a set of parishes led by their main parish. It demonstrates that in the 1870s this area was marked by an agrarian economy in full growth and it was configured with a population of quite dark coloration due to the percentages of blacks and browns appearing above 50% of the total, although the indicators of whites were nothing despicable. With this work, it is observed that the municipality had a young age structure along with a relative gender balance, slightly increased for the male side. In addition, it is possible to perceive that there was a quantitative prevalence of free and poor population in the studied area, as well as that the majority of its population was illiterate, except for a small elite. Finally, here is a portrait of the structure, conjuncture and dynamics of a municipality in the Zona da Mata of Minas Gerais in the 1870s.

**Keywords:** Census of 1872, Zona da Mata in Minas Gerais, Muriahé, Population, Structure, Situation.

## **Dedicatória**

*À minha esposa Larissa e minha filha Elisa  
Aos meus pais e irmão, Maria José, Clélio e Clélio Junior  
A todos os meus ascendentes*

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus, que me capacitou e fortaleceu em todo o processo. À minha orientadora, professora Dra. Vitória Fernanda Schettini que, com muita paciência, me oportunizou e me assistiu nesta produção. À minha esposa Larissa, que renunciou junto comigo a inúmeros momentos de lazer e foi minha companheira em todos os momentos. À professora Rita Schittini, que me assessorou na revisão textual desta obra. Agradeço também a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram e/ou enviaram boas energias para a conclusão desta dissertação.



## **Abreviaturas**

AACIPMG – Almanak Administrativo Civil e Industrial da Província de Minas Gerais

CEDEPLAR/UFMG - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da  
Universidade Federal de Minas Gerais

DES - Divino Espírito Santo

DGE - Diretoria Geral de Estatística

MG – Minas Gerais

NSCTC - Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola

NSDV - Nossa Senhora das Dores da Vitória

NSG - Nossa Senhora da Glória

NSPM - Nossa Senhora do Patrocínio do Muriaé

RGIB - Recenseamento Geral do Império do Brasil

RJ – Rio de Janeiro

SAC - Santo Antônio do Carangola

SFAC - São Francisco de Assis do Capivara

SFG - São Francisco do Glória

SFPBF - São Francisco de Paula da Boa Família

SJCA - São João da Cachoeira Alegre

SLC - Santa Luzia do Carangola

SPM – São Paulo do Muriaé

SRG - Santa Rita do Glória

SSCA - São Sebastião da Cachoeira Alegre

SSM - São Sebastião da Mata

## Lista de Quadros

<b>Quadro 01:</b> Estrutura administrativa com paróquias e distritos do município de Muriahé – Segundo o Almanak de Província de 1873 .....	70
<b>Quadro 02:</b> Estrutura da burocracia pública do município de Muriahé na década de 1870.....	87
<b>Quadro 03:</b> Município de Muriahé em 1872: percentual de indivíduos sem profissão por seguimentos determinados da população. ....	95
<b>Quadro 04:</b> Origem de Imigrantes Internos – Município de Muriaé – 1872.....	107
<b>Quadro 05:</b> Município de Muriaé – 1872 - População Segundo Cor.....	127
<b>Quadro 06:</b> Município de Muriahé – População por cor em grupos selecionados - 1872.....	129
<b>Quadro 07:</b> Paróquia São Paulo do Muriahé - Escravos segundo cor nos inventários.....	134
<b>Quadro 08:</b> Município de Muriahé – População por estado civil segundo o sexo - 1872.....	141
<b>Quadro 09:</b> Município de Muriahé – 1872 - Estado civil segundo sexo e condição jurídica.....	143
<b>Quadro 10:</b> Município de Muriahé – 1872 - Estado civil segundo a condição jurídica .....	144
<b>Quadro 11:</b> Município de Muriahé – 1872 – Percentual de Instrução da população em grupos selecionados .....	156
<b>Quadro 12:</b> Município de Muriahé – 1872 - População em idade escolar segundo a frequência em aula por grupos selecionados .....	160

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 01:</b> Município de Muriahé segundo ocupações – Censo de 1872.....	93
<b>Gráfico 02:</b> Município de Muriahé - Proveniência de Imigrantes Internacionais - 1872.....	104
<b>Gráfico 03:</b> Estrutura da População de Muriahé por Origem segundo o tipo de imigração - 1872.....	110
<b>Gráfico 04:</b> Município de Muriahé - Proveniência de Imigrantes Internos - 1872.....	112
<b>Gráfico 05:</b> Município de Muriahé – 1872 - População por idade.....	145
<b>Gráfico 06:</b> Município de Muriahé em 1872 - População livre segundo a idade.....	147
<b>Gráfico 07:</b> Município de Muriahé em 1872 - População escrava segundo a idade...	148
<b>Gráfico 08:</b> Município de Muriahé – 1872 - População segundo a instrução.....	155
<b>Gráfico 09:</b> Município de Muriahé – 1872 - População em idade escolar segundo a frequência em escola .....	159

## Lista de Imagens

<b>Imagem 01:</b> Modelo do “boletim de família” utilizado no Censo de 1872.....	35
<b>Imagem 02:</b> Índice da 1ª Parte do Almanak de província para o ano de 1873.....	56
<b>Imagem 03:</b> Índice da 2ª Parte do Almanak de província para o ano de 1873.....	57
<b>Imagem 04:</b> Índice da 3ª Parte do Almanak de província para o ano de 1873.....	58
<b>Imagem 05:</b> Estrutura administrativa do município de Muriahé – 1872 .....	69
<b>Imagem 06:</b> Migração e suas tipologias .....	100
<b>Imagem 07:</b> Escala de Gradação da Posição Social .....	132

## **Listas de Mapas**

<b>Mapa 01:</b> Império do Brasil - Falhas na aplicação do censo de 1872.....	42
<b>Mapa 02:</b> Brasil segundo densidade demográfica em 1872.....	47
<b>Mapa 03:</b> Minas Gerais. Destaque Zona da Mata.....	71
<b>Mapa 04:</b> Zona da Mata de Minas Gerais. Destaque Muriaé, 1872.....	72
<b>Mapa 05:</b> Localização das Companhias da Guarda Nacional dentro do Território do Município de Muriaé em 1870 e 1873.....	84
<b>Mapa 06:</b> Muriaé - Raio de Influência Imediata (50km) .....	109

## Sumário

Introdução .....	14
<b>Capítulo I – Das fontes históricas.....</b>	<b>21</b>
1.1 Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872.....	21
1.2 Almanaks Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Geraes.....	51
1.3 Outras fontes.....	62
<b>Capítulo II – Muriahé: povoamento, economia e mobilidade espacial da população na década de 1870.....</b>	<b>64</b>
2.1 Povoamento da região e organização da administração pública.....	64
2.2 Economia municipal no contexto da década 1870 e a perspectiva das profissões/ocupações.....	75
2.3 A mobilidade espacial da população e suas implicações sobre a leitura da realidade municipal.....	100
<b>Capítulo III – Muriahé: perfil populacional e instrução pública na década de 1870.....</b>	<b>118</b>
3.1. O perfil da cor e da condição jurídica dos habitantes do Município de Muriahé.....	118
3.2. O quadro da população muriaeense quanto ao estado civil e estrutura etária.....	139
3.3. A organização da instrução pública e sua implicação na realidade do município de Muriahé.....	151
<b>Considerações finais.....</b>	<b>164</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>171</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>173</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>186</b>
Anexo I – Tabulações dos dados censitários .....	186
Anexo II – Tabulações das qualificações de votantes .....	193
Anexo III – Tabulações dos inventários Post Mortem.....	196

## Introdução

A historiografia da Zona da Mata de Minas Gerais apresenta trabalhos bastante robustos, especialmente para a segunda metade do século XIX. Contudo, a região ainda é fonte inexaurível de novas pesquisas, como é o caso da sub-região central, que, sobretudo nos últimos 20 anos, figura como objeto de trabalhos dedicados a revisitar e reconstituir o seu passado oitocentista. Nesse contexto, em relação ao estudo da família e da população na região, Vitória Fernanda Schettini diz o seguinte:

De fato, podemos perceber que, para o estudo da família e da população, as fontes paroquiais, se cruzadas com outros documentos, podem nos dar um suporte explicativo, tendo em vista serem documentos de excelência para o estudo demográfico e os censos são peças-chave para a compreensão populacional. Notamos, então, que uma fonte não se afasta da outra, mesmo sabendo que ambas podem ser trabalhadas separadamente e de formas variadas.<sup>1</sup>

Em meio a investigações sob as mais diferentes ópticas, não só sociais e demográficas, mas também econômicas, culturais, geográficas, políticas, entre outras, o Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 sempre aparece com seus dados em uma argumentação ou outra no sentido de corroborar com o ensejo almejado para cada momento. Entretanto, nenhum trabalho se dedicou a exaurir a totalidade do que foi recenseado para a região, de maneira especial para o município de Muriahé. Diante disso, Schettini menciona em livro publicado no ano de 2020 que o censo ainda se configura como uma fonte pouco explorada.

Afirmamos que o censo de 1872, até então, não fora trabalhado de forma satisfatória para a região. Alguns trabalhos abordam sutilmente esses dados para São Paulo do Muriahé, mas nenhum deles explora exaustivamente a fonte para a região como um todo e muito menos para São Francisco do Glória.<sup>2</sup>

No intuito de colaborar de forma significativa com a historiografia regional, em particular com a muriaeense, este trabalho, aqui em exórdio, tem o objetivo de demonstrar as possibilidades de utilização dos dados censitários de 1872 ao reconstituir a estrutura e conjuntura da população do município de Muriahé na década de 1870. De forma mais específica, esta pesquisa propõe-se a explorar o Recenseamento Geral do

---

<sup>1</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. O perfil populacional e familiar das freguesias de São Paulo do Muriahé e São Francisco do Glória na Zona da Mata Mineira (1850-1888). In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (Orgs). *Política e Sociedade no Brasil Oitocentista*. Recife: UFPE, 2020. pp. 41-62. p 42.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_, Vitória Fernanda. *O perfil populacional e familiar...* p 53.

Império do Brasil de 1872 enquanto fonte em si e, principalmente, como ferramenta de leitura, interpretação e análise da realidade histórica. Tais propósitos vão ao encontro da visão de Sérgio Odilon Nadalin sobre o objeto da História ao sintetizá-lo como as dinâmicas das sociedades humanas no tempo e, mais precisamente, ao dinamismo dos sistemas demográficos e suas articulações com outros sistemas (econômicos, sociais, ideológicos e assim por diante), como sendo o objeto da História da População.<sup>3</sup>

Embora o censo de 1872 seja a coluna mestra deste trabalho, outras fontes serão utilizadas em diálogos pontuais. De maneira especial, destacamos os Almanaks Administrativos, Civis e Industriais da Província de Minas Gerais que foram publicados no mesmo período, mas também citamos os Inventários *post mortem*, Listas Nominativas de Votantes de 1876, Atas da Câmara Municipal de Muriahé e as Listas de Matrículas de Escravos de 1872.

Para construir o que propomos, esta dissertação estará organizada em três capítulos, sendo o primeiro focado na compreensão, contextualização e problematização das fontes históricas que embasam a pesquisa, sobretudo o Censo e os Almanaks. No segundo capítulo, refletiremos a questão do povoamento da região e a definição do município de Muriahé, bem como o perfil da dinâmica econômica, administrativa e migracional da área. O terceiro e último capítulo será um exercício de compreensão das estruturas populacionais de cor, sexo, idade, condição jurídica, estado civil e educacional. Ao final deste trabalho, o leitor terá compreendido melhor as fontes históricas tratadas e as suas inúmeras possibilidades de visão para a década de 1870, com foco no município de Muriahé.

Especificamente no segundo capítulo, quando nos dedicamos a compreender as dinâmicas econômicas a partir das ocupações dos indivíduos, lançamos mão de alguns filtros analíticos, tais como “rural”, “urbano”, “público” e “privado”, sobre os quais faremos esclarecimentos. No contexto histórico que o recenseamento de 1872 foi produzido, esses conceitos não eram muito nítidos e, para evitar anacronismos, torna-se necessário explicar melhor com que forma propomos utilizá-los.

Quando essas palavras são buscadas em dicionário da primeira metade do século XIX, observa-se uma certa “ausência” de definição. No lugar de “rural” encontra-se o termo “campo” compreendido como “terra fora da cidade”, enquanto a palavra “urbano”

---

<sup>3</sup> NADALIN, Sergio O. *História e demografia*: Elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004, p 69 e 70



possui definição mais ligada à personalidade dos indivíduos e menos à porção do espaço. Para isso, foi encontrada a palavra “povoação” que é descrita como o “povo que habita”, ou ainda “cidade” que aparece dentro de uma perspectiva bem administrativa como a “povoação superiora à vila na gradação”.<sup>4</sup>

Ou seja, esses conceitos possuem significados muito peculiares à época e/ou não eram muito usados. Desse modo, para tratar de tais assuntos, somos obrigados a procurar termos com significação aproximada. Nelson Aprobato Filho, ao trabalhar com os conceitos de “rural” e “urbano” para o século XIX, afirma que o “rural” remetia para algo colonial e atrasado. Segundo o autor, na São Paulo da época, essa ideia envolvia animais, áreas verdes, insetos e veículos de tração animal e deveria ser superada pela modernização de uma cidade “progressista”.<sup>5</sup> Portanto, as palavras “rural” e “urbano” não serão pensadas a partir de sua temporalidade, mas para designar a relação de vínculo de função dos indivíduos no espaço. Assim, as áreas com predomínio de atividades vinculadas diretamente à terra, à agricultura, serão classificadas como rurais, enquanto os desvinculamentos diretos da terra serão urbanos.

Em relação aos conceitos de “público” e “privado”, também faremos alguns esclarecimentos. Em dicionário do século XIX, “público” é definido como algo que é “do comum, conhecido e usado por todos”, enquanto “privado” é fixado como “aquilo que não é público”.<sup>6</sup> Maria de Lourdes Viana Lyra discute a questão do público e privado no século XIX no Brasil e define, para aquele momento, o primeiro como sendo o “governo” e o segundo a “casa”. Em outras palavras, ela explica que a palavra “público”, naquela circunstância, significava algo da esfera do poder do Estado imperial, da sua administração e organização, enquanto o “privado” remetia ao poder dos agentes sociais, da ordem escravista.<sup>7</sup> Portanto, esse será o sentido da utilização dessas palavras no texto, isto é, o “público” como algo da atuação do governo e o “privado” como algo da atuação dos agentes sociais, embora deva-se lembrar que os dois campos se influenciam mutuamente.

---

<sup>4</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

<sup>5</sup> APROBATO FILHO, Nelson. *O couro e o aço sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia final do século XIX/início do XX*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 10 e 183

<sup>6</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira...*

<sup>7</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. O público e o privado no Brasil Imperial. In: *Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH*, Florianópolis, 1999. p 284. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1547483138\\_e7ee66bfd4aa30dfcdaa7333cc9c4a0.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1547483138_e7ee66bfd4aa30dfcdaa7333cc9c4a0.pdf)> Acesso em: 29 jan. 2023.

Como as palavras “estrutura” e “conjuntura” estão no centro deste trabalho, também será importante esclarecer os seus significados. O Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis define “estrutura” como a “Organização e disposição das partes ou dos elementos essenciais que formam um corpo”<sup>8</sup>, e, sobre a palavra “conjuntura”, afirma que seria:

1. Concorrência ou coincidência de fatos ou circunstâncias em determinada situação ou ocasião; acontecimentos, circunstâncias ou situação característica de um dado momento.
2. Convergência de fatores que, em um dado momento, determinam, e dos quais dependem, os contextos: social, político, econômico etc. de uma nação, de um bloco de países ou de uma região em especial; situação, quadro.<sup>9</sup>

É preciso compreender que não existe possibilidade da reconstituição plena de uma conjuntura. Portanto, temos a consciência de que, neste trabalho, estabeleceremos uma interpretação, um recorte, enfim, um olhar para as circunstâncias específicas da época. Além disso, é relevante lembrar que conjuntura se trata de um ciclo histórico mais curto que, contudo, acaba por atingir questões mais estruturais pertencentes a ciclos históricos mais longos, como, por exemplo, no tema da escravidão<sup>10</sup>. Isto é, uma temporalidade acaba fazendo parte da outra por inerência.

A respeito do quadro teórico, este trabalho servirá da história da população<sup>11</sup>, história regional<sup>12</sup> e história serial. Temos aqui uma pesquisa de história da população com campo de observação regional e tratamento serial de dados, que possibilita diálogos com a história social, política e econômica.<sup>13</sup> Embora pareça amplo, diante do objetivo de explorar uma fonte histórica tão complexa como o recenseamento de 1872, lançar mão dessas dimensões e abordagens é inevitável. Esta nos será uma linha tênue proveitosa e necessária a ser percorrida.

Metodologicamente, o trabalho foi feito em diferentes etapas. Na primeira, realizou-se a leitura, curadoria e tabulação serial das fontes. Na segunda, essas

---

<sup>8</sup> DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA MICHAELIS. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/conjuntura>> Acesso em: 15 jan. 2023. Palavra: Estrutura.

<sup>9</sup> Ibidem. Palavra: Conjuntura.

<sup>10</sup> Referencio em Hebe Mattos; Roberto Guedes; Carlos Alberto Medeiros Lima.

<sup>11</sup> NADALIN, Sergio O. *História e demografia*: Elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

<sup>12</sup> BARROS, José D’Assunção. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. In: *Histedbr On-line*, n.16, Campinas, pp. 17-35, 2004. Disponível em: <[https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4785/art3\\_16.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4785/art3_16.pdf)> Acesso em: 12 fev. 2023.

<sup>13</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*: Introdução aos métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Tradução de João Maia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

informações foram sistematizadas em mapas, gráficos e em tabulações seriais por proporção. Na terceira, foi feita uma curadoria e leitura de textos pertinentes para a manipulação e discussão dos dados, com devido fichamento. Na quarta etapa, os fichamentos das fontes e bibliografias foram relacionados, sistematizados e analisados de modo a estabelecer a lógica das dinâmicas, estruturas, perfis e conjunturas do passado investigado. Na quinta, o trabalho voltou-se, inteiramente, à construção textual com a devida discussão. Ainda cabe considerar uma sexta e importante etapa, a da revisão do material produzido.

No tocante ao trato com as fontes, como dito anteriormente, o recenseamento foi nossa espinha dorsal, pois dele partiram todas as indagações, restando aos demais documentos respostas, confirmações ou complementos. Quanto à escala espacial de abordagem, a municipal será nossa referência constante. Dessa maneira, o censo apresenta o município de Muriahé como um “complexo paroquial”, isto é, através das informações de 9 paróquias que se subdividiam em 15 distritos, sendo 2 deles curatos, uma classificação de hierarquia intermediária.<sup>14</sup> De cada paróquia, são apontados 143 aspectos da população discriminados por sexo e condição jurídica, somando entre todas 10.010 dados distintos sobre o município.<sup>15</sup>

Tais dados foram manipulados e sistematizados através da tabela dinâmica e das fórmulas do software Excel 365. Com ele, construíram-se as mais variadas serializações de dados com intuito analítico. Em muitos momentos, foi aplicado um olhar estatístico que buscou organizar a população dentro dos seguintes pontos de vista: números percentuais e absolutos entre livres, escravos, homens e mulheres, além dos homens livres, mulheres livres, homens escravos e mulheres escravas.<sup>16</sup>

Além disso, foi empregada a técnica de comparação de distribuições por meio de porcentagem, que é bastante utilizada na história quantitativa. “Jack Levin considera que esse método torna os resultados mais legíveis, uma vez que permite padronizar as distribuições quanto ao tamanho, ou seja, uma forma de comparar grupos a despeito das

---

<sup>14</sup> Os Almanaks de província trazem um olhar mais abrangente e detalhado para o município, de modo que o apresenta com 15 distritos, organizados em 9 paróquias, enquanto o censo não traz os distritos, apenas paróquias e curatos.

<sup>15</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>16</sup> LIVIN, Jack. *Estatística aplicada a ciências humanas*. Trad. Sérgio Francisco Costa. 2 ed. São Paulo: Harbra, 1987.

diferenças nas frequências totais.”<sup>17</sup> Nos inventários e listas de votantes também foram empregadas as mesmas técnicas de gestão de dados, embora, nesses casos, o trabalho de análise tenha demorado um pouco mais, uma vez que as fontes estavam digitalizadas através de fotocópias dos originais, tornando-se necessário realizar a impressão e manuseio para digitar, classificar e tabular as informações que estavam escritas com caligrafia da época.

Em relação aos Almanaks, para conseguir organizar suas informações, tendo em vista que dispúnhamos de quatro edições<sup>18</sup> digitalizadas, também precisamos imprimir e manusear para transformá-las em listas e posteriormente em serializações. Esse trato foi fundamental para possibilitar uma visão quantitativa global dos dados trazidos por todas as edições, organizados por funções e áreas dispostas com a devida temporalidade (essa foi a única fonte que trouxe de fato tal possibilidade, isto é, a análise no tempo). À vista disso, o material serial desta fonte ficou ordenado da seguinte maneira: quantidade de funções/ocupações por área, sendo saúde, segurança, eclesiástica, instrução, jurídico-administrativa, privado urbano e privado rural, dispostas separadamente pelos anos de 1865, 1870, 1873, e 1875. Com os dados assim arranjados, ficou bastante perceptível a estrutura matricial das ocupações em sua evolução no tempo, especialmente as do setor público. Além disso, em alguns momentos, foi necessária a elaboração de mapas e, para isso, utilizou-se o software Google Earth juntamente com o Power Point 365.

Sobre tais processos metodológicos, Fernando Gaudereto Lamas chega a afirmar:

Quantificar dados sociais não é uma tarefa simples[...] a descrição estatística pode ficar comprometida pela ausência de dados seriais de caráter oficial. Contudo, como destacaram Ciro Cardoso e Hector Brignoli, os registros paroquiais, assim como os censos e as listas nominativas servem de base para um trabalho de quantificação[...].<sup>19</sup>

Diante disso, por um lado, os dados que serão analisados estatisticamente, tais como o censo, a lista de qualificação de votantes, os inventários, as listas de matrículas e os Almanaks nos permitem atender a dois dos principais requisitos para emprendermos um estudo de história quantitativa: a homogeneidade da natureza da fonte e a confiança no registro, devido serem registros com intuitos claros e oficiais. Por

---

<sup>17</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto. Estrutura socioeconômica e posse de escravos na área central da Zona da Mata mineira. In. SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p 146.

<sup>18</sup> Edições de 1865; 1870; 1873 e 1875 dos Almanaks de província.

<sup>19</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto. *Estrutura socioeconômica e posse...* p 145

outro lado, em relação às críticas do campo historiográfico, Lamas ressalta que reconhece os limites da quantificação como único fator de explicação da realidade histórica. Contudo, ao mesmo tempo, atesta que o recurso da quantificação abre novas possibilidades analíticas e não pode ser simplesmente abandonado.<sup>20</sup>

Por fim, vejamos o trabalho.

---

<sup>20</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto. Estrutura socioeconômica e posse de escravos na área central da Zona da Mata mineira. In. SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p 146

## Capítulo I – Das fontes históricas

### 1.1 Recenseamento Geral do Império de 1872

Este trabalho está baseado nos dados do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 em diálogos pontuais com outras fontes, como os Inventários *post mortem*, as Listas Nominativas de Votantes de 1876, as Atas da Câmara Municipal de Muriaé, as Listas de Matrículas de Escravos de 1872 e os Almanaks Administrativos, Cíveis e Industriais da Província de Minas Gerais. Assim, é de fundamental importância que elas, as fontes, estejam bem contextualizadas, especialmente o censo, para que suas informações possam ser usadas adequadamente. Desse modo, vejamos algumas considerações sobre essa documentação. Iniciemos pelo Recenseamento.<sup>21</sup>

É mais importante entender como toda essa operação transformou as pessoas reais que compunham um imenso emaranhado de heterogeneidades numa abstração legível da qual nos servimos até hoje. De como Albino, de 16 anos, tornou-se “1” surdo-mudo no Espírito Santo, de como a liberta Dorothéa tornou-se “1” africana livre na Corte, de como a escrava Paciência, por executar “todo o serviço”, acabou como “1” indivíduo de profissão/ocupação “não-classificada” em Salvador.<sup>22</sup>

Em meio a inúmeros desafios nas mais diversas áreas, o Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 foi o primeiro trabalho deste gênero executado no país. Em sua época, trouxe luz para o Estado que se firmava sobre uma realidade antes tida na escuridão, sem qualquer tipo de informação que verdadeiramente falasse sobre a sua totalidade. A pesquisa censitária ainda ofereceu uma visão para a administração imperial frente aos anteriores vislumbres fantasiosos que norteavam a realização das políticas públicas. Passado pouco mais de um século e meio, os 9.930.478 de brasileiros contados naquele momento continuam sendo citados pela historiografia, de modo a legitimar o uso de suas informações.

Enquanto instrumento de legibilidade estatal, o recenseamento cumpriu vários objetivos e tornou-se tão importante a ponto de

---

<sup>21</sup> O processo oficial do recenseamento geral começou com a Lei nº 1.829 de 9 de setembro de 1870 que determinava que fossem realizados censos decenais na população do Império e criava a Diretoria Geral de Estatística, regulamentada pelo Decreto nº 4.676 de 14 de janeiro de 1871. Por fim, em 30 de dezembro daquele ano, o Decreto nº 4.856 estabeleceu a data de 1º de agosto de 1872 para a realização da primeira contagem populacional da população brasileira.

<sup>22</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 185.

inaugurar séries estatísticas da população brasileira até os dias atuais. Cumpriu também objetivos políticos, impondo a presença do Império em todas as paróquias em um momento de transformações, como o fim do conflito no Paraguai, a aprovação da Lei do Ventre Livre, o crescimento da imigração europeia e uma crescente preocupação com o “progresso”, esse que “não se compadece da ignorância” do Estado acerca dos seus bens, de sua população, de seu território.<sup>23</sup>

É notório que estes dados censitários se aproximam muito da realidade e que deram luz suficiente para guiar a administração imperial em várias questões. Ademais, em sua época, serviu de modelo e/ou inspiração para várias nações vizinhas. Foi um “verdadeiro monumento erigido pelo Estado brasileiro em uma operação complicada que conseguiu fazer-se sobre todo o seu vasto território, figurando entre os melhores do seu gênero”.<sup>24</sup> Esse processo tão complexo e cheio de desafios gerou o recenseamento completo do Brasil e se tornou imagem e representação oficial do país para si mesmo e para o exterior.

A respeito deste censo, o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG) diz o seguinte:

Um censo demográfico, qualquer que seja, pode ser considerado fonte inesgotável de pesquisas, mas as particularidades do censo em questão o tornam ainda mais especial: foi o primeiro censo brasileiro e o único do período imperial e escravista. Além disso, o Censo de 1872 pode ser considerado bem completo, mesmo para os padrões atuais, devido à quantidade de atributos da população que conseguiu levantar.<sup>25</sup>

Sem sombra de dúvidas, este recenseamento, atualmente, é uma fonte de pesquisa singular. Para o pesquisador da população do Brasil na segunda metade do século XIX, não há nenhuma documentação tão abrangente como essa, sendo imprescindível para o entendimento da realidade - social, econômica, política, cultural e demográfica - que existia no país naquele momento.

Diante de tamanha importância, é preciso enfatizar que uma pesquisa com tal envergadura não estava envolvida apenas com as problematizações metodológicas da matemática e estatística. Sua existência se fazia muito além disso, uma vez que, em sua produção, havia implicações políticas profundas manifestadas em diversos aspectos.

---

<sup>23</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 179.

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável...” p 16.

<sup>25</sup> PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p 04. Disponível em: <[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023.

Ao longo do século XIX, especialmente em sua segunda metade, o Brasil estruturava e consolidava seu Estado<sup>26</sup> dentro de uma visão moderna<sup>27</sup>. Desse modo, era fundamental o conhecimento de si mesmo para se constituir plenamente como nação e se firmar na ordem internacional dentre os países ditos civilizados<sup>28</sup>. Na ótica da centralização estatal, a realização do recenseamento contribuía para a implementação, em vias de fato, do estadismo moderno, que, na prática, se manifestava como um grande “projeto de colonização interna” do exercício do poder.<sup>29</sup>

Segundo Diego Nones Bissigo:

quando consideramos o censo como um instrumento de leitura a serviço do Estado, não podemos ignorar que toda a sua construção é resultante de um processo de discussão, de jogos de influência e de relações de poder. A sua simples existência não é desconectada de um contexto de fortalecimento do Estado nacional principalmente no século XIX, logo, a sua elaboração, aplicação, processamento e divulgação não escapam aos conceitos e discussões específicas de seu tempo de produção.<sup>30</sup>

Diferentemente das contagens populacionais anteriores, que visavam o recrutamento ou o aumento de impostos, a pesquisa de 1872 fora concebida para ser um “documento” da existência da população brasileira e da sua distribuição no território. Em outras palavras, o censo, dentro de uma gama de esforços estatais, procurava

---

<sup>26</sup> CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 3, p. 361-385, 2009.

<sup>27</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. vol. 2. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1999. p 408-425.

<sup>28</sup> No século XIX, a ideia de um país civilizado na Europa estava intrinsecamente ligada ao conceito do Iluminismo e aos ideais do progresso social, científico e cultural. Embora os critérios exatos pudessem variar de acordo com as perspectivas culturais e políticas, geralmente os países considerados civilizados compartilhavam algumas características comuns, como: estabilidade política, instituições estáveis e bem-sucedidas. Frequentemente eram monarquias constitucionais ou repúblicas parlamentares com leis claras e proteção dos direitos dos cidadãos. No campo dos avanços científicos e tecnológicos, estavam na vanguarda da ciência e da tecnologia, promovendo o desenvolvimento de universidades, institutos de pesquisa e incentivando a inovação. No desenvolvimento econômico, mantinham a proteção econômica e o desenvolvimento de infraestruturas para industrialização e comércio. Na esfera da educação e cultura, contavam com a presença de instituições educacionais sólidas e a valorização das artes e da cultura. Possuíam estabilidade social com a existência de uma classe média emergente e a mitigação das desigualdades sociais que eram vistas como sinais de civilização e controle territorial. A expansão colonial e o domínio de territórios ultramarinos também eram um sinal de força e desenvolvimento para algumas nações europeias. Por fim, é importante ressaltar que esses critérios eram frequentemente interpretados sob uma perspectiva eurocêntrica e que muitas vezes eram usados para justificar a exploração colonial e o imperialismo. Além disso, outras culturas e sociedades ao redor do mundo frequentemente não eram consideradas "civilizadas" de acordo com esses padrões, mesmo que possuíssem sistemas sociais e culturais complexos.

<sup>29</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 33 e 49.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável...p16.



promover a “legibilidade” dos fenômenos populacionais e econômicos através de uma “simplificação” da realidade observável.

Dentre esses esforços, citam-se também os mapas cadastrais, a unificação de pesos e medidas, a adoção de sobrenomes e a unificação linguística. Segundo James Scott, essas medidas “são vistas como formas de dominação, mas também visam à promoção de qualidade de vida, melhoria econômica e aperfeiçoamento administrativo”.<sup>31</sup>

Tarcísio Botelho, salienta que, a respeito do interesse social, havia uma distância significativa da pesquisa de 1872 em relação aos “censos” realizados a partir da década de 1940. Para ele, 1872 representou mais uma maneira de exibir o poder do Estado<sup>32</sup> do que, propriamente, desenvolver políticas públicas. Servia mais para uma obra estatística de “ciência do Estado” do que de demografia, enquanto um interesse puramente científico sobre os movimentos da população e suas implicações sociais.<sup>33</sup>

Fosse pelo conhecimento gerado em seus dados (a legibilidade) ou pela oportunidade de exibição do poder imperial (e de construção nacional), proponho considerar o censo de 1872 não apenas como um mero instrumento administrativo, mas como um poderoso instrumento de simplificação e legibilidade da realidade material e importante elemento na construção da nação brasileira.<sup>34</sup>

Nesse contexto, o censo instrumentalizou um estereótipo do Brasil no final do século XIX. Isto é, apresentou a expectativa de um país livre, com crescente imigração, em busca de aperfeiçoamento intelectual e econômico, e que ainda mantinha forte vínculo com a agricultura, o catolicismo e a hierarquização familiar<sup>35</sup>, bem como representou a expectativa de um país do hemisfério “austral” poder participar de reuniões que até então só haviam considerado “os habitantes do hemisfério boreal”.

Contudo, o que de fato ocorreu em 1872 foi a consolidação de um Brasil escravista, que, ao mesmo tempo, procurava mostrar esse sistema em extinção ao unir a estatística do africano à dos demais estrangeiros (cuja migração fora voluntária) e

---

<sup>31</sup> SCOTT, James C. *Seeing Like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven (EUA): Yale University Press, 1998, p. 2.

<sup>32</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. vol. 2. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1999. p 408-425.

<sup>33</sup> BOTELHO, Tarcísio R. Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia. In: *Anais do XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association*. Rio de Janeiro, 2009. p. 02.

<sup>34</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 20.

<sup>35</sup> Expressa na ficha de família.

valorizar o imigrante não-escravizado enquanto elemento de desenvolvimento econômico. Além do mais, supervalorizou o catolicismo do país, “lamentou” o “estado intelectual” do nível nacional de instrução, consolidou quatro cores/raças e fez projeções com as idades e estados civis.

A respeito desses resultados, ao analisar os relatórios publicados pela comissão censitária ao longo do processo e conclusão dos trabalhos, Bissigo afirma que, de certo modo, “os aspectos “morais” que foram detectados no recenseamento acabaram sendo mais comentados que aqueles fatores numéricos que realmente contribuiriam para o estabelecimento de estimativas de crescimento vegetativo e taxas de fecundidade”.<sup>36</sup> Essa visão dada no recenseamento chama a atenção para o reflexo de algumas ideias que, naquele tempo, circulavam nos altos escalões administrativos do Brasil. Afinal, como no Império, diferentemente de outros países, ainda vigorava a instituição da escravidão, havia uma pressão internacional considerável para o fim dessa realidade interna. Em vista disso, a pesquisa de 1872 foi apresentada ao mundo como parte de um grande projeto de aprimoramento nacional.

A Diretoria Geral de Estatística (DGE), que já vislumbrava o fim da escravidão, supervalorizou em seus números a categoria dos livres e disfarçou o cativo através da criação da percepção de uma expectativa de melhoria da instrução da população através do destaque dado aos postos de trabalho. Nessa trama, os imigrantes foram considerados, especialmente, em suas funções laborais e, dentre esses, os africanos foram significados desprovidos de seu jugo. Além disso, havia um nítido desinteresse para com as questões raciais.

A vinculação entre imigração e trabalho, sem muita atenção ao africano, acaba gerando uma leitura que inevitavelmente se associa à perspectiva de europeização e branqueamento populacional, não apenas genético como – e principalmente – moral, cultural e econômico.<sup>37</sup>

Isso foi visto de forma prática na apresentação dos dados do recenseamento, pois “a diluição dos libertos dentro dos “livres” reduziu o impacto da escravidão sobre o número final, deixando o Brasil com “apenas” 15% de pessoas cativas e catalisando a

---

<sup>36</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p185.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável... p171-72

percepção de que ela era um fenômeno residual”.<sup>38</sup> Essa intenção do Estado Imperial também foi vista na captação dos dados, já que a lista de família era absolutamente confusa quanto ao lugar da condição jurídica.

Sendo mais claro, nela não havia lugar específico para preenchimento da condição jurídica dos membros da família. Tal fato contribuiu para a dualização, atribuindo-se, por meio indireto, o status de livre a todos que não foram indicados por “escravos” no campo das observações das listas. “A incorporação dos libertos aos livres inflou, generalizou e, de certa maneira, barateou o conceito de liberdade, tornando-o ainda mais complexo.”<sup>39</sup> Sem contar, que na publicação oficial de 1876, os escravos foram apresentados em tabelas paralelas com um grau de detalhamento de informações bem inferior ao que foi apresentado para os livres.

A título de exemplo desse efeito de dualização da condição jurídica e suas consequências para a compreensão da realidade do Império diante desse empenho político de maquiagem da população, Bissigo cita o caso da lista da família Gravatá, de Salvador. Entre seus 17 integrantes, por um lado, segundo uma divisão tripartite da sociedade, eles seriam 18% livres, 36% libertos e 46% escravos, enquanto por outro, segundo a divisão dual (que funde liberto e livre) utilizada pelo censo, tornam-se 54% livres e 46% escravos, numa clara ocultação das marcas do cativo.<sup>40</sup> Independentemente de ser apenas um caso, não é exagero pensar que esse retrato pontual tenha se reproduzido de forma sistemática na totalidade do trabalho censitário. Embora essa visão não fosse incorreta, ela causava a sensação de menor presença do cativo dentro da sociedade.

Noutra dimensão da mesma vontade política, pensando nesse “aperfeiçoamento da população”, as classificações por “defeitos físicos” e “instrução” também indicavam a preocupação do Estado Imperial em separar os “sãos” dos “inválidos” e os “instruídos” (entendendo-se aqui como saber ler) daqueles que não o eram.

---

<sup>38</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “*eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos*”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 146.

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_, Diego Nones. A “*eloquente e irrecusável...*” p 170.

<sup>40</sup> *Ibidem*. p 148.

Dentro da ideia de consolidação do Estado<sup>41</sup>, o recenseamento também proporcionou realizar um grande ensaio prático de sinergia das escalas do poder interno do Império. Com comando centralizado, as redes e fluxos foram articulados com sucesso tanto na direção da Corte para as paróquias (a obediência da lei, do prazo e o envio do material de coleta) como em seu inverso (o retorno do material preenchido).

Ordens, lealdades e material precisaram descer do nacional ao local para garantir a coleta da maneira mais uniforme e simultânea possível. Logo após essa operação, a mesma rede precisou ser acionada para fechar as lacunas e fazer subir o material na mesma escala de volta à Corte, e isso em questão de alguns meses. Nesse sentido, pode-se dizer que se obteve bastante êxito, pois o recenseamento previa prazos bastante específicos e procedimentos coordenados em todo o território nacional e, de modo geral, esses requisitos foram cumpridos.<sup>42</sup>

Foi justamente por vencer todas essas discrepâncias e heterogeneidades manifestadas nas inúmeras regionalidades e microrregionalidades existentes dentro das escalas de poder nacional, provincial, municipal e paroquial que se pode afirmar que a Diretoria Geral de Estatística construiu um significativo trabalho para a simplificação e legibilidade estatal através dos algarismos das ciências matemática e estatística.

Ao transformar os elementos reais e simbólicos (pessoas, línguas, regiões...) em valores numéricos, permitia-se quantificar esses elementos abrindo a possibilidade de que eles fossem comparados, medidos, combinados e recombinados com “infinita flexibilidade”. E todas essas realizações, principalmente na estatística, se tornavam possíveis pelo intermédio do número, que, com sua linguagem “eloquente e irrecusável”, conseguiriam produzir visão em meio à penumbra da diversidade. Tornar legível o ilegível, homogêneo o heterogêneo, racional o caótico; transformar “o que era um hieróglifo social num formato legível e administrativamente mais conveniente”: eis algumas ambições da estatística moderna, “ciência de Estado”, estadística.<sup>43</sup>

À época, já havia algum tempo que a crescente demanda pela consolidação desse Estado moderno<sup>44</sup> impulsionava uma série de iniciativas que continuamente conduzia o país nessa direção. Nelson Senra demonstra uma compilação desses esforços, desde os que tiveram êxito, como o censo de 1870 e o censo nacional de 1872, até aqueles que

---

<sup>41</sup> CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 22, núm. 3, pp. 414-428, 2018. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.223.07>> Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>42</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 182.

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável...” p 62.

<sup>44</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. vol. 2. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1999. p 408-425.

não tiveram, como o notório caso do censo de 1852, que não foi realizado devido à insurreição conhecida como Guerra dos Marimbondos.<sup>45</sup>

A saber, esse processo histórico de tentativas de compreensão numérica do país transcende os limites temporais do Império e, por isso, numa perspectiva da história da estatística, cronologicamente pode-se organizar essa temporalidade em etapas, uma vez que, desde o Período Pombalino, a partir de 1750, o Brasil já vinha ensaiando levantamentos populacionais através de contagens regionalizadas independentes. Assim, esse primeiro momento durou até 1872 e ficou definido pela historiografia demográfica como período proto-estatístico, tendo seu fim referenciado quando então se fez de fato o primeiro Recenseamento Geral do Império. Nesse sentido, é correto dizer que, a partir de 1872, inaugurou-se um segundo momento na história do Brasil, o período estatístico.<sup>46</sup>

Mas, afinal, como foi o processo de construção desse dito “monumento” erigido pelo Estado imperial através da DGE que, de tão significativo, se tornou divisor de águas na história da estatística e da legibilidade estatal no Brasil? Evidentemente, se se considerar a realidade das precárias redes da “integração nacional”, a dimensão continental do país, as tecnologias disponíveis, a falta de experiência de pessoal com pesquisas deste porte e os problemas de consolidação da própria capilaridade de poder do Estado em todos os seus redutos interioranos, é fácil afirmar que esse caminho de construção do recenseamento foi um desafio colossal e, nesse sentido, a palavra “monumento” ganha um significado ainda mais abrangente ao referi-lo como tal. Na sequência, procuraremos discriminar todo esse processo de feitura.

Tudo começou em meados de 1870 quando, após discussões parlamentares, foi promulgada a lei nº 1829, de 09 de setembro, que estabelecia algumas diretrizes fundamentais, como a definição de censos decenais e a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE) para que o governo pudesse organizar a estatística da população.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. v 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p 25.

<sup>46</sup> PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p 08. Disponível em: <[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>47</sup> BRASIL. Lei nº 1829 de 09 de setembro de 1870. Sanciona o Decreto da Assembleia Geral que manda proceder ao recenseamento da população do Império. *Diário Oficial do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. 1870. Disponível em: <[https://legis.senado.leg.br/norma/543582/publicacao/15631205#:~:text=1%C2%BA%20Dirigir%20os%](https://legis.senado.leg.br/norma/543582/publicacao/15631205#:~:text=1%C2%BA%20Dirigir%20os%20)>

Todavia, de fato, a DGE iniciou suas atividades somente em março de 1871 e, no final daquele ano, o decreto nº 4856, de 30 de dezembro, regulamentou a execução do Recenseamento Geral do Império do Brasil,<sup>48</sup> que iria se utilizar das escalas de operação do Estado em sua realização no ano seguinte.

Metodologicamente, a DGE se utilizou de referenciais já existentes no hemisfério boreal, especialmente aqueles ligados à perspectiva francesa. A lista ou boletim de família (sobre a qual, posteriormente, iremos falar.), por exemplo, foi desenvolvida a partir de adaptações em modelos já aplicados em outros países. Sobre isso, Diego Bissigo afirma que “Os congressos de estatística, se não foram a inspiração inicial, ao menos referendaram certas metodologias, como a adoção de listas de família, o inquérito no nível individual, o recenseamento decenal universalmente coordenado[...]”.<sup>49</sup> Dentre autores que eram citados nos relatórios anuais da diretoria, aparecem os nomes de Joseph Garnier, Adolphe Quételet, Maurice Block e Thomas Malthus.<sup>50</sup>

Outro ponto importado na metodologia foi o conceito da data-referência<sup>51</sup> que, na apropriação brasileira do termo, foi considerado o dia 1º de agosto<sup>52</sup>. Adaptações também foram feitas em relação à condição jurídica, pois, apesar de não fazer sentido na realidade dos outros países<sup>53</sup>, foi um critério basilar na organização das informações sobre a população brasileira naquele momento. Tais posicionamentos metodológicos possuíam conotação política e visavam projetar o país com algum grau de independência dos países mais civilizados.<sup>54</sup>

---

20trabalhos%20do,recolhidos%20pelas%20diversas%20Reparti%C3%A7%C3%B5es%20Publicas.>  
Acesso em: 29 jun. 2023.

<sup>48</sup> BRASIL. Lei nº 4856 de 30 de dezembro de 1871. Dispõe sobre o regulamento da execução do recenseamento da população. *Diário Oficial do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. 1871. Disponível em: < [<sup>49</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação \(Mestrado em História\) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 128.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4856-30-dezembro-1871-552291-publicacaooriginal-69467-pe.html#:~:text=Manda%20proceder%2C%20em%20execu%C3%A7%C3%A3o%20do,do%20que%20d isp%C3%B5e%20o%20art.> Acesso em: 29 jun. 2023.</p></div><div data-bbox=)

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável...” p 118.

<sup>51</sup> Metodologicamente, essa data referencial servia para garantir a simultaneidade da coleta de dados, já que não se referia exatamente ao dia do preenchimento da ficha, mas da situação em que se encontrava a família na data especificada.

<sup>52</sup> Era 31 de dezembro no hemisfério boreal.

<sup>53</sup> Em geral, os europeus organizavam seus dados populacionais a partir do critério da língua falada.

<sup>54</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. vol. 2. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1999. p 408-425.

Após decidir junto à experiência internacional como iria realizar o seu recenseamento, com a devida antecedência, a DGE mandou tipografar, para os agentes recenseadores, 3.000.000 de boletins de família e 25.000 cadernetas<sup>55</sup>, os quais ficaram prontos no mês de fevereiro de 1872. Para que esses formulários tipografados chegassem a cada paróquia e a seus respectivos chefes de família a tempo, o material precisou ser transportado através de uma gigantesca operação logística sincronizada em todo o território.

Em sua maior parte, esse processo contou com a rede hidroviária subvencionada para as províncias marítimas e as províncias centrais acessíveis pela navegação, como Amazonas e Mato Grosso. No caso de Minas Gerais, as fichas chegaram através das companhias da estrada de ferro Pedro II e da estrada de rodagem União e Indústria.<sup>56</sup> Toda essa engenharia logística foi muito bem-sucedida em conseguir distribuir o material a tempo, salvo as exceções ocorridas em Goiás, assim como em algumas paróquias de outras províncias, que enfrentaram circunstâncias extraordinárias e imprevistas.<sup>57</sup>

Uma vez realizada a coleta, os boletins foram checados e revisados pela comissão paroquial com o objetivo de corrigir erros para depois serem remetidos à Diretoria Geral de Estatística.<sup>58</sup> Do jeito como foi possível proceder, os dados começaram a ser enviados de volta, pelos mesmos meios, às capitais provinciais e delas à Corte, entre 1872 e 1873, para dar início à próxima fase, quando as listas de família seriam transformadas em números e tabulações.

Embora no ato do envio do material muitos presidentes já tivessem noção da população de seus territórios, não era sua obrigação somar os habitantes listados. Todo esse trabalho era oficialmente incumbência da DGE. Entre o final de 1872, quando os primeiros materiais

---

<sup>55</sup> Esses números não foram definidos de forma aleatória, mas decorreram a partir de estimativas populacionais apoiadas nos registros da guarda nacional e das últimas qualificações de votantes. Nessa relação com os registros eleitorais, o protocolo da DGE era aplicar a lógica de 4 habitantes para cada eleitor.

<sup>56</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 123.

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_, Diego Nones. Notas Sobre o Censo De 1872: Relações entre a Diretoria Geral De Estatística e as Províncias do Império. In: VI *Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*. UFSC, 15 a 18 de maio de 2013. p 10-11. Disponível em: <<https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Diego-Nones-Bissigo-texto.pdf>>

<sup>58</sup> PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p 11. Disponível em: <[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023.

começaram a chegar à Corte, e o ano de 1876, quando os resultados foram totalmente publicados, a DGE passou esquadrihando lista por lista, contando todos os indivíduos e classificando-os por sexo, idade, condição social, nacionalidade e vários outros elementos estabelecidos já em seu regulamento.<sup>59</sup>

Ao tirar o foco da operação logística e retornar à questão metodológica, destaca-se que o recenseamento se operacionalizou com base nas paróquias,<sup>60</sup> onde havia as comissões censitárias compostas por cinco membros indicados pelo presidente da província.<sup>61</sup> Em linhas gerais, segundo o artigo 9º do Regulamento, a comissão censitária seria responsável pela divisão da paróquia em seções, pela escolha dos agentes e prestação de assistência a eles, distribuição do material, pequenas correções, aplicação de multa aos reticentes (agentes e chefes de família), indicação dos agentes “dignos de louvor ou recompensa” por seus bons serviços no recenseamento e, ao final, ao envio de todo o material à presidência da província.<sup>62</sup>

Sobre o funcionamento dessas comissões paroquiais e sua relação com a província, Diego Bissigo afirma o seguinte:

Os agentes locais respondiam a uma comissão paroquial composta por cinco indivíduos responsáveis por sua fiscalização e correção. Essas pessoas “além de saberem ler e escrever”, deveriam ter os seguintes atributos morais: “sejam inteligentes, ativas, probas e muito conhecedoras da paróquia ou das seções para que forem nomeadas”. A divisão da paróquia em seções não obedecia (e não haveria como) a um geoprocessamento anterior, mas era critério da comissão local. O trabalho de cada comissão paroquial deveria ser fiscalizado pelo presidente da província (assumindo uma função de “diretor provincial” do censo) auxiliado por “escriturários” designados de outras repartições públicas para aquela finalidade.

A função da província era reunir os “elementos originais” do recenseamento (fichas preenchidas, cadernetas dos recenseadores, listas das famílias) e enviá-las à Corte para que a apuração dos dados se desse de forma centralizada nos escritórios da DGE.<sup>63</sup>

---

<sup>59</sup> BISSIGO, Diego Nones. Notas Sobre o Censo De 1872: Relações entre a Diretoria Geral De Estatística e as Províncias do Império. In: VI *Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*. UFSC, 15 a 18 de maio de 2013. p 09. Disponível em: <<https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Diego-Nones-Bissigo-texto.pdf>>

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_, Diego Nones. *Notas Sobre o Censo De 1872...* p 10-11.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 119.

<sup>62</sup> BRASIL. Lei nº 4856 de 30 de dezembro de 1871. Art. 9º, § 2º. Dispõe sobre o regulamento da execução do recenseamento da população. *Diário Oficial do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. 1871. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4856-30-dezembro-1871-552291-publicacaooriginal-69467-pe.html#:~:text=Manda%20proceder%2C%20em%20execu%C3%A7%C3%A3o%20do,do%20que%20disp%C3%B5e%20o%20art.>> Acesso em: 29 jun. 2023.

<sup>63</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável... p 87.



Perante todas essas atribuições, é razoável sugerir que havia uma possibilidade muito grande de que todo o processo desse errado. Primeiro, havia a probabilidade de os agentes recenseadores locais não enxergarem o Império como um todo, uno e nacional. Segundo, as comissões paroquiais estavam distantes do comando central da operação censitária e, por causa disso, agravado pelo primeiro ponto, muitas vezes se encontravam alienados em relação à importância e seriedade do minucioso trabalho que tinham a realizar. Terceiro, tinham que contar com a boa vontade dos chefes de família para o correto preenchimento do “boletim de família”, fosse feito por eles ou pelo agente (caso o chefe de família fosse analfabeto). Por fim, o quarto ponto estava na impossibilidade de comunicação rápida com o comando superior.

Diante dessas circunstâncias, como a DGE conseguiu manter uma mínima coordenação sobre esse emaranhado de heterogeneidades? Se conseguiu de forma plena, não se tem como afirmar, mas é sabido que o regulamento do censo criou obrigações para os envolvidos. Por um lado, o documento deixava claro que, para os chefes de família, as atitudes de se recusar a preencher (ou responder) ou não entregar a “lista de família” no prazo correto, assim como errar ou alterar informações deliberadamente seriam consideradas “crime de desobediência”. Além do mais, definiu multa para os agentes censitários que se recusassem a servir nessa função, da mesma forma que, caso cometessem enganos, inexatidões ou descumprissem os prazos, as multas seriam as mesmas aplicadas aos chefes de família. Por outro lado, para os bons recenseadores propunha-se recompensa, como as remunerações honoríficas.<sup>64</sup>

Até aqui, ficou claro que a pesquisa censitária foi realizada a partir das escalas de atuação do Estado, à semelhança da proposta de vinte anos antes, sendo as paróquias unidades operacionais básicas (áreas territoriais de administração local) e as famílias as células que deveriam ser catalogadas e sistematizadas através dos “boletins”. Mas afinal, o que a DGE considerou como família em sua pesquisa? Como eram esses questionários que precisavam preencher?

Sobre a definição de família, a lei 4.856 de 30 de dezembro de 1871, assinada pela “Princesa Imperial Regente”, tratou de esclarecer que esta seria definida como um grupo de indivíduos com relação de coabitação e dependência de uma “economia

---

<sup>64</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 86.

comum”. Assim como também resolveu que as pessoas com domicílio especial, como internos de colégios e conventos, presidiários, hospitalizados, militares aquartelados, além de órfãos e mendigos em seus respectivos abrigos, seriam recenseados à parte pelos chefes de cada uma dessas unidades, estes que teriam obrigações similares aos chefes de família.<sup>65</sup>

A respeito do Boletim ou Lista de Família, a mesma lei 4.856, que regulamentou o censo, definiu que as famílias teriam suas informações recenseadas por meio de fichas próprias desenvolvidas para a contagem e que caberia aos chefes de família preencherem as informações e devolvê-las aos agentes recenseadores num prazo de quinze dias a partir de sua entrega. Como a data de referência censitária era o dia 01 de agosto de 1872, foi comum, dependendo da localidade, os formulários serem entregues quinze dias antes desta data e recolhido quinze dias depois dela, ou seja, na prática, concedeu-se um mês para que as famílias preenchessem e devolvessem os seus boletins.<sup>66</sup>

Essa folha tipografada e padronizada para todo o território nacional foi o instrumento escolhido pela Diretoria para o recolhimento das informações de cada domicílio. Conforme destacado por Diego Bissigo, “toda a veracidade dos dados obtidos no recenseamento de 1872 dependeram da correta entrega, preenchimento e devolução à Corte desse material, bem como de sua leitura e interpretação pela DGE.”<sup>67</sup> Em outras palavras, foi este documento que fez o primeiro intermédio entre a realidade caótica, heterogênea e a visão sinóptica do todo, ainda que renunciando aos detalhes e singularidades.

Para ser mais claro e proporcionar uma ideia melhor a respeito desse documento, vejamos a sua descrição.

---

<sup>65</sup> BRASIL. Lei nº 4856 de 30 de dezembro de 1871. Dispõe sobre o regulamento da execução do recenseamento da população. *Diário Oficial do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. 1871. Disponível em: < [<sup>66</sup> PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. \*Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872\*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p 11. Disponível em: <\[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\\_preliminar\\\_1872\\\_site\\\_nphed.pdf\]\(http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\_preliminar\_1872\_site\_nphed.pdf\)> Acesso em: 15 jan. 2023.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4856-30-dezembro-1871-552291-publicacaooriginal-69467-pe.html#:~:text=Manda%20proceder%2C%20em%20execu%C3%A7%C3%A3o%20do,do%20que%20disp%C3%B5e%20o%20art.> Acesso em: 29 jun. 2023.</a></p></div><div data-bbox=)

<sup>67</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 94.

A lista era composta por um cabeçalho no qual se identificava o endereço da família recenseada e um quadro com linhas (para cada indivíduo) e colunas (para cada categoria) dispostas da seguinte forma: (1) “Número de ordem” (numeração dos indivíduos); (2) “Nomes, sobrenomes e apelidos”; (3) “Cor”; (4) “Idade”; (5) “Estado [civil]”; (6) “Lugar do nascimento”; (7) “Nacionalidade”; (8) “Profissão”; (9) “Religião”; (10) “Instrução”; (11) “Condições Especiais e Observações”.<sup>68</sup>

A publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil, produzida pelo CEDEPLAR/UFMG, apresentou um modelo que, com exceção do formato da letra, reproduziu fielmente todos os demais aspectos do “formulário de família” utilizado em 1872. Mais precisamente, esse relatório retratou, por exemplo, a lista preenchida pela família Gravatá, residente na província da Bahia, município da capital. Na atualidade, tal documento é um dos pouquíssimos remanescentes originais encontrados em arquivos, já que, tudo indica, as “listas de família” foram, em algum momento, descartadas. Vejamos o modelo.

---

<sup>68</sup> BISSIGO, Diego Nones. *A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”*: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 94.

Imagem 01 - Modelo do “boletim de família” utilizado no Censo de 1872

Nomes sobrenomes e apelidos (Declara-se primeiramente o nome do chefe de família, depois o da mulher, dos filhos, dos outros parentes que com elle moram e em seguida o dos criados, escravos, agregados e hóspedes.)		Cor (Declara-se si a pessoa é branca, parda, cabocla ou preta comprehendida na designação de caboclas as de cor branca e indígena.)	Idade (Anos completos. So se declaram os mezes das crianças de menos de um anno.)	Estado (Declara-se o estado pelas palavras solteiro, casado ou viuvo.)	Local de Nascimento No Brazil (Deve-se declarar a provincia em que nasceu.) Fóra do Brazil (Declara-se si é natu, adoptivo ou naturalizado.)	Nacionalidade Brazilero (Declara-se si é do Estado ou Nação a que pertence) Estrangeiro	Profissão (Declara-se a profissão, officio ou occupaço habitual ou os meios de vida)	Religião (Declara-se si catholico ou catholico, comprehendidas nesta ultima designação todas as outras religiões)	Instrução Sabe ler? (Responde-se sim ou não.) Sabe escrever? (Responde-se sim ou não.)	Condições especiaes e observações (A respeito dos hóspedes e transcentes deve-se declarar o lugar de seu domicilio, e dos ausentes o lugar em que se acham, sendo sabido. Si algumas das pessoas da relação forem surdo-mudos, cegos, tortos, alijados, dementes, alienados, isto será aqui declarado. A respeito das crianças de 6 a 15 annos deve-se declarar si frequentam ou não a escola)	
1º Antonio Gonçalves Guimarães	branco	72	casado	No Bahia	Bahia	Nato	[Vive de sua própria lavoura e agricultura (...)]	Catholico Apostolico Romano	Sim	Sim	
2º D. Carlos Alfredo Gonçalves de Almeida	Idem	54	casado	No Bahia	Idem	Idem		Idem	Sim	Sim	
3º Filiz	Preta	mais de 40	solteira	No Bahia	No Bahia	Estrangeiro	Cocadeira	Idem	Não	Não	
4º Agostina	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Costureira	Idem	Não	Não	
5º Ruyvenciu	Idem	13	Idem	No Bahia	No Bahia	Brasileira	Talho e serviço	Idem	Não	Não	
6º João	Idem	17	Idem	Idem	Idem	Idem	Aprendiz Campesina	Idem	Não	Não	Idem, de filho da escrava Elvira
7º Estevão	Idem	13	Idem	Idem	Idem	Idem	Aprendiz a Paulino	Idem	Idem	Idem	Idem, de filho de uma escrava q libertouse
8º Theodorico	Idem	8	Idem	Idem	Idem	Idem	(-)	Idem	Idem	Idem	Idem, de filho da escrava Filiza
9º Alito	Idem	mais de 40	Idem	Africa	Africa	Africa	Serviço de casa	Idem	Idem	Idem	Este preto foi libertto em a condição de acompanhar seus senhores durante sua vida
10º Tobias	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
11º Julia	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem, de filha de preta, Julia
12º [Ema]	Idem	13	Idem	Bahia	Bahia	Bahia	Do serviço de casa	Idem	Idem	Idem	Idem
13º Clara	Idem	10	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
14º Ruydilio	Idem	10 mezes	Idem	Idem	Idem	Idem	[NÃO presta serviço]	[NÃO NÃO FOI baptizado]	(-)	(-)	Não frequentar nascido em 6 de outubro de 1871

O recenseador, Antonio Gonçalves Guimarães

O chefe de familia Antonio Gonçalves Guimarães

PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p 15. Disponível em: <[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023.

O analfabetismo da maior parte dos chefes de família nos leva a crer que, muito provavelmente, a maioria dos domicílios brasileiros tenha sido registrada por intermédio dos agentes recenseadores com base nas informações orais dos chefes de família, e que, muitas vezes, esse preenchimento também pode ter se baseado em suas próprias percepções e opiniões (ou seja, dos agentes).

Outra questão importante a ser problematizada aqui é a própria estrutura dos espaços de preenchimento existentes na ficha. Quem vê apenas os resultados acabados e revisados do recenseamento não imagina que a “lista de família” que circulou nas casas em 1872 não contava com campos de identificação para “sexo” e “condição jurídica”, embora fossem informações requisitadas pelas legislações que regulamentaram não só o censo como as próprias atribuições da DGE. Essa falta, no mínimo, dificultou certamente e ralentou muito o processo de apuração.

Como se não bastasse, outras categorias também contribuíram para a morosidade dos trabalhos de tabulação, pois, apesar de figurarem com colunas próprias no formulário, apresentavam espaços de preenchimento contraproducentes, ora muito condicionados, ora muito amplos. Como exemplo, cita-se a classificação da população segundo a “cor”<sup>69</sup>, “estado” civil<sup>70</sup>, “origem”<sup>71</sup> e “nacionalidade”<sup>72</sup>, que induziam a uma síntese forçada desses aspectos em apenas algumas poucas opções. Havia, ainda, colunas mais vagas e/ou amplas nas fichas como a das “profissões/ocupações” e a de “condições especiais e observações”, onde os tipos de respostas poderiam se multiplicar em inúmeras formas.

Mas, afinal, como os agentes conseguiram perceber o sexo e a condição jurídica dentro de formulários que não contavam com espaços próprios para essas informações? Sobre isso, Diego Bissigo afirma que esses aspectos foram deduzidos por meios indiretos através da coluna dos nomes e sobrenomes. Todavia, se o sexo poderia ser deduzido a partir do nome do indivíduo, mesmo que sujeito a equívocos, a condição jurídica era ainda mais difícil de ser captada, já que dependia da explicitação voluntária desse dado no campo das observações.

Nesse sentido,

---

<sup>69</sup> Branco, preto, pardo e caboclo.

<sup>70</sup> Casado, solteiro e viúvo.

<sup>71</sup> No Brasil e fora do Brasil.

<sup>72</sup> Brasileiro e estrangeiro.

Talvez por ser tão elementar, a divisão pela condição social poderia ser preenchida e facilmente detectada por meio das entrelinhas que foram comentadas (a ordem na lista, os parênteses, o uso da coluna “Observações”). Ainda assim, mesmo com fiscalização e cuidado, basta que alguns casos como o de Teodorico tenham aparecido nas listas cá e lá para inferir uma grande margem de incerteza na classificação da condição de parte da população.<sup>73</sup>

É relevante destacar que havia uma ordem hierárquica que deveria ser respeitada no preenchimento da lista de família. Segundo a orientação tipografada na lista entregue às famílias, primeiramente deveria ser colocado o nome do chefe de família, seguido nessa ordem pelo de sua esposa, filhos, outros parentes que morassem na casa, terminando com os nomes de criados, escravos, agregados e hospedes.<sup>74</sup> Junto a isso, para uma maior nitidez na percepção destes aspectos, somava-se o emprego do campo das “observações” que foi muito utilizado para indicar a condição jurídica dos indivíduos, especialmente os escravos. Dessa forma, além da ordem de preenchimento, os livres eram identificados pela exclusão dos escravos ou pela presunção da liberdade em uma família em que ninguém foi identificado em contrário.<sup>75</sup>

Especificamente sobre o último item a ser preenchido na “lista de família”, o das “Condições especiais e observações”, pode-se afirmar que foi o campo de maior complexidade para o posterior trabalho sinóptico de tabulação e simplificação numérica. Além da condição jurídica, ele foi utilizado para abranger outros temas de maneira bastante aleatória, o que abriu espaço para o registro de inúmeras outras características dos membros da família. Se por um lado isso ajudou a possibilitar o conhecimento de detalhes, por outro representou um grande entrave metodológico no fluxo de trabalho. Para se ter uma ideia melhor sobre o quão vago e amplo era essa divisão do formulário, vejamos abaixo, de forma literal, a orientação de preenchimento dessa parte que foi tipografada no cabeçalho dessa coluna em todas as fichas de família.

(A respeito dos hóspedes e transeuntes deve-se declarar o logar de seu domicílio, e dos ausentes o logar em que se acham, sendo sabido. Si algumas das pessoas da relação forem surdo-mudos, cegos, tortos, aleijados, dementes, alienados, isto será aqui declarado. A respeito das

---

<sup>73</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 104.

<sup>74</sup> PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p 15. Disponível em: <[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>75</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável...” p 113.

crianças de 6 a 15 anos deve-se declarar si frequentam ou não a escola.)<sup>76</sup>

Para tentar evitar maiores atrasos, a DGE anunciou, no relatório de 1874, uma nova gestão da apuração censitária, que, na prática, seria o aumento das horas de trabalho dos colaboradores já contratados, com o devido pagamento das horas extras. Dessa maneira, a instituição não precisaria realizar novas contratações, as quais aumentariam muito os custos operacionais, e os trabalhos ganhariam maior velocidade, o que encurtaria o tempo de finalização.

Ainda sobre o processo de produção da pesquisa, resta-nos atentar sobre a publicação final do resultado desse árduo trabalho realizado pela DGE. Apesar de boa parte dos dados já estar relativamente pronta para publicação em abril de 1875, foi somente no relatório de 31 de dezembro de 1876 que, de fato, anunciou-se a conclusão do recenseamento com seus dados completos e impressos.

Após quatro anos de serviço (cinco, se contar o início das atividades da Diretoria), a pequena equipe de onze funcionários e três dezenas de colaboradores temporários conseguiu dar cabo da tarefa de execução e apuração do recenseamento. As dificuldades foram certamente muitas, mas o serviço não ficou incompleto e rendeu, ao todo, “vinte e três volumes contendo 8.546 quadros”. Cada volume referia-se a cada uma das 20 províncias mais o Município Neutro (Corte), divididas por paróquias, sendo dois volumes dedicados a Minas Gerais. Esses vinte e dois volumes estavam resumidos num vigésimo terceiro (ou primeiro, em importância), que tratava dos dados censitários em escala nacional.<sup>77</sup>

A respeito da forma de organização dos dados nos volumes da publicação final, Lara Loveman afirma que a DGE priorizou a condição jurídica sobre todos os outros atributos da população e, conseqüentemente, “retratou um Brasil composto por duas populações fundamentalmente diferentes, tão diferentes a ponto de segregar suas descrições estatísticas em tabelas separadas, em páginas separadas”.<sup>78</sup> Assim, no tocante à ordem da leitura induzida pela impressão original, o material foi primeiramente

---

<sup>76</sup> PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p 15. Disponível em: <[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>77</sup> BISSIGO, Diego Nones. *A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”*: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 137.

<sup>78</sup> LOVEMAN, Mara. “The Race to Progress: Census Taking and Nation Making in Brazil (1870 – 1920)” *Hispanic American Historical Review*. Vol. 89, n. 3, Duke University Press, ago/2009, p. 442, tradução.

pautado pela condição jurídica, depois pelo sexo dos indivíduos e depois pelas especificidades de cada classificação ou categoria.

Os dados das províncias não foram apresentados pela ordem alfabética, nem populacional, nem econômica, muito menos pela importância política, mas de forma estritamente geográfica. Desse modo, os volumes iniciam-se pelo Amazonas e seguem pelo litoral (Pará, Maranhão, Piauí...) até o Rio Grande do Sul. Em seguida, listam-se de leste a oeste, de modo a expor as informações das províncias interiores à massa continental, como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. É interessante perceber que essa ordem foi repetida ao longo da publicação final sempre que a DGE precisou listar as províncias, no máximo alterando a ordem do Município Neutro<sup>79</sup>, que ora estava antes de todas as outras e ora aparecia próximo à do Rio de Janeiro.

Ao final de todo o processo, a repercussão do censo foi positiva. Ainda durante a apuração dos dados, a DGE teve os trabalhos do recenseamento destacados em uma exposição em Viena no ano de 1874. Também pode-se citar a inserção do país nos congressos e comissões internacionais de estatística, como em São Petesburgo, 1872, comissões permanentes, 1873 e 1874,<sup>80</sup> e em Budapeste, 1876.<sup>81</sup> Além disso, em 1876, Adolfo Vaillant, chefe da estatística uruguaia, após receber o material da publicação do recenseamento do Império do Brasil, enviou um ofício ao cônsul brasileiro em Montevidéu, onde considerou o seu resultado um “verdadeiro monumento”. Vale citar que toda essa presença internacional significou uma vitória calculada pelo estado brasileiro, uma vez que o reconhecimento externo da estatística nacional era declarado um dos objetivos da Diretoria.<sup>82</sup>

Concernente à institucionalidade da DGE, o censo parece ter sido a própria finalidade de sua existência. Após o relatório de 1876, a publicação institucional anual falhou por um ano e voltou apenas em 1878 anunciando dificuldades operacionais. Em 1879, a diretoria foi extinta e parte do seu pessoal direcionado a uma Seção de Estatística vinculada ao Ministério do Império, que, na prática, representou uma

---

<sup>79</sup> Município da corte.

<sup>80</sup> SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. v 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p 335-352.

<sup>81</sup> CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 22, núm. 3, pp. 415 (notas), 2018. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.223.07>> Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>82</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 173.



sobrevida medíocre da estatística brasileira na década de 1880. Com pessoal e orçamento reduzidos, sem experiência na coleta dos dados, bem como em sua concreta utilização pelo poder público,<sup>83</sup> após o segundo recenseamento ter sido adiado para 1885, depois 1887 e, por fim, não ter sido realizado sob a monarquia, esse serviço remanescente da DGE foi declarado “extinto” em maio de 1889, quase que conjuntamente com o próprio Estado imperial.<sup>84</sup>

Sérgio Odilon Nadalin afirma que os “recenseamentos do século XVIII e XIX não podem ser considerados pela mesma perspectiva dos atuais, pois refletem a mentalidade das populações daquela época”<sup>85</sup>. Em vista disso, a fim de avançar no debate a respeito do processo de produção do Recenseamento Geral do Império, dedicaremos as próximas linhas para realizar ponderações e comentários focados nas críticas que precisam ser consideradas (ou não foram comentadas o suficiente até aqui) ao se utilizar de uma fonte tão complexa quanto o censo de 1872.

Diante de toda a importância dessa documentação, esta tarefa se torna fundamental para que se estabeleça um uso historiograficamente responsável de suas informações. Assim, a seguir, buscaremos elencar dez tópicos contendo ora sínteses do dito até aqui, ora outras considerações críticas concernentes à publicação e produção do recenseamento realizado em 1872.

Primeiro, como já foi elucidado, o censo não pode ser visto fora do seu devido contexto político e ideológico, já que representou um projeto estadístico do Império do Brasil, conforme as referências internacionais de sua época. Pelo visto, o censo foi útil quanto ao objetivo de inserir o país dentre aquelas nações ditas civilizadas, e isso significou um olhar bastante tendencioso na hora de interpretar e apresentar os seus números, de modo que várias questões receberam tratamentos especiais em função dessas demandas externas. Um exemplo com que podemos ilustrar essa tendência foi a maquiagem dada para o tópico da condição jurídica através da tentativa de branqueamento e otimização da percepção de liberdade, assim como a perspectiva econômica, enquanto mão de obra, empregada aos imigrantes.

---

<sup>83</sup> SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. v 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

<sup>84</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 184.

<sup>85</sup> NADALIN, Sergio O. *História e demografia*: Elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.p 59.

Segundo, mesmo que em seu resultado o recenseamento demonstre uma tabela fria, racional e impessoal, não se pode perder de vista que sua execução foi uma operação sócio-política quente e pessoal. A interlocução entre as esferas do governo, os laços pessoais de confiança das comissões e das províncias, os estranhamentos entre as comissões e os seus agentes recenseadores, a interação desses com a população em todas as casas, as reações de cada chefe de família ao preencher (ou ter preenchida) sua lista, as possíveis correções, lacunas e emendas, representaram uma imensa cadeia de relações singulares.<sup>86</sup>

Terceiro, precisa ser considerado que o recenseamento foi realizado na forma de autodeclaração, o que naturalmente implica problemas. Seguramente, a escolha metodológica gerou muitos erros e omissões, proporcionados, além do óbvio contexto de analfabetismo da maior parte da população, pelos mais variados motivos conjunturais inerentes à época, como o receio pelo aumento de impostos e o medo do alistamento militar<sup>87</sup>. Este último que, segundo Regina Faria, recorrentemente era executado de forma arbitrária, especialmente entre as populações mais pobres<sup>88</sup>.

Quarto, muitas províncias e municípios encontraram dificuldades devido à carência de recursos técnicos, experiência dos recenseadores e até mesmo dinheiro para executar os trabalhos censitários, o que em alguma medida pode ter comprometido a profissionalização do processo.<sup>89</sup>

Quinto, é pertinente levar em consideração a questão logística, visto que os adiantamentos e atrasos ocorridos, do mesmo modo que as lacunas em algumas paróquias dispersas ou em grupos humanos inteiros nos obrigam a considerar as

---

<sup>86</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “*eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos*”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 129.

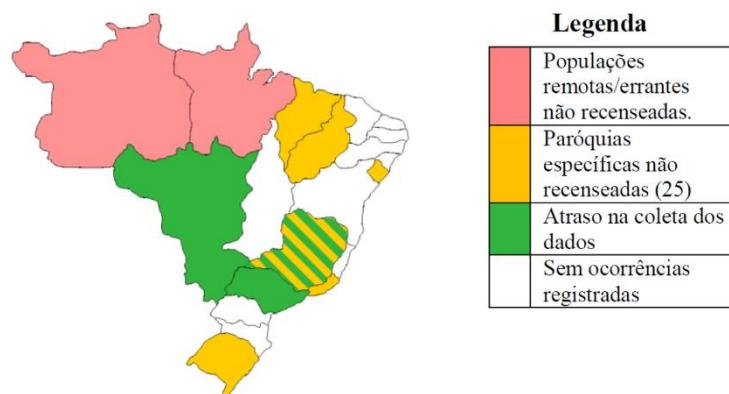
<sup>87</sup> PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p 11. Disponível em: <[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>88</sup> FARIA, Regina Helena Martins de. Cidadania e Recrutamento Militar no Brasil Império. In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília/UNB: ANPUH, 2017. p 06. Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489620810\\_ARQUIVO\\_Cidadaniaerecruitamento\\_militarnoBrasilImperio-artigo.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489620810_ARQUIVO_Cidadaniaerecruitamento_militarnoBrasilImperio-artigo.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>89</sup> Diante disso, em busca de uma solução para a matéria, o responsável provincial, José Maria do Couto, “ponderou, após o censo, que a melhoria da situação não dependia apenas da vontade do presidente de província e sugeriu a criação de seções de estatísticas anexas às secretarias dos governos provinciais” e, ainda, destacou a província da Bahia como referência, uma vez que já dispunha do serviço. Dessa maneira, menciona que, com a experiência de 1872, pessoas bem-sucedidas nos trabalhos poderiam ser contratadas de forma definitiva para fazer a interlocução província-DGE, e afirma, que, sem isso, seria muito difícil superar as dificuldades enfrentadas no primeiro recenseamento.

limitações geográficas do recenseamento. Muitas informações foram comprometidas pelas dificuldades de acesso, pela “vida errante” de algumas populações, pelos atrasos no despacho do material, ou mesmo pelo mau estado com que chegaram ao seu destino. Vejamos o mapa desenvolvido por Diego Bissigo que aponta espacialmente como ficou o status de cada região do Brasil diante dos trabalhos de recenseamento.

### Mapa 01 – Império do Brasil - Falhas na aplicação do censo de 1872



BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 125.

O recenseamento não conseguiu estabelecer um olhar completo sobre o país. Ocorreram atrasos em boa parte do território, 25 paróquias<sup>90</sup> ficaram sem inventariar sua população e duas províncias inteiras, Pará e Amazonas, não foram sequer recenseadas<sup>91</sup>. Além disso, em certas paróquias do Rio Grande do Sul, as listas de famílias chegaram em péssimo estado de tal modo que, em parte, comprometeram o recolhimento dos dados.<sup>92</sup>

A respeito dessas ausências de algumas paróquias, cita-se um exemplo dentro do próprio município de Muriahé, o curato do Divino Espírito Santo, que, a princípio, não

<sup>90</sup> O relatório crítico do CEDEPLAR/UFMG publicado em 2012, página 08, menciona 32 paróquias sem dados arrolados no censo.

<sup>91</sup> Essa ausência das províncias nortistas se justifica por uma conjunção de fatores, a começar pela grande área territorial, dificuldade de acesso e, especialmente, à vida “errante” dessas populações.

<sup>92</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 125-126.

apresentou seus dados.<sup>93</sup> Como o levantamento realizado em campo foi feito por paróquia, é provável que a comissão responsável pela freguesia não os tenha enviado em tempo hábil para a Diretoria Geral de Estatística, sendo essa, possivelmente, uma das paróquias mencionadas com dados ausentes.<sup>94</sup>

Contudo, nos intriga o fato de o jornal “Diário de Minas”, publicado em Ouro Preto na data de 05 de fevereiro de 1874, transcrever, em nome do governo, uma nota de louvor e agradecimento ao curato do Divino Espírito Santo, do município de Muriaé, pelo “zelo e patriotismo em virtude dos trabalhos de recenseamento de sua população”.<sup>95</sup> Diante dessa evidência, se por um lado, não se identifica o exato motivo da ausência dos dados censitários do curato, por outro, refuta-se a ideia de que o curato não tenha feito ou não tenha enviado o recenseamento para a capital.<sup>96</sup> Fica aqui um fio para futuras pesquisas.

Coloca-se como sexto ponto a ser observado a questão da captação dos dados da população indígena, pois, como mencionado por Bissigo, a “vida errante” de certas populações abre questionamento sobre quantos indígenas foram de fato recenseados.

Citaram-se casos no Amazonas porque se havia conhecimento da existência daqueles grupos a ponto de poder-se estimar o número de indivíduos. No entanto, os relatórios não mencionam nenhuma estimativa de outras populações indígenas não-aldeadas, mas cuja existência era conhecida, fenômeno que ocorria em toda parte do Império, embora talvez em proporções menores que as do Amazonas e do Pará.<sup>97</sup>

Portanto, pode-se concluir que o recenseamento de 1872 não se configura como uma fonte adequada para perceber de maneira completa a existência dessas populações nativas, que, de modo indiscutível, se faziam presentes ao longo de todo o território do Império brasileiro e ficaram preteridas nas tabelas da publicação final de 1876. Todavia,

---

<sup>93</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. p. 67.

<sup>94</sup> PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2012. p. 08. Disponível em: <[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023. p. 23.

<sup>95</sup> *Jornal Diário de Minas* de 05 fev. 1874. Ano II. Nº 200. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=376523&PagFis=2551&Pesq=muriae>>. Acesso em 26 jan. 2023.

<sup>96</sup> Essa questão é retomada na conclusão da dissertação com algumas novas conjecturas.

<sup>97</sup> BISSIGO, Diego Nones. *A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”*: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p. 127-128.

não deixa de ser pertinente afirmar que muito provavelmente não haja outra fonte voltada para essa população com informações tão abrangentes e confiáveis.

Sétimo, considera-se a dificuldade de recenseamento da mobilidade da população. Como a definição de família no censo não estava apenas vinculada às pessoas em uma relação de economia e dependência comum, mas também ao fato de morarem em determinada residência, as migrações sazonais representaram (e ainda representam) um grande desafio aos recenseadores. A busca pela uniformidade de enquadramento dos dados era constantemente minada por essa migração que escapava às jurisdições previamente estabelecidas. Soma-se a isso a adaptação feita na data-referência do censo brasileiro para acompanhar o modelo de aplicação europeu, que era realizado no período do inverno por acreditar que, devido às baixas temperaturas, mais pessoas seriam encontradas em casa para responder ao mesmo. Entretanto, essa estratégia se mostrou equivocada na realidade brasileira, visto que essa estação não chegava a impedir a mobilidade por se tratar de um país tropical.

Oitavo, há várias brechas no preenchimento das fichas de família que nos levam a ponderar sobre as informações nelas contidas. Como dito anteriormente, o analfabetismo da maior parte dos cabeças de família juntamente com a possibilidade de correções nas fichas por parte das comissões censitárias locais, sem contar o próprio processamento da informação pela DGE, nos sugerem a probabilidade real do cometimento de equívocos.<sup>98</sup> Logo, a chance de que as informações fossem dadas de forma errônea e/ou manipulada precisa ser levada em conta.

Nono, dentro da metodologia da DGE estabeleceu-se uma técnica de estimativa para os locais que, ao final dos trabalhos, ainda não havia dados. Desse modo, a essas paróquias não-recenseadas, os próprios relatórios explicitaram que se aplicou uma relação direta para com os registros eleitorais, de forma que se praticou a proporção de 4 pessoas por eleitor, como numa espécie de “referencial universal”. Na época, no

---

<sup>98</sup> BISSIGO, Diego N. Notas sobre o censo de 1872: Relações entre a Diretoria Geral de Estatística e as províncias do Império. In: *Anais VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 2013. p 12 e 13. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos.6/diegobissigo.pdf>> Acesso em 16 de jan. 2023.

fechamento do processamento de dados dentro das salas da DGE, tal técnica de projeção adicionou mais de 180 mil habitantes ao Império.<sup>99</sup>

Ainda cabe destacar um décimo ponto, as transgressões pontuais motivadas por interesses estritamente pessoais, praticadas por alguns recenseadores, das quais citaremos um caso, que, certamente, não foi único no país.

A queixa dos autores de uma coluna de opinião (que assinaram como “Nautilus”) referia-se ao município de Laguna e era a de que, por serem “ignorantes” ou “fátuos”, os próprios agentes recenseadores estariam orientando as pessoas a devolverem a lista de família “logo que estiver cheia”, o que poderia ocorrer já no dia seguinte, antes da data proposta pelo artigo de legislação citado por eles. Aproveitaram para alfinetar a conduta dos agentes, interessados nos “estéreis, porém públicos agradecimentos do governo” e na “estulta glória de mandarem seus nomes para o rol dos dignos de remuneração honorífica”.<sup>100</sup>

Por fim, de maneira geral, existiram algumas lacunas, ocorreram disparidades metodológicas entre um ano e outro, houve algum descuido no preenchimento das listas, correções dos recenseadores e vários outros pontos falhos. Não obstante, de modo algum isso deve impedir a utilização dessa fonte, mas, com certeza, impõe cuidados ao fazê-lo. Em outras palavras, embora alguns dos resultados nele contidos estejam, em alguma medida, inexatos, não se pode exigir precisão matemática numa operação deste gênero<sup>101</sup>, de modo que, com as devidas considerações, é inegável que o recenseamento possui dados preciosos para avaliar-se a situação do Império.

Sobre isso, Bissigo diz o seguinte:

Concordaram vários diretores e comentadores que, no fundo, o censo foi um “ensaio”, uma “base” para o futuro. Reconheceram alguns equívocos, atrasos, omissões. No entanto, nem sempre essas ponderações acompanham os olhares dos pesquisadores que, sob as mais infinitas motivações e possibilidades, correm os olhos sobre essas tabelas tão arduamente construídas. Levar em consideração as limitações do censo é amadurecer as possibilidades de sua utilização.<sup>102</sup>

Estabelecer um olhar maduro. É justamente essa a nossa intenção ao construir uma discussão pormenorizada sobre a fonte censitária. Afinal, o recenseamento foi realizado, as fichas foram recolhidas e o material foi processado e divulgado pela DGE

---

<sup>99</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 128.

<sup>100</sup> \_\_\_\_\_, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável...” p 124.

<sup>101</sup> Até mesmo os censos atuais são questionáveis.

<sup>102</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável...” p 184.

ao longo daquela década.<sup>103</sup> Salvo imperfeições pontuais, o censo transcorreu de maneira satisfatória e, em 1875, publicava-se a prévia do “algarismo exato da população do país”: o Brasil havia recenseado 9.930.478 habitantes.<sup>104</sup>

Da ficha preenchida num rincão provinciano à mesa do diretor geral na Corte, da informação manuscrita ao dado publicado na coleção final, da legislação à finalização, essa produção de dados é fascinante em vários sentidos: permite detectar influências e ambições, vislumbrar o campo de possibilidades de seus idealizadores, deparar-se com as escolhas que fizeram os funcionários da DGE e perceber como classificações que consideramos tão básicas (como a condição social “escravo-livre”, por exemplo) são frutos de uma política, de inspirações internacionais e adaptações internas.<sup>105</sup>

Ao fim do processo, embora o censo não tenha cumprido, no império, a tarefa de abrir caminho para pesquisas sucessivas, contínuas e regulares, como previa a regulamentação da DGE, e que, nesse sentido, tenha limitado o estabelecimento de um Estado com visão, ele foi considerado, ao menos em si mesmo, como um legítimo recenseamento. “O censo de 1872 foi realizado com sucesso nas palavras de ministros do Império e de diretores da DGE. [...] um verdadeiro monumento digno de figurar entre os melhores do seu gênero: um censo completo e metodologicamente bom.”<sup>106</sup>

Podemos então afirmar que, atualmente, ele se configura como uma fonte privilegiada de informações da realidade oitocentista do país, visto que possibilita a observação do pesquisador em diversas perspectivas, desde a demográfica, social, passando pela econômica, educacional e cultural. Até mesmo seus erros possuem valor para a construção historiográfica. Além do mais, seus dados possibilitam que tecnologias atuais produzam subsídios muito interessantes para os inúmeros trabalhos históricos, como o elaborado recentemente pelo site G1.

---

<sup>103</sup> BISSIGO, Diego N. Notas sobre o censo de 1872: Relações entre a Diretoria Geral de Estatística e as províncias do Império. In: *Anais VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 2013. p 12 e 13. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/diegebissigo.pdf>> Acesso em 16 de jan. 2023.

<sup>104</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>105</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 24.

<sup>106</sup> \_\_\_\_\_, Diego N. Notas sobre o censo de 1872... p 03.

## Mapa 02 – Brasil segundo densidade demográfica em 1872



Fonte: Infográfico mostra evolução do Brasil desde o primeiro Censo, em 1872. (02/07/2023) Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/07/02/infografico-mostra-evolucao-do-brasil-desde-o-primeiro-censo-em-1872.ghtml>> Acesso em: 09 jul. 2023

Após perceber que muitos dos erros do censo de 1872 poderiam ser corrigidos e em busca de emergir maior confiabilidade aos dados, no início da década de 1980 a Universidade Federal de Minas Gerais, através do seu Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR/UFMG), iniciou um longo processo de revisão e correção do recenseamento de 1872. Após 30 anos, o trabalho culminou (em 2012) com a disponibilização da integralidade dos números corrigidos, juntamente com a publicação de um relatório crítico. Por causa desse serviço, os dados, atualmente, estão acessíveis para download na plataforma online do CEDEPLAR,<sup>107</sup> completamente digitalizados e organizados através do software “Access”. Qualquer pesquisador interessado pode obter gratuitamente suas informações.

Referente ao recenseamento e à maneira como ele chegou até nossos dias, é importante deixar claro que todo esse processo produziu basicamente três formas distintas de resultados deliberadamente organizados e sistematizados conforme as circunstâncias de cada época: primeiro, as listas de família (que não foram encaradas como resultado, mas como parte do processo da publicação oficial, embora nós as

<sup>107</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.



vejamos também como uma forma de resultado); segundo, a publicação oficial feita em 1876; e, por fim, o terceiro resultado, que foi a publicação revisada, corrigida e digitalizada do CEDEPLAR em 2012. Na sequência, vamos tentar esclarecer melhor esses pontos que chamamos de resultados.

Primeiro, trata-se das próprias listas de família preenchidas que retornaram para a DGE após 1872. Embora não tenham sido preservadas em arquivos, reuniram informações qualitativas sobre os indivíduos recenseados de modo que, através delas, conseguir-se-iam realizar pesquisas pelos nomes das pessoas e suas famílias, assim como era possível perceber as hierarquias dos fogos (domicílios) através da ordem do seu preenchimento. Além disso, aos olhos do pesquisador atento, as observações, marcações e formas peculiares de preenchimento poderiam se tornar excelentes fontes de pesquisas completamente originais e distintas do que se publicou em 1876. Afinal, naquele momento a diretoria de estatística focou seu trabalho em transformar esses indivíduos em números frios, como realmente se esperava que se fizesse. Lamentamos a ausência dessas listas em nossos arquivos.

Segundo, tem-se a publicação final do recenseamento em 1876 compilada em 23 volumes com 8.546 quadros que foram deliberadamente construídos a partir de uma percepção específica sobre as listas de família, isto é, com ordem e sistematização voltadas exclusivamente aos interesses estadistas do contexto interno e externo da época em que foi construído.

O terceiro tipo de resultado, o mais recente, foi trazido pela pesquisa de revisão e correção empreendida pelo CEDEPLAR da UFMG, que se configurou numa outra forma de apresentação dos mesmos dados da publicação de 1876, só que agora mais distante cronológica, política e culturalmente do contexto em que foi produzido, o que implica, naturalmente, uma maior objetividade e compromisso com a demografia histórica e a história quantitativa, sem contar que tem à mão as novas tecnologias computacionais, possibilitadas pelos tempos mais recentes.

Em outras palavras, os dados estão em um software (Access), na forma de banco de dados, de modo que as suas informações podem ser consultadas de acordo com o interesse do pesquisador, através do mecanismo do filtro de buscas. Sem o filtro, os dados estão dispostos por paróquia, em ordem alfabética, e separados por escala (nacional, provincial, municipal e paroquial).

Assim, no banco de dados do CEDEPLAR, tem-se, de cada paróquia, além do total de habitantes, a discriminada da população na devida ordem, por raça, estado civil, religião, nacionalidade, instrução, frequência escolar, defeitos físicos, ausentes, transeuntes, faixa etária (sendo discriminada por mês no primeiro ano de vida, por quinquênios até os 30 anos e decênios até os maiores de 100 anos), brasileiro segundo origem, estrangeiro segundo origem e, por fim, as profissões (com os grupos de variáveis organizados entre profissionais liberais, industriais, comerciais, manuais, mecânicas, agrícolas, outras ocupações e sem profissão). Ainda cabe destacar que cada uma dessas discriminações está subdividida por condição jurídica (escravo, livre e total), sexo (homem, mulher e total) e total global. Para mais, no “Acess”, todas essas informações podem ser facilmente filtradas e visualizadas, com recortes e escala almejada.

Por fim, ao colocar o censo como instrumento de legibilidade de sua população, o Estado brasileiro, no ímpeto de ver o todo de forma homogênea, precisou lidar com suas partes heterogêneas, ou seja, trabalhar bem as articulações entre Corte e províncias, e das províncias com as paróquias, apesar de suas relações nem sempre serem bem alinhadas.<sup>108</sup> Tentando resumir todo o processo na perspectiva da simplificação para a inteligibilidade, é correto dizer que ocorreram, com a conclusão do recenseamento de 1872, três grandes realizações.

A primeira conseguiu transformar o mundo observável em palavras que pudessem se moldar às linhas e colunas da lista de família (formulário), encaixando os indivíduos e suas características em categorias pré-definidas e coletando apenas as informações que interessavam ao “observador oficial”. A segunda consistiu na tradução das listas em números, permitindo que os indivíduos já representados por seus nomes e dados, se transformassem em abstrações numéricas.<sup>109</sup> E a terceira, consideramos o

---

<sup>108</sup> BISSIGO, Diego Nones. A “*eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos*”: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p 26.

<sup>109</sup> Na primeira simplificação, cada família poderia fornecer um retrato mais ou menos reconhecível de sua composição. Em meio à simplificação, ainda apareciam nomes, relações de parentesco, idades, profissões, “condições especiais e observações”. Na segunda simplificação, as famílias foram totalmente desagregadas e cada indivíduo passou a compor uma unidade na paróquia, na província, no país. Os nomes foram suprimidos, as idades foram postas em faixas, as profissões/ocupações foram categorizadas. Algumas das simplificações, no entanto, já existiam dentro da lista de família, que outorgou aos chefes de família a função de definir para cada um de seus membros uma dentre quatro cores e um dentre três estados civis. Mais simples ainda, deu a esses chefes (ou aos agentes recenseadores), a tarefa de

trabalho de revisão realizado pelo CEDEPLAR, que, embora tenha sido realizado em circunstâncias completamente diferentes, efetivou um aperfeiçoamento à pesquisa original.

---

distinguir, de maneira binária, o letrado do iletrado, o são do defeituoso, o católico do acatólico, o nacional do estrangeiro.

## 1.2 Almanak Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Geraes

Outra fonte utilizada neste trabalho são as publicações dos Almanaks Administrativos, Civis e Industriais da Província de Minas Gerais. Apesar de não figurar como coluna mestra, suas informações realizam um papel complementar fundamental ao trazer uma nova perspectiva sobre a mesma realidade espacial e temporal exposta pelo Censo e, principalmente, ao possibilitar o tratamento quantitativo e serial de seus elementos. Além disso, seus dados revelam muitas características qualitativas da população e de sua organização naquele momento, identificando com nome e sobrenome todos os agentes sociais catalogados com suas respectivas funções na localidade, o que abre inúmeras possibilidades para o historiadores.

Mas, afinal, o que eram esses Almanaks da província de Minas Gerais, qual o sentido de sua existência naquela conjuntura política, social, econômica e cultural? Segundo um dicionário da língua portuguesa de 1789,

“Almanak” era um Livro de notícias das pessoas de ofícios públicos civis ou militares, com observações meteorológicas e algumas notícias Históricas e Cronológicas. Livro que contém a distribuição do ano por meses e dias, com a notícia das festas, vigílias, mudanças da lua etc. folhinha.<sup>110</sup>

Em 1813, outra publicação de dicionário do mesmo autor, Silva, definia almanak de forma bastante semelhante. Ele dizia: “livro em que estão declarados por ordem os dias do mês, os meses, variações da lua, os dias santos, feriados etc”.<sup>111</sup> Ainda, para o Dicionário da língua brasileira de 1832, produzido por Luiz Maria da Silva Pinto em Ouro Preto, na tipográfica de Silva: almanak era um “Livro em que se dá notícia das pessoas que servem em offícios públicos nas habitações, etc. Livro em que se apontam os dias, e meses do ano com as festas, mudanças da lua, etc.”<sup>112</sup>

Nesta perspectiva, um almanaque – ou folhinha – era, portanto, o que hoje chamaríamos preferencialmente de calendário, com suas principais datas comemorativas cívicas e religiosas, porém com o agregado de outras informações

---

<sup>110</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*, composto pelo Padre Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por... . Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789. p 62.

<sup>111</sup> PIMENTA, João Paulo. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. *Tempo*, Niterói, Vol. 27, n. 1, pp 51-70, Jan./Abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/7r9MMBhBtMwhfXQjcZqWByn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 06 jul. 2023. p 52.

<sup>112</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

pertinentes às ocupações dos indivíduos na sociedade, especialmente aqueles com funções públicas. Entretanto, é necessário demonstrar que esses impressos não reduziam seu significado às explanações delineadas por esses dicionários de época. Pode-se dizer que elas trazem boas introduções ao que de fato representavam esses impressos. Efetivamente, traziam em si implicações mais amplas e complexas, como a questão da relação da formação dos imaginários individuais e coletivos em suas interconexões com o estabelecimento de um poder estatal consoante a um corpo político e simbólico centralizado.

Na perspectiva da construção do imaginário, produzir e circular um periódico que garantisse a unidade da informação e da leitura de realidade se tornava uma excelente ferramenta da forja da visão estatal em benefício de um governo imperial centralizado. Nesse sentido, Walter Benjamin afirma que obras com esse caráter seriam “monumentos de uma consciência histórica[...]”<sup>113</sup>, que, a nosso ver, produziriam, conseqüentemente, indivíduos de cosmovisão bastante específica, isto é, adequados ao pertencimento daquele Estado. Em complemento a isso, João Paulo Pimenta, ao refletir o contexto da construção das independências ibero-americanas, afirma que perceber a materialidade da experiência do tempo através dos impressos voltados para a marcação da vida cotidiana nos oferece pistas muito fecundas para pensar a edificação dos Estados que estavam surgindo.<sup>114</sup>

A partir de 1808, portanto, moradores do Brasil – e não só do Rio de Janeiro – passaram a ter acesso mais fácil e direto a uma publicação impressa que estabelecia marcos temporais e ditava ritmos da vida cotidiana, em uma mescla de referências naturais, religiosas e laicas.

Representando tempos cíclicos da natureza e da vida religiosa, almanaques traziam também informações sobre os ocupantes de cargos públicos e horários de repartições públicas, precedidas pela apresentação das “eras” que marcavam a cristandade desde a criação do mundo, reunindo, de forma peculiar, informações voltadas para o passado, o presente e o futuro.

Essas informações chegavam a moradores para os quais as publicações impressas e periódicas eram ainda incomuns; que conheciam relógios, mas os utilizavam pouco, preferindo ainda os de sol, ampulhetas e clepsidras aos mecânicos, e os públicos aos

---

<sup>113</sup> BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Trad. J. Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p 24

<sup>114</sup> PIMENTA, João Paulo. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. *Tempo*, Niterói, Vol. 27, n. 1, pp 51-70, Jan./Abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/7r9MMBhBtMwhfXQjcZqWByn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 jul. 2023. p 53-54.

privados; e que viviam em uma sociedade fundamentalmente agrícola e pouco industrializada, portanto, em forte dependência dos ciclos naturais como parâmetros de tempo. Em um meio com tais características, mesmo que majoritariamente formado por pessoas iletradas, o impacto dos almanaques não deve ser menosprezado.<sup>115</sup>

Nessa perspectiva, ao lembrar a revolução francesa de 1789, tem-se um exemplo a respeito da importância do calendário e a sua relação com o poder estatal. Naquela ocasião, os revolucionários criaram uma forma de marcar a passagem do cotidiano através do chamado “Calendário Revolucionário Francês” ou “Calendário Republicano”, pelo qual se pretendia reiniciar a computação dos dias. Com isso, a temporalidade revolucionária seria legitimada tanto como uma experiência de “suspensão do tempo”, na qual a transformação histórica almejada se tornava efetiva, quanto na dimensão da repetição e rememoração de novos feriados e datas festivas, que consolidariam memórias coletivas legitimadoras da realidade política recém-criada.<sup>116</sup>

A respeito da experiência do calendário revolucionário, Reinhart Koselleck afirma que “a novidade real não é a nova forma de contagem ou a aparente naturalidade maior, a metafórica de sua nomenclatura ou sua suposta racionalidade maior. A novidade consiste na ideia de poder reiniciar a própria história por meio de um calendário.”<sup>117</sup> Visto dessa forma, Pimenta reitera que a problematização sobre o calendário é, de certo modo, uma problematização a respeito do “poder”, da intensidade das rupturas e dos padrões de continuidade.<sup>118</sup> Ainda pondera que “nos almanaques, forjavam-se tempos de acordo com vontades sociais, e com projetos e objetivos deliberados”.<sup>119</sup>

Nesse sentido, os Almanaks podem ser considerados efetivos instrumento na constituição, visualização e consolidação do Estado, assim como, ao seu modo, o recenseamento também o é. Por um lado, através de sua função de marcar e significar o tempo, ele estabelece uma memória coletiva em torno do “mito” de fundação nacional e seus símbolos, que naquele momento estavam vinculados à religião e à monarquia, enquanto, por outro lado, por meio do inventário do território sob seu domínio e dos

---

<sup>115</sup> PIMENTA, João Paulo. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. *Tempo*, Niterói, Vol. 27, n. 1, pp 51-70, Jan./Abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/7r9MMBhBtMwhfXQjcZqWByn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 06 jul. 2023. p 58.

<sup>116</sup> \_\_\_\_\_, João Paulo. *As revoluções...* p 53-54.

<sup>117</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2014. P 227.

<sup>118</sup> PIMENTA, João Paulo. *As revoluções...* p 53-54.

<sup>119</sup> \_\_\_\_\_, João Paulo. *As revoluções...* p 58-59.

seus respectivos agentes sociais, em suas mais variadas ações e fluxos, garantiria a sensação da presença do Estado no cotidiano da população. Em vista disso, João Paulo Pimenta ainda menciona a publicação dos Almanaks como uma contribuição sensível para o aumento dos espaços públicos de discussão política, econômica e cultural no Brasil.<sup>120</sup>

Como a produção e circulação dos Almanaks estavam intimamente vinculadas à construção de um imaginário estadístico, é razoável pensar que esses impressos relativos à colônia eram produzidos em Portugal e, que, a partir da proclamação da independência, sua edição e impressão se estabeleceram no Brasil ao mesmo tempo em que, inerentemente, se intensificou a produção de um tipo de conteúdo que sistematicamente procurava separar símbolos temporais e administrativos portugueses do que deveras pertencia ao Brasil e que, de maneira progressiva, essas referências à antiga metrópole foram paulatinamente diminuindo até desaparecerem por completo entre suas linhas. A propósito, Pimenta discorre na mesma direção.

Com a formalização da Independência do Brasil, definida ao longo de 1822, ia se consolidando também como um processo de reinvenção do tempo. Este seria um processo árduo, em consonância com outras dificuldades inerentes à construção de um Estado e de uma nação de brasileiros que não existiam antes, mas que agora se beneficiariam de elementos anteriores, inclusive a diferenciação política entre Brasil e Portugal por meio de uma diferenciação de marcos temporais e de ritmos de vida cotidianos, incluindo esforços deliberados de manipulação e controle de cronologias, narrativas históricas e calendários.<sup>121</sup>

Além do mais, os almanaks efetivamente poderiam contribuir para a promoção da unidade nacional brasileira através da subversão narrativa em relação à cronologia que regia a visão sobre os anos anteriores e que continuaria a ocorrer nos anos seguintes com uma interpretação original do tempo de modo sempre sintonizado com as novas conjunturas políticas, logo, simbólicas. Portanto, estadísticas.<sup>122</sup>

Após elucidar o significado dos Almanaks no contexto da independência e comparar com materiais do mesmo gênero publicados nas décadas de 1860 e 1870 na província de Minas Gerais, constata-se que sua função prática e simbólica não mudou

---

<sup>120</sup> PIMENTA, João Paulo. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. *Tempo*, Niterói, Vol. 27, n. 1, pp 51-70, Jan./Abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/7r9MMBhBtMwhfXQjcZqWByn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 06 jul. 2023. p 85.

<sup>121</sup> \_\_\_\_\_, João Paulo. *As revoluções...* p 61.

<sup>122</sup> *Ibidem*. p 61-62.

muito. Assim, nesta sequência, pretendemos detalhar especificamente as publicações que foram analisadas neste trabalho, uma vez que nem todos os Almanaks de província produzidos no Império estão acessíveis e/ou viáveis para pesquisa.<sup>123</sup>

Ao observar com maior minuciosidade esses Almanaks publicados na província de Minas Gerais entre as décadas de 1860 e 1870, percebe-se que neles havia mais elementos do que fora explicitado nas definições encontradas nos dicionários de época, o que corrobora, como exposto anteriormente, a perspectiva de legibilidade das ações estatais e da construção do imaginário simbólico estadístico, ainda mais quando se atenta aos tipos de informações que eram dispostas em suas páginas. Para se ter uma ideia melhor a esse respeito, tomemos como exemplo o caso do Almanak de 1872 que foi publicado em 1873. O exemplar contém 751 páginas organizadas em três seções. Vejamos.

A primeira parte, que ocupa 12% de suas folhas, apresenta informes sobre as partidas, linhas, agentes e ajudantes dos correios; horários de funcionamento das repartições públicas mais importantes; os nomes dos representantes provinciais em cada região do interior; o quadro de identificação nominal da divisão territorial e administrativa da província (organizado em comarcas, municípios, paróquias e distritos); a genealogia da chamada augustíssima casa imperial; toda a organização do governo imperial com o devido nome dos ocupantes de cargos (desde os agentes do poder executivo, passando pelo legislativo, até o judiciário).

Também traz os nomes das organizações superiores militares e eclesiásticas; o corpo diplomático do Brasil no estrangeiro; a relação dos oficiais do registro geral de hipoteca na província; o quadro do pessoal empregado no serviço de catequese na província; a relação nominal dos empregados na guarda-moria geral das Minas, assim como dos escrivães da fazenda provincial; as listas nominais de juizes de diversos campos; os oficiais do exército reformados; a lista dos empregados aposentados da província; as determinações diversas do presidente de província destinadas às suas partes interiores; entre outros. Veja o índice da parte tal qual está no original.

---

<sup>123</sup> Analisamos e usamos ao longo do trabalho os dados provenientes de quatro edições dos Almanaks da província de Minas Gerais, citam-se as de 1864, 1870, 1873 e 1875. Aqui, observa-se que as informações dos Almanaks eram catalogadas em um ano para valer no seguinte. Isto é, em 1863, 1869, 1872 e 1874 esses dados de fato foram recolhidos. Nas discussões deste trabalho, optamos por usar a mesma nomenclatura utilizada oficialmente em suas capas, isto é, para o ano em que eram válidos.



Imagem 02 – Índice da 1ª Parte do Almanak de província para o ano de 1873

**INDICE.**

**I.ª PARTE.**

	Pag.ª		Pag.ª
Advertencias . . . . .	3	Feriados . . . . .	34
Audiencias . . . . .	3	Juizes commissarios . . . . .	88
Agentes e ajudantes dos correios . . . . .	71	Officiaes reformados residentes . . . . .	89
Casa Imperial . . . . .	53	Ditos do registro geral de hipotecas . . . . .	70
Conselho d'Estado . . . . .	54	Quadro da Divisão Territorial . . . . .	7
Corpo Legislativo Geral . . . . .	55	Relação dos aposentados . . . . .	90
Conselho Supremo Militar . . . . .	66	Representação Provincial . . . . .	32
Calhequeza . . . . .	77	Substitutos dos Juizes de Direito . . . . .	96
Corpo Diplomatico . . . . .	68	Summidades Ecclesiasticas . . . . .	66
Collectores e Escrivães . . . . .	89	Secretarias de Estado . . . . .	53
Divizão Territorial . . . . .	5	Tabella das chegadas e partidas dos Correios . . . . .	36
Directoria Geral dos Correios . . . . .	67	Dita dos correios do Ouro Preto . . . . .	37
Dias de Jejum no Bispado . . . . .	41	Dita dos da Corte . . . . .	38
Empregados da Guardamoria . . . . .	78	Tribunaes Superiores . . . . .	61
Empregados das agencias dos correios . . . . .	71	Thesouro Nacional . . . . .	65
Folhinha . . . . .	42		
Familia Imperial . . . . .	52		

Almanak Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais (AACIPMG). Edições impressa em 1872 para o ano de 1873. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38625>

Na segunda parte do impresso do Almanak, tem-se a maior seção do documento, que ocupa 62% de suas páginas, na qual são publicados os dados históricos e geográficos de seus municípios, assim como denomina os ocupantes de todas as funções públicas das respectivas comarcas, municípios, freguesias e distritos. Além disso, também elenca os nomes e funções dos agentes sociais não-públicos: fazendeiros, agricultores, carpinteiros, seleiros, entre tantos outros detentores de profissões em geral. Vide o início do índice da 2ª parte do original, da qual seguem mais sete páginas semelhantes com o índice das comarcas, municípios, paróquias e distritos da província.

Imagem 03 – Índice da 2ª Parte do Almanak de província para o ano de 1873

<b>2.ª PARTE.</b>	
COMARCAS.	
	Pag.ª
Baependy . . . . .	498
Cabo Verde . . . . .	450
S. Francisco . . . . .	369
Gequitinhonha . . . . .	344
Gequitahy . . . . .	358
Itapirassaba . . . . .	365
Itajubá . . . . .	426
Itapeçerica . . . . .	472
Jacuby . . . . .	394
Jaguary . . . . .	527
Leopoldina . . . . .	251
Muriahé . . . . .	230
Ouro Preto . . . . .	107
Piranga . . . . .	159
Pitangui . . . . .	182
Piracicava . . . . .	205
Parahybuna . . . . .	283
Paraopeba . . . . .	301
Paracatu . . . . .	376
Paranahyba . . . . .	409
Prata . . . . .	523
Queluz . . . . .	119
Rio das Velhas . . . . .	144
Rio Novo . . . . .	274
Rio Pardo . . . . .	334
Rio Dourados . . . . .	383
Rio Grande . . . . .	462
Rio Verde . . . . .	483
Rio das Mortes . . . . .	311
Sapucahy . . . . .	437
Serro . . . . .	537

Almanak Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais (AACIPMG). Edições impressa em 1872 para o ano de 1873. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38625>

Já na terceira e última parte, que corresponde a 26% das folhas publicadas, o documento apresenta uma seção bastante diversificada quanto aos assuntos tratados em suas subseções. O seguimento traz desde leis publicadas, informações de balanços das contas públicas, orçamento, dívida pública, passando por tabelas de taxações, exportações, emissão e gestão do papel moeda, até matérias eleitorais diversas, como a exposição do seu corpo eleitoral provincial, bem como as fundações eclesiásticas. Além disso, essa divisão final do impresso expõe dados geológicos e mineralógicos da província, das loterias, do quadro dos ministros e secretarias de Estado, das listas dos principais chefes de Estado do mundo naquele momento, assim como o quadro das populações das principais capitais e cidades do mundo. Como se não bastasse, também informa sobre os militares, alguns registros meteorológicos de Ouro Preto, algumas peças literárias e narrações de fatos criminais relevantes ocorridos na província. Vide o índice original.

## Imagem 04 – Índice da 3ª Parte do Almanak de província para o ano de 1873

**3.ª PARTE.**

**CONTEM AS SEGUINTEs MATÉRIAS :**

- 1.ª Lei do orçamento vigente de 1773 a 1574.
- 2.ª Quadro da receita e despesa provincial desde Julho de 1835 até Junho de 1870.
- 3.ª Dito da divida provincial desde Julho de 1837 a Junho de 1870.
- 4.ª Dito das rendas geraes de 1850 até 1871.
- 5.ª Relação dos proprios provinciaes existentes até 31 de Outubro de 1872.
- 6.ª Quadro do exportação desde 1865 á 1870.
- 7.ª Quadro de taxas funerarias no mesmo periodo.
- 8.ª Relação dos proprios geraes existentes até 30 de Dezembro de 1872.
- 9.ª Decreto n. 1729 de 1869 creando diversos collegios electo-  
raes na provincia.
- 10.ª Decreto n. 4889 de 1872 regulando a ajuda de custo aos  
sacerdotes eicitos e confirmados Bispos.
- 11.ª Quadro da criação do Arcebisado e Bispalos do Im-  
perio.
- 12.ª Relação das Camaras Ecclesiasticas da provincia.
- 13.ª Quadro da fundação dos conventos do Imperio.
- 14.ª Relação dos mineraes e rochas existentes em varias loca-  
lidades da provincia de Minas
- 15.ª Loterias concedidas a esta provincia.
- 16.ª Quadro da emissão, substituição e queima do papel moeda  
desde 1835 até 1871.
- 17.ª Tabella da divida activa das provincias
- 18.ª Dito da exportação de café desde 1822 até 1870.
- 19.ª Quadro dos Ministros e secretarios de Estado desde 1865  
até 1871.
- 20.ª Divida interna fundada até 31 de Dezembro de 1870.
- 21.ª Relação dos titulares fallecidos desde 1822 até 1870.

— 2 —

- 22.ª Relação dos Membros da administração da sociedade  
auxiliadora da industria no biennio de 1872 e 1873.
- 23.ª Nomes e titulos dos chefes dos principaes Estados do  
mundo.
- 24.ª Quadro da população das principaes capitales e cidades do  
mundo.
- 25.ª Dito da marinha mercante das nações estrangeiras em  
1870.
- 26.ª Correspondencias de algumas éras com a vulgar.
- 27.ª Narração dos ultimos momentos do infeliz Joaquim José  
da Silva Xavier Tiradentes por um Frade que o assistio até o  
patíbulo.
- 28.ª Tabella das observações thermometricas da cidade de Ouro  
Preto tomadas pelo prestante cidadão Dr. Eugenio Celso Nogueira  
em sua residencia á rua direita da freguezia de Ouro Preto.
- 29.ª Minas do Chumbo da Galena em Doros da Marmelada.

Almanak Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais (AACIPMG). Edições impressa em 1872 para o ano de 1873. Disponível em: <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38625>

Visto isso, destaca-se que a estrutura da publicação apresentada até aqui se repetia em todas as edições analisadas, apenas com distinção quanto à riqueza de detalhes nas informações de algumas áreas. Assim, é notório que o Almanak da

Província não representava apenas o que os dicionários de época expressavam a seu respeito, pois suas páginas transcendiam essas definições. Esses periódicos possuíam uma função muito além do simples registro de tempo, eram, de fato, um ponto de inteligibilidade e legibilidade do Estado diante do cotidiano de sua população, uma espécie de “Diário Oficial”, digo, anuário oficial. Em outras palavras, tinha um papel claro e fundamental dentro da estatística moderna. Pérola Maria Goldfeder e Castro assegura.

Nesse movimento de instrução popular e formação de comunidades [...], o estabelecimento de um contínuo temporal por meio dos calendários, [...] não foi a única preocupação pedagógica expressa nos almanaques. Fazia-se necessário, de outras maneiras, fundar estas comunidades no espaço. Em uma realidade socioespacial esgarçada, como a do Brasil no século XIX, cuja grande extensão territorial dificultava a percepção de totalidade do Império e mesmo das províncias, os almanaques investiram-se de um aspecto civilizador, servindo não apenas para ordenar o tempo, como também para costurar o espaço, através do inventário de suas partes.<sup>124</sup>

O município de Muriaé foi publicado em todas as edições analisadas. Em função disso, através das profissões divulgadas, pode-se perceber a maneira como se organizavam e se estruturavam vários seguimentos públicos daquela sociedade, como as áreas administrativa, jurídica, saúde, segurança, eclesiástica e instrução, sem contar os serviços provinciais que ocorriam na localidade. Além disso, também se percebem as ações privadas tanto na área urbana como na rural.

Em relação aos dados municipais apresentados nas publicações, notamos que algumas edições trouxeram os nomes dos informantes, como a edição de 1864 proveniente da matéria fornecida por Dr. Adeodato Serrano Pires; a de 1870, elaborada por Manoel Fortunato Pinto, Rev. Jeronymo Pinto Velloso, Dr. Francisco de Assis Martins e por outros dois senhores cujos nomes não foram citados. Por fim, a edição de 1875 também explicitou sua fonte como sendo o Dr. João Chrysostomo. Quanto à edição para o ano de 1873, os responsáveis não foram apresentados.

Caminhando para finalizar essa parte, é importante ressaltar que o Almanak é uma fonte histórica que não pode ser vista como um retrato fidedigno dos locais que propõe inventariar, mas, sim, como uma vontade e/ou viabilidade político-

---

<sup>124</sup> CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Inventário do espaço na oficina da vida: Imagens e representações do Sul de Minas Gerais no Almanach Sul-Mineiro, 1874. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*: São Paulo, julho 2011. p 03. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307754278\\_ARQUIVO\\_PerolaMariaG.Castro-ArtigoSNHANPUH2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307754278_ARQUIVO_PerolaMariaG.Castro-ArtigoSNHANPUH2011.pdf)> . Acesso: 15 out. 2022.

administrativa para obtenção de informações sobre os povoamentos. Vontade, pelo fato de o editor possuir vontade política, isto é, tem interesse em mostrar a área devido considerá-la relevante; e viabilidade, pelo fato de a localidade apresentar organização administrativa suficiente para conseguir fornecer seus dados aos moldes exigidos pela publicação oficial.

Em outras palavras, as letras contidas nas publicações se referem exatamente a essa “vontade/viabilidade” justamente pelo fato de as localidades não serem listadas com isonomia. Assim, municípios com maiores detalhes impressos, pode significar proeminência ou organização, enquanto os menos detalhados não quer dizer, necessariamente, inexistência, talvez apenas inexpressão ou desimportância para aquela conjuntura, ou mesmo desorganização.

Ao considerar esses pressupostos para analisar os almanaks, é possível um olhar com maior perícia e maturidade sobre essa fonte tão ímpar, visto toda sua riqueza de detalhes e significado histórico. Por causa disso, decidimos empreender um raciocínio lógico a partir da possibilidade de serialização de dados entre uma tiragem e outra. Assim, após tabular as informações e perceber que, em várias edições, ocorrem reincidências de matéria, a recorrência passa a se tornar um indicador de pertinência da informação. Em outros termos, se o mesmo dado se repete ano a ano, aumenta-se a robustez da evidência.

Isso posto, para finalizar, afirma-se que, de maneira especial, os Almanaks Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Geraes,<sup>125</sup> publicados entre as décadas de 1860 e 1870, trazem luz para as localidades que compõem a província<sup>126</sup> em suas principais dinâmicas, a fim de se tornar uma referência existencial para o funcionamento e gestão una da província no ano seguinte à sua confecção. Destarte, torna-se interessante observar suas informações e perceber como cada área era registrada no sentido de aferir a organização, influência política, destaque econômico, bem como o horizonte de expectativa para o local. Afinal, como dito, nem todos os municípios eram catalogados com o mesmo rigor, da mesma forma como muitas paróquias apresentavam certa assimetria quanto ao grau de detalhamento das

---

<sup>125</sup> Almanak Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais (AACIPMG). Edições de 1865; 1870; 1873 e 1875.

<sup>126</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

informações. Portanto, em vista disso, essas assimetrias podem significar um indicador importante de conjuntura.

### 1.3. Outras fontes

Outras fontes históricas utilizadas neste trabalho, mesmo que em menor proporção, foram as Listas de Qualificação de Votantes de 1876, os Inventários *post mortem* das décadas de 1860 e 1880 e as Listas de Matrículas de Escravos de 1872. No que se refere à demografia histórica, essas evidências do passado são ao mesmo tempo falhas e complementares. Elas são falhas no sentido de que não oferecem a mesma amplitude de análise dos censos, pois registraram parcelas muito limitadas da população, sendo, portanto, adequadas apenas para proporções sobre grupos selecionados. Elas são complementares em função de captarem grupos diferentes e singulares daquela sociedade. Por exemplo, enquanto nas Listas de Votantes se encontra o perfil de uma elite livre, masculina, alfabetizada, de maioria branca e afortunada, do ponto de vista dos Inventários *post mortem* e Listas de Matrículas de Escravos se vislumbra o outro extremo dessa sociedade. Como os escravos eram bens de seus senhores, eles apareciam listados e caracterizados nesses tipos de documentos.

Nas qualificações de votantes, encontramos o nome, a idade, a profissão, o estado civil e a escolaridade dos indivíduos listados. Esse documento foi encontrado no Arquivo do Memorial Municipal de Muriaé, dentro da caixa 11 das “Atas de eleições (1873-1889)”. Nos inventários *post mortem*, acha-se o nome do escravo, sexo, idade, cor, profissão, estado civil e valor de mercado. Esse documento foi visto no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, paleografado, catalogado e disponibilizado por Vitória Schettini em anexo ao final de sua tese de doutorado.<sup>127</sup> Esses inventários são de dois períodos distintos e com intervalo entre si. A saber, o primeiro período compete de 1858 a 1868, enquanto o segundo trata de 1878 a 1888. As Listas de Matrículas de Escravos de 1872 foram catalogadas a partir do acervo do Cartório do 1º Ofício Cível de Muriaé. O seu conjunto total de registros disponíveis representam 99 matrículas com 1070 escravos discriminados por nacionalidade, faixa etária, origem, profissão e valor. Esses dados foram disponibilizados e anexados à tese de doutorado de Rômulo Andrade.<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. p 227-231.

<sup>128</sup> ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove*. A subjetividade do escravo perante a

Por fim, destaca-se aqui o fato da complementaridade temporal existente entre os dados presentes nos Inventários e as Listas de Matrículas, quando os primeiros trazem dados da década de 1860 e 1880 e as segundas, da década de 1870.

No próximo capítulo, começaremos a explorar as possibilidades de análise proporcionadas pelas informações trazidas pelo Censo de 1872 e demais fontes. Inicialmente, faremos uma discussão a respeito do povoamento com o devido esclarecimento da constituição espacial e administrativa do município de Muriahé na década de 1870. Na sequência, exploraremos a fonte no intuito de estabelecer um panorama econômico do município, sobretudo a partir das profissões dos indivíduos. Por fim, observaremos Muriahé através das informações migracionais expostas pelo Censo de modo a estabelecer uma discussão sobre a mobilidade espacial na área em estudo.

---

coisificação social própria do escravismo. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p 134-142.



## Capítulo II – Muriaé: povoamento, economia e mobilidade espacial da população na década de 1870

### 2.1. Povoamento da região e organização da administração pública

O povoamento da região tem seus primeiros sinais no início do século XVIII com a abertura do caminho novo do ouro que utilizou o trecho ao sul da Zona da Mata em seu trajeto para o Rio de Janeiro, onde de ranchos e vilas surgiram os primeiros sinais de população branca<sup>129</sup> radicada nessas paragens.<sup>130</sup> No período aurífero, essa área também foi utilizada como rota para contrabando de metais preciosos oriundos da área central de Minas, o que lhe rendeu a denominação de zona proibida.

Todavia, Ricardo Zimbrão e Bruno Vittoretto afirmam que foi nos anos finais do século XVIII e iniciais do XIX, com a decadência do ouro, que efetivamente a região começou a ser ocupada por brancos<sup>131</sup>. Rômulo Andrade salienta que a província de Minas Gerais manteve relações muito estreitas com a Corte no Rio de Janeiro, caracterizando-se pela produção agrícola voltada para o seu abastecimento e que, a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo a Zona da Mata mineira se consolidou como grande produtora de café e relevante concentradora de contingentes escravos.<sup>132</sup>

Partindo para uma perspectiva espacial mais ampla, a provincial, John D. Wirth frisa que Minas não era necessariamente uma região homogênea, mas um mosaico de sete zonas diferentes. Esse fato implicou que cada área se desenvolveu numa linha diferente de tempo, o que resultou em uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos.<sup>133</sup> Carrara afirma que quanto mais distante da área de

---

<sup>129</sup> Na área, foram encontrados, já estabelecidos, índios Puri, Coroado e Botocudo.

<sup>130</sup> VITTORETTO, Bruno Novelino. A conformação da Zona da Mata mineira no mercado Mundial do café no século XIX. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 5 Nº 9 Jul-Dez 2010. p. 82-83.

<sup>131</sup> PAULA, Ricardo Zimbrão de Affonso de. História da formação regional da Zona da Mata. In: SOUSA, Jorge Prata e ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. P 51-77

<sup>132</sup> ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

<sup>133</sup> WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*; tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

mineração, sentido Zona da Mata mineira ao Mucuri e Jequitinhonha, mais tarde seria efetivada a ocupação.<sup>134</sup>

Entre a instalação das primeiras vilas em Minas Gerais até por volta de 1900, não havia uma carta geográfica com delimitações claras dos territórios. Como o controle sobre as divisas era bastante falho, algumas vilas apareciam nos documentos pertencentes a uma determinada província e, pouco tempo depois, eram apresentadas como pertencentes a outra jurisdição.

Além disso, nem mesmo os representantes locais sabiam com certeza sobre os limites dos distritos, o que muitas vezes causava uma administração confusa uma vez que as divisões territoriais, política, administrativa, eclesiástica e judiciária se sobrepunham num emaranhado de idas e vindas, o que, atualmente, torna bastante difícil o trabalho historiográfico que se debruça sobre o problema da definição de limites territoriais locais.

Muitos distritos eram instalados antes mesmo da criação das freguesias ou paróquias, tendo apenas uma natureza administrativa, pois possuíam apenas serviços de policiamento e fiscalização. Logo nos primeiros anos de povoamento, surgiram as vilas, as paróquias ou freguesias. Neste sentido, vale a pena esclarecer que a freguesia era o distrito territorial de uma paróquia, isto é, o território subordinado a um prior ou vigário paroquial, com autoridade jurídico-administrativa e eclesiástica.<sup>135</sup>

Segundo Vitória Fernanda Schettini, havia apenas uma divisão regional inespecífica: “por iniciativa do Serviço de Estatística Geral da Secretaria da Agricultura, o território mineiro foi dividido para fins de agrupamentos estatísticos em nove zonas: Centro, Norte, Nordeste, Leste, Mata, Sul, Oeste, Triângulo e Noroeste”.<sup>136</sup>

Além dessas fragmentações intraprovinciais, Ângelo Carrara relata que com a Zona da Mata não foi diferente, pois uma divisão tripartite também pode ser vista internamente,<sup>137</sup> citam-se as sub-regiões norte, central e sul. Vejamos, especificamente, sobre a área central, onde está o objeto deste estudo.

---

<sup>134</sup> CARRARA. Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo...*

<sup>135</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. p 39.

<sup>136</sup> \_\_\_\_\_, Vitória Fernanda. Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriaé: conflitos e redes de sociabilidades. In. SOUSA, Jorge Prata e ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravidão e riqueza*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

<sup>137</sup> CARRARA. Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. Série Estudos*, nº 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999.

De acordo com Ângelo Carrara, a ocupação do solo e o acesso à terra na Zona da Mata Central, - espaço territorial compreendido pelos municípios que abrangem a margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce, e daí para o leste do Espírito Santo, atuais municípios de Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá e parte setentrional do rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras), - abarcavam, no início do século XIX, duas áreas distintas. Uma primeira constituída pelos aldeamentos indígenas do Presídio e do Guido-Wal, e de Manoelburgo; núcleos dos atuais municípios de Visconde do Rio Branco, Guidoval e Muriaé; e uma segunda, onde a presença indígena era relativamente menor, no vale do ribeirão Ubá entre os três aldeamentos, e o antigo aldeamento do Rio Pomba, fundado em 1768.<sup>138</sup>

Enquanto na sua sub-região sul (Juiz de Fora, Mar de Espanha e etc...) a cafeicultura já era desenvolvida em meados do século XIX, a consolidação dessa cultura iria ocorrer nas outras sub-regiões (Central e Norte) apenas com a chegada da ferrovia nos anos finais dos oitocentos, conforme o “efeito de encadeamento” desenvolvido por Anderson Pires.<sup>139</sup>

Vitória Fernanda Schettini,<sup>140</sup> em seu artigo intitulado “Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriaé: conflitos e redes de sociabilidades”, ratifica a importância que a rede hidrográfica do sertão central da Zona da Mata mineira teve no processo de transposição das delimitações geográficas para a expansão das relações sociais e comerciais na área. Pode-se dizer que foram esses rios que possibilitaram o processo de formação e organização das vilas, freguesias e cidades na região antes da construção da ferrovia.

No entanto, é importante ponderar que a ocupação da Zona da Mata mineira se deu a partir de um movimento centrífugo tendo, como centro irradiador, a região mineradora onde se encontravam Vila do Carmo e Vila Rica.

Por possuir menor concentração demográfica nativa próxima ao ribeirão Ubá e ao rio Pomba, o autor afirma que as primeiras concessões de sesmarias na região foram doadas neste vale em 1775. O que leva a deduzir que a ocupação centrífuga, partindo da Vila do Carmo, atual Mariana, para a Zona da Mata Mineira (Prado Júnior, 1995; Cunha, 2002a) iniciou primeiramente próximo às serras da

---

<sup>138</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. p 17.

<sup>139</sup> PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata - 1889/1930*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, Juiz de Fora, 2004.

<sup>140</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriaé: conflitos e redes de sociabilidades. In. SOUSA, Jorge Prata e ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravidão e riqueza*. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

Mantiqueira e Espinhaço, em sentido galopante, morro abaixo, afastando-se cada dia mais da área mineradora.<sup>141</sup>

Essa força centrífuga ocorreu a despeito do relevo acidentado do interior de Minas, o que nos leva a considerar que a importância da rede hidrográfica mencionada por Schettini nos remeta, em alguma medida, também a um fluxo de povoamento proveniente da província do Rio de Janeiro, em razão da viabilidade dos seus meios fluviais de acesso à área, sendo, portanto, a ocupação da região marcada, possivelmente, por duas frentes. A localização em área de contato entre as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo também corrobora esse ponto de vista.

Nesse contexto regional, São Paulo do Muriaé viria a se emancipar administrativamente de São João Batista do Presídio em 1855, na quarta geração de emancipações da província de Minas Gerais<sup>142</sup>, passando a ocupar a categoria de Vila e, dez anos depois, em 1865, viria a ser definida como cidade.<sup>143</sup>

A saber, o Império era estruturado<sup>144</sup> na forma de estado unitário através de províncias e estas, por sua vez, estavam formadas pelo conjunto de espaços territoriais (de administração local) denominados municípios, assim como estes também se constituíam do agrupamento de várias microrregiões organizadas em torno das igrejas católicas, identificadas pelo santo orago<sup>145</sup>.

Essas partes dos municípios eram classificadas como paróquias ou freguesias<sup>146</sup>, tendo o censo se apropriado da primeira expressão<sup>147</sup>. Como se não bastasse, havia ainda uma subdivisão do município estritamente administrativa chamada de distrito, que muitas vezes não era uma paróquia, mas fazia parte de alguma. Em outras palavras, toda paróquia era um distrito, mas nem todo distrito era uma paróquia. Por exemplo, em

---

<sup>141</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriaé: conflitos e redes de sociabilidades. In: SOUSA, Jorge Prata e ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravidão e riqueza*. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

<sup>142</sup> \_\_\_\_\_, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. p 44.

<sup>143</sup> NOSSA HISTÓRIA (s.d.). Disponível em: <https://muriac.mg.gov.br/nossa-historia>. Acesso em: 26 jan. 2023.

<sup>144</sup> Hierarquia administrativa do Império em ordem decrescente: Império, província, comarca, cidade, vila e arraial.

<sup>145</sup> Fonte oral – Joel Peixoto Manoel. Entrevista concedida em 12 de março de 2021.

<sup>146</sup> PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. *Revista (Con)Textos Linguísticos. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo*. Vitória, v. 10 n. 17, pp 153-167, 2016. p 160.

<sup>147</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

1872, Muriahé<sup>148</sup> possuía 15 distritos<sup>149</sup>, sendo dois<sup>150</sup> curatos<sup>151</sup> e apenas 9 paróquias,<sup>152</sup> sendo São Paulo do Muriahé sua sede administrativa.<sup>153</sup>

Embora o objeto espacial deste trabalho, o município de Muriahé, apareça constituído de maneira diferente nas duas fontes<sup>154</sup> em que foi possível observar suas partes, essas diferenças não expressam confrontos diretos de informações, mas complementaridades. Em outros termos, o Almanak da província expõe maior riqueza de detalhes, enquanto o Recenseamento oculta algumas informações. Vejamos a estrutura do município expressa pelo Censo.

---

<sup>148</sup> Almanak Administrativa, Civil e Industrial da província de Minas Gerais de 1872. p. 12.

<sup>149</sup> De acordo com o Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais publicado em 1873, naquele momento Muriahé era constituído pelos seguintes distritos: São Paulo do Muriahé-SPM, atual Muriaé; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV, corrente Dores da Vitória; Nossa Senhora da Glória – NSG, Itamuri; São Francisco do Glória – SFG, com mesmo nome atualmente; Santa Luzia do Carangola – SLC, corrente Carangola; Divino Espírito Santo – DES (Não aparece no censo), presente Divino de Carangola; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA, atual Cachoeira Alegre; São Francisco de Assis do Capivara – SFAC, Palma; São Francisco de Paula da Boa Família – SFPBF, Boa Família; São Sebastião da Mata – SSM, atual Eugenópolis; Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola – NSCTC, chamado atualmente, Tombos; São João da Cachoeira Alegre – SJCA, Sem identificação da localidade atual; Santo Antônio do Carangola – SAC, atual Porciúncula; Nossa Senhora do Patrocínio do Muriahé – NSPM, Patrocínio do Muriahé; e Santa Rita do Glória – SRG, Miradouro.

<sup>150</sup> O curato do Divino Espírito Santo não aparece no censo.

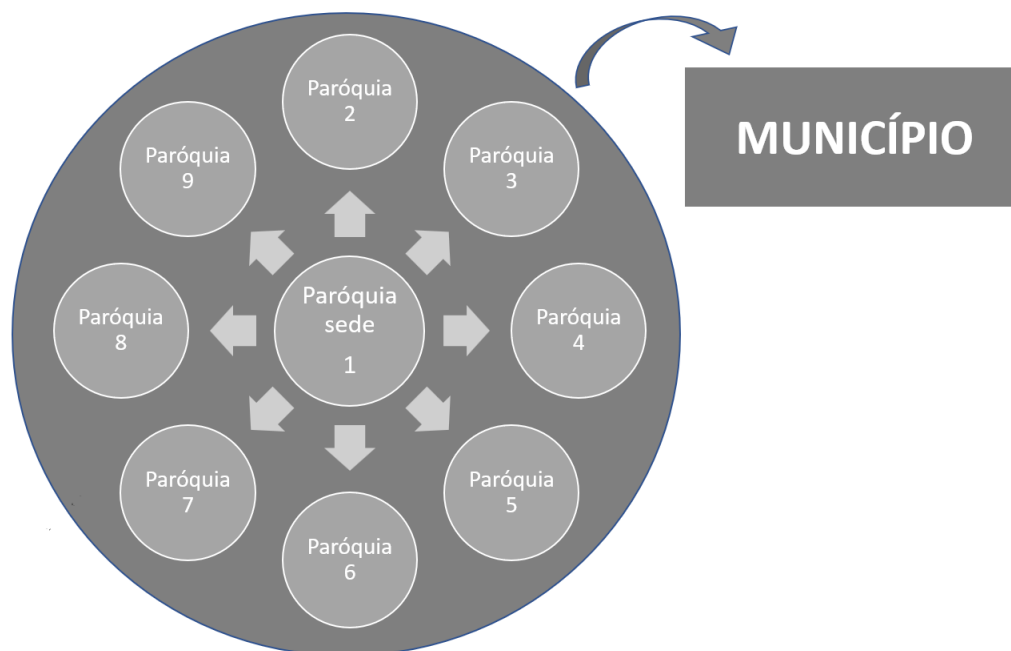
<sup>151</sup> “Paróquia menor” subordinada eclesiasticamente a outra paróquia.

<sup>152</sup> De acordo com o Censo de 1872 e os Almanaks de Província do período, naquele momento Muriahé era constituído pelas seguintes paróquias e “curatos”: São Paulo do Muriahé- SPM, atual Muriaé; “Nossa Senhora das Dores da Vitória” – NSDV, corrente Dores da Vitória; Nossa Senhora da Glória – NSG, Itamuri; São Francisco do Glória – SFG, com mesmo nome atualmente; Santa Luzia do Carangola – SLC, corrente Carangola; “Divino Espírito Santo” – DES, presente Divino de Carangola; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA, atual Cachoeira Alegre; São Francisco de Assis do Capivara – SFAC, Palma; São Francisco de Paula da Boa Família – SFPBF, Boa Família; São Sebastião da Mata – SSM, atual Eugenópolis; e Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola – NSCTC, chamado atualmente, Tombos.

<sup>153</sup> ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.*

<sup>154</sup> Censo de 1872 e Almanaks.

**Imagem 05 - Estrutura administrativa do município de Muriahé – Segundo o Censo de 1872**



Fonte: Elaboração do autor, a partir do Censo de 1872.

Com as informações captadas no Almanak da Província, sem ausências de dados e com maior riqueza de detalhes, consegue-se perceber igualmente as nove paróquias trazidas pelo censo, porém com a discriminação dos seus curatos e distritos subordinados. Portanto, a partir da conjunção das duas fontes, conseguimos obter o quadro a seguir com a organização administrativa interna do município de Muriahé.

**Quadro 01 - Estrutura administrativa com paróquias e distritos do município de Muriahé – Segundo o Almanak de Província de 1873**

<p align="center"><b>9ª - PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO CAPIVARA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distrito de São Francisco de Assis do Capivara</li> </ul>	<p align="center"><b>2ª - PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE PAULA DA BOA FAMÍLIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distrito de São Francisco de Paula da Boa Família</li> <li>• Distrito/Curato de Nossa Senhora das Dores da Victoria</li> </ul>	<p align="center"><b>3ª - PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO DA CACHOEIRA ALEGRE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distrito de São Sebastião da Cachoeira Alegre</li> <li>• Distrito de Nossa Senhora do Patrocínio do Muriahé</li> </ul>
<p align="center"><b>8ª - PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO DA MATTA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distrito de São Sebastião da Matta</li> </ul>	<p align="center"><b>1ª - PARÓQUIA SÃO PAULO DO MURIAHÉ</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distrito de São Paulo do Muriahé</li> <li>• Distrito de São João da Cachoeira Alegre</li> <li>• Distrito de Santo Antônio do Carangola</li> </ul>	<p align="center"><b>4ª - PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO GLÓRIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distrito de Nossa Senhora do Glória</li> <li>• Distrito de Santa Rita do Glória</li> </ul>
<p align="center"><b>7ª - PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE TOMBOS DO CARANGOLA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distrito de Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola</li> </ul>	<p align="center"><b>6ª - PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distrito de São Francisco do Glória</li> </ul>	<p align="center"><b>5ª - PARÓQUIA SANTA LUZIA DO CARANGOLA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distrito de Santa Luzia do Carangola</li> <li>• Distrito/Curato de Divino do Carangola</li> </ul>

Fonte: Elaboração do autor, a partir do Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais publicado em 1873.

Na perspectiva cartográfica, o mapa<sup>155</sup> abaixo demonstra o jogo de proporção e a relação de localização entre o Brasil, Minas Gerais e a Zona da Mata mineira e, na sequência, apresenta-se outro, de escala maior, sobre Muriahé com os detalhes específicos da época.

<sup>155</sup> Referência cartográfica atual, mas que nos serve de ilustração da localização do nosso objeto oitocentista.

### Mapa 03 - Minas Gerais. Destaque Zona da Mata.



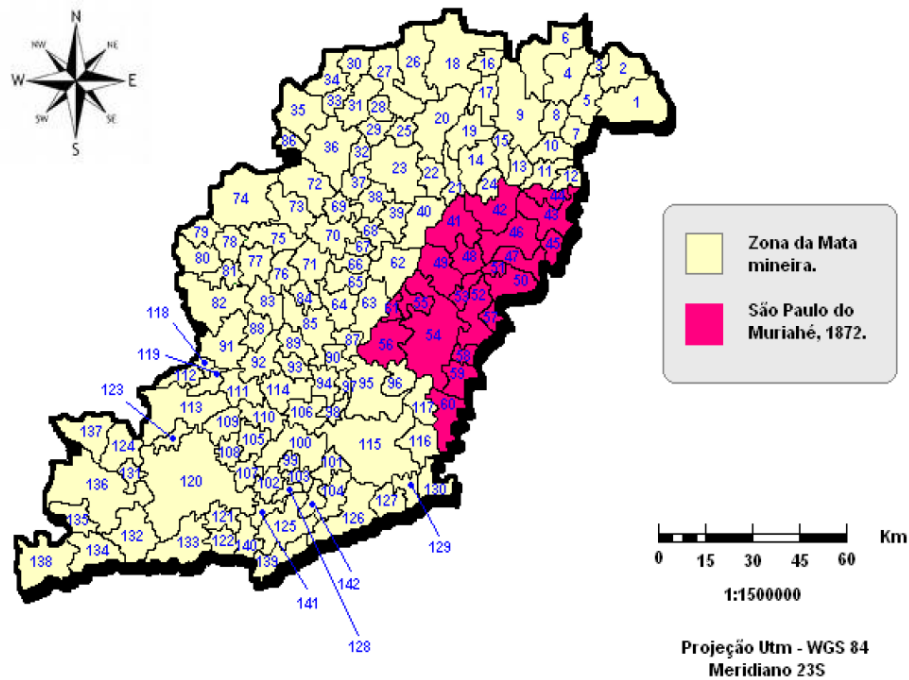
Fonte: Zona da Mata Mineira. Disponível (s.d.). Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Zona\\_da\\_Mata\\_Mineira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_da_Mata_Mineira)> Acesso em: 08 jul. 2023

Com base nos dados apresentados pelo Recenseamento Geral do Império de 1872, Vitória Schettini desenvolveu um mapa que corresponderia ao município.



## Mapa 04 - Zona da Mata de Minas Gerais. Destaque Muriahé, 1872



1-Lajinha	42-Divino	83-Dores do Turvo	124-Bias Fortes
2-Chalé	43-Espera Feliz	84-Divinesia	125-Mar de Espanha
3-S. J. do Mantimento	44-Caparaó	85-Ubá	126-Além Paraíba
4-Santana do Manhuaçu	45-Caiana	86-Acaíaca	127-Volta Grande
5-Durandé	46-Carangola	87-Guidoal	128-Guarará
6-Simonésia	47-Faria Lemos	88-Silverânea	129-Estrela Dalva
7-Martins Soares	48-São Francisco do Glória	89-Tocantins	130-Pirapetinga
8-Reduto	49-Miradouro	90-Rodeiro	131-Pedro Teixeira
9-Manhuaçu	50-Tombos	91-Mercês	132-St. B. do Monte Verde
10-Manhumirim	51-Pedra Dourada	92-Rio Pomba	133-Belmiro Braga
11-Alto Jequitibá	52-Eugenópolis	93-Piraúba	134-Rio Preto
12-Alto Caparaó	53-Vieiras	94-Astolfo Dutra	135-Olaria
13-Luisburgo	54-Muriaé	95-Cataguases	136-Lima Duarte
14-St. Margarida	55-Rosário da Limeira	96-Santana de Cataguases	137-St. Rita de Ibitipoca
15-S. João do Manhuaçu	56-Mirai	97-Dona Eusébia	138-St. Rita de Jacutinga
16-Vermelho Ilovo	57-Ant. Prado de Minas	98-Itamarati de Minas	139-Chiador
17-Caputira	58-Patrocínio do Muriaé	99-Rochedo de Minas	140-Santana do Deserto
18-Raul Soares	59-Barão do M. Alto	100-S. João Nepocuceno	141-Pequeri
19-Matipó	60-Palma	101-Argirita	142-Senador Cortes
20-Abre Campo	61-S. Sebastião da Vargem Alegre	102-Bicas	
21-Pedra Bonita	62-Ervália	103-Maripá de Minas	
22-Sericita	63-Guiricema	104-Sto. A. do Aventureiro	
23-Jequeri	64-Visconde do R. Branco	105-Goianá	
24-Orizânia	65-S. Geraldo	106-Descoberta	
25-Sto. Antônio do Grama	66-Coimbra	107-Chácara	
26-S. Pedro dos Ferros	67-Cajuri	108-Coronel Pacheco	
27-Rio Casca	68-S. Miguel do Anta	109-Piau	
28-Piedade de P. Nova	69-Teixeira	110-Rio Ilovo	
29-Urucânia	70-Viçosa	111-Tabuleiro	
30-Sem Peixe	71-Paula Cândido	112-Oliveira Fortes	
31-St. Cruz do Escalvado	72-Guaraciaba	113-Santos Dumont	
32-Oratórios	73-Porto Firme	114-Guarani	
33-Rio Doce	74-Piranga	115-Leopoldina	
34-Dom Silvério	75-Presidente Bernardes	116-Recreio	
35-Barra Longa	76-Senador Firmino	117-Laranjal	
36-Ponte Nova	77-Brás Pires	118-Paiva	
37-Amparo do Serra	78-Sra. de Oliveira	119-Aracitaba	
38-Pedra da Anta	79-Lamin	120-Juiz de Fora	
39-Canaã	80-Rio Espera	121-Matias Barbosa	
40-Araponga	81-Cipotânea	122-Simão Pereira	
41-Fervedouro	82-Alto Rio Doce	123-Ewbank da Câmara	

Fonte: SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. p. 67.

Em resumo, de acordo com os dados censitários, o município de Muriahé era subdividido em apenas 9 paróquias e 1 curato, sendo uma delas, São Paulo do Muriahé, a sua sede. Contudo, ao se cruzar as informações do Censo com os Almanaks da Província e o mapa do município elaborado por Schettini, consegue-se estabelecer uma visão mais detalhada de suas partes assim como da hierarquia que as organiza. Primeiro, nota-se que o recenseamento não trouxe o distrito do curato do Divino Espírito Santo. Segundo, os curatos, muito provavelmente, estavam subordinados às paróquias, sendo essa classificação intermediária entre distrito e paróquia. Isto é, era um distrito mais importante eclesiasticamente, porém não tanto para ser paróquia. Portanto, em 1872, o município era formado por 9 paróquias que se subdividiam em 15 distritos, sendo 2 deles curatos.

Após perceber com clareza essa questão, torna-se relevante perguntar se os dados censitários realmente não apresentaram Divino. Nesse ponto de vista, como o curato, em alguma medida, equivalia a distrito e o Censo não considerou essa escala, abre-se a possibilidade de os distritos estarem diluídos nos dados de suas respectivas<sup>156</sup> paróquias, estando, na verdade, completo o Censo sobre o município. Isso explicaria o fato de o jornal “Diário de Minas”, publicado em Ouro Preto em 1874,<sup>157</sup> ter tecido elogios e agradecimentos ao curato do Divino pelos trabalhos realizados no Censo. Pensar que as limitações metodológicas do recenseamento podem ter colocado na publicação final a discriminação de um curato e não para o outro, também corrobora essa conjectura. Sobre isso, por ora deve-se considerar como hipótese, visto que carece de um estudo mais detalhado. Enfim, é a partir dessa organização administrativa/territorial municipal que toda a reflexão deste trabalho será construída.

Na próxima seção, buscaremos identificar elementos conjunturais ligados à economia do município na década de 1870 e seus arredores temporais de modo a demonstrar a área como parte de um todo. Para isso, diante das possibilidades fornecidas pelas fontes,<sup>158</sup> faremos essa tratativa através, especialmente, da reconstituição do mundo do trabalho em suas profissões/ofícios existentes naquela população. Olharemos a dinâmica econômica a partir dos habitantes. Em outras

---

<sup>156</sup> Vide Quadro 01.

<sup>157</sup> *Jornal Diário de Minas* de 05 fev. 1874. Ano II. Nº 200. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=376523&PagFis=2551&Pesq=muriahe>>. Acesso em 26 jan. 2023.

<sup>158</sup> Censo de 1872, Almanaks de Província, Lista de Votantes de 1876 e os Inventários.

palavras, se existe população em uma área é porque ela sobrevive; se ela sobrevive, é porque produz riqueza/autoconsumo; para produzir, ela usa seu tempo desenvolvendo habilidades que naturalmente se adaptam às possibilidades proporcionadas pela área; logo, essas habilidades se tornam, em alguma medida, predominantes e passam a ser consideradas características de uma população.

## 2.2. Economia municipal no contexto da década 1870 e a perspectiva das profissões/ocupações

Ao longo do século XIX, devido ao desenvolvimento da lavoura cafeeira, à aproximação da Inglaterra, modificação de política tarifária e abolição do tráfico de escravos, a economia brasileira foi marcada por uma significativa expansão econômica, especialmente nos setores secundários e terciários. Embora a guerra contra o Paraguai (1864-70) tenha criado um cenário de desequilíbrio econômico, alguns empréstimos contraídos possibilitaram a quitação de dívidas antigas, investimentos em indústrias e ferrovias, o que também resultou no reforço do equilíbrio financeiro do país nas décadas de 1870 e 1880. Foi a primeira experiência de modernidade experimentada pela nação, o que resultou num sensível aumento do padrão de vida da população.<sup>159</sup>

Em meio a esse desenvolvimento, o perfil da população brasileira sofria mudanças, desde o crescimento absoluto até a composição da estrutura demográfica, já que, em termos absolutos, a população crescia de forma tímida, enquanto em sua composição o percentual de cativos se reduzia cada vez mais.<sup>160</sup> Ao mesmo tempo, embora ostentasse a mesma lógica na evolução composicional, a província de Minas Gerais apresentava um significativo crescimento absoluto de seus habitantes, tanto escravos quanto livres.<sup>161</sup> É possível perceber que, nas áreas analisadas, ocorreu um movimento de diminuição relativa da população escrava e aumento do trabalho livre,<sup>162</sup> o que denotava uma nova dinâmica econômica.<sup>163</sup>

Assim, ao contrário da estagnação demográfica pós mineração em que muitos acreditavam, o crescimento populacional da província, ao longo do século XIX, estava intimamente ligado ao seu novo arranjo em torno da agricultura, especialmente ao

---

<sup>159</sup> SANTOS, Lucimar Felisberto dos. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, pp. 245-247, 2009.

<sup>160</sup> \_\_\_\_\_, Lucimar Felisberto dos. “Doses” de liberdade... p. 248.

<sup>161</sup> BATISTA, Caio da Silva. Economia e escravidão urbana na Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13º Conferência Internacional de História de empresas*. Niterói, 2017. p 13.

<sup>162</sup> Posteriormente, trataremos com maior profundidade a questão da condição jurídica.

<sup>163</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População De Minas Gerais Na Segunda Metade Do Séc. Xix: Novas Evidências. In: *X Encontro sobre a economia Mineira*. DIAMANTINA, 2002. p 06.

café.<sup>164</sup> E, nesse contexto, entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX, a Zona da Mata mineira se tornou a região mais próspera da província.<sup>165</sup>

Vejamos algumas peculiaridades de seu processo de desenvolvimento.

Ora, a Mata está localizada na região sudeste de Minas Gerais, fronteira com o Rio de Janeiro. Coberta pela Mata Atlântica e habitada por índios selvagens, apenas no início do século XIX teve acelerada a ocupação do seu território. A busca por melhores terras para o plantio, aliada à expansão das fazendas de café do vale do Paraíba fluminense e à construção de estradas de ferro que facilitaram o embarque de mercadorias para exportação tornaram essa região economicamente interessante.<sup>166</sup>

A Zona da Mata mineira teve uma dinâmica de povoamento geneticamente exógena e, ao mesmo tempo, geograficamente bidirecional, pois, assim como Martins, Lima e Silva apresentam essa expansão da fronteira agrícola oriunda do Vale do Paraíba Fluminense em meados do século XIX e autores como Carrara<sup>167</sup> e Schettini<sup>168</sup> também demonstram uma energia de povoamento centrífuga a partir da região mineradora, no centro da província, que foi anterior e simultânea à vinda do território fluminense.<sup>169</sup>

Portanto, pode-se dizer que o povoamento da Zona da Mineira ocorreu em duas frentes ao longo do século XIX. Uma primeira a noroeste e oeste, fruto da decadência da economia aurífera e uma segunda ao sul e sudeste, decorrente da expansão da fronteira agrícola do próspero Vale do Paraíba fluminense. Mesmo que antes já houvesse essa propensão, foi especialmente após a chegada das ferrovias Dom Pedro II e Leopoldina, que a lavoura cafeeira na região agregou uma importância

---

<sup>164</sup> MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. Repensando a Historiografia Mineira: aspectos demográficos, econômicos e sociais no século XIX. In: *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto: UEL/Departamento de História, 2002. P 03.

<sup>165</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Zona da Mata Mineira: Riqueza e desenvolvimento. In. SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. p 131 a 134.

<sup>166</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. *População De Minas Gerais Na Segunda Metade Do Séc. Xix: Novas Evidências...* p 11.

<sup>167</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, Mariana: NHED/ UFOP, nº 2, 1999.

<sup>168</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriaé*: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. p 17.

<sup>169</sup> \_\_\_\_\_, Vitória Fernanda. Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriaé: conflitos e redes de sociabilidades. In. SOUSA, Jorge Prata e ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. Apud.

agroexportadora<sup>170</sup>, o que demonstra a forte influência da frente sul/sudeste no desenho da riqueza da Zona da Mata oitocentista.

Embora houvesse uma tendência de diminuição no percentual de escravos em favor de uma população livre, conforme posto anteriormente, a Mata e a Vertente se tornaram os dois últimos redutos de economia baseada em mão de obra escrava em Minas.<sup>171</sup> Especialmente a Mata, que se tornava zona predominantemente cafeeira entre 1835 e 1855, teve uma ocupação acelerada e, por isso, recebeu um saldo migratório positivo, o que fez com que sua população livre mais que triplicasse. Quanto aos escravos, a região também foi singularmente relevante, já que continha quase um terço do total da província.<sup>172</sup>

Ainda que, na segunda metade do século XIX, a rubiácea significasse uma especialização econômica próspera da região, essa atividade nunca foi hegemônica nesse espaço. Martins, Lima e Silva afirmam que a exclusividade da agricultura para exportação não existiu em Minas, nem mesmo quando o cultivo do café já havia sido consolidado na Zona da Mata.<sup>173</sup> De fato, a economia mineira era diversificada e desprovida de grandes *plantations*, com grande número de escravos. As posses de escravos são descritas pela historiografia como majoritariamente de tamanho pequeno e médio.<sup>174</sup>

O município de Muriaé não era diferente. Utilizando-se dos registros de terra, Jamila Câmara<sup>175</sup> demonstrou que a estrutura fundiária da freguesia de São Paulo do Muriaé entre 1854 e 1857, assim como a província, se caracterizava pelas pequenas e médias propriedades. Rômulo Garcia de Andrade também constatou essa realidade na

---

<sup>170</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870*. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

<sup>171</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. *População De Minas Gerais Na Segunda Metade Do Séc. Xix: Novas Evidências*. In: *X Encontro sobre a economia Mineira*. DIAMANTINA, 2002. p 6-10.

<sup>172</sup> MARTINS, Roberto Borges, Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSANYI, TAMAS & LAPA, José Roberto do Amaral.(orgs). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC,1996, p.110

<sup>173</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. *População De Minas Gerais...* p 19.

<sup>174</sup> \_\_\_\_\_, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. *População De Minas Gerais...* p 20-22.

<sup>175</sup> CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. *Nas sombras dos cafezais: produção de subsistência em uma região cafeeira na segunda metade do século XIX (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF. Niterói, 2014.

freguesia de Nossa Senhora da Glória, embora um pouco majorada a presença de latifúndios em sua estrutura agrária.<sup>176</sup>

Soma-se a isso o fato de a maior parte da população mineira não viver no perímetro urbano, como afirmou Wirth<sup>177</sup> e o recenseamento de 1872 confirmou para Muriahé. A propósito, foi essa demografia rural que possibilitou à Zona da Mata ser a região mais importante de Minas Gerais na segunda metade do século XIX, bem como nas décadas iniciais do XX.<sup>178</sup> Por volta da década de 1850, a Mata já era responsável por 99% da produção mineira de café<sup>179</sup>, tanto que foi criado, em 1889, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, com capital cafeeiro juizforano.<sup>180</sup>

Vale ressaltar que, naquele momento, a riqueza da região estava concentrada em uma pequena parcela da população e que grande parte dos indivíduos com renda elevada estava diretamente ligada ao campo. Nesse contexto, é interessante ponderar que, na composição da riqueza dos indivíduos, o escravo representava a maior parte do valor patrimonial. Especialmente após 1850, com a proibição do tráfico pela lei Euzébio de Queiroz, o escravo ganhou ainda mais valor de mercado.<sup>181</sup>

Sobre a atividade agrícola, Câmara e Braga percebem a coexistência do autoconsumo<sup>182</sup> e do comércio<sup>183</sup>, respectivamente. Ao mesmo tempo que havia uma produção para o consumo interno nas fazendas, a presença de muitos muares indicava a atividade comercial em fluxo de escoamento para outras regiões, particularmente Zona da Mata e Norte Fluminense. Em lombo de bestas e burros, se deu o transporte da

---

<sup>176</sup> ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove*. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1995. p 27.

<sup>177</sup> WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação Brasileira 1889-1937*; tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>178</sup> BRAGA, Tiago de Castro. *Família, Riqueza e Sociabilidade na Zona da Mata Mineira: os Garcia de Mattos na Segunda Metade do Século XI*. Dissertação (Mestrado em História). UNIVERSO: Niterói, 2017.

<sup>179</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Zona da Mata Mineira: Riqueza e desenvolvimento*. In. SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. p 135.

<sup>180</sup> \_\_\_\_\_, Rita de Cássia da Silva. *Zona da Mata Mineira: Riqueza e desenvolvimento*. In. SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira...* p 146.

<sup>181</sup> \_\_\_\_\_, Rita de Cássia da Silva. *Zona da Mata Mineira: Riqueza e desenvolvimento*. In. SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira...* p 148.

<sup>182</sup> CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. *Nas sombras dos cafezais: produção de subsistência em uma região cafeeira na segunda metade do século XIX (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF. Niterói, 2014.

<sup>183</sup> BRAGA, Tiago de Castro. *Família, Riqueza e Sociabilidade na Zona da Mata Mineira: Os Garcia de Mattos na Segunda Metade do Século XI*. Dissertação (Mestrado em História) - UNIVERSO. Niterói, 2017.

produção agrícola até o ano de 1886, quando foi inaugurada a estrada de Ferro Leopoldina. Até então, além dos muares, a produção também era transportada pelos pequenos barcos e, entre os principais produtos escoados, estava o milho, a cana de açúcar e o café.<sup>184</sup>

Em síntese, o fato de o sertão central<sup>185</sup> da Zona da Mata, onde estava Muriahé, se localizar em uma área fronteira entre as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, corroborou o desenvolvimento da região ao também se configurar como entreposto territorial. Nesse contexto, pode-se concluir que havia uma dinâmica econômica agrícola multifacetada na região da Mata, a que Ricardo Zimbrão chamou de “complexo econômico” integrado à economia escravista e a outros sistemas pré-capitalistas.<sup>186</sup>

Do ponto de vista da densidade demográfica, Muriahé contava com uma população total de 34.620 almas em 1872 e esse número representava 1,7% do total da província. Ao observarmos que havia 94 “vilas” emancipadas em Minas Gerais<sup>187</sup> na ocasião do censo e que uma divisão equivalente dos habitantes por emancipação girava em torno de 1,1% para cada, percebe-se que este dado é bastante significativo, visto que denotava concentração demográfica acima da média em Muriahé. Numa comparação, o mesmo dado para Juiz de Fora figurava em 1,9%.

Este perfil demográfico também pode ser encontrado quando se estabelece essa relação de proporção com toda a Zona da Mata. Na comparação com a província, percebe-se que a região continha 14 das 94 emancipações ocorridas até então, resultando em 14,9% das vilas existentes. Nessas 14 localidades, residiam 373.765 habitantes, o que representava 18,3% da população mineira.<sup>188</sup>

---

<sup>184</sup> PIRES, Ronan José Rodrigues. *Tropeiros oitocentistas em São Paulo do Muriahé*. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Muriaé: FAFISM, 2008. p 14.

<sup>185</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, nº 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999.

<sup>186</sup> PAULA, Ricardo Zimbrão de Affonso de. História da formação regional da Zona da Mata. In: SOUSA, Jorge Prata e ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravidão e riqueza*. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. pp 51-77

<sup>187</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriahé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. p 43.

<sup>188</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nhed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.



Na comparação das proporções de Muriahé com a Mata, também se pode chegar à conclusão de concentração populacional. Enquanto a média da distribuição da população entre as suas 14 cidades estava em 7,1% para cada, o município figurava com 9,3% da população residente na Mata, ao mesmo tempo que Juiz de Fora acomodava 10,3%.<sup>189</sup> Nesse quadro, as duas localidades também possuíam indivíduos em demasia proporcional.

Dito isto, é possível perceber que havia um desequilíbrio na distribuição dos habitantes da província de modo que ocorria uma relativa concentração de indivíduos nesta região, assim como no município de Muriahé. Diante da dinâmica econômica indicada por Ricardo Zimbrão<sup>190</sup>, esta constatação não representa grande surpresa, porque, embora Muriahé não fosse a maior força econômica de Minas Gerais em 1872, é possível demonstrar que havia algo de relevante no município que o colocava acima da média praticamente em todos os recortes analíticos realizados.

Com o exposto até aqui, refletimos sobre povoamento, rede de transporte, estrutura fundiária, estrutura da riqueza e distribuição populacional dentro da dinâmica econômica oitocentista da Zona da Mata e do município de Muriahé. Contudo, nossas fontes ainda nos proporcionam aprofundar em um tema com notável valor para a leitura econômica e demográfica do espaço geográfico, que é a matéria da ocupação dos indivíduos, isto é, das profissões. Olhar para a área sob esse ponto de vista possui importância central para a compreensão da especificidade da riqueza e da oportunidade por ela gerada, bem como pode retificar e/ou ratificar as informações apresentadas até aqui. Para tanto, iremos nos servir de algumas fontes históricas singulares, tais como: Almanaks de Província, Lista de Votantes, Inventários *post mortem*, assim como o próprio Censo de 1872.

Ao dar significado para os dados sobre Muriahé nas décadas de 1860 e 1870, notamos que havia uma predominância das profissões rurais sobre as urbanas. A única exceção foi o primeiro Almanak analisado, publicado em 1865, que não apresentou significativo registro de empregos rurais, ficando as funções urbanas majoradas. Mesmo

---

<sup>189</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Zona da Mata Mineira: Riqueza e desenvolvimento. In: SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravidão e riqueza*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. pp 142-3.

<sup>190</sup> PAULA, Ricardo Zimbrão de Affonso de. História da formação regional da Zona da Mata. In: SOUSA, Jorge Prata e ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravidão e riqueza*. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. pp 51-77

que os Almanaks fossem focados em funções públicas e administrativas, naturalmente citadinas, a cada ano que passava as publicações registravam mais indivíduos em funções rurais em relação às urbanas.<sup>191</sup>

Esta constatação reforça a hipótese da realidade ruralizada e igualmente indica uma tendência de ascensão do setor agrário, bem como demonstrou Mônica Ribeiro de Oliveira ao afirmar que um complexo sistema agroexportador se consolidava na Zona da Mata na década de 1870.<sup>192</sup> Além disso, a organização das ocupações entre o público e o privado também converge para a mesma compreensão e ainda indica um crescimento econômico atrelado ao fortalecimento da iniciativa privada. Dentre as publicações das décadas de 1860 e 1870, as setentistas revelaram crescimento das ocupações privadas na comparação com o decênio anterior.<sup>193</sup> Portanto, como constata-se, os Almanaks nos proporcionam uma boa compreensão sobre as estruturas urbanas e rurais, mas, sobretudo, a respeito do arranjo público e privado.

Ao aprofundar o assunto e atentar para o desenho das ocupações expressas pelos almanaks, abordaremos o tema, nesta sequência, em duas partes: a primeira, do setor público; e a segunda, do setor privado. Para começar, ao perceber a distribuição das ocupações públicas presente nas edições analisadas, compreendemos a possibilidade de separar as profissões por áreas mais específicas dentro de uma evolução no tempo. Estas áreas são: saúde, segurança, instrução, eclesiástica e jurídica/administrativa. Nas próximas linhas, tentaremos criar um panorama para cada um desses seguimentos funcionais. Feito isso, veremos, separadamente também, um panorama sobre as profissões privadas.

As ocupações na área, que aqui chamaremos “saúde”, compreendiam as funções de vacinador, médico, farmacêutico e dentista. A primeira citada, possuía inúmeras variações de nomenclatura numa lógica que, provavelmente, expressava ordem hierárquica na tarefa, já que havia o vacinador, o vacinador municipal, o comissário vacinador paroquial e o comissário vacinador municipal. Também sobre a atividade da

---

<sup>191</sup> No AACIPMG: Funções rurais – nos anos de 1865/1870/ 1873/1875 somavam, respectivamente, 46/ 378/ 386/ 346 indivíduos; Funções urbanas – nos anos de 1865/1870/ 1873/1875 somavam, respectivamente, 151/304/ 269/ 213 indivíduos.

<sup>192</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

<sup>193</sup> AACIPMG: Funções públicas – nos anos de 1865/1870/ 1873/1875 somavam, respectivamente, 110/ 165/ 161/ 153; Funções privadas – nos anos de 1865/1870/ 1873/1875 somavam, respectivamente, 87/507/ 494/ 410.

medicina, não foram todos os Almanaks que trouxeram tais praticantes e, quando ocorriam, era na quantidade de 1 ou no máximo 2. Contudo, quando se olha a lista de votantes<sup>194</sup> do mesmo período, aparecem 3 médicos, sem contar que, dentro da estrutura da guarda nacional, havia também indivíduos com a mesma função, muitas vezes aparecendo com a denominação de cirurgião. Dessa forma, pode-se concluir que havia mais médicos do que aqueles expostos pelos Almanaks, podendo estar ligados ao setor público, mas também ao privado. A mesma consideração pode ser feita para farmacêutico,<sup>195</sup> dado que a lista de votantes traz 3 indivíduos, enquanto os Almanaks apenas 1 ou 2. Quanto a dentista, só há 1 publicado na edição de 1870.

Quanto à evolução dessas funções de saúde ao longo das duas décadas, nota-se uma estabilidade em torno da quantidade de 7 profissionais nessas tarefas entre 1864 e 1870, tendo no ano de 1872 caído para 1 e, em 1875, para 0. Diante desse cenário de redução nas funções de saúde que os Almanaks trouxeram, pode-se afirmar categoricamente que isso não significa necessariamente uma carência total de profissionais do seguimento. A lista de votantes de 1876 (ou seja, um ano depois da última publicação de Almanak analisada) apresenta pelo menos 6 indivíduos oriundos dessa área, sendo 3 médicos e 3 farmacêuticos. Também consegue-se notar nos Almanaks que os serviços de saúde estavam concentrados no distrito sede do município.

A área, que intitularemos de “segurança”, se organizava em duas frentes: por um lado, na figura do delegado de polícia e seus suplentes<sup>196</sup> e, por outro, através da Guarda Nacional. É interessante observar que os primeiros apareceram registrados apenas na sede do município, sem nenhuma menção em outra paróquia ou distrito. Já a Guarda Nacional, embora não estivesse presente em todas as subdivisões administrativas municipais, se encontrava mais bem distribuída. Assim, com uma organização própria, a Guarda possuía em Muriaé o 54º batalhão, composto por 6 companhias dispersas geograficamente. Enquanto na sede do batalhão, que ficava na paróquia de São Paulo do Muriaé, oficiavam o comandante, o quartel-mestre, o cirurgião, o secretário e o porta-bandeira, cada companhia contava com 1 capitão, 1 tenente e de 1 a 3 alferes, conforme publicado em 1870<sup>197</sup>. Sendo assim, pondera-se que, apesar de existirem as funções

---

<sup>194</sup> Qualificação de votantes de 1876.

<sup>195</sup> Aparece também com a denominação de Boticário.

<sup>196</sup> Sempre aparece com, no mínimo, 3 suplentes.

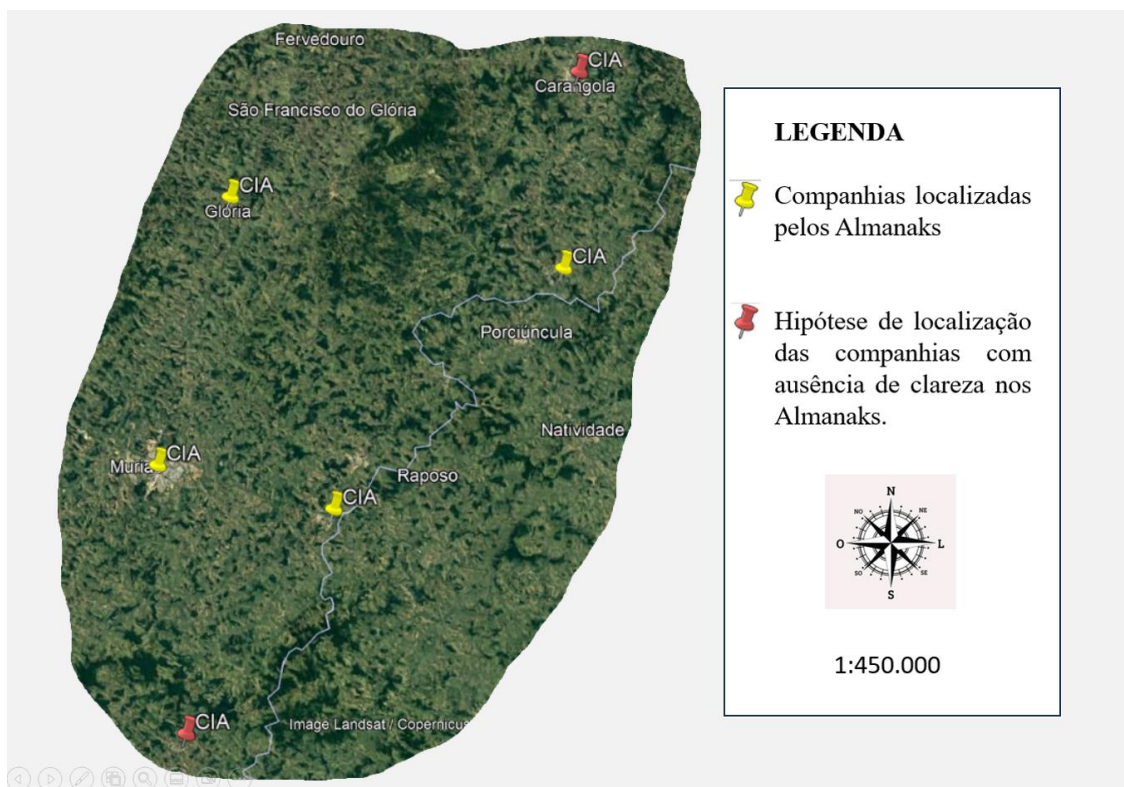
<sup>197</sup> Almanak Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais de 1870.

mencionadas na estrutura da guarda, nem todas estavam preenchidas e, diga-se de passagem, encontrar esses cargos vagos era muito comum. Outro ponto é que tais funções aparecerem, mesmo que vagas, indica que os cargos provavelmente faziam parte de uma estrutura fixa da instituição.

Quanto à localização dentro do município das 6 companhias da guarda, além da própria sede, citam-se também suas bases nos distritos de Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola, Nossa Senhora do Patrocínio do Muriahé, São Francisco de Assis (o Almanak não deixa claro se é o do Glória, do Capivary ou de Paula), e no largo da Capella Velha (sem nenhuma clareza também sobre qual distrito se tratava).

Quanto à falta de clareza na localização das duas últimas companhias citadas, levanta-se a seguinte hipótese. Considerando o pressuposto de que a guarda nacional teria interesse de estar bem distribuída geograficamente, de modo a abranger toda a área do município, uma lógica esclarecedora se impõe. Quando se marca no mapa os pontos da posição das companhias, fica nítida a vacância de guarda em duas áreas aos extremos sul e norte do território municipal, as quais respectivamente são São Francisco de Assis do Capivary e Santa Luzia do Carangola. Para deixar mais clara essa questão, produzimos o mapa a seguir.

## Mapa 05 - Localização das Companhias da Guarda Nacional dentro do Território do Município de Muriaé em 1870 e 1873



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Almanaks Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Geraes, edições de 1870 e 1873.

Portanto, quando o Almanak menciona a companhia localizada no distrito de São Francisco, diante da existência de três localidades com tal orago (do Glória, de Paula e do Capivary), a única que se encontra em maior distância em relação às demais, por conseguinte, preenchendo melhor a área vacante, é a do Capivary ou Capivara. Assim, esta será considerada a sede da companhia citada na publicação, conforme o ponto vermelho ao sul do mapa. Da mesma forma, quando a fonte menciona a localização no dito Largo da Capela Velha, resta-nos apenas um grande espaço vazio de guarda no extremo norte do município, região do distrito de Santa Luzia do Carangola, a qual será a nossa outra hipótese de posição da junta da guarda, conforme expresso no mapa.

Ainda sobre os quadros da segurança, é interessante perceber que o contingente da guarda nacional só aparece nas edições de 1870 e 1873<sup>198</sup>, o que pode indicar uma reorganização e fortalecimento da guarda nacional por ocasião do pós-guerra do

<sup>198</sup> A área de segurança passou de 1 para 25 integrantes entre 1864 e 1870, de 25 para 22 entre 1870 e 1873, e de 22 para 4 entre 1873 e 1875.

Paraguai, a qual foi, por excelência, instrumento de fortalecimento das instituições estatais e do sentimento de nação perante o povo.

No campo eclesiástico, a quantidade de indivíduos ocupando cargos apareceu estabilizada em 08 pessoas nas três edições dos Almanaks publicadas na década de 1870 (citam-se as edições de 1870, 1873 e 1875). Entretanto, é relevante observar que a configuração das ocupações nessa área não era a mesma na década anterior, pois, na edição de 1864, havia 5 religiosos, enquanto na de 1865, 7. Como nesse período anterior houve um comportamento ascendente na quantidade de funções, a diferença entre as duas décadas também corrobora com a ideia de crescimento generalizado do município no período.

Dentre as funções eclesiásticas, destaca-se com maior recorrência a de pároco, seguida pela de vigário.<sup>199</sup> A fonte ainda cita, dentro da esfera eclesiástica, as ocupações de coadjutor e sacristão, sendo a primeira definida como um clérigo com menor importância na hierarquia paroquial, responsável pela tarefa de auxiliar o pároco e/ou o vigário.<sup>200</sup> Já o segundo ofício citado, tem tarefas ligadas à sacristia, local onde eram armazenadas as indumentárias e sacramentais ligados à realização dos sacramentos, especialmente a eucaristia. Na igreja, essa era a única função relatada pela fonte que um leigo poderia exercer, como de fato era.<sup>201</sup> O sacristão, se por um lado era o mais baixo da hierarquia eclesiástica, por outro, como era efetivada por um leigo, tinha bastante relevância, já que o tornava notório na comunidade como coadjuvante da instituição mais importante da época.

Outro seguimento, dentre as ocupações públicas tratadas na fonte, foi a instrução. Nesse ramo, destacavam-se os ofícios de professor e delegado da instrução, os quais formavam a matriz da estrutura instrucional presente em cada paróquia e distrito do município. Mesmo que em menor proporção e recorrência, outras funções

---

<sup>199</sup> A saber, todos os dois termos remetem a padres (indivíduos ordenados em segundo grau), todavia o termo pároco indica a maior autoridade eclesiástica/administrativa dentro de uma paróquia, enquanto o vigário seria o seu auxiliar ordenado na realização dos sacramentos. As demais expressões, como cura, padre, sacerdote, também são citadas na fonte, assim, cabe também explicá-las. Padre e sacerdote são sinônimos usados para designar um indivíduo que recebeu o sacramento da ordem em seu segundo grau, sem nenhuma conotação de hierarquia, como foi explicitado sobre as funções de pároco e vigário. Já a função de cura impõe hierarquia, pois era assim chamado o padre que ocupava a função com autoridade máxima dentro de um curato, este que consistia na parte de uma paróquia que contava com grande autonomia. (PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Curato.)

<sup>200</sup> PINTO, *Dicionário da língua brasileira...* Clérigo.

<sup>201</sup> Almanak Administrativo... 1870.

também eram publicadas, tais como professor de primeiras letras, inspetor da instrução, suplente do inspetor da instrução e professor particular. Em meio a esses cargos, o professor de primeiras letras, depois do professor e do delegado da instrução, é o que está mais bem distribuído entre os distritos, embora sem presença suficiente para se afirmar como parte da matriz da instrução.<sup>202</sup>

A última categoria de âmbito público editada nos Almanaks foi a que chamamos de jurídico-administrativa, que abrangia desde as atividades da câmara dos vereadores, das finanças, correios, cadeia pública, até o fórum, envolvendo cerca de 54 nomenclaturas funcionais diferentes dentro do setor. Assim como as áreas apresentadas anteriormente, essa também mostrou ascendência no período analisado, visto que, em 1864, havia 61 pessoas empregadas, enquanto que, em 1875, esse número salta para 136 indivíduos, o que representou um aumento de 223% em 11 anos. Dentre as 54 funções publicadas, sobressaía a quantidade de juízes de paz<sup>203</sup>, subdelegados, suplentes de subdelegados e escrivães, já que eram funções que praticamente todos os distritos possuíam em alguma medida, tendo menos regularidade apenas os escrivães.

Todavia, ao se retirar esses destaques quantitativos, fica nítido que o aparato jurídico-administrativo estava concentrado no distrito sede do município e que, dentro desse mecanismo, despertou atenção as funções de vereador<sup>204</sup>, secretário, fiscal, procurador, juiz, advogado, escrivão, tabelião, promotor, solicitador, porteiro, distribuidor, contador, partidor e agente dos correios por serem as que mais apresentaram regularidade de ocorrência nas publicações feitas no período, o que as indicia como funções de relevo naquela organização.

Diante de todo o seguimento público exposto, considerando o pressuposto de regularidade de ocorrência nas publicações como indicador de relevo da função, é possível perceber, com algum grau de clareza, a dinâmica organizacional do serviço público do município. Dessa forma, após a sistematização dos dados apresentados nos Almanaks, foi possível criar um quadro com a provável estrutura permanente das funções públicas do município de Muriaé na década de 1870. Vejamos.

---

<sup>202</sup> No terceiro capítulo, em parte dedicada ao assunto, trataremos mais a fundo sobre essa temática.

<sup>203</sup> Leis de 15 de outubro de 1827 e de 1º de outubro de 1828 complementaram disposições preceituadas na Constituição de 1824 com a determinação de criação de um Juizado de Paz em cada distrito e de uma Câmara Municipal em cada cidade e vila do Império.

<sup>204</sup> CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. In: *Revista Brasileira de História*. Vol.9 n. 18, 1996. p. 337 – 359.

**Quadro 02 – Estrutura da burocracia pública do município de Muriaé na década de 1870**

Distrito sede		Distritos	
Função	Número de ocupados	Função	Número de ocupados
Vereador	9*	Juiz de paz	4
Secretário	1	Subdelegado	1
Fiscal	1	Suplente de subdelegado	3*
Procurador	1	Professor	1
Juiz de paz	4	Delegado da instrução	1
Juiz	1	Pároco	1
Advogado	4*	-----	-----
Escrivão de órfãos	1	-----	-----
Tabelião	2*	-----	-----
Promotor público	1	-----	-----
Solicitador	3	-----	-----
Porteiro	1	-----	-----
Distribuidor e contador	1	-----	-----
Partidor	2*	-----	-----
Agente de correio	1	-----	-----
Subdelegado	1	-----	-----
Suplente de subdelegado	3*	-----	-----
Professor	2		
Inspetor da instrução	1		
Suplente do inspetor da instrução	1		
Pároco	1		
Vigário da Vara	1		

\* Número médio.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos Almanaks Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Geraes, edições de 1865, 1870, 1873 e 1875.

Após analisar as 4 edições dos Almanaks, esse quadro pôde ser construído para demonstrar a estrutura funcional básica do setor público no município de Muriaé entre as décadas de 1860 e 1870. Como dito, tais conclusões foram feitas a partir da premissa de recorrência nas publicações, visto que, se sempre apareciam, não eram funções irrelevantes, a ponto de serem esquecidas. Dessa forma, pode-se considerar que toda a organização jurídico-administrativa do município existia a partir desse arcabouço funcional.



Ao estabelecer um olhar para outras fontes históricas do período, como a qualificação de votantes de 1876, não se consegue algo tão sistematizado sobre as profissões como nos Almanaks, contudo algumas tendências aparecem de modo a ratificar o perfil do município encontrado até aqui, como é o caso da identidade rural e agrícola, já que a população lavradora representava 80,3% das ocupações dentro do contingente de votantes.

Apesar de haver concentração de indivíduos nessas ocupações, a área urbana apresentava uma diversidade muito maior de profissões, pois, dentre as 28 nomenclaturas laborais que aparecem na qualificação dos votantes, 26 são de funções que, muito provavelmente, possuíam vínculo com o núcleo urbano por serem ligadas à prestação de serviço, comércio e/ou serviço público.

Na questão das ocupações entre o público e o privado, assim como os Almanaks, a lista de votantes também apresenta o setor privado majorado em relação ao público. Dentre as 28 ocupações, 11 podem ser tipificadas como de natureza em serviço público, restando, dessa forma, 17 ocupações próprias à iniciativa privada.

Especificamente no setor público, a qualificação de votantes, apesar de menor detalhamento, confirma os dados dos Almanaks quanto aos tipos de funções existentes, assim como a quantidade média de indivíduos em cada uma, tais como coletor, escrivão, professor, solicitador, tabelião, vigário, porteiro, procurador público e juiz, trazendo apenas alguns acréscimos como a limpeza pública e o emprego público, este último bastante genérico. Ainda na área de saúde, aparecem 3 médicos e 3 farmacêuticos, números superiores aos encontrados nos Almanaks, por edição.<sup>205</sup>

Empreendendo também uma análise sobre a iniciativa privada, os Almanaks e a qualificação de votantes de 1876 igualmente apresentam dados condizentes com uma realidade predominantemente rural e agrária. Não obstante, vejamos isso com mais detalhes.

No setor rural, as profissões que mais aparecem nos Almanaks<sup>206</sup> são em ordem decrescente: cafelista, fazendeiro, agricultor, senhor de engenho e exportador de café. Cabe destacar que essas ocupações rurais relacionadas à iniciativa privada exibem um comportamento bem nítido da evolução do quadro das ocupações ao longo do tempo no

---

<sup>205</sup> Qualificação de votantes de 1876.

<sup>206</sup> Almanaks Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais dos anos de 1865,1870, 1873 e 1875.

município, isto é, um aumento significativo da diferença entre as ocupações rurais e urbanas. Enquanto em 1864 o rural apresentava 5 indivíduos ocupados a mais que o urbano, em 1873 essa diferença correspondia a 278. Em outras palavras, em 9 anos ocorreu um franco crescimento do setor privado rural sobre o urbano no município. Concomitantemente, as funções urbanas aumentaram 263% e as rurais ascenderam 839%.

Ainda sobre a iniciativa privada, só que na área urbana, as profissões com maiores contingentes eram, em ordem decrescente: negociante, carpinteiro, alfaiate, sapateiro, marceneiro e seleiro<sup>207</sup>, sendo o número de negociantes muito superior aos dos outros ofícios. Para mais, apesar de desprovidas de valores numéricos relevantes, outras ocupações urbanas também apareciam nos quadros da fonte, tais como: capitalista, ferreiro, padeiro, açougueiro, fabricante de licor, ourives, retratista, relojoeiro, oleiro e hoteleiro.

Quando se olha para a mesma questão (iniciativa privada) na qualificação de votantes, acham-se 588 indivíduos classificados como lavradores e apenas 1 classificado como fazendeiro, isto é, ligados à zona rural. Na comparação com os dados dos Almanaks, é nítida a diferença de detalhamento das informações, pois estes usam bem mais nomenclaturas que a lista de votantes. Assim, não deixa de ser pertinente considerar que muitos desses lavradores votantes eram também os mesmos cafelistas, fazendeiros, agricultores, senhores de engenhos e exportadores de café publicados no periódico provincial. Já que, como o voto era censitário e não havia tantos ricos, era improvável haver dois grupos distintos desses indivíduos.

Sobre as profissões urbanas de maneira geral, a qualificação de votantes de 1876 permite confirmar várias questões em relação aos Almanaks, como o fato de haver maior diversificação de ocupações. Dentre os 28 ofícios identificados na lista, 26, muito provavelmente, eram urbanos, como dito anteriormente. Ao se observar as que foram mais recorrentes, tem-se uma validação da ordem trazida com os dados dos Almanaks, sendo negociante, carpinteiro, advogado e alfaiate as mais presentes entre os votantes, assim como também na fonte citada, exceto advogado, que não aparece em destaque na outra. Além desses destaques, outras funções urbanas também aparecem entre os

---

<sup>207</sup> Essas funções também poderiam estar localizadas na zona rural, mas o caráter/natureza de prestação de serviço está muito mais ligado ao urbano. Foi assim considerado em virtude da impossibilidade de ver essas informações com detalhes de localização na fonte.

votantes, tais quais: carniceiro, jornaleiro, tropeiro, oleiro, farmacêutico, médico, serviços públicos, ourives, sapateiro, hoteleiro, marceneiro e seleiro. Tais profissões evidenciam um estilo de vida bastante ordinário para a época na área urbana, pois são pautadas em prestação de serviço, vestuário, serviços com madeira, cuidados com saúde, serviços para animais e utensílios domésticos. Ou seja, na manutenção do estilo de vida rural, com pouca urbanização, sem mencionar nenhuma atividade industrial ou qualquer ocorrência similar, já que isso sim seria extraordinário. Portanto, o município de Muriahé, definitivamente, não possuía ação alguma voltada para a operação industrial.<sup>208</sup>

Diante das fontes utilizadas até aqui, Almanaks e a lista de votantes, consegue-se fazer uma leitura bastante interessante dos indivíduos mais proeminentes naquela sociedade, como os homens brancos e mais afortunados. Como o voto era censitário e os Almanaks eram noticiários formais sobre os municípios da província, havia uma probabilidade muito baixa de indivíduos, tidos como de segunda categoria, integrassem alguma publicação.

Assim, para observar a sociedade de forma mais ampla, precisamos buscar outras fontes onde pobres, mulheres e escravos possivelmente possam integrar os registros, como nos casos de inventários, listas de matrículas de escravos e recenseamento. No primeiro, temos uma matriz de registros de bens dos indivíduos mais ricos da sociedade, sendo os cativos parte importante desse patrimônio.<sup>209</sup> Dessa forma, ao figurar como parte da riqueza, o escravo era discriminado em muitos aspectos, o que torna essa fonte extremamente importante para buscar informações a respeito dessa população. No segundo, tem-se uma fonte que se encontrava anexada aos inventários catalogados no ano de 1872 em Muriahé. Estes apresentavam um grau de detalhamento superior ao do encontrado no primeiro e, por isso, será importante complemento, tanto temporal como no detalhamento de dados. No terceiro, dispomos do censo, a fonte de informações mais ampla que se tem da sociedade imperial. Nos registros censitários conseguimos observar a população marginalizada em alguns ângulos diferentes, como veremos a seguir.

---

<sup>208</sup> Salvo fabricante de licor presente nos Almanaks, mas que, ainda assim, muito provavelmente era um artesão.

<sup>209</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Zona da Mata Mineira: Riqueza e desenvolvimento. In. SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. p 148.

A respeito, especificamente, das profissões de cativos registradas nos inventários do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, encontra-se material muito ralo. Dentre os inventários analisados em dois períodos, 1858 a 1868 e 1878 a 1888, apenas no segundo decênio os escravos são apresentados com suas profissões, mesmo assim, de forma pouco abrangente. Ante os 99 indivíduos inventariados, aparecem apenas 4 sujeitos qualificados com ocupação, achando-se 2 cozinheiras, 1 carpinteiro e 1 mucama. Contudo, mesmo em pouca quantidade, as informações conseguem trazer novidades, visto que as outras fontes ainda não haviam falado das profissões de cozinheira e mucama e nem demonstrado figuras femininas. Já carpinteiro, tem-se percebido como uma função bem comum para a época.

Sobre o fato de o primeiro decênio não trazer informações a respeito das profissões dos cativos e o segundo, mesmo de forma rarefeita, mostrar suas qualificações, nos leva a algumas hipóteses diametralmente opostas. Primeiro, como no segundo momento o processo abolicionista estava mais avançado, possivelmente o escravo representava um produto menos interessante, o que naturalmente forçava uma visibilidade mais detalhada sobre os seus atributos. Segundo, a pouca oferta desse tipo de mão de obra devido à aproximação com o fim do cativeiro necessariamente agregava valor ao bem. Também é legítimo pensar que a realidade comportava as duas hipóteses juntas.

Nesse sentido, José Flávio Motta demonstra, em sua pesquisa sobre o comércio de escravos no interior da província de São Paulo, que a década de 1880 foi marcada por significativa desvalorização do preço do cativo naquela província, de modo que seus valores compunham, numa linha do tempo, uma curva descendente extremamente acentuada nos primeiros anos da década referenciada.<sup>210</sup> Perceber isso é interessante para nós, pois essa constatação esclarece a questão colocada, visto que valida a hipótese de ser uma estratégia de mercado diante de um cenário menos promissor para o comércio de escravos na década de 1880. Ou seja, para aumentar seu valor, o escravo precisava ser apresentado de forma mais atrativa, o que implicava um maior grau de detalhamento de suas qualificações profissionais.

---

<sup>210</sup> MOTTA, José Flávio. Derradeiras Transações. O comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca - província de São Paulo). *Almanack Braziliense*, São Paulo, n°10, pp. 147-163, nov. 2009. p 159. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alb/article/download/11727/13502>> Acesso em: 30 Jan. 2023.

As Listas de Matrícula de Escravos do ano de 1872 apresentam grau de discriminação muito além do encontrado nos inventários e, por isso, conseguimos perceber melhor a questão das ocupações dentro do cativo. Desse modo, dentre os 1.070 escravos catalogados em Muriahé, 51% possuíam habilidades profissionais ligadas ao trabalho agrícola, 14,5% ao doméstico, 2,3% eram especializados, 0,4%, outras, e 31,8% estavam sem dados a esse respeito. Perante o encontrado nessa fonte, nota-se a força da atividade agrícola na área, visto que, além de mais da metade estar diretamente ligada à roça, os demais figuram com ocupações ligadas indiretamente a esse universo, tais como carpinteiro, carvoeiro, ferreiro, costureira, cozinheira, engomadeira, lavadeira, serviços domésticos, alfaiate, entre outras.<sup>211</sup> Aqui é importante fazer uma observação a respeito da relação dos dados dessa fonte com os do recenseamento do mesmo ano, pois as informações são em demasia coincidentes, isto é, apresentam perfil muito similar, como veremos na sequência.

Enquanto, por um lado, os Almanaks conseguem trazer, em alguma medida, uma leitura da evolução do município no tempo, por outro, a perspectiva de seus dados é limitada em relação ao alcance, discriminação e profundidade social. O censo, por sua vez, vem complementar esse olhar dos Almanaks (ou vice-versa) já que apresenta informações bastante completas, abrangentes e discriminadas sobre toda a população do município, a despeito de representar apenas um retrato, sem possibilidades de acompanhamento do desenvolvimento no tempo do período abordado.<sup>212</sup> Os Inventários, Listas de Matrículas de Escravos e Lista de Votantes também constituem um retrato de conjuntura e, por isso, são ferramentas de análise do objeto deste trabalho, juntamente com o censo.

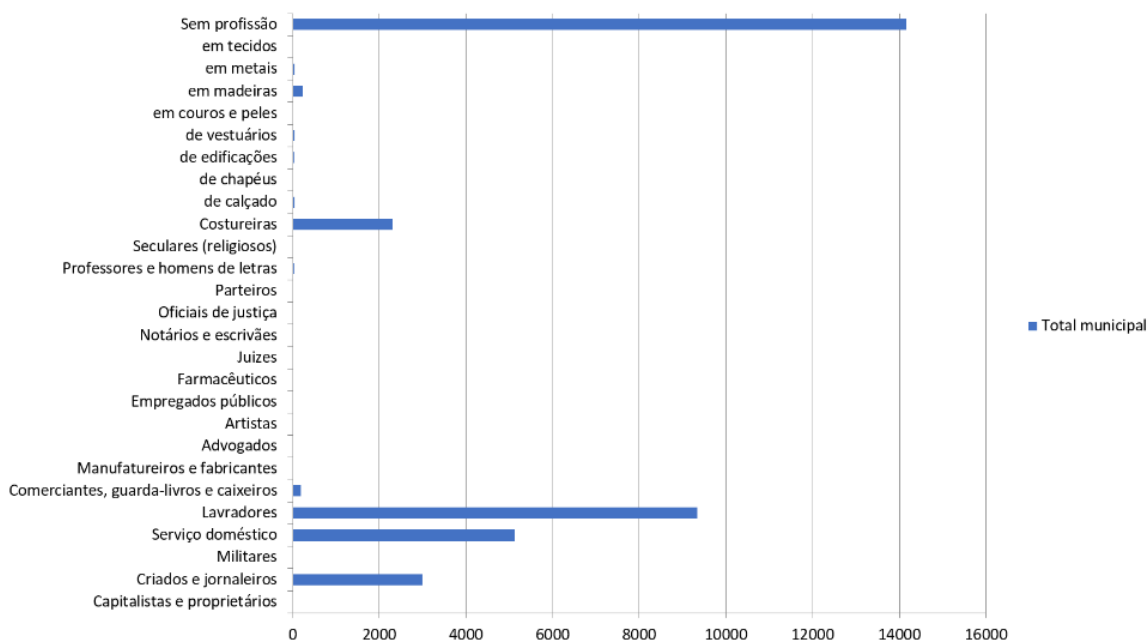
Quando as profissões captadas pelo Recenseamento Geral do Império de 1872 são analisadas, consegue-se aferir várias questões atreladas à discriminação por sexo e condição jurídica. Assim, na sequência deste texto, apresentaremos um panorama dos dados gerais de ocupação, em seguida trataremos de um recorte de dados das profissões entre livres e dos sexos entre livres e, posteriormente, dos escravos, bem como das ocupações entre os sexos dessa condição jurídica. Vejamos.

---

<sup>211</sup> LISTAS DE MATRÍCULAS DE ESCRAVOS DE 1872, inclusas nos inventários *post mortem* do cartório do 1º ofício cível de Muriahé.

<sup>212</sup> Afinal, o censo de 1872 foi o primeiro recenseamento geral do país e os que foram realizados em 1890 e 1900 não eram tão abrangentes e discriminados como o primeiro, já que, de maneira geral, apenas fizeram a contagem da população, com poucas especificações.

**Gráfico 01 – Município de Muriahé segundo ocupações – Censo de 1872**



Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

As informações censitárias apresentam uma realidade pouco explorada nas demais fontes vistas até aqui e, de tais informações nos foi possível elaborar o quadro ocupacional marcado pela predominância de indivíduos desprovidos de qualquer ofício, os chamados pelo censo de “sem profissão”, para os quais também usaremos a terminologia de “desqualificados”. Sendo assim, do total de 34.599 habitantes apresentados com a definição da profissão, 41% (14.161 almas) se enquadram nessa classificação.

Contudo, esse número para tratar de ocupados ou desocupados é questionável. Afinal, não faz muito sentido considerar crianças nessa questão. Dessa forma, para refletir melhor sobre o tema, consideramos pertinente fazer um recorte de modo a considerar apenas aqueles com idade hábil para o trabalho. Dito isto e sabendo que o censo de 1872 apresentou a população por faixas etárias decenais, foi retirado o período etário de 0 a 10 anos. Assim, as pessoas com idade acima de 10 anos serão aqui consideradas como “população ativa”<sup>213</sup>, ou seja, que de fato possui alguma representação econômica enquanto força de trabalho. Em Muriahé, esse grupo totalizava

<sup>213</sup> Acredita-se que os indivíduos começavam a trabalhar como força de trabalho, de fato, em algum momento entre 10 e 20 anos de idade. Como isso representa uma linha tênue, por não haver nenhuma fonte que possa resolver tal problema, optou-se por considerar ativa toda a população acima de 10 anos. Dessa forma, acredita-se que, mesmo sem a plenitude da precisão, se acerta mais do que se erra quanto à idade ativa de trabalho na época.

27372 indivíduos, entre livres e cativos dos dois sexos. Quando os indicadores ocupacionais são calculados a partir dessa condição, observa-se que o percentual cresce em relação ao cálculo que considerou toda a população, passando a fatia de indivíduos sem profissão de 41% para 52%.

Partindo do pressuposto de que a qualificação profissional implica aumento da dignidade de vida, perceber que, no município, mais da metade da população não possui profissão indica uma realidade de pobreza. Independente de haver ou não uma onda de prosperidade na Zona da Mata mineira na segunda metade do século XIX,<sup>214</sup> saber que a maioria dos indivíduos era desprovida de qualificação profissional nos leva a deduzir que, nessa área, coexistiam duas realidades. Por um lado, uma população com vida voltada para a sobrevivência básica,<sup>215</sup> sem maiores complexidades e, por outro, uma dinâmica riqueza agroexportadora, concentrada nas mãos de poucos, que começava a ocorrer na região<sup>216</sup> nas décadas de 1870 e 1880.<sup>217</sup>

Nesse contexto analítico, é interessante observar que tais conclusões sobre Muriahé vão ao encontro dos resultados do estudo realizado por Fernando Gaudereto Lamas sobre a região de Presídio e Ubá no mesmo período, uma vez que lá também predominava uma população camponesa livre e familiar, mais ligada com a realidade de pobreza local do que com a mentalidade antiescravista.<sup>218</sup> Todavia, para analisar melhor esse quadro, é preciso olhar a população com maior discriminação entre livres e escravos, pois, dependendo do resultado, a dedução feita poderá ganhar ou perder força.

---

<sup>214</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

<sup>215</sup> CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. *Nas sombras dos cafezais: produção de subsistência em uma região cafeeira na segunda metade do século XIX (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). UFF: Niterói, 2014.

<sup>216</sup> BRAGA, Tiago de Castro. *Família, Riqueza e Sociabilidade na Zona da Mata Mineira: os Garcia de Mattos na Segunda Metade do Século XI*. Dissertação (Mestrado em História). UNIVERSO: Niterói, 2017.

<sup>217</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias...*

<sup>218</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto. Estrutura socioeconômica e posse de escravos na área central da Zona da Mata mineira. In: SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p 158.

**Quadro 03 – Município de Muriaé em 1872: percentual de indivíduos sem profissão por seguimentos determinados da população.**

Total de livres	Livres ativos	Total de escravos	Escravos ativos
42%	54%	37%	45%

Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

Conforme exposto no quadro, quando se separa a população entre livres e escravos, percebe-se a mesma tendência observada nos números globais do município, já que, em ambos os extratos da população, é significativo o número de indivíduos sem qualificação, o que confirma a dedução feita com os dados anteriores. No entanto, também fica latente a diferença dos percentuais entre as duas categorias sociais, pois, entre os escravos, a quantidade de indivíduos sem profissão é menos representativa do que entre os livres. Tal fato, indica, por um lado, a essencialidade do trabalho atrelada ao sentido da existência do cativo. Ou seja, imagina-se trivial um cativo ter uma profissão, o que, inclusive, nos faz acreditar que esse número de indivíduos sem profissão entre escravos seja ainda menor. De outro lado, o elevado número de pessoas livres sem profissão denota uma maior probabilidade de pobreza na área observada.

Aqui, é interessante fazer uma comparação com a paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora aproximadamente no mesmo período, pois, conforme estudo realizado por Caio da Silva Batista, o percentual de escravos sem profissão, naquela localidade, era predominante na comparação com os cativos qualificados. Aparentemente, apresentar grande contingente de escravos sem especialização era uma tendência da época, como foi detectado em outras cidades brasileiras do período, como, por exemplo, no Rio de Janeiro.<sup>219</sup> Contudo, como demonstraram os dados censitários, Muriaé não acompanhava essa tendência, pois nessa localidade a quantidade de escravos identificados como lavradores era maior que a quantidade de desqualificados, embora a diferença entre essas duas categorias profissionais não fosse tão grande. Em outros termos, Muriaé representava um ponto fora da tendência da época.

Quando observados os dados com a discriminação pelo sexo, constata-se que do total de 41% de indivíduos sem profissão na população, 22% são homens e 19% mulheres (razão de sexo 120) e, quando considerada apenas a população ativa, em que

---

<sup>219</sup> BATISTA, Caio da Silva. Desenvolvimento populacional de um centro urbano do sudeste escravista: Juiz de Fora, 1831 a 1888. In: *II Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*. Juiz de Fora: Sociedade de Estudos do Oitocentos SEO, 2017. v. 1. pp. 1-12. p 06



os sem ofício totalizavam 52% do total, esse quadro comparativo se mantém, contudo, com razão de sexo menor (razão de sexo 108), sendo percentualmente 28% de homens e 24% de mulheres.

É curioso observar que, quando esses mesmos dados de sexo são analisados com a devida separação por condição jurídica, esse quadro analítico de mais homens em relação às mulheres sem profissão, por um lado, se mantém entre livres, e, por outro, se inverte entre escravos, visto que, nesse caso, havia mais indivíduos femininos que masculinos sem ofício.

Essa verificação pode ser explicada pelo próprio sentido da existência de escravos na região, que eram usados predominantemente para o trabalho agrícola, tendo, nesse contexto, os homens escravos maior valor que as mulheres. Além disso, pode-se considerar que, em praticamente todas as faixas etárias, havia um maior número de cativos masculinos em relação aos femininos, exceto entre os maiores de 60 anos, pois, como consta nos dados censitários<sup>220</sup>, as mulheres escravas viviam mais. Portanto, o aumento da participação de indivíduos masculinos classificados como “sem profissão” na população ativa tem origem na população livre, não havendo uma contribuição dos cativos para esse quadro.

Sobre esses homens livres pobres, Hebe Mattos destaca-os numa perspectiva generalizante, caracterizando-os como economicamente prescindíveis, socialmente marginais e culturalmente anômicos dentro da ordem escravista. Seria correto dizer que indivíduos enquadrados nessa categoria possuíam uma sobrevivência social mutilada e, em muitos casos, sem lugar claramente definido quanto à sua função, numa sociedade onde a riqueza estava concentrada<sup>221</sup> nas mãos de uma elite agrária e o trabalho era estruturalmente atrelado à função social do cativo.

Logo, restou à população livre pobre apenas a composição de um grande exército de reserva de mão de obra, com sobrevivência marcada pela dependência pessoal,<sup>222</sup> como menciona Maria Sylvia de Carvalho Franco.<sup>223</sup> Como se não bastasse,

---

<sup>220</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>221</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Zona da Mata Mineira: Riqueza e desenvolvimento. In. SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. p 151

<sup>222</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3 ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. P 46

havia um outro agravante para a condição de vida dessa população, visto que, conforme estudos realizados por Rita Almico, existia a produção feita com mão de obra livre na Mata, mas isso constituía exceção. Para ela, a maioria absoluta das fazendas de café se mantinham com a mão de obra do escravo,<sup>224</sup> o que indicia uma péssima condição jurídica para os livres pobres.

Ao sair da questão dos desqualificados e olhar para os demais grupos, a profissão de lavrador, de maneira incontestada, agregava mais indivíduos e denotava com clareza a economia agrícola da região. A função reunia 27% da massa total de indivíduos, o que representava 34% da massa ativa da população, enquanto a segunda ocupação em quantidade de atores era o serviço doméstico, com 15% entre o total e 19% dos ativos. Criados e jornaleiros<sup>225</sup> vêm em terceiro, respectivamente, com 9% e 11%, assim como, em quarto, havia as costureiras com, 7% e 8%.

Ao mirar a separação por sexo, nota-se com clareza que os homens eram lavradores e criados/jornaleiros, enquanto as mulheres se concentravam mais em serviços domésticos e de costura, sendo a função de criado/jornaleiros praticamente toda masculina e a de costureira, exclusivamente feminina. Por outro lado, nesse quesito, as funções de lavrador e serviço doméstico eram transitadas de maneira substancial entre os dois sexos, embora os lavradores sejam significativamente mais masculinos e os serviços domésticos, da mesma forma, femininos.

Ainda cabe analisar essas funções em separado por sexo em cada condição jurídica. Ao se olhar para os livres e os cativos com separação de sexo, constata-se a mesma tendência do exposto até aqui com apenas algumas diferenças, as quais demonstraremos nesta sequência. No serviço doméstico, por exemplo, ao mesmo tempo que entre livres praticamente não havia indivíduos masculinos, entre escravos, a população masculina, embora ainda não configurasse a maioria, significativamente se fazia presente nesse seguimento.

Em síntese, esse quadro de qualificados e desqualificados traz algumas reflexões sobre a sociedade da época. A primeira é a questão da estratificação funcional por sexo. Os dados nos indicam que havia lugares sociais diferentes para mulheres e homens,

---

<sup>223</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

<sup>224</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Zona da Mata Mineira: Riqueza e desenvolvimento...* p 150

<sup>225</sup> Cabe esclarecer aqui que jornaleiro, nesse momento da história, era a pessoa que vendia sua diária de trabalho, qualquer que fosse a atividade.

respectivamente, costureiras e criado/jornaleiro. A segunda está relacionada à função do lavrador. Embora exercida majoritariamente por mão de obra masculina, a feminina também tinha uma representação significativa nessa ocupação, o que nos mostra, em alguma medida, a dimensão e pujança da economia agrária no município de Muriaé na ocasião do recenseamento. Terceira: entre cativos, a desqualificação era menos significativa que entre livres, o que aponta um quadro bastante ativo e funcional da escravaria, enquanto notamos existir uma população livre com tendência à pobreza e ao ostracismo. Quarta: ainda que, de maneira geral, houvesse mais homens desqualificados que mulheres, entre os cativos esse quadro se revertia, sendo os homens mais qualificados. Tal constatação é justificada pelo sentido existencial do cativo, ou seja, ele estava ali exclusivamente para o trabalho e, como o trabalho era demasiadamente pesado nas lavouras, eram comprados, por conseguinte, mais escravos masculinos pelo fato de sua força natural. Já o valor das mulheres cativas, em muitos casos, era a procriação,<sup>226</sup> o que também traz luz para o significado desse fato identificado dentro do cativo.<sup>227</sup>

Isso posto, é relevante lembrar que a função socioprofissional do escravo lhe agregava valor no mercado, sendo muito comum anúncios de jornais trazerem características valorativas para negociações, tais quais: ser trabalhador ao ganho, possuir um ofício, ter “bonita figura” e boa conduta.<sup>228</sup> Ou seja, um cativo com profissão valia mais do que um sem profissão. Contudo, para o escravo, isso não tinha grande serventia, pois, se sua qualificação aumentava o lucro do senhor, dificultava a sua negociação de liberdade, embora pudesse lhe possibilitar um maior espaço social. Tal cenário só passou a mudar para os escravos qualificados a partir da lei do ventre livre de 1871, que a eles garantiu o direito de auto-indenização,<sup>229</sup> se bem que, na prática, essa questão não foi tão simples. Assim, é interessante observar que os anúncios de venda de escravos qualificados tenderam a sumir dos classificados a partir dos anos finais da

---

<sup>226</sup> Pondera-se, aqui, que esse debate a respeito do valor da escrava e a sua implicação com a procriação ainda se encontra em aberto e tem como referências Rômulo Andrade, Roberto Martins e Douglas Libby.

<sup>227</sup> MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. Repensando a Historiografia Mineira: aspectos demográficos, econômicos e sociais no século XIX. In: *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto: UEL/Departamento de História, 2002. p 03.

<sup>228</sup> SANTOS, Lucimar Felisberto dos. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1. pp. 239-269, 2009. p 252.

<sup>229</sup> \_\_\_\_\_, Lucimar Felisberto dos. “Doses” de liberdade... p 253/4.

década de 1870, pois esses cativos foram os primeiros a conseguir comprar suas alforrias.<sup>230</sup>

O próximo ponto a ser observado nessa reconstrução será a questão da mobilidade espacial da população implicada na área de Muriahé. Para isso, dedicamos toda a seção seguinte.

---

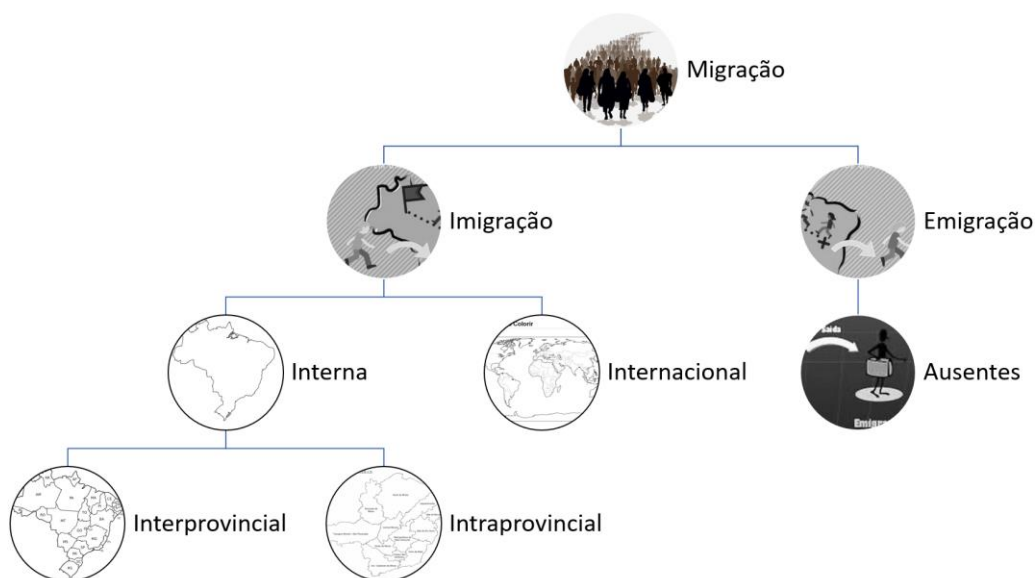
<sup>230</sup> SANTOS, Lucimar Felisberto dos. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1. pp. 239-269, 2009. p 258.

### 2.3. A mobilidade espacial da população e suas implicações sobre a leitura da realidade municipal

O Recenseamento Geral do Império de 1872, dentre tantas informações, apresentou elementos imigratórios internos e internacionais com a devida discriminação de origem, bem como apontou o quantitativo dos ausentes, tratados aqui como emigrantes.<sup>231</sup> Tal constatação possibilitou um olhar para os fluxos populacionais presentes no espaço geográfico e, a partir daí, inúmeras hipóteses a respeito de características econômicas, sociais e políticas locais foram sugeridas e analisadas.

Para uma melhor compreensão da reflexão a seguir, alguns conceitos demográficos precisam ser esclarecidos. Para tanto, observe a imagem que foi elaborada pelo autor a partir da disposição dos dados trazidos pelo Censo de 1872 com intuito de torná-los mais inteligíveis.

**Imagem 06 – Migração e suas tipologias**



Fonte: elaboração do autor a partir da disposição dos dados censitários de 1872.

<sup>231</sup> Os ausentes são apresentados como uma das linhas do resultado do recenseamento. Eles aparecem antes dos dados de origem dos indivíduos, juntamente com os transeuntes. Esses ausentes são entendidos aqui como os indivíduos que são de Muriahé, mas que, por algum motivo, não estavam residindo em sua localidade natal na data-referência do Censo. Por isso, essas pessoas também serão consideradas emigrantes, tanto internos (quando saíram da cidade, mas estão vivendo dentro de outra localidade do país) quanto internacionais (quando de fato saíram do país), bem como “emigrantes pendulares” (quando se tratava de trabalhadores migrantes, marinheiros, soldados em campanha militar ou estudantes em internatos. Também poderia incluir pessoas que estavam viajando, doentes, hospitalizados ou detidas em instituições correcionais). Na pior das hipóteses de enquadramento deste conceito, esses emigrantes estão entre os ausentes, caso não o sejam todos. Aqui, pondera-se que essa classificação pode abranger uma variedade de situações.

Maria Silvia Bassanezi define migrante como aquele cuja residência não coincide com o local de nascimento.<sup>232</sup> Migração acaba sendo, portanto, um termo bastante amplo, pois significa qualquer mobilidade populacional que ocorra no espaço. Dessa forma, para se conseguir uma racionalização mais apurada sobre os dados censitários, será necessário discriminar esse conceito em suas mais diversas ramificações, como ilustrado. Os termos “imigração” (mobilidade populacional de chegada em determinado lugar) e “emigração”<sup>233</sup> (movimento de saída) serão de grande relevo para a análise dos dados populacionais.<sup>234</sup>

Além disso, dentro da imigração, serão considerados os especificadores de origem, como “externa” e “interna”, sendo o primeiro relativo à chegada de indivíduos oriundos de outros países e, o segundo, do mesmo território. Nesse ímpeto conceitual, ainda cabe lembrar de uma especificação dentro do movimento de imigração interna baseada nos termos “interprovincial”, que é aquela que ocorre entre as províncias do Império, e “intraprovincial”, ocorrida dentro da mesma província.

É sabido que, a partir de meados do século XIX, a Europa foi marcada por grandes processos emigratórios resultantes de transformações econômicas e demográficas. Essa dinâmica foi resultado de um conjunto de fatores, como as mudanças na distribuição da posse da terra, o processo de modernização da agricultura e as modificações mais profundas nas relações de trabalho que geravam condições bastante adversas à permanência em seus locais de origem de parcelas significativas de sua população. Ao lado disso, havia um grande excedente populacional devido à transição demográfica em curso desde o século XVIII. Em face do exposto, a historiografia tem demonstrado que os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil foram os principais destinos, em ordem decrescente, desses quadros de emigrantes, sendo que somente o primeiro acolheu 70% dessa população.<sup>235</sup>

---

<sup>232</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. p 01.

Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

<sup>233</sup> Aqui, é importante salientar que o recenseamento de 1872 apresenta parte da população classificada como “ausentes”. Ao se considerar o quadro total dos dados censitários, torna-se bastante sugestivo que essa classificação se trate, em alguma medida, da emigração.

<sup>234</sup> Migração. In.: *MICHAELIS DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA*. Online. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/migracao>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

<sup>235</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, pp. 155-176 – 2007. p 156. Disponível em :

No caso do Brasil, que recebeu em torno de 2,9% desse contingente, embora parte do fluxo migratório tenha ocorrido de forma espontânea, a maioria veio em função dos subsídios oferecidos. Tarcísio Rodrigues Botelho, Mariângela Porto Braga e Cristiana Viegas de Andrade frisam que tais subsídios procuravam atrair, sobretudo, trabalhadores para as lavouras de café em busca de solucionar o problema gerado pelo processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Inicialmente, essa atração subsidiada gerou muitos problemas, mas com o tempo a questão foi se assentando e o formato de colonato<sup>236</sup> se tornou bem aceito entre os que chegavam. Esse sistema encaminhou imigrantes sobretudo para a província de São Paulo, apesar de também ter sido implantado no Espírito Santo e em Minas Gerais.<sup>237</sup>

No caso de Minas Gerais, a imigração europeia já era incentivada com intuito de promover a ocupação das áreas desocupadas de fronteiras antes mesmo do grande movimento migratório do final dos oitocentos.<sup>238</sup> Contudo, como, ao longo do século XIX, Minas continha a maior população livre e escrava do país,<sup>239</sup> a província estava bem servida de braços para a lida. Assim, a imigração internacional imprimia outras funções na área, tais como o povoamento e o intercâmbio de conhecimento técnico agrícola.

Em outras palavras, Minas Gerais incentivou uma imigração focada no povoamento, assim como destacaram Botelho, Braga e Andrade, ao afirmarem que “Minas queria colonizar terras vazias”.<sup>240</sup> Por outro lado, a chegada de imigrantes estrangeiros também teve sentido na perspectiva da reorganização do trabalho, do aproveitamento da população preexistente, ou seja, fazia parte de um processo de educação técnica do produtor agrícola mineiro através das trocas de saberes que

---

<<https://www.scielo.br/j/rbh/a/nLps6NJJVcMq73gHmHp3J5g/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01. Jan. 2023.

<sup>236</sup> Colonato: Tratava-se de “um sistema misto de remuneração por tarefa e por medida colhida”, pelo qual “a carpa do café era paga a um preço anual fixo por mil pés tratados, e a colheita a um preço por alqueire de café colhido”

<sup>237</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, pp. 155-176 – 2007. p 157. Disponível em : <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/nLps6NJJVcMq73gHmHp3J5g/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01. Jan. 2023.

<sup>238</sup> \_\_\_\_\_, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Imigração e família em Minas Gerais...* p 157.

<sup>239</sup> \_\_\_\_\_, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

<sup>240</sup> \_\_\_\_\_, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Imigração e família em Minas Gerais...* p 160.

naturalmente ocorriam nesses contatos. A imigração internacional, portanto, seria um auxílio poderoso à mudança qualitativa da agricultura mineira.<sup>241</sup>

Quanto ao perfil desses imigrantes internacionais que chegavam a Minas, era nítida a identificação de grupos familiares, já que isso era incentivado em razão da crença de que tornar-se-ia menos problemática a questão do controle e haveria, assim, uma força de trabalho mais estável.<sup>242</sup> Em Juiz de Fora, por exemplo, que era o centro da mais importante área cafeeira da província,<sup>243</sup> era possível perceber que, entre seus imigrantes internacionais, havia uma maioria de indivíduos masculinos, embora a diferença não fosse tão grande para o grupo feminino. Além disso, ao contrário da noção corrente de que o perfil predominante era masculino e jovem, a cidade recebia um grupo de indivíduos com relativo equilíbrio entre sexos, presença de crianças e grande número de adultos jovens e casados, o que configurava famílias recém-constituídas, isto é, com adultos nas faixas etárias superiores a 25 anos e crianças menores de 10 anos, perfil este que, na Europa, era muito suscetível a ter dificuldade de acesso a terra. Nesse sentido, os imigrantes solitários representavam menos de 1% do total.<sup>244</sup>

Após perceber esse cenário da imigração de estrangeiros para o Brasil e Minas Gerais, será interessante observarmos informações a respeito do município de Muriaé. Vejamos o gráfico.

---

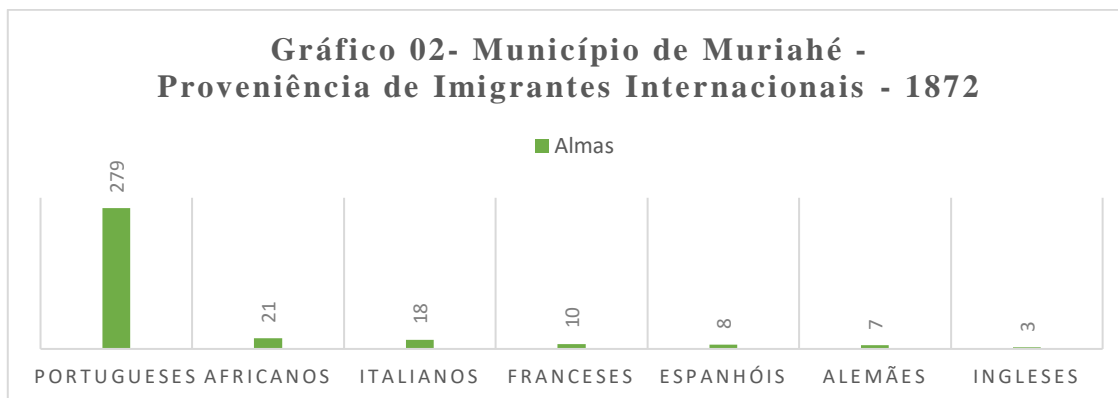
<sup>241</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, pp. 155-176 – 2007. p 162. Disponível em : <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/nLps6NJJVcMq73gHmHp3J5g/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01. Jan. 2023.

<sup>242</sup> \_\_\_\_\_, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Imigração e família em Minas Gerais...* p 163.

<sup>243</sup> Ibidem. p 165.

<sup>244</sup> Ibidem. p 169.





Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

Portugueses, africanos,<sup>245</sup> e italianos foram os grupos mais relevantes de imigrantes internacionais presentes em Muriahé na ocasião do Recenseamento Geral de 1872, sendo a primeira origem significativamente mais expressiva que as demais, como percebido no gráfico. Tal cenário apresenta configuração em alguma medida esperada, já que, em virtude do domínio colonial e aproximações culturais, os portugueses representavam relevante quadro de estrangeiros dentro do país. Nessa lógica, Bassanezi constata que imigrantes portugueses se faziam presentes em todos os municípios paulistas<sup>246</sup> em 1872 e, em Muriahé, mesmo estando em outra província, não parece ter sido muito diferente.

Quanto aos africanos destacados como segundo maior contingente, também não seria surpresa em virtude da sua função social enquanto mão de obra e propriedade atrelada a um histórico e próspero comércio humano Brasil-África não muito distante da ocasião do registro censitário. Isto é, atrelados a uma imigração forçada. Além do mais, esse número deveria ser ainda maior, já que é sugestivo que muitos entre os escravos não fossem identificados como imigrantes. Por fim, os italianos representavam um significativo grupo de imigração para o Brasil<sup>247</sup> que, de certa forma, poderia até ser mais significativo que o indicado em terceira posição no gráfico.

<sup>245</sup> O censo não especifica de qual área da África era a origem.

<sup>246</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. p 10. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

<sup>247</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 54, pp. 155-176 – 2007. p 158. Disponível em : <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/nLps6NJJVcMq73gHmHp3J5g/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01. Jan. 2023

Ao se buscar um olhar mais detalhado sobre essas informações, os dados censitários nos permitem averiguar essa população migrante em diversos ângulos. Para começar, os estrangeiros presentes em Muriahé na ocasião do recenseamento eram, em sua relevante maioria, homens, alcançando o número percentual de 94,5% dentre todos os que chegaram ao município (razão de sexo 1721). Portugal, continente africano<sup>248</sup>, Alemanha, Itália, França, Espanha e Inglaterra aparecem como locais de origem desses indivíduos do sexo masculino, sendo que, nos quatro últimos, não há nenhum registro para mulheres.

As pouquíssimas mulheres provinham apenas de Portugal, África e Alemanha, sendo que o país lusitano detinha os números mais significativos, seguido pelos que vieram da África<sup>249</sup> e da Alemanha, de onde veio apenas um indivíduo feminino. Contudo, essas informações se tornam extremamente intrigantes quando comparadas com as letras da historiografia sobre imigração internacional para o Brasil, pois, como visto anteriormente, esses deslocamentos humanos eram predominantemente realizados por grupos familiares, assim ocorrendo como resultado de uma política de estado que oferecia incentivos para a locomoção em conjunto, ou mesmo de forma orgânica.

Sobre tal questão, Bassanezi constata ao estudar São Paulo:

Levando em consideração que, no período analisado, a mulher livre migrava atrelada ao homem, ou seja, na condição de esposa, filha ou mãe, podemos inferir que a migração em unidade familiar tinha um peso razoável no movimento migratório. Já para a população escrava, não seria prudente fazermos tal inferência, mas não podemos descartar de todo a possibilidade de muitos escravos terem chegado à Província de São Paulo juntamente com seus familiares, o que não significa, porém, que todo grupo familiar continuasse unido na nova terra.<sup>250</sup>

Portanto, não é possível afirmar que o perfil dos imigrantes de Muriahé se configurava dentro dos padrões percebidos para a época. Ao contrário do que ocorria em outras localidades brasileiras, esse grande peso masculino sugere uma dinâmica demográfica pouco orgânica e possivelmente de caráter mais “forçado”, uma vez que essas pessoas provavelmente saíam de suas pátrias “sozinhas”, isto é, sem a presença de seus familiares, de modo a deixar toda uma carga simbólica e afetiva para trás em

---

<sup>248</sup> Usa-se “continente africano” em meio à citação de países, pois essa foi a maneira como o Censo tratou esses dados. Isto é, havia os italianos, portugueses, espanhóis e os “africanos”. Sem maiores detalhes da localidade.

<sup>249</sup> Portugal, 12 mulheres; África, 06 mulheres; Alemanha, 01 mulher.

<sup>250</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. p 11. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

função de demandas meramente econômicas. Aqui, muitas perguntas precisam ser feitas, tais como: quem eram esses imigrantes que vinham para Muriahé? Por que esse peso masculino tão grande dentro desse grupo? Entre outras. Não obstante, como não é objetivo desse trabalho, não iremos aprofundar na questão. Dessa maneira, fica o problema para futuras pesquisas.

Dando sequência, é interessante destacar que, embora os africanos fossem uma população naturalmente ligada ao cativo, especialmente as oriundas da imigração internacional, esse grupo de 21 almas que apareceu no recenseamento não é reconhecido como tal. Dessa forma, do mesmo modo que Leopoldina, Juiz de Fora, Mar de Espanha, Ponte Nova, entre outros, todos os imigrantes africanos de Muriahé eram identificados como livres.<sup>251</sup>

Concernente a isso, para a província de São Paulo, Bassanezi afirma:

No conjunto dos estrangeiros, 55,9% eram pessoas livres. Na sua grande maioria eram portugueses; havia também um número razoável de alemães aos quais se seguiam em menor volume e em ordem decrescente os italianos, os suíços, franceses e ingleses. Entre os estrangeiros livres, havia ainda uma porcentagem razoável de africanos, muito provavelmente, ex-escravos alforriados.<sup>252</sup>

Bassanezi lembra que em 1850 o tráfico externo havia sido proibido e, portanto, os africanos recenseados eram aqueles que entraram no Brasil antes dessa data, isto é, 22 anos antes do recenseamento, e, além do mais, alguns entre eles, provavelmente, eram provenientes de uma ou outra leva contrabandeada que aportou nas costas brasileiras entre 1850-1872.<sup>253</sup>

Diante disso, é razoável dizer que, possivelmente, a condição de liberdade entre todos os africanos imigrados para as principais cidades da Zona da Mata figurava como uma característica peculiar à região mineira e era muito sugestivo que esses fossem ex-escravos alforriados que por ali chegaram por meio das mesmas dinâmicas da imigração interna, seja interprovincial ou intraprovincial. Dessa maneira, examinaremos a seguir, especificamente, a dinâmica da imigração interna do país.

---

<sup>251</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>252</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. p 07. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

<sup>253</sup> \_\_\_\_\_, Maria Silvia C. Beozzo. *Migrantes no Brasil da segunda...* p 02.

Por vias gerais, concernente às migrações no Brasil Imperial, Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi<sup>254</sup> conjectura que “a mobilidade espacial de indivíduos e famílias tem sido muito comum ao longo de nossa história. No entanto, a migração interna continua um tema muito pouco explorado pela historiografia brasileira”.<sup>255</sup> Nesse contexto, encontrar uma fonte segura com dados de migração para uma localidade implica abrir uma série de possibilidades analíticas que vão desde a perspectiva econômica até a social, passando pela política, cultura e, até mesmo, pela pura demografia histórica.

Bassanezi, ao estudar as migrações na província de São Paulo ao longo do século XIX, percebeu que “as dimensões continentais do Brasil não se apresentavam como grandes empecilhos à circulação de pessoas e que esta ocorria não só a curta, mas também a longa distância no interior do território brasileiro”.<sup>256</sup> Dessa forma, pode-se dizer que o fenômeno da migração se fez presente naquele momento em todas as áreas do país em suas mais diversas formas e intensidades e, como percebido nos dados censitários, o município de Muriaé não se configurava à parte dessa realidade, como veremos no quadro seguinte.

#### **Quadro 04 – Origem de Imigrantes Internos – Município de Muriaé – 1872**

<b>ORIGEM</b>	<b>IMIGRANTES</b>
Alagoas	<b>3</b>
Bahia	<b>16</b>
Ceará	<b>5</b>
Espírito Santo	<b>5</b>
Maranhão	<b>1</b>
Minas Geraes	<b>33.007</b>
Parahyba	<b>1</b>
Pernambuco	<b>8</b>
Rio de Janeiro	<b>592</b>
Rio G do Sul	<b>3</b>
Santa Catharina	<b>1</b>
São Paulo	<b>42</b>
<b>TOTAL</b>	<b>33.684</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>254</sup> Pesquisadora NEPO/Unicamp.

<sup>255</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. *Migrantes no Brasil da segunda...* p 01.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. p 03. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

Podem-se perceber algumas mobilidades populacionais muito nítidas, com exceção da origem em Minas Gerais, que aparece muito expressiva e provavelmente carrega alguma questão quantitativa que precisa ser resolvida. Em vista disso, ao cruzar essas informações com o “gráfico 02” e a população absoluta do município, subentende-se que o recenseamento certamente considerou os naturais da terra e os imigrantes intraprovinciais no mesmo número apresentado para a origem em Minas, o que, em princípio, descarta a análise das migrações intraprovinciais. Logo, para o estudo da imigração interna brasileira, onde as províncias são consideradas pontos de origem, em primeiro momento os dados relativos à província de Minas Gerais devem ser desconsiderados.

Todavia, a respeito dessa questão intraprovincial, não estamos completamente no escuro, pois, uma vez que relacionadas à imigração internacional e população absoluta, é possível inferir, de forma indireta, algo sugestivo e conjecturar o número de imigrantes intraprovinciais. Nessa lógica, considerando 34.620 almas como 100% dos habitantes de Muriaé, iremos somar os dados dos dois tipos de imigrações a fim de se chegar à equivalência do total de habitantes. Como o total de imigrantes internos é 677 almas (excetuando MG) e o total de imigrantes internacionais, 346, tem-se 1.023 almas classificadas como imigrantes em geral. Quando esse valor é somado a 33.007 almas, consideradas naturais da terra conforme observação feita anteriormente, percebe-se uma inconsistência para fechar em 100%, pois o resultado desse somatório é 34.030, o que significa que existem 590 almas com dados vacantes.

Outrossim, considerando que as origens interprovinciais e externas já foram dadas e discriminadas, é sugestivo pensar que, em alguma medida, há três hipóteses para determinar essa vacância de dados: que esse número represente um equívoco do censo sem possibilidade de correlações; que expresse a imigração intraprovincial; ou ainda um maior número da população nativa, não havendo outras probabilidades.

Para mais, embora o recenseamento apresente equívocos, a contagem da população absoluta não figura entre eles.<sup>257</sup> Então, 34.620 almas é uma referência inequívoca, enquanto os dados de imigração não, o que corrobora a ideia de um

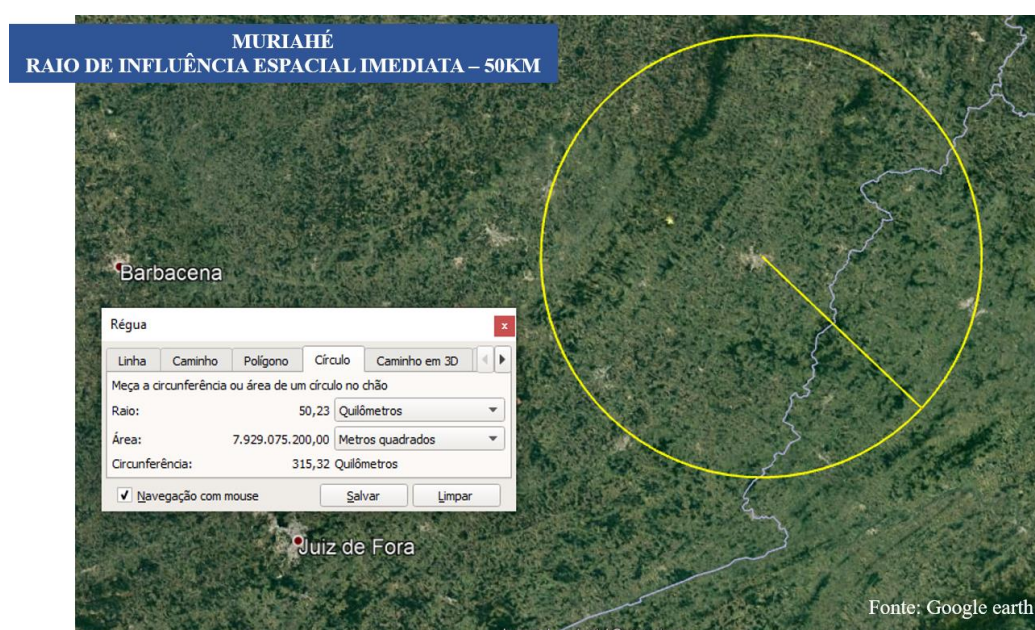
---

<sup>257</sup> PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG. Disponível em: <[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023.

complemento aos dados migracionais. Além do mais, fora os números migracionais, os demais dados apresentados pelo recenseamento, como a condição jurídica, religião, estado civil, entre outros, também totalizam para o município o mesmo número da população absoluta acima.

Uma outra informação significativa no contexto dessa argumentação vem da espacialidade, visto que a imigração com origem em regiões próximas é, de maneira geral, muito intensa e o censo não apresenta tais informações para Muriahé. Vejamos o mapa.

### Mapa 06 – Muriahé - Raio de Influência Imediata (50km)



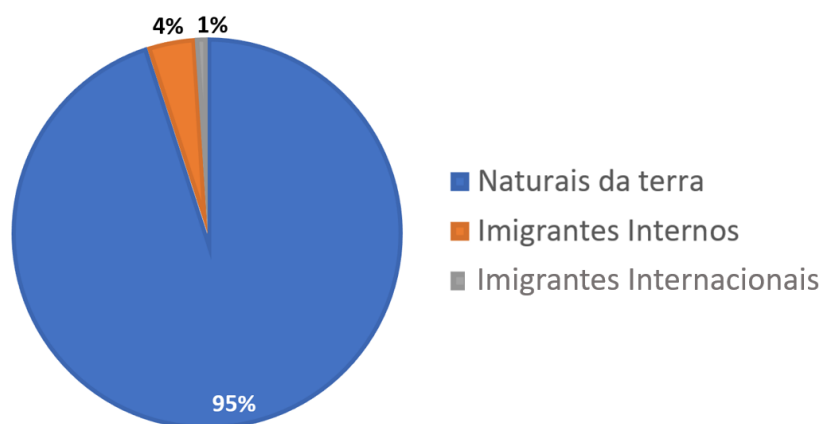
Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir do software Google Earth

Dentro do raio de 50km em torno de Muriahé demonstrado no mapa, percebe-se que, aproximadamente, 30% de sua totalidade compreende áreas pertencentes à província do Rio de Janeiro, o que, por um lado, justifica o número tão elevado da proveniência fluminense no “quadro 04” e, por outro, implica o raciocínio sobre a imigração intraprovincial. Nesse contexto, é relevante trazer os dados presentes nas Listas de Matrículas de Escravos de 1872 para o Município de Muriahé, pois também apresentam dados a respeito da origem dos escravos catalogados, sem contar que foi a única fonte em que encontramos de forma discriminada a imigração intraprovincial.

Assim, nesse registro, 40,4% da população cativa foi identificada como imigrante intraprovincial, isto é, com origem na província de Minas Gerais.<sup>258</sup> Embora estes sejam dados de um recorte muito específico da população, como os cativos, eles se fazem suficientes para corroborar o raciocínio de que a imigração intraprovincial (ou de regiões imediatamente próximas) seja mais intensa na localidade estudada. Desta maneira, enquanto não se fecha um consenso a respeito de tal estatística, é pertinente considerar uma estrutura para a população de Muriahé em que as 590 almas vacantes, na verdade, representem a imigração intraprovincial.

Portanto, é apropriado afirmar que a estrutura da população do município se configurava da mesma forma como demonstrado no gráfico a seguir.

**Gráfico 03 - Estrutura da População de Muriahé por Origem Segundo o Tipo de Imigração – 1872**<sup>259</sup>



Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

Observada essa estrutura, percebe-se que 5% da população do município de Muriahé era composta por imigrantes, o que, em primeiro momento, não representa um dado muito significativo, especialmente quando comparado com os estudos feitos com a

<sup>258</sup> Lista de Matrícula de Escravos de 1872, inclusas nos inventários *post mortem* do cartório do 1º ofício cível de Muriahé. In: ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove*. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

<sup>259</sup> Como o Censo não usou um termo específico para tratar os indivíduos que não eram imigrantes, escolhemos usar a expressão “Naturais da terra” para não se confundir com os nativos (Índios), embora estes estivessem inseridos nesse gráfico dentro dessa classificação.

província de São Paulo na mesma época, onde havia uma presença de imigrantes em torno de 13,6% na composição total da população.<sup>260</sup>

Contudo, nesse momento, lembrar dos dados da população ausente imprime um significado interessante para essa matéria, pois, já que indica falta de indivíduos, logo, implica um possível indicador de emigração. Desse modo, tal perspectiva abre campo para observações concernentes ao saldo migratório<sup>261</sup> pertinente para Muriahé, assim como possibilita a classificação do município enquanto local de atração ou repulsão populacional.

Dessa forma, sabendo que Muriahé apresentava um total 177 ausentes<sup>262</sup> (os quais chamados de emigrantes), um olhar comparativo entre estes dados e os de imigração, indica que havia um saldo migratório positivo de 1436 indivíduos,<sup>263</sup> em termos absolutos. Percentualmente, considerando o total de imigrantes, as emigrações representavam, de forma aproximada, apenas a sua décima parte. Isto posto, fica evidente que Muriahé era uma área de atração populacional, o que, de maneira geral, coloca o município da Zona da Mata em um quadro de prosperidade econômica.

Ao dar seguimento à análise, os quadros apresentados indicam, dentro de uma classificação quantitativa de origem, da maior para a menor, que, internamente, as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais eram as mais relevantes, conforme o gráfico abaixo.

---

<sup>260</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. p 02.

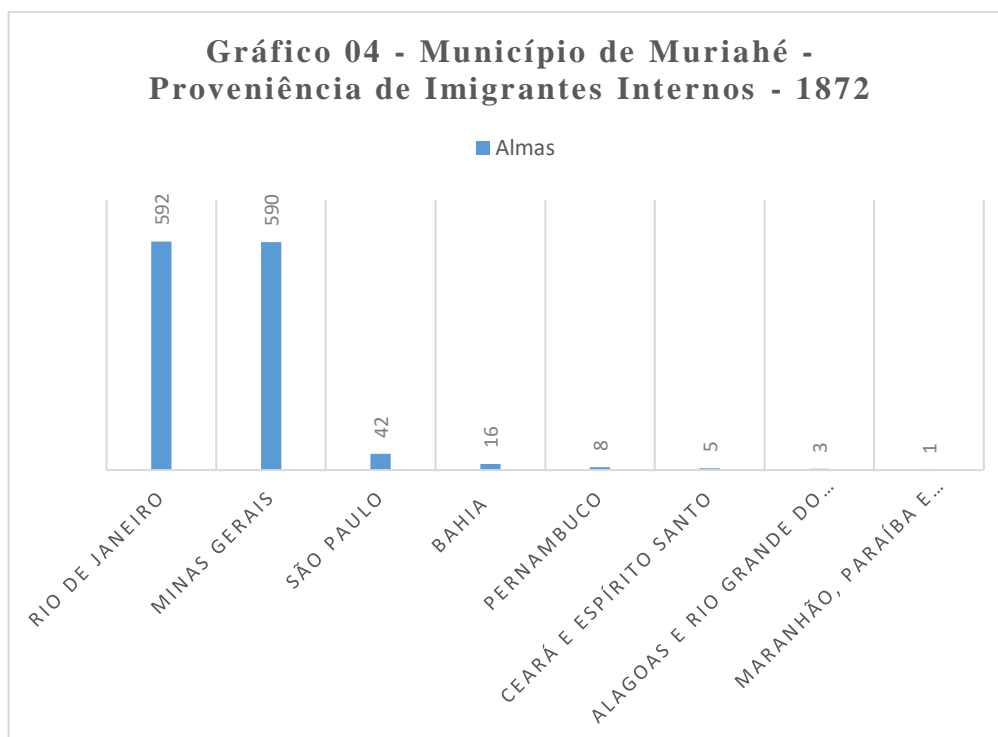
Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

<sup>261</sup> Saldo migratório consiste no resultado da subtração das imigrações pelas emigrações.

<sup>262</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>263</sup> 1267 (Imigrantes internos) + 346 (imigrantes internacionais) – 177 (Emigrantes) = 1436 (Saldo Migratório).





Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

Esses destaques migracionais apresentam uma configuração em alguma medida esperada, uma vez que, internamente, as províncias de MG e RJ estão no raio de influência imediata de Muriahé e isso supostamente facilitava as relações de intercâmbio, assim como ocorreria em qualquer localidade.

Aprofundando a análise das imigrações internas, quando se observa essas dinâmicas populacionais entre os sexos, percebe-se que a maioria ainda é composta por homens. Todavia, diferentemente do constatado entre as chegadas internacionais, o número de mulheres é bastante relevante, ao ponto de quase chegar a uma equivalência, sendo 53% de homens e 47% de mulheres (razão de sexo 114).<sup>264</sup> Tal diferença estatística, tendo em vista o maior equilíbrio entre sexos da movimentação interna, é sugestiva para um movimento mais orgânico, em que a família (ou o casal) conseguiu se deslocar de forma conjunta, sendo que isso também se aplicava para os cativos, “cuja mobilidade no território brasileiro tinha características muito próprias, uma vez que estava atrelada à vontade e/ou necessidades do senhor.”<sup>265</sup>

<sup>264</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>265</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. p 02. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

Dentre as principais províncias de origem desse deslocamento para o município, em ordem decrescente, Minas Gerais, Rio de Janeiro,<sup>266</sup> São Paulo e Bahia, as únicas que apresentavam imigração feminina eram as três primeiras, de maneira especial Minas e Rio, que ostentavam números expressivos de mulheres, com tendências de paridade entre os sexos. Esta realidade corrobora com a ideia da imigração de famílias e casais, pois implicava a movimentação da região mais imediatamente próxima, o que significava um deslocamento mais fácil e seguro para se percorrer em grupo. Em contrapartida, entre os que vinham de áreas mais longínquas, como foi o caso de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Espírito Santo,<sup>267</sup> não ocorria nenhuma proveniência feminina.<sup>268</sup> Em outras palavras, dentre as nove origens internas de imigrantes, apenas três apresentaram mulheres, sendo elas as províncias mais próximas.

Ao considerar o mesmo aspecto para escravos, diferente do que ocorria na população livre, havia maior diversidade de origem entre as mulheres. Das 9 origens, em apenas duas elas não apareciam.<sup>269</sup> Esta constatação nos leva a crer que, independentemente de ser difícil o traslado familiar em longa distância, existe a hipótese de que ele ocorria no caso dos cativos.<sup>270</sup>

É possível acreditar que, à revelia da população livre, como o escravo era uma propriedade, isso, de certa forma, lhe garantia um seguro contra prejuízo de seu proprietário. Assim sendo, levanta-se a hipótese de que o comércio de cativos era feito

---

<sup>266</sup> Essa relação entre os números de imigração entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro é fruto de um raciocínio indireto, pois, como dito anteriormente, os naturais da terra e os imigrantes intraprovinciais são dados de forma conjunta, o que impossibilita saber, de forma categórica, qual o valor da imigração intraprovincial de Minas Gerais para Muriaé. Ou seja, não tem como saber se Minas é a primeira ou a segunda província quanto à origem desses imigrantes, apenas que ela é uma das duas. A saber, dos 590 imigrantes internos intraprovinciais conjecturados anteriormente, considerando os valores percentuais vistos nos recortes por sexo e condição jurídica, pode-se chegar à hipótese de que 37,4% desses imigrantes intraprovinciais eram escravos, o que corresponde aproximadamente a 221 indivíduos, o que, logo, implica que havia 62,6% de livres, 369 indivíduos. Assim também, 53% provavelmente eram homens, 313 indivíduos, e 47%, mulheres, 277 pessoas.

<sup>267</sup> Apesar da proximidade geográfica, é pertinente pensar que a inviabilidade da rede de transporte com a área tenha implicações, principalmente devido à bacia hidrográfica diferente. São especulações.

<sup>268</sup> Aqui, talvez se aplique a mesma questão colocada na justificativa para a imigração internacional ser predominantemente masculina.

<sup>269</sup> Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Maranhão, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Ceará eram províncias de origens de escravos e apenas Maranhão e Bahia não figuravam com mulheres.

<sup>270</sup> Conforme o artigo 4º, parágrafo §7º da lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, lei do ventre livre, “Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 annos, do pai ou da mãe.

sob determinadas condições, isto é, juntamente com seu parceiro.<sup>271</sup> Isso pode ser observado no equilíbrio de sexo entre os números de escravos comprados no município de Muriaé entre 1862 e 1887, em que 55,2% dos cativos eram homens e 44,8%, mulheres (razão de sexo 123).<sup>272</sup>

Contudo, essa apuração para os cativos deve ser colocada em questão diante do fato de a maioria das crianças negociadas nesse mesmo período, 98%, serem categorizadas como “sem os pais” ou com “família quebrada”.<sup>273</sup> É interessante frisar, aqui, que essas constatações não são antagônicas, mas complementares e esclarecedoras, visto que demonstra um relativo equilíbrio de sexo para o período e, por isso, corrobora a questão da imigração do grupo familiar e ainda revelava que as uniões matrimoniais dentro desse grupo eram insignificante, de modo a predominar os filhos naturais, ilegítimos.

Quando se olha pelo filtro da condição jurídica para essa população de imigrantes internos que chegava a Muriaé, é interessante saber que, aproximadamente, 37,4% eram escravos e 62,6%, livres, e que estes números se mantinham quando feito um recorte por sexo a fim de que se vissem as proporções entre essas condições sociais.<sup>274</sup> Esse quadro se aproxima do que ocorria na província de São Paulo, onde a maioria dos imigrantes também era constituída por pessoas livres (68,9%).<sup>275</sup>

As duas províncias mais expressivas entre os imigrantes livres,<sup>276</sup> reaparecem na mesma posição no ordenamento dos contingentes internos de cativos, embora as demais colocações, não. Assim, enquanto entre os livres, São Paulo era a terceira província com maior número de origens e a Bahia a quarta, entre os cativos essas posições são ocupadas respectivamente por Pernambuco e Ceará. Como se percebe, nesses quadros

---

<sup>271</sup> Inclusive, supomos que isto também seja útil para manter a procriação, mas a historiografia precisa discutir mais este ponto.

<sup>272</sup> ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p 148.*

<sup>273</sup> \_\_\_\_\_, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade. p 150.*

<sup>274</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>275</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, 2000. p 02.* Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

<sup>276</sup> Minas Gerais e Rio de Janeiro.

prevalecentes da migração de escravos, sai São Paulo e entram as províncias nordestinas.

Esses dados indicam, provavelmente, dinâmicas naturais dessas áreas. Por um lado, São Paulo era um ambiente mais moderno em suas estruturas socioeconômicas e, por isso, não deveria ser um significativo exportador de cativos. Por outro, a região nordeste, onde, no século XIX, residia boa parte da população brasileira, não se configurava como uma área mais atrativa que o Sudeste. Com tal realidade, ainda corrobora o fato da grande seca ocorrida na década de 1870<sup>277</sup> que fez da área uma repulsora populacional, especialmente de escravos.

Maria Silvia Bassanezi relata que, na província de São Paulo, a maioria dos imigrantes com origem em províncias nordestinas eram escravos.<sup>278</sup> Nota-se, São Paulo foi a única origem de imigrantes escravos muriaeenses que não exibiu imigrantes homens, apenas uma mulher. Em outros termos, a província paulista muito provavelmente não possuía relevância quanto à exportação de cativos.

No tocante às emigrações, é interessante observar que o padrão percebido até aqui para as imigrações internas ora se repete ora não, dependendo do recorte feito sobre os dados. Assim, quanto ao sexo, entre os livres a maioria era homem, 76% para 24% de mulheres (razão de sexo 312), bem como, quanto à condição jurídica, os livres eram majoritários, 77% para 23% de cativos.

Desse modo, nota-se que o primeiro recorte saiu do padrão encontrado, enquanto o segundo, não. Logo, de Muriahé emigravam mais os homens livres. Entre os escravos, a emigração seguiu repetindo o padrão, pois havia maioria de homens. Contudo, distintivamente do que ocorreu entre os livres, não havia grande diferença entre os sexos, sendo 56% de homens para 44% de mulheres (razão de sexo 128). Tal informação confirma o que os dados censitários vêm mostrando até agora a respeito dos cativos, um comércio de casais/família, enquanto os livres migravam sem suas parcerias.

Por fim, como os dados censitários não são viáveis para reconstituir a questão de cor e estado civil entre os imigrantes de Muriahé, considerando que, como visto, muito

---

<sup>277</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. p 15.

Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

<sup>278</sup> \_\_\_\_\_, Maria Silvia C. Beozzo. *Migrantes no Brasil da segunda metade...* p 07.

do que ocorria na província de São Paulo se reproduzia ali em alguma proporção, é relevante entender o perfil dos imigrantes internos encontrados por lá para se ter uma ideia referencial.

Assim, nesse grupo, as pessoas livres de cor branca predominavam (52,2%), as de cor parda atingiam pouco mais de ¼ do total e as de cor preta e os classificados como caboclos chegavam, cada um, a representar aproximadamente 10% do conjunto. Em outros termos, quase metade da população migrante (47,8%) era constituída por não brancos. Se levarmos em conta que, no conjunto da população natural da terra os não brancos chegavam a 35,8% do total, este é um dado bastante significativo para perceber o perfil dos que chegavam e a sua relação com os habitantes não migrantes. Melhor dizendo, era uma população que chegava para aumentar os indicadores de miscigenação.<sup>279</sup>

Quanto à estrutura etária dos imigrantes paulistas, é sabido que, de um modo geral, esses grupos costumavam ter uma estrutura etária mais velha que a não migrante. Aqui, cabe uma comparação com a Zona da Mata mineira, pois se sabe, com os dados da Hospedaria Horta Barbosa de Juiz de Fora,<sup>280</sup> que havia um contingente muito mais jovem entre os imigrantes e suas estruturas familiares na região, o que não acompanha os dados paulistas.<sup>281</sup> Condizente com isso, Rômulo Andrade apresenta, em sua tese, a estrutura etária dos escravos negociados na região de Juiz de Fora, a qual expressava a maioria dos escravos negociados como jovens, na faixa entre 14 e 24 anos. Dessa maneira, como os registros cartoriais, trazidos por ele, registravam que 92,4% das negociações de escravos em Muriaé se tratavam de atos de compra, e Juiz de Fora tinha a mesma tendência, essas informações a respeito das idades podem ser compreendidas como de imigração de escravos para a região.<sup>282</sup>

---

<sup>279</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. p 12.

Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

<sup>280</sup> A maior e mais duradoura da província e, posteriormente, do estado.

<sup>281</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, pp. 155-176 – 2007. p 165. Disponível em : <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/nLps6NJJVcMq73gHmHp3J5g/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01. Jan. 2023

<sup>282</sup> ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco*: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezanove. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p 146-8.

Sobre o estado civil, sabe-se que tanto lá quanto cá, havia maiores chances de pessoas brancas e livres registrarem casamentos legalizados, como foi demonstrado por Vitória Schettini para Muriahé.<sup>283</sup> Nesse quesito, ao considerar apenas os escravos, quando comparados os imigrantes com a população nascida em São Paulo, verifica-se que os escravos naturais da terra, casados pelo menos uma vez, eram proporcionalmente em menor número (13% e 15% para pardos e pretos) que o encontrado para o escravo crioulo imigrante (21,% em ambos, pretos e pardos). Isto é, em São Paulo, entre os escravos imigrantes, havia mais casados que entre os naturais da terra com a mesma condição jurídica.<sup>284</sup>

Para dar sequência a essa leitura sobre o município de Muriahé, o próximo capítulo apresentará a realidade analisada em outra perspectiva. Dessa maneira, ainda com um recorte espacial municipal, o texto abordará um panorama sobre o perfil da cor e condição jurídica da população, seguido pelo retrato da estrutura etária e estado civil. E, por fim, para encerrar nossas abordagens, ainda será exposta uma reconstrução do quadro da organização da “instrução popular” que havia no município naquele momento.

---

<sup>283</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriahé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. p 166-9 e 177.

<sup>284</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. p 14.

Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

## Capítulo III – Muriahé: perfil populacional e instrução pública na década de 1870

### 3.1 O perfil da cor e da condição jurídica dos habitantes do Município de Muriahé

Antes de começarmos essa parte, é importante que sejam pontuadas algumas questões em relação à cor da pele e a sua relação com os singulares significantes sociais daquele momento histórico. Visualmente, havia os brancos, os pretos, os índios e aqueles em que essas características se misturavam. Contudo, ao se compreender o período de maneira mais complexa, isto é, ao se considerar o universo simbólico, essas cores representavam muito mais do que simplesmente aparência.

Hebe Mattos ressaltou que ser preto, negro, branco, crioulo, mestiço, mulato ou pardo estaria carregado de significado social. Por exemplo, a designação “crioulo” era usada para tratar escravos e forros nascidos no Brasil, enquanto o significante “preto”, até a primeira metade do século XIX, referia-se preferencialmente aos africanos. Ser branco, pressupunha a liberdade como atributo específico. A escravidão, necessariamente, era qualidade dos “negros” (além disso, índios escravizados eram chamados de “negros da terra”<sup>285</sup>). Ainda para Mattos, “pardo” enunciava uma exceção controlada, na qual o texto imergirá na sequência.<sup>286</sup>

Como a representação social se estruturava a partir de uma hierarquia racial, os pardos se encontravam especificamente numa categoria intermediária que, em muitos casos, foi sinônima da libertação do cativo<sup>287</sup>, sendo, por isso, muito almejada pelos cativos. “O qualificativo “pardo” sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista”.<sup>288</sup>

Não foram poucos os casos em que os mesmos indivíduos apareciam apontados com cores de pele distintas em diferentes contagens populacionais. O estudo feito por Roberto Guedes com o censo de 1872 para a localidade de Porto Feliz, província de São

---

<sup>285</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. P10

<sup>286</sup> \_\_\_\_\_, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3a ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. P 42

<sup>287</sup> GUEDES, Roberto. *Escravidão e Cor nos Censos de Porto Feliz* (São Paulo, Século XIX). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. P08

<sup>288</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* p 42

Paulo, é um exemplo. O autor cita três ocorrências em que as classificações de cor dos mesmos indivíduos foram alteradas em ocasiões diferentes. Na primeira, Alexandre de Madureira e sua esposa Inácia Maria foram listados como negros na contagem de 1803, todavia, em 1808, ambos apareceram com a cor parda. Na segunda, Antônio Gonçalves e sua mulher, Constantina Maciel, que brancos foram registrados em 1818, não obstante em 1803, 1808 e 1813 estivessem categorizados como pardos<sup>289</sup>. Na terceira, cita o caso do Mulato Jesuíno, de Itu, província de São Paulo, que, após enviuar, foi impedido de entrar na ordem dos Carmelitas Calçados do Rio de Janeiro. Como essa rejeição foi motivada pelo seu registro de cor mulata, depois de conversar com um amigo, capitão-mor de Itu, seu nome apareceu na lista nominativa de 1810 como branco, sendo, assim, aceito na ordem religiosa.<sup>290</sup>

Embora seja evidente o significado do pardo em posição intermediária<sup>291</sup> dentro da hierarquia da conjuntura social vigente, o termo não era categórico em relação à condição de liberdade, uma vez que muitos pardos se encontravam em situação de escravidão, sendo variável de uma região para a outra o percentual de livres e cativos pardos. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, por exemplo - à exceção do Vale do Paraíba fluminense - negros e mestiços livres eram sempre superiores em número aos escravos e, frequentemente, à população branca recenseada em 1872.<sup>292</sup>

Diante disso, Mattos afirma:

a emergência de uma população livre de ascendência africana — não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativo — consolidou a categoria “pardo livre” como condição linguística necessária para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava. Ou seja, a expressão “pardo livre” sinalizará para a ascendência escrava africana, assim como a designação “cristão novo” antes sinalizara para a ascendência judaica.<sup>293</sup>

Como visto, se era necessário o uso da expressão “pardo livre”, tacitamente implicava que existiam também os pardos que não eram livres. Contudo, é importante

---

<sup>289</sup> GUEDES, Roberto. *Escravidão e Cor nos Censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX)*. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. p10

<sup>290</sup> \_\_\_\_\_, Roberto. *Escravidão e Cor nos Censos ...* p11

<sup>291</sup> Ibidem. p13

<sup>292</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3 ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p 45

<sup>293</sup> \_\_\_\_\_, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p10



ressaltar que o uso desse significante remete a uma linha tênue quanto à sua definição, dado que, além do exposto, havia negros que eram livres ou forros e que, por vezes, também passavam a ser considerados pardos. Em outras palavras, o uso do termo pardo para esse período é carregado de uma complexidade simbólica, podendo este ser desde um preto - livre ou forro - até um mestiço ou mulato - livre ou cativo. Efetivamente, pardo se tornou uma classificação de lugar social.<sup>294</sup>

Além do mais, Mattos amplia a questão:

A designação de “pardo” era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre que trouxesse a marca de sua ascendência africana — fosse mestiço ou não.<sup>295</sup>

Nesse contexto, Carlos Alberto Medeiros Lima aponta que a mestiçagem parece ter sido uma “escolha política formulada como mecanismo de domínio e coesão social. O positivismo parecia mais preocupado com o cruzamento das raças que com suas diferenças [...] subentende um ideário de branqueamento [...]”<sup>296</sup>. Concomitantemente, a classificação da cor estava diretamente relacionada ao nível de cidadania<sup>297</sup> de que um indivíduo iria gozar, assim como mostra Hebe Mattos ao estudar casos na região norte fluminense, em que a cor começou a ser retirada da qualificação dos indivíduos nos documentos oficiais, como símbolo do *status* de cidadão.<sup>298</sup>

É interessante observar os dados trazidos por Lima, uma vez que demonstram um aumento gradual da população parda nas províncias de São Paulo e Paraná ao longo do século XIX, o que, em certa medida, ilustra a questão posta do branqueamento e da conquista da cidadania dentro do universo escravista. Como se não bastasse, o autor ainda faz apontamentos - a partir da comparação entre áreas urbanas e rurais do Paraná,

---

<sup>294</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3 ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p 106.

<sup>295</sup> \_\_\_\_\_, Hebe. *Das cores do silêncio...* p 41.

<sup>296</sup> LIMA, Carlos Alberto Medeiros. As formas de classificação de escravos e a noção de raça no Brasil. In: *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p 14

<sup>297</sup> José Murilo de Carvalho, em artigo escrito em 1996 sob título de “Cidadania: tipos e percursos”, publicado no número 18, páginas 04 e 05 da revista Estudos Históricos do Rio de Janeiro, evidenciam que a cidadania é concebida no século XIX como a maneira pela qual as pessoas se relacionavam com o Estado. Para ele, além da capacidade política de votar e ser votado, os principais pontos de contato entre o cidadão e o Estado no Brasil do século XIX foram a Guarda Nacional, o serviço militar, o serviço do júri, o recenseamento e o registro civil. Poderia ser acrescentada a incidência de impostos, sobretudo as tentativas de taxação direta da renda e da propriedade.

<sup>298</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* p 106.

bem como entre áreas urbanas, paranaenses e paulistas, a respeito da classificação de cor em contagens populacionais oitocentistas – que evidenciam áreas rurais com povoações recentes como possuidoras de maior percentual de pardos, assim como as zonas urbanas, em relação a qualquer espaço rural da época. Ao mesmo tempo, os pretos majoravam nas regiões antigas e mais mexidas economicamente.<sup>299</sup>

Essa percepção também pode ser ratificada através da relação dos dados censitários, que demonstram concentração de população escrava na Zona da Mata mineira, com os estudos apresentados por Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico no contexto da dinâmica econômica da segunda escravidão, visto que, em seus resultados, a Mata também figurava com protagonismo entre os eixos mais prósperos da economia do Brasil Imperial.<sup>300</sup>

Guedes acrescenta.

“Outro fator que também intervinha na caracterização da cor era a posição dos membros nos domicílios, que eram compostos por três categorias básicas: chefes e seus familiares (cônjuges, filhos, e, eventualmente, outros parentes), agregados e escravos. [...] Nota-se que, nas listas nominativas, havia a tendência de os chefes de domicílio e seus familiares serem registrados como brancos, os agregados como pardos e os escravos como negros.”<sup>301</sup> “[...] Logo, a cor referendava uma hierarquia no domicílio.”<sup>302</sup>

Nos processos analisados da segunda metade do século XIX, os significantes “negro/ preto” e “escravo” continuavam com significados equivalentes<sup>303</sup>, o que implica também em dizer que o uso da expressão pardo se comportava da mesma forma. O Recenseamento Geral do Império do Brasil (RGIB) de 1872, ao lidar com o problema da classificação de cor da população, utilizou o termo raça e definiu as seguintes categorias de registros: branca, preta, parda e cabocla<sup>304</sup>.

---

<sup>299</sup> LIMA, Carlos Alberto Medeiros. As formas de classificação de escravos e a noção de raça no Brasil. In: *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p 07

<sup>300</sup> SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita. Raízes escravas da modernização capitalista no Brasil. In: *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói: ABPHE, 2017, pp.1-30. p 12, 21 a 26. Disponível em: <<https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/34%20Raizes%20escravas%20da%20modernizaca%20capitalista%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 01 fev. 2023.

<sup>301</sup> GUEDES, Roberto. Escravidão e Cor nos Censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. P 02

<sup>302</sup> \_\_\_\_\_, Roberto. *Escravidão e Cor nos Censos ...* p16

<sup>303</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3 ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p 107

<sup>304</sup> BRASIL. Decreto nº 4.856, de 30 de dezembro de 1871. Manda proceder ao primeiro recenseamento da população do Império. Rio de Janeiro, 1872. Disponível em:

A classificação de raça/cor preta foi utilizada para designar pessoas africanas, negras e crioulas. A denominação "parda" caracterizava o cruzamento da raça africana com outras raças. Já a designação cabocla deveria ser compreendida como raça indígena ou, ainda, como a mistura entre brancos e indígenas.

Cabe considerar que, segundo a condição social - definição jurídica -, os indivíduos foram classificados em "livres" e "escravos".<sup>305</sup>

Após estes esclarecimentos, em meio a todos os processos e dinâmicas de desenvolvimento por que o país passava ao longo do século XIX, especialmente em sua segunda metade, o perfil da população brasileira sofreu uma significativa mudança, principalmente na composição da estrutura demográfica. O caso da corte ilustra um pouco isso, pois, enquanto, por um lado, havia um crescimento tímido no número de indivíduos – 0,13% ao ano, por outro, a cada ano que se passava, o tamanho da representação de cativos nesse grupo diminuía significativamente, passando de 41,5% em 1849 para 18,2% em 1872.<sup>306</sup>

No mesmo período, embora ostentasse lógica similar de evolução composicional, a província de Minas Gerais apresentava um significativo crescimento absoluto de seus habitantes, tanto de escravos quanto de livres.

Minas Gerais e o Nordeste brasileiro, durante o século XIX passaram por um notável crescimento demográfico, o que permitiu, com o desenrolar do tempo, a consolidação em ambas as regiões de grandes reservatórios de mão-de-obra livre e escrava. “Em Minas e no Nordeste residiram, durante o século XIX, entre 60,0% e 67,0% da população brasileira e, os dois, em conjunto, até 1890, foram responsáveis, no mínimo, por 57% do incremento demográfico do Brasil, isto em 1872/1890 e no máximo por 75,1% em 1854/1872”<sup>307</sup>

Esse contexto de grande crescimento da província mineira não evitou que a tendência nacional ocorresse, isto é, a diminuição da porção da população escrava ao longo dos anos. Assim, ainda que questionáveis por inúmeros fatores,<sup>308</sup> destacam-se

---

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4856-30-dezembro-1871-552291-publicacaooriginal-69467-pe.html>>

<sup>305</sup> GOUVÊA, Maria Cristina; XAVIER, Ana Paula. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. *Educação e Sociedade – Revista de Ciência da Educação. CEDES/ UNICAMP*, Campinas, v. 34, n 122, pp 99-120, 2013. p 105. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

<sup>306</sup> SANTOS, Lucimar Felisberto dos. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). v. 9 n. 1. *Politeia: História e Sociedade: Vitória da Conquista*, 2009. p. 248.

<sup>307</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. p 03. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>

<sup>308</sup> Os mapas de população apresentam inúmeros erros metodológicos de captação de dados, tendo algumas informações maior confiabilidade que outras.

aqui as contagens<sup>309</sup> da população da província realizadas nos anos de 1833/35, 1855 e 1872, por mostrarem exatamente isso, a gradual diminuição do percentual de cativos na estrutura demográfica, ao mesmo tempo em que aumentava o da população livre. De maneira prática, em 1833/35, 65,85% da população era de livres e 34,15% de escravos. Já em 1855, 69,54% eram livres e 30,46% escravos; e em 1872, 81% da população era livre e 19% escrava.<sup>310</sup>

Essa dinâmica no tempo aponta para uma consequência empírica da questão abolicionista que permeou as discussões políticas do Império desde seu nascimento, especialmente a partir da regência, quando, em 07 de novembro de 1831, publicou-se a primeira lei explicitamente antiescravista do Império, apesar de não ter sido eficaz por diversos fatores conjunturais.

As leis que atuaram, de fato, no sentido de diminuir e/ou abolir a escravidão encontraram viabilidade a partir de 1850. O tráfico negreiro foi proibido pela lei de nº 581, de 4 de setembro daquele ano. Vinte e um anos depois, a lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, definiu como livre o nascido de escrava.<sup>311</sup> A lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, considerou liberto o cativo com idade acima de 60 anos, salvo algumas condições. E, finalmente, a lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888 declarou extinta a escravidão no Brasil.<sup>312</sup>

Nesse cenário, a paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, Zona da Mata, ilustra o processo de crescimento em termos absolutos e a reconfiguração da população no aspecto relativo, visto que em 1831 continha 790 escravos em sua população e, em 1872, esse número havia saltado para 7171 indivíduos, ainda que esse aumento representasse, em termos percentuais, uma diminuição significativa dentro do total, 59%

---

<sup>309</sup> A lei do Império de 20 de outubro de 1823, no seu artigo 24, parágrafo 7º, atribuiu ao presidente de cada província a obrigação de formar censo e estatística em sua jurisdição. Assim, foram realizadas várias contagens da população mineira ao longo do século XIX.

<sup>310</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População de Minas Gerais na segunda metade do séc. XIX: Novas evidências. Versão preliminar de pesquisa em andamento desenvolvida pelo Centro de Estudos Mineiros/FAFICH/UFMG e financiada pelo IPEA. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: 2002. p 01-06.

<sup>311</sup> Contudo, conforme o artigo 1º, do parágrafo §1º da lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, lei do ventre livre, o escravo deveria ficar sob os cuidados do senhor até os 08 anos, quando poderia escolher entre declará-lo livre e receber indenização do Estado ou utilizar do serviço do menor até os 21 anos.

<sup>312</sup> NUNES, André Rangel de Souza. *130 anos da lei áurea: As leis abolicionistas e a integração da população negra no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Direito/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito: Niterói, 2018. p 66-103.

em 1831, enquanto em 1872 caiu para 37%.<sup>313</sup> Após perceber essa dinâmica paradoxal ocorrendo em várias escalas, torna-se relevante afirmar que a exposição dos dados denota a existência de uma nova dinâmica econômica na área analisada.

Diante disso, é possível sugerir, pelo paradigma indiciário de Carlo Ginzburg,<sup>314</sup> que esse fenômeno também ocorreu no município de Muriahé, sendo a população escrava de 20%, constatada em 1872, um dado, nessa linha do tempo, de decréscimo demográfico da escravidão. Ao contextualizar, cabe dizer que, embora esse percentual de população escrava de Muriahé seja maior que os dados nacionais e esteja na média em relação à província mineira, dentro da Zona da Mata o município possuía indicadores bastante inferiores.

Ainda que houvesse uma tendência de diminuição no percentual de escravos em favor de uma população livre, nesse cenário a Mata e a Vertente<sup>315</sup> se tornaram dois dos últimos redutos de economia baseada em mão de obra escrava em Minas<sup>316</sup>. Em 1872, vários de seus municípios apresentavam maior composição percentual de escravos em relação às médias nacional e provincial do mesmo dado. O próprio caso de Muriahé ilustra isso, pois, como dito, os cativos correspondiam a 20% de sua população, enquanto a média do Império figurava em aproximadamente 15%,<sup>317 318</sup> e a provincial, 18,2%.<sup>319</sup>

Ao discriminar um pouco mais a questão, percebe-se que a maior parte das freguesias da província mineira se constituíam com 20% a 24% de população escrava, enquanto havia distritos destaques que apresentavam mais de 50% de cativos, como era o caso de Madre de Deus do Angu (paróquia do município de Leopoldina) que

---

<sup>313</sup> BATISTA, Caio da Silva. Economia e escravidão urbana na Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13º Conferência Internacional de História de empresas*. Niterói: 2017. p 13.

<sup>314</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

<sup>315</sup> Especificamente, no município de São João de Rei – paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas – 50,4% da população era livre e 49,6% era escrava. (Fonte: Censo 1872)

<sup>316</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População de minas gerais na segunda metade do séc. XIX: Novas evidências. Versão preliminar de pesquisa em andamento desenvolvida pelo Centro de Estudos Mineiros/FAFICH/UFMG e financiada pelo IPEA. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: 2002. p 10.

<sup>317</sup> BISSIGO, Diego Nones. O censo de 1872 e a simplificação da liberdade. In: *Anais do VII Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015. p 01.

<sup>318</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3a ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p 46.

<sup>319</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

apresentava 53,2% de sua população em condição de cativo, bem como São José do Paraíba,<sup>320</sup> São João Nepomuceno e Conceição da Boa Vista, onde essa população chegava a configurar entre 40 e 49% do total.<sup>321</sup>

Quando se considera essa proporção composicional para a Zona da Mata como um todo, esse percentual fica em 30,7%.<sup>322</sup> Contudo, percebemos que este dado está em conflito na historiografia regional uma vez que Luiz Fernando Saraiva expõe um número ainda maior, na casa dos 40% da população no cativo.<sup>323</sup> Ou ainda 25,4%, se considerado o quadro da Zona Mata que Schettini apresenta.<sup>324</sup> Dentro destes termos, 32% é uma média aritmética da região.

Para Muriaé, os dados censitários nos possibilitam enxergar algumas variantes por sexo e condição jurídica. Dentro da primeira variável, vimos que 52,3% das pessoas do município eram homens e 47,7%, mulheres (razão de sexo 109), sendo que, tanto no recorte mais específico entre livres como entre escravos, se mantinha uma maioria masculina, embora a diferença entre os sexos junto aos cativos fosse maior (razão de sexo 112). Na segunda variável, por condição jurídica, embora já tenha sido informado em termos globais que 80% das pessoas eram livres e 20% escravos, quando os dados foram separados por sexo entre livres, percebemos discrepâncias, visto que havia mais mulheres livres que homens. Portanto, pode-se dizer que existia uma sutil tendência de que escravos fossem homens e que livres fossem mulheres, já que, entre o público

---

<sup>320</sup> São José de Parahyba se refere a São José do Além Parayba. Quando conferido esse dado para tal localidade diretamente na fonte, percebe-se que os autores (MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da.) referenciados o superestimaram, sendo na verdade 45,3% a parcela da população em condição de escravidão e não mais de 50% como dito. O que ainda representa um número muito alto. Os autores ainda apontaram Barbacena com indicadores acima de 50% para sua população cativa, contudo, quando conferido na fonte, tal dado não procede. Percebe-se uma confusão em relação à organização administrativa, pois Município e paróquia são muitas vezes tratados como a mesma coisa, como foi o caso de Leopoldina. Os autores mencionaram todo o município, quando na verdade o dado se referia a apenas a paróquia de Madre de Deus do Angu.

<sup>321</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População de Minas Gerais na segunda metade do séc. XIX: Novas evidências. Versão preliminar de pesquisa em andamento desenvolvida pelo Centro de Estudos Mineiros/FAFICH/UFMG e financiada pelo IPEA. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: 2002. p 06 a 08.

<sup>322</sup> \_\_\_\_\_, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. *População de Minas Gerais ...* p 10.

<sup>323</sup> SARAIVA, Luiz Fernando. A transição do Trabalho escravo para o livre na Zona da Mata mineira. In: SOUSA, Jorge Prata; ANDRADE, Rômulo Garcia de (orgs.). *Zona da Mata mineira: fronteira, escravidão e riqueza*. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. p 100.

<sup>324</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. O perfil populacional e familiar das freguesias de São Paulo do Muriaé e São Francisco do Glória na Zona da Mata Mineira (1850-1888). In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (Orgs.). *Política e Sociedade no Brasil Oitocentista*. Recife: UFPE, 2020. pp. 41-62. p 49-50.

masculino, os escravos aumentavam e os livres diminuían e ocorria o contrário entre as mulheres.<sup>325</sup>

Ao olhar esses dados na perspectiva espacial, percebe-se que a maioria das paróquias constituídas com mais de 30% da população em condição jurídica de escravidão (ou seja, acima da média) se encontrava nas regiões da Mata, Vertentes e Sul de Minas. Ademais, a maioria das paróquias da província com mais de 40% de escravos se localizava na Mata, mais especificamente na sub-região sul,<sup>326</sup> as quais formavam um “corredor” (região) de grande densidade escrava que margeava a divisa com a província do Rio de Janeiro. Tratava-se das freguesias de São José de Além Parahyba, Madre de Deus do Angu e Conceição da Boa vista,<sup>327</sup> que pertenciam aos municípios de Mar de Hespanha e Leopoldina.<sup>328</sup>

Chama-nos a atenção que esse “corredor” fazia limite com o sul do município de Muriahé, mais precisamente com a paróquia São Francisco de Assis do Capivary (Capivara) e, possivelmente, esse contato teve implicações significativas nas características dessas populações. Ao analisar os habitantes de Capivara, essa suspeita se confirma, pois, dentre as paróquias do município de Muriahé, ela se destaca quanto ao número percentual e absoluto acima da média para pretos e escravos em sua estrutura demográfica<sup>329</sup>. Com características similares, também se destacava a paróquia de São Sebastião da Cachoeira Alegre, que fazia limite com o norte de Capivara. Pode-se dizer

---

<sup>325</sup> Percentual de homens/mulheres totais: 52,3%/47,7%; percentual de homens/mulheres entre livres: 52,1%/47,9%; percentual de homens/mulheres entre escravos: 52,8%/ 47,2%; percentual de livres/escravos totais: 80,0%/20,0%; percentual de livres/escravos entre mulheres: 80,2%/19,8%; percentual de livres/escravos entre homens: 79,8%/20,2%.

<sup>326</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, nº 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999.

<sup>327</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População de minas gerais na segunda metade do séc. XIX: Novas evidências. Versão preliminar de pesquisa em andamento desenvolvida pelo Centro de Estudos Mineiros/FAFICH/UFMG e financiada pelo IPEA. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: 2002. p 10

<sup>328</sup> Leopoldina tinha a maior população absoluta de escravos da província. Percentualmente ficava atrás de Mar de Hespanha e Juiz de Fora.

<sup>329</sup> Segundo o Censo de 1872, Capivara possuía uma população com 38% de pretos, 28% de pardos (pretos e pardos somados: 66% da população) e 33% de escravos; Cachoeira Alegre: 28% de pretos, 26% de pardos (pretos e pardos somados: 54%) e 28% de escravos. Para se ter referência, considerando a totalidade, o município tinha: 23% de pretos, 29% de pardos (pretos e pardos somados: 52%) e 20% de escravos. Tombos também chamava a atenção para os números da escravidão, pois continha: 28% de pretos, 28% de pardos (pretos e pardos somados: 56%) e 30% de escravos. Embora também estivesse na divisa com a província fluminense, não o consideramos como parte do corredor de grande densidade escrava por que São Sebastião da Mata, que se localizava entre Cachoeira Alegre e Tombos no sentido sul-norte, apresentava números baixos relativos à escravidão (17% de escravos), o que ao nosso ver rompia o dito corredor.

que essas duas paróquias se configuravam dentre as populações com as maiores marcas da escravidão no município.<sup>330</sup>

Portanto, é muito provável que essas paróquias de Muriahé integrassem esse “corredor” de grande densidade escrava na Zona da Mata mineira. Sendo ele, portanto, iniciado ao sul, na paróquia de São José de Além Parahyba (município de Mar de Espanha), seguido ao norte pelas freguesias de Madre de Deus do Angu (município de Leopoldina), Conceição da Boa vista (município de Leopoldina), São Francisco de Assis do Capivary (município de Muriahé) e finalizado na paróquia de São Sebastião da Cachoeira Alegre (município de Muriahé).<sup>331</sup> Curiosamente ou não, todas as localidades do dito “corredor” faziam parte da divisa com a província fluminense, o que deixa implícito algumas possíveis justificativas para sua existência.

Nesta sequência, mergulharemos um pouco mais no município de Muriahé. Para tanto, vejamos o quadro da população, separada por cor, feito a partir do censo de 1872.

#### **Quadro 05 - Município de Muriaé – 1872 - População Segundo Cor**

<b>COR</b>	<b>TOTAL</b>
Branco	16006
Caboclo	519
Pardo	10087
Preto	8008
<b>TOTAL</b>	<b>34620</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

Em termos percentuais, percebe-se o município com um perfil racial em que brancos representavam 46,2% da população, pardos 29,1%, pretos 23,1% e caboclos 1,5%. Esta estrutura racial distanciava bastante a realidade municipal da nacional, que, na época, apresentava uma certa equivalência entre brancos e pardos, com 38,1% e 38,3%, respectivamente, e pretos e caboclos, com 19,7% e 3,9%.<sup>332</sup> Tal comparação

---

<sup>330</sup> LIMA, Cristian Gomes. Um olhar sobre movimentos populacionais no município de Muriahé através do recenseamento geral do Império de 1872. *Pesquisa & Educação a Distância*, Niterói, n 7, 2020.

<sup>331</sup> Não aprofundaremos demais nas características peculiares a cada paróquia para não perder de vista o recorte espacial municipal proposto na análise deste trabalho.

<sup>332</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 6, pp. 61-84, 1997. p 13. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ha/a/fh9cpRfmbxt4QNkmvnZyffg/?format=pdf&lang=pt> > .



evidencia Muriahé fora da curva da estrutura racial média do Império, sendo sua população bem mais branca e preta, e bem menos parda e cabocla.

Todavia, ao mudarmos o ângulo do olhar para esses mesmos dados sobre Muriahé e considerarmos pretos e pardos em conjunto, tem-se uma maioria absoluta de 52,2% da população com herança da cor do cativo. E, como se não bastasse, se acrescentarmos a população cabocla nessa junção, forma-se dentro do município uma porção de 53,7% de população não-branca.<sup>333</sup> Tal perspectiva evidencia o município como mais escuro do que pensamos inicialmente, quando vimos os dados separados cor a cor.

Mas qual seria o perfil de coloração de pele da população em cada grupo por cor e condição jurídica? Saber isso, além do óbvio, pode indicar um quadro que sinalize, em alguma medida, os indivíduos escurecidos que se encontram na condição de livres, sugerindo, pois, uma estimativa para a alforria em Muriahé. Dessa forma, quando se empreende uma análise sobre essa população municipal assim discriminada, tem-se o seguinte.

---

<sup>333</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

**Quadro 06 - Município de Muriahé – População por cor em grupos selecionados - 1872**

Preto	Pardo	Caboclo	Branco
Percentual entre livres			
9,8%	30,5%	1,9%	57,8%
Percentual entre Homens Livres			
9,6%	30,9%	2,0%	57,5%
Percentual entre Mulheres Livres			
10,0%	30,0%	1,8%	58,2%
Percentual entre escravos			
76,3%	23,7%	0,0%	0,0%
Percentual entre Homens Escravos			
76,7%	23,3%	0,0%	0,0%
Percentual entre Mulheres Escravas			
75,9%	24,1%	0,0%	0,0%
Percentual entre homens			
23,2%	29,4%	1,6%	45,9%
Percentual entre mulheres			
23,1%	28,9%	1,4%	46,6%
Percentual no total global (Homens + mulheres + livres + escravos)			
23,1	29,1	1,5	46,2

Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

Entre livres, a maioria é branca e parda, seguida, na devida ordem, por pretos e caboclos, o que, de maneira geral, significa que a disposição por maior grupo entre livres acompanha os dados generalizantes apresentados no quadro 05. Contudo, brancos e pardos ficam ainda mais majorados em relação aos dados gerais. Enquanto, no total, 46,2% da população é branca e 29,1% parda, dentro do recorte que considera apenas a população livre, a primeira sobe para 57,8% e a segunda para 30,5%, o que indica o embranquecimento como uma característica marcante dos habitantes livres de Muriahé.

Na separação dos livres por sexo, percebe-se, pela razão de sexo, uma prevalência masculina, todavia, quando estes dados são considerados de maneira percentual, essa relação de prevalência entre os sexos adquire uma relativa variabilidade. Por um lado, há percentualmente mais mulheres entre brancos (percentualmente majorado 0,7%, mas com razão de sexo 108) e, por outro, mais homens entre pardos (percentualmente majorado 0,9% e com razão de sexo 112). O

mesmo ocorre entre pretos e caboclos. Entre os primeiros, tem-se percentualmente mais mulheres (mas com razão de sexo 104) e mais homens entre os segundos (com razão de sexo 122).<sup>334</sup>

Diante dessa especificidade dos dados, encontram-se discrepâncias esclarecedoras a respeito de diversas características da população, já que se pode afirmar que havia percentualmente mais mulheres entre livres de cor branca e preta, e mais homens entre pardos e caboclos. Pelo lado dos brancos, essa afirmativa indica uma realidade até esperada; afinal, diante de tudo que se viu até o momento, o pesado do trabalho do campo não recaía sobre a população feminina, muito menos branca. Pelo lado dos pretos, de maneira geral, indica uma população obviamente alforriada em que mulheres conseguiam mais a liberdade do que os homens (a saber, 66% dos pretos eram escravos no município de Muriahé, logo, 34% eram livres).

Já entre os pardos, conhecendo a realidade econômica da época, a constatação de prevalência percentual e absoluta masculina indica que a cor estava mais voltada para a lida no campo. Ao discriminar esses dados, observamos aspectos ainda mais esclarecedores dessa população. Considerando que 84% dos pardos no município de Muriahé eram livres, juntamente com a percepção de que a razão de sexo para pardos livres era 112, torna-se sugestiva a afirmação de que esses pardos compunham uma massa de população lavradora livre e, muito provavelmente, pobre. Do mesmo modo, para os caboclos, como não havia registro de escravo com essa cor, é possível afirmar também pela diferença entre os sexos, aumentada para o masculino (razão de sexo 122), que essa população estava vinculada ao trabalho livre.

Ao direcionarmos o olhar para os habitantes escravos do município, percebe-se que havia total concentração desses indivíduos nas classificações de cor preta ou parda.<sup>335</sup> Nesse recorte, observa-se que prevaleciam os homens entre os pretos e pardos escravos (16% do total de pardos). Embora a razão de sexo fosse 108, o olhar percentual para o mesmo grupo demonstrou que, na sua composição, as mulheres possuíam maior representação. Enquanto, entre os homens escravos, 23,3% eram pardos, em meio às mulheres escravas, 24,1% eram pardas. Tal constatação para os pardos, difere da composição da mesma cor entre os livres, pois lá aparecem os homens como

---

<sup>334</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>335</sup> Isto é, não havia registro de escravidão para brancos e caboclo.

prevalentes. Essa percepção de haver percentualmente mais homens pardos livres e menos homens pardos escravos, indica novamente que, muito provavelmente, a maioria dos que apresentavam essa cor estava vinculada ao trabalho livre. Também expõe que as mulheres escravas pardas, por causa da pele mais branqueada, talvez fossem mais utilizadas nos trabalhos domésticos, vinculados ao lar, como demonstrado anteriormente.

Quanto à população preta aumentada para o lado masculino, entende-se como algo esperado, já que estava afeita ao trabalho; se a principal atividade na área era aquela vinculada à terra, naturalmente deveria haver mais homens. Ainda, não se pode esquecer da relevante população preta classificada como escrava (76,3% dos pretos eram escravos). Assim, juntamente com a conjectura da massa de trabalhadores livres entre pardos, também concluímos, com bastante robustez, que a maioria dos escravos eram indivíduos tidos como pretos.

Para terminar essa análise, olhemos, novamente, para o grupo selecionado de homens e mulheres com o devido recorte pela cor. Ainda que, em termos absolutos, a população masculina prevaleça em todos os cenários, nota-se, percentualmente, numa perspectiva, a existência de uma composição de mais homens pretos, pardos e caboclos e, noutra, a prevalência de mulheres entre os brancos. Em meio aos pretos, a diferença da composição entre os sexos era sutil, percentualmente apenas 0,1% (razão de sexo 110). Entre pardos, tinha-se a maior distância, percentualmente 0,5% (razão de sexo 112). E entre caboclos, 0,2% (razão de sexo 122). Já entre brancos, a diferença para mulheres também chegava na casa dos 0,5% (razão de sexo 108).<sup>336</sup>

Aqui, constatamos mais uma vez que havia mais homens na configuração geral da população (ou seja, a que considera homens, mulheres, livres e escravos) e que as cores “subalternas” estavam mais profundamente ligadas ao trabalho rural, onde prevaleciam os homens mais escurecidos em seus mais diversos tons. Diante da predominância de mulheres brancas no recorte composicional das cores pelo sexo, observamos que o branco também estava na lida do campo, contudo, uma parcela desses, em alguma medida, sofria menor pressão social para o trabalho, mais

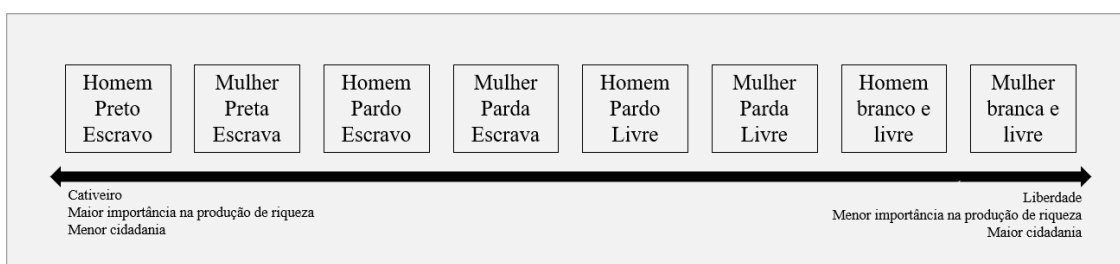
---

<sup>336</sup> A razão de sexo demonstra a comparação entre a população masculina e feminina em termos absolutos, enquanto a porcentagem os compara diante da estrutura composicional da população. Assim, é perfeitamente possível a diferença percentual entre os sexos não acompanhar a razão de sexo.

precisamente para o trabalho rural, tendo assim uma dominância percentual de mulheres nesse quadro.

As mulheres estavam inseridas em uma realidade em que a condição de branca e mulher possivelmente implicava um relativo distanciamento do mercado de trabalho rural de sua época, já que o trabalho era mais adequado para homens com pele escura e escravos. Diante desse contexto, para ilustrar essa realidade do município de Muriahé, criamos uma espécie de escala de gradação de importância econômica, em que, num extremo, tem-se o homem, preto e escravo e, no outro extremo, a mulher, branca e livre.<sup>337</sup>

**Imagem 07 – Escala de Gradação da Posição Social<sup>338</sup>**



Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

Portanto, aqui se pode ver um relativo retrato por cor, sexo e condição jurídica da população do município de Muriahé para o período em que havia predominância de livres, um relativo equilíbrio de sexo e, no conjunto dos seus tons, era mais escura, mesmo que os números de brancos por si só fossem muito relevantes. Além disso, pôde-se perceber uma escala de gradação de perfil, em que quanto mais feminina e branca fosse a população, maior o grau de aproximação com a condição de liberdade. Lógica similar ocorria entre os quadros de indivíduos que se encontravam em condição de

<sup>337</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>338</sup> Para criação dessa escala foram considerados os seguintes pressupostos: 1) os indicadores de raça e condição jurídica, onde escravos pretos eram majoritariamente homens e livres brancos eram majoritariamente mulheres. Assim, embora culturalmente a mulher fosse menos valorizada, nesses indicadores ela possui traços de maior acesso à liberdade; 2) que a mulher provavelmente tinha mais facilidade de se desvincular do cativo ou ficar numa posição socialmente melhor por causa do trabalho doméstico e da costura; 3) a importância econômica da força de trabalho para a economia local; 4) o acesso a direitos e prestígio social; 5) a teoria de Hebe Matos a respeito da classificação das raças. Obs. O caboclo não foi colocado nessa escala devido à falta de referenciais para conjecturas mais categóricas. Contudo, acredita-se que sua posição social estivesse em algum lugar entre a população livre e pobre.

escravidão, sendo que, neste caso, a “liberdade” seria substituída por algum tipo de trabalho mais leve.<sup>339</sup>

Ficou entendido, ainda, que quantitativamente, em ordem decrescente, a população era branca e parda, seguida por pretos e caboclos, sendo que, quando observado exclusivamente o grupo de livres, essa ordem era repetida. Contudo, entre os escravos, não. Nesse grupo, só havia indivíduos pretos e pardos, sendo essa também a ordem de prevalência. Também vimos, mesmo que de forma sutil, que, para livres, havia mais mulheres entre brancos, e homens entre pardos, da mesma forma que se tinha mais mulheres entre pretos, e homens entre caboclos.

Além disso, a maioria dos escravos eram indivíduos tidos como pretos. Embora houvesse pardos nessa condição, o grosso dessa cor estava vinculado ao trabalho livre. E, por fim, não se pode deixar de mencionar que o fato da maioria de mulheres livres entre pretos indica, de maneira geral, que havia uma população alforriada nesse quadro e que isso também permite supor que as mulheres estavam de forma mais recorrente suscetíveis à liberdade.

Em busca de dinamizar essa discussão, a partir daqui traremos os dados demográficos presentes nos inventários *post mortem*<sup>340</sup> encontrados no arquivo do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros de Muriaé, digitalizados, tabelados e disponibilizados pela historiadora Vitória Schettini, ao final de sua tese de doutorado defendida na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Apesar de essa fonte não ser tão abrangente quanto o censo, porquanto apresenta apenas dados de uma pequena parcela da população escrava,<sup>341</sup> o seu recorte nos será útil, em parte, na construção de modelos proporcionais e, especialmente, na discussão sobre a maior discriminação quanto às denominações das cores entre os cativos que esses documentos apresentavam, inclusive com mais detalhamento que o censo.

Dito isso, vejamos o quadro.

---

<sup>339</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>340</sup> De dois períodos, 1858 a 1868 e 1878 a 1888.

<sup>341</sup> O primeiro período tem 69 indivíduos inventariados e o segundo tem 89, enquanto o censo traz uma população de 857 para a paróquia de São Paulo do Muriaé, onde provavelmente estava a maioria dos inventariados, e 6938 para o município.

**Quadro 07 - Paróquia São Paulo do Muriaé - Escravos segundo cor nos inventários**

PRIMEIRO PERÍODO– 1858 A 1868						TOTAL	69
Percentual de escravos por cor							
Crioulo	Pardo	De nação	Cabra	-----	-----	-----	-----
59,4%	14,5%	18,8%	7,2%	-----	-----	-----	-----
SEGUNDO PERÍODO – 1878 A 1888						TOTAL	89
Percentual de escravos por cor							
Crioulo	Pardo	De nação	Cabra	Preto	Africano	Brasileiro	Fula
21,3%	10,1%	1,1%	1,1%	53,9%	3,4%	4,5%	4,5%

Fonte: Inventários, 1858 a 1868 e 1878 a 1888. Muriaé. Fórum Tabelaio Pacheco de Medeiros. In: SCHETTINI, Vitória Fernanda. Os Sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. Anexos.

Antes de discorrer sobre as informações apresentadas, é importante lembrar alguns pontos. Primeiro, que a maioria desses dados são especificamente da paróquia de São Paulo do Muriaé. Porém, como tal paróquia também é contemplada pelo Censo, isso, em alguma medida, torna esses dados comparáveis, apesar da abrangência significativamente diferente. Segundo, precisaremos esclarecer alguns termos distintos utilizados pelos inventários como qualificadores de cor e que ainda não foram tratados nesse texto, tais como “africano”, “brasileiro”, “cabra”, “fula” e “de nação”. Como os dois primeiros dispensam comentários por serem autoexplicativos, iremos empenhar-nos na discussão sobre os demais.

De acordo com Ana Sara Cortez Irffi, a partir da década de 1830, escravos considerados como “cabras” apresentaram um aumento significativo e contínuo nos registros realizados em inventários. “Segundo Mary C. Karasch, o termo ‘cabra’ designava os cativos de raça/cor mista, provenientes de outras misturas”.<sup>342</sup> Para a autora, o escravo dessa categoria apresentava uma pele tipicamente mais escura que os outros, pois era “mestiço de mulato e negro”.

<sup>342</sup> Apud. IRFFI, Ana Sara R. P. Cortez. Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: Escravidão e Núcleos Familiares No Cariri Cearense (1850-1884). *Afro-Ásia*. Universidade Federal da Bahia. Nº. 53, pp. 9-44, 2016. p 62

Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/770/77051153001/html/>

Obs.: (Arquivo completamente online, não há referências de páginas. Assim foi colocado o número da nota de rodapé do texto referenciado no lugar da página)

Sobre os “fula”, Edison Carneiro pondera o seguinte.

Os fulas (Fullah, Fellata, Foublé, Peul)[...], vindos da Guiné Portuguesa, foram desembarcados em todo o Nordeste, para a lavoura e as fábricas de açúcar; e, a partir da fundação de Belém (1616), na Amazônia. Uma companhia privilegiada, a de Cacheu, fazia o transporte. Esses negros, genericamente chamados “peças de Guiné”, logo foram absorvidos na incipiente população brasileira. Os fulas singularizavam-se pela cor opaca, tendendo para o pálido, e o gentílico em pouco tempo se tornou um qualificativo comum para todo negro com a mesma compleição (fulo, negro fulo, negrinha fula) e, mais tarde, por extensão, passou a aplicar-se à ausência momentânea de cor nas faces das pessoas, negros ou brancos (fulo de raiva).<sup>343</sup>

Por fim, ainda cabe comentar sobre o significado do termo “de Nação” empregado para designar escravos. Para isso, encontramos em Ilana Peliciari Rocha que os escravos que pertenciam ao Estado eram chamados no Império de escravos nacionais ou escravos “da nação”. Segundo ela, eles trabalhavam nas repartições públicas.<sup>344</sup> Todavia, diante dessa informação, algo nos intrigou quando nos deparamos com esses dados presentes em inventários, visto que, nesses documentos se arrolavam os bens individuais. Ou seja, os escravos ali registrados eram privados. Assim, é possível que as especificações “de nação” e “da nação” sejam diferentes, sendo a primeira uma classificação de origem em alguma região da costa africana.

No Censo, o total de escravos no município de Muriahé era de 6.938 indivíduos, sendo destes, 76,3% pretos e 23,7% pardos. Dito isso, é possível afirmar que essa população escrava fosse ainda maior, já que existe a hipótese de que o curato de Divino não foi recenseado. Num exercício de estimativa, acredita-se que seja razoável acrescentar mais 200 escravos aproximadamente nessa conta, tendo o município provavelmente 7.138 cativos e não 6.938. Nessa mesma lógica proporcional, sua população absoluta possivelmente fosse de 35.690 almas e não 34.620.<sup>345</sup>

---

<sup>343</sup> CARNEIRO, Edison. Perfil do Negro Brasileiro. *Revista Princípios*. São Paulo, nº 11, pp. 45-50, 1985. p 46. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/carneiro/1985/08/perfil.htm>

<sup>344</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. *Escravos da Nação: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760 a 1876*. Tese (Doutorado em História). USP/FFLCH, São Paulo, 2012. p12. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-31082012-100444/publico/2012\\_IlanaPeliciariRocha\\_VRev.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-31082012-100444/publico/2012_IlanaPeliciariRocha_VRev.pdf)

<sup>345</sup> Essa estimativa foi criada a partir da observação e relação entre a média da população escrava por paróquia (694 cativos), características da população escrava nas paróquias vizinhas (Santa Luzia do Carangola e São Francisco do Glória, sendo a primeira com números bem mais altos que a segunda, na casa dos 819 para 336 cativos) e as devidas proporções para uma unidade administrativa de curato (Lugar menor, tendo como referência Nossa Senhora das Dores da Vitória, com 145 escravos). Assim, sabidamente, é possível afirmar que Divino estava bem abaixo da média de população escrava por paróquia, contudo não estava numa posição tão baixa quanto Nossa Senhora das Dores da Vitória por



Questão semelhante foi colocada, também, para Juiz de Fora, quando Elione Guimarães afirmou que o total de cativos nesse lugar era de 19.351 almas e não 14.368, pelo mesmo motivo de ausência de distrito com dados recenseados.<sup>346</sup> Ao voltarmos, para o raciocínio do percentual de pretos e pardos, e afunilarmos essa análise apenas para a área competente à paróquia de São Paulo do Muriahé, tem-se um aumento percentual da população preta entre os escravos, uma vez que, nesta localidade, estes representavam 80% dos cativos e os pardos os outros 20% restantes, dentre o total de 857 indivíduos do cativo paroquial. Perante o exposto, em virtude da grande população parda do distrito sede, é possível corroborar a afirmação de que a maioria dos pardos eram livres, da mesma forma que os pretos majoravam entre os escravos.

Nos inventários, como dito, a abrangência era muito menor. Apenas 69 escravos no primeiro momento e outros 89 no segundo.<sup>347</sup> E aqui é instigante observar que, no segundo período, havia uma maioria de cativos classificados como de cor preta, o que, por um lado, corrobora com os percentuais de composição dessa população presentes no censo de 1872 e, por outro, ao se comparar com o primeiro período dos inventários, quando não aparece essa classificação, é sugestivo que os ditos crioulos do registro patrimonial do primeiro momento sejam igualmente aqueles caracterizados como os pretos, ainda que nesse segundo momento também exista crioulo.

Sobre essas diferenças das nomenclaturas presentes nos inventários em pontos diferentes do tempo, o grande número de crioulos atrelado à pouca diversidade de designações encontradas na primeira parte dos inventários em contraste com a grande diversidade dessas designações aliada à diminuição dos indivíduos classificados como crioulos na segunda parte, corrobora com a compreensão de Ana Sara Cortez Irffi, quando diz o seguinte:

---

causa de sua vizinhança mais populosa de escravos, especialmente Santa Luzia do Carangola. Aqui, sem nenhuma pretensão de cravar o número dessa população, ousamos dizer que é razoável que essa fosse de aproximadamente 200 cativos. Por fim, como a proporção de cativos municipais estava na casa dos 20% perante o total da população, consideramos numa “regrinha de três” que duzentos era equivalente a 20% da população e chegamos ao total municipal de 35690 almas. PS. Outro parâmetro teríamos se a lista de votantes de Divino fosse analisada, pois poder-se-ia aplicar o mesmo protocolo da DGE para as localidades sem dados no recenseamento de 1872.

<sup>346</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. O perfil populacional e familiar das freguesias de São Paulo do Muriahé e São Francisco do Glória na Zona da Mata Mineira (1850-1888). In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (Orgs). *Política e Sociedade no Brasil Oitocentista*. Recife: UFPE, 2020. pp. 41-62. p 50.

<sup>347</sup> Esses inventários presentes na tese de Vitória Schettini representam uma amostragem da documentação, não o seu total.

Na primeira metade do século, a maior parte dos cativos arrolados nos inventários foi classificada como crioula ou mulata, descendentes mais próximos do africano. Na época, tais termos podiam ser empregados para dar a ideia de “um escravo que nasceu na casa do seu senhor” ou mesmo de um indivíduo nacional.

Na segunda metade do século, o número de crioulos diminuiu substancialmente em relação a outras modalidades de tons de pele. Pretos, pardos, caboclos e cabras se configuraram como designações mais específicas dos cativos. De acordo com Mary Karasch, à medida que os escravos se tornavam nacionais, os senhores mudavam a maneira de classificá-los: os africanos eram designados pelo local de origem, e os nascidos no Brasil pela sua cor.<sup>348</sup>

Independentemente de os grupos inventariados nos dois períodos serem distintos, o perfil de composição tende a se manter. Assim, por aproximação, é possível conjecturar que os dados censitários e os inventariados corroboram entre si. Vejamos. Na relação do primeiro período dos inventários com o segundo, fica claro que, no segundo momento, há uma discriminação maior quanto às cores dos escravos. Não obstante, isso não quereria dizer, necessariamente, que, nesse entremeio, chegaram novos indivíduos com essas características, mas que, muito possivelmente, esse grau de detalhamento encontrado de 1878 a 1888 seja fruto de uma mudança de concepção sobre os escravos, o que nos parece bem coerente de ocorrer em momento tão singular de construção da abolição.

Dessa forma, acredita-se que dê para fazer um paralelo entre as duas quadras de tempo inventariadas, onde os crioulos, os de nação e cabras (85,4%) da primeira se diluem nas classificações de preto, crioulo, de nação, cabra, africano e fulas (85,3%) da segunda, enquanto, no outro lado, os pardos se diluem em pardos e brasileiros. Assim, ao se comparar com o perfil de São Paulo do Muriaé trazido pelo censo de 1872, onde 80% dos escravos eram pretos e 20% pardos, os números inventariados, com a devida margem de erro, confirmam tal perfil, onde os pretos do recenseamento seriam os pretos, crioulos, de nação, cabras, africanos e fulas dos inventários e os pardos do censo seriam os pardos e brasileiros dos inventários.

Portanto, mais uma vez se tem aqui uma validação de que a relevante maioria dos escravos era formada por pretos e, por sua vez, a maioria dos pardos eram livres. E,

---

<sup>348</sup> IRFFI, Ana Sara R. P. Cortez. Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: Escravidão e Núcleos Familiares No Cariri Cearense (1850-1884). *Afro-Ásia*. Universidade Federal da Bahia. Nº. 53, pp. 9-44, 2016. p 52 a 63. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/770/77051153001/html/> (Obs.: como o arquivo completamente está online, não há referências de páginas. Assim, foi colocado o número da nota de rodapé presente no texto referenciado no lugar da página. É possível localizar do mesmo modo)

para reforçar ainda mais essa questão e finalizar, cita-se novamente Hebe Mattos ao se referir ao século XIX: “Na segunda metade do século, nos processos analisados, os significantes “negro/ preto” e “escravo” continuavam com significados equivalentes”.<sup>349</sup>

Na próxima parte, trataremos de outras características proporcionadas pela leitura do Censo. Observaremos o estado civil e a estrutura etária da população do município de Muriaé.

---

<sup>349</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p 107.

### 3.2 O quadro da população muriaeense quanto ao estado civil e estrutura etária

Quando se examina a população de Muriahé em 1872 na perspectiva do estado civil, nota-se que 71,3% dos seus habitantes estavam na condição de solteiro, enquanto 22,4% eram casados e 6,3%, viúvos.<sup>350</sup> Essa proporção de pessoas que não haviam passado pelo sacramento do matrimônio nos chamou a atenção. Entretanto, tudo indica que, possivelmente, essa fosse uma característica comum das populações da província naquele momento.<sup>351</sup>

De acordo com estudos baseados em mapas populacionais e documentos paroquiais, Maria Sílvia Jardim Brügger afirma que Minas Gerais, no período escravista, apresenta um baixo índice de legitimidade. Suas justificativas para esse quadro baseiam-se na forma como foi ocupada a Província, no espírito aventureiro dos desbravadores brancos e no perfil itinerante da população. Para Sílvia, “a irregularidade, a fluidez e a pobreza seriam as marcas da vida destas pessoas, afastando-as do padrão conjugal que a Igreja e o Estado pretendiam impor-lhes”.<sup>352</sup>

Para Vitória Fernanda Schettini, esse número superior de solteiros encontrados no município não, necessariamente, significaria a ausência de famílias e filhos. Baseada em estudos realizados a partir de arquivos paroquiais de batismos e casamentos, Schettini afirma que eram fortes os indícios de que havia muitos casais que não celebravam o matrimônio, mas que constituíam família. Esta asserção nos leva diretamente à ideia de predominância da ilegitimidade no município,<sup>353</sup> especialmente entre a população escrava e liberta, assim como em meio aos mais pobres, sobretudo das áreas urbanas.<sup>354</sup>

A saber, o que chamamos aqui de legitimidade ou ilegitimidade é fruto da conceituação aplicada em reflexões sobre arquivos eclesiásticos para as crianças batizadas, que as levavam a ser classificadas como legítimas ou naturais, ilegítimas. Explicando melhor, “para a criança ser considerada legítima, os pais teriam de ser

---

<sup>350</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>351</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriahé*: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. p 188.

<sup>352</sup> \_\_\_\_\_, Vitória Fernanda. O perfil populacional e familiar das freguesias de São Paulo do Muriahé e São Francisco do Glória na Zona da Mata Mineira (1850-1888). In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (Orgs). *Política e Sociedade no Brasil Oitocentista*. Recife: UFPE, 2020. pp. 41-62. p 42

<sup>353</sup> \_\_\_\_\_, Vitória Fernanda. *O perfil populacional e familiar...* p 52-54.

<sup>354</sup> \_\_\_\_\_, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriahé...* p 188.

casados em uma união reconhecida pela Igreja e preencher os requisitos exigidos pela legislação em vigor[...].”<sup>355</sup> Assim, depreende-se que os inocentes naturais ou ilegítimos seriam oriundos dos outros vários tipos de uniões não reconhecidas pela Igreja. Conseqüentemente, ficam implícitas tais classificações também para as uniões conjugais entre os indivíduos adultos, mesmo que sem prole. E, em vista de uma realidade profundamente católica, tal constatação nos parece bastante paradoxal.

Quando se olha a questão da ilegitimidade com enfoque para as populações livre e escrava, para o primeiro grupo tem-se uma realidade em que 81,5% dos filhos levados à pia batismal eram legítimos, contra 18,5% tidos como naturais. Já para a população cativa, a realidade se inverte, sendo ilegítima uma parcela de 77,6% da população do cativo, contra 21,9% de legítimos. Tal realidade implica a constatação de que a escravidão tinha um peso significativo na constituição do perfil das famílias ilegítimas.

Em sinalização a isso, Schettini afirma que “em Muriahé havia uma predominância de famílias escravas matrifocais, ou seja, constituída de mães solteiras e seus rebentos, bem como os parentes a elas adstritos [...] demonstrando que a ilegitimidade permeava esta sociedade escravista mineira”<sup>356</sup>. Ainda olhando para a população escrava, em relação aos filhos legítimos desse meio, Iraci del Nero da Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz esclarecem que estes eram mais comuns em plantéis mais numerosos, já que havia um alto percentual de filhos consagrados pela Igreja, assim como também ocorria um ambiente propício para a constituição de famílias regulares.<sup>357</sup>

Ao se estabelecer um olhar mais discriminado com relação ao sexo, constata-se, em primeiro momento, que havia, em números absolutos, mais homens que mulheres em todas as categorias de estado civil. Entretanto, dentro de uma visão percentual ao total de cada grupo analisado, esse quadro se altera de modo a ter mais casados e viúvos apenas entre os homens, restando o predomínio de solteiros para as mulheres. Esta alteração abre campo para uma visualização da realidade estudada do ponto de vista da

---

<sup>355</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. O perfil populacional e familiar das freguesias de São Paulo do Muriahé e São Francisco do Glória na Zona da Mata Mineira (1850-1888). In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (Orgs). *Política e Sociedade no Brasil Oitocentista*. Recife: UFPE, 2020. pp. 41-62. p 52.

<sup>356</sup> \_\_\_\_\_, Vitória Fernanda. *O perfil populacional e familiar das...* p 59.

<sup>357</sup> COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W; e SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17(2), pp. 245-295. p 268. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/45e226de-2df1-438d-94c5-8661e32d90f3/768475.pdf>

composição populacional, o que pode nos levar a conclusões bastante interessantes no processo de compreensão desta dinâmica demográfica.

Por exemplo, conseguimos afirmar com os dados censitários que, ao mesmo tempo em que havia menos mulheres casadas, havia também uma maior quantidade de homens viúvos. Perceber isso nos faz levantar uma hipótese que precisa ser melhor investigada, pois sugerimos a possibilidade de, naquele momento, haver um índice relevante de mortalidade de mulheres em Muriaé. Dentro das informações que temos para conjecturar, esse fenômeno pode ser explicado pela precariedade do processo de gravidez, bem como pela ocasião do parto e pós-parto.

**Quadro 08 – Município de Muriaé – População por estado civil segundo o sexo - 1872**

	Casado	Solteiro	viúvo
Total de homens	4171	12720	1200
Percentual de homens	23,1%	70,3%	6,6%
Total de mulheres	3574	11963	992
Percentual de mulheres	21,6%	72,4%	6,0%
Razão de sexo	117	106	121

Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

Quando se averigua, nessa mesma perspectiva, a população especificada entre homens e mulheres livres, e homens e mulheres escravas, nota-se que similar diferença por sexo entre os casados, assim como para solteiros e viúvos, era presente apenas na população livre, já que se repetia o mesmo padrão encontrado nos dados gerais descritos acima. Dentre a população cativa, o grupo feminino tinha percentuais maiores que o masculino entre os casados, enquanto os solteiros eram equivalentes, assim como os viúvos masculinos formavam uma maioria pouco significativa. Portanto, essa sugerida mortalidade de mulheres, muito provavelmente, seria um fenômeno da população livre.<sup>358</sup>

Diante de tal evidência, é inevitável se perguntar o porquê de não haver esse padrão entre os cativos que, a princípio, eram mais vulneráveis socialmente. Isso nos remeteu à afirmação de Fernando Lamas de que a maior parte da população livre era

---

<sup>358</sup> Não existem livros de óbitos para Muriaé nesse período.

pobre no município de Ubá,<sup>359</sup> Zona da Mata, o que, em alguma medida também traz luz para essa questão em Muriahé. Ou seja, pela proximidade regional, é pertinente pensar que tal constatação igualmente se aplicava para Muriahé. Mais especificamente, pode-se dizer que essa maior mortalidade de mulheres entre a população casada livre ocorria entre as mulheres livres e pobres.

Em contraponto, como os cativos eram propriedades de pessoas em melhores condições materiais, provavelmente eram melhor assistidos no processo de gravidez, parto e pós-parto, assim como em sua saúde em geral. Sem contar que, por diversos motivos, também fossem fisicamente mais resistentes. Esta conjectura de maior “proteção” ao cativo parece-nos bastante pertinente dentro de um contexto capitalista, pois a doença ou a morte de um escravo representava um relevante prejuízo produtivo e patrimonial, enquanto o nascimento de um filho no cativo se configurava em um acontecimento indicativo para prosperidade, uma vez que de fato aumentava a fortuna do senhor.

Noutro ponto, o maior percentual de mulheres entre solteiros não necessariamente endossa tal raciocínio, mas pode implicar, talvez, outras características da população, tal qual a possibilidade de muitas mulheres optarem por não se casar, mesmo tendo mais homens na sociedade, conforme a razão de masculinidade.<sup>360</sup> Corroborar isso o fato de que algumas responsabilidades familiares, como o cuidado de idosos ou doentes, recaíam mais sobre elas. Todavia, em muitos casos, essa não devia ser uma questão para a mulher escrava devido a suas inúmeras utilidades para o senhor.

Nesse sentido, Rômulo Andrade ainda justifica, para situação similar, o fato de muitas mães escravas solteiras migrarem forçadamente em virtude de negociações de seus filhos, bem como a forte demanda por funções exercidas preferencialmente por mulheres.<sup>361</sup>

---

<sup>359</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto. Estrutura socioeconômica e posse de escravos na área central da Zona da Mata mineira. In. SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p 158.

<sup>360</sup> ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezanove*. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p 77, 249, 251.

<sup>361</sup> \_\_\_\_\_, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão...* p 90.

**Quadro 09 – Município de Muriaé – 1872 - Estado civil segundo sexo e condição jurídica**

POPULAÇÃO LIVRES – ESTADO CIVIL			
	Casado	Solteiro	viúvo
Total homens livres	3680	9765	986
Percentual homens livres	25,5%	67,7%	6,8%
Total mulheres livres	3122	9319	810
Percentual mulheres livres	23,6%	70,3%	6,1%
Razão de sexo	118	105	122
POPULAÇÃO ESCRAVA – ESTADO CIVIL			
	Casado	Solteiro	viúvo
Total homens escravos	491	2955	214
Percentual homens escravos	13,4%	80,7%	5,8%
Total mulheres escravos	452	2644	182
Percentual mulheres escravos	13,8%	80,7%	5,6%
Razão de sexo	107	112	118

Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

Um ponto também a notar nesses dados é a aparente inconsistência dos números trazidos pelo censo de 1872 com aqueles anteriormente expostos a respeito da ilegitimidade. Havia uma configuração de 81,5% de filhos legítimos e 18,5% ilegítimos entre os livres, porém, para os escravos, essa informação se invertia: 77,6% de ilegítimos para 21,9% de legítimos. Por outro lado, essa referência não parece fechar com a estrutura da população por estado civil, uma vez que, entre os livres, cerca de 68,9% eram solteiros, 22,4% casados e 6,3%, viúvos, e, entre os escravos, esses indicadores, respectivamente, eram 80,7%, 13,6% e 5,7%.<sup>362</sup>

Nesse contexto, conclui-se que não se trata, necessariamente, de uma inconsistência de lógica, mas da necessidade de uma melhor explicação para tal. Assim, hipoteticamente, pode-se dizer que, entre livres, os casados tinham proles mais profusas, ou seja, grande porção de filhos legítimos, enquanto os não casados, tidos como

<sup>362</sup> SCHETTINI, Vitória Fernanda. O perfil populacional e familiar das freguesias de São Paulo do Muriaé e São Francisco do Glória na Zona da Mata Mineira (1850-1888). In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (Orgs). *Política e Sociedade no Brasil Oitocentista*. Recife: UFPE, 2020. pp. 41-62. p 52-59.



solteiros, não se dedicavam da mesma forma na constituição de famílias numerosas. Já na perspectiva do cativo, a relevante ilegitimidade diante da significativa redução do indicador de casados, na comparação com os livres, denota que o casamento não era algo próprio ao *ethos* dessa população, sendo a prole, portanto, fruto de outros tipos de relações empreendidas fora da instituição matrimonial, até mesmo em lógicas de crescimento patrimonial.

**Quadro 10 – Município de Muriaé – 1872 - Estado civil segundo a condição jurídica**

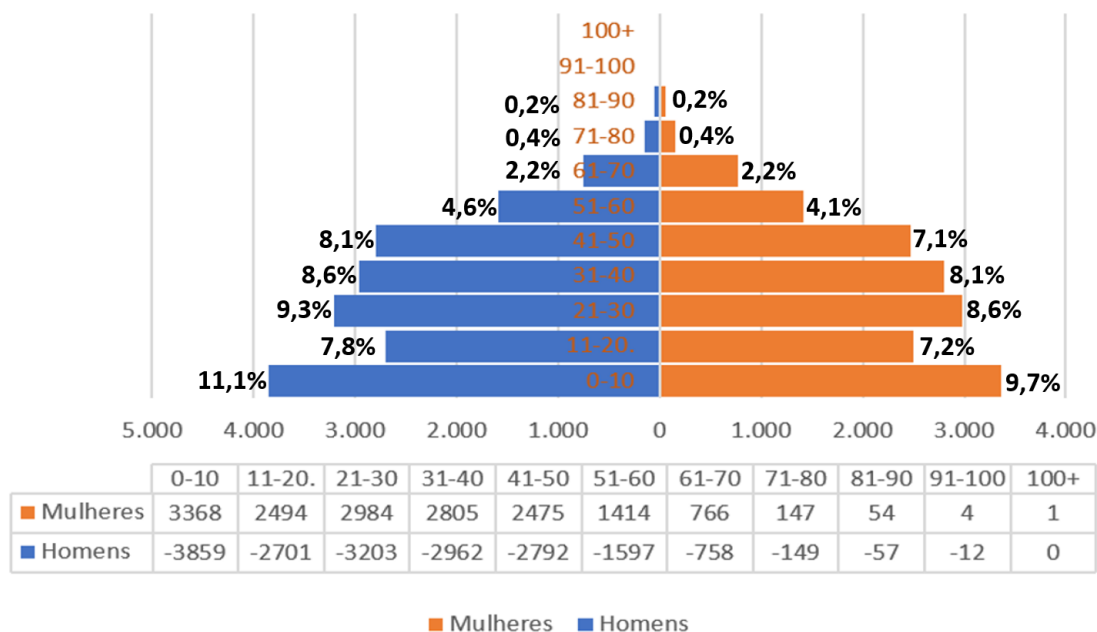
	Casado	Solteiro	viúvo
Total de livres	6802	19084	1796
Percentual de livres	24,6%	68,9%	6,5%
Total de escravos	943	5599	396
Percentual de escravos	13,6%	80,7%	5,7%

Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

Para seguirmos nessa reflexão, colocaremos em discussão alguns dados sobre a estrutura etária da população do município de Muriaé e sua devida análise e relação com os dados de estado civil. Para isso, traremos três pirâmides etárias, tendo a primeira o montante total do contingente municipal, isto é, todos os homens, mulheres, livres e escravos. Em seguida, apresentaremos mais duas, sendo uma apenas com os livres e a outra apenas com os escravos.

Dito isto, vejamos a sequência.

**Gráfico 05 – Município de Muriahé – 1872 - População por idade**



Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

Em sua estrutura etária, a população de Muriahé se configurava, de maneira geral, como uma pirâmide etária jovem devido ao seu formato piramidal. Embora a população da faixa dos 11 a 20 anos saísse dessa lógica, todas as demais desenha a escada típica da estrutura de uma população pré-transicional<sup>363</sup> que, por um ângulo, não faz controle de natalidade devido ao destaque da faixa de idade entre 0 e 10 anos e, por outro, não consegue que sua população goze de grande expectativa de vida, em função de, em seu topo, nas faixas acima de 50 anos, a redução do quantitativo de indivíduos ser nítida e significativa. A estrutura etária jovem, em certa medida, justifica o elevado número de solteiros, citado anteriormente.

Na perspectiva da separação por sexo, percebe-se que a população masculina é mais numerosa em praticamente todas as faixas de idade, salvo a de 61 a 70 anos e mais de 100 anos. Aqui, é relevante observar que a população masculina sobressai de forma bastante relevante sobre a feminina até a década dos 50 anos, contudo, entre as faixas etárias acima de 60 anos, as diferenças entre os dois sexos deixam de ser muito significativas, visto que, mesmo que as mulheres não tenham invertido a superioridade numérica como nas faixas citadas, os dois dados ficam muito próximos. Esse

<sup>363</sup> Referência à teoria da transição demográfica.

comportamento dos dados nas idades mais avançadas pode indicar uma maior sobrevivência para a população feminina perante a masculina.<sup>364</sup>

Em vista de tal formato do gráfico, com base larga e topo estreito, fica exposta uma realidade de vulnerabilidade social no município, embora tal afirmação não seja categórica já que a mortalidade infantil não existia de forma relevante ou não foi detectada pela fonte diante do número ascendente da população entre os primeiros meses e anos de vida apresentado pelo censo.<sup>365</sup>

Essa estrutura etária ainda pode dialogar, de maneira proporcional, com outras fontes que também trouxeram tais informações, embora fossem de grupos selecionados, como os Inventários *post mortem*,<sup>366</sup> a Lista de Qualificação de Votantes<sup>367</sup> e a Lista de Matrícula de Escravos.<sup>368</sup> As devidas considerações sobre essas fontes foram feitas no primeiro capítulo deste trabalho e o retrato que elas nos trazem sobre as idades da população é importante, uma vez que, em alguma medida, valida o quadro censitário sobre a questão. Isto é, tanto as idades dos votantes de 1876 quanto dos escravos matriculados em 1872 possuem lógicas piramidais com suas bases largas e topos estreitos.

A fonte que apresenta maior discrepância com relação a essa lógica são os Inventários. Mesmo que ainda seja piramidal, no período de 11 a 20 anos na década de 1860, existe uma dissonância substancial com o padrão encontrado até então, visto que havia uma redução do número de indivíduos masculinos, nessa faixa, atrelada a um aumento da população acima de 40 anos, de modo que, dessa idade para cima, o padrão piramidal se desfazia em função de uma tendência de equivalência entre as faixas etárias. Por outro lado, a composição etária feminina seguia a mesma tendência encontrada em âmbito geral, assim como foi encontrada no período da década de 1880

---

<sup>364</sup> O que corrobora também com a hipótese da mortalidade paterna sugerida anteriormente nesse texto, uma vez que fortalece a tendência daquelas diferenças percentuais, em que havia menos mulheres casadas e mais homens viúvos, terem sido provocadas por morte de mulheres mais jovens.

<sup>365</sup> Os dados por idade até os 10 anos tiveram maior detalhamento no recenseamento. Assim, havia a discriminação por mês ao longo do primeiro ano de vida, por ano nos primeiros 5 anos, e apenas uma faixa de 05 a 10 anos. Desse modo, foi possível aferir se haviam dados que indicassem mortalidade infantil, contudo, com algumas poucas variações, a cada mês e ano o número de indivíduos aumentava de forma regular, o que nos levou a descartar o realce sobre uma possível mortalidade infantil mais relevante diante do quadro de vulnerabilidade social encontrado na pirâmide etária.

<sup>366</sup> Inventários *post mortem* – 1858 a 1868/ 1878 a 1888. Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros – Muriaé.

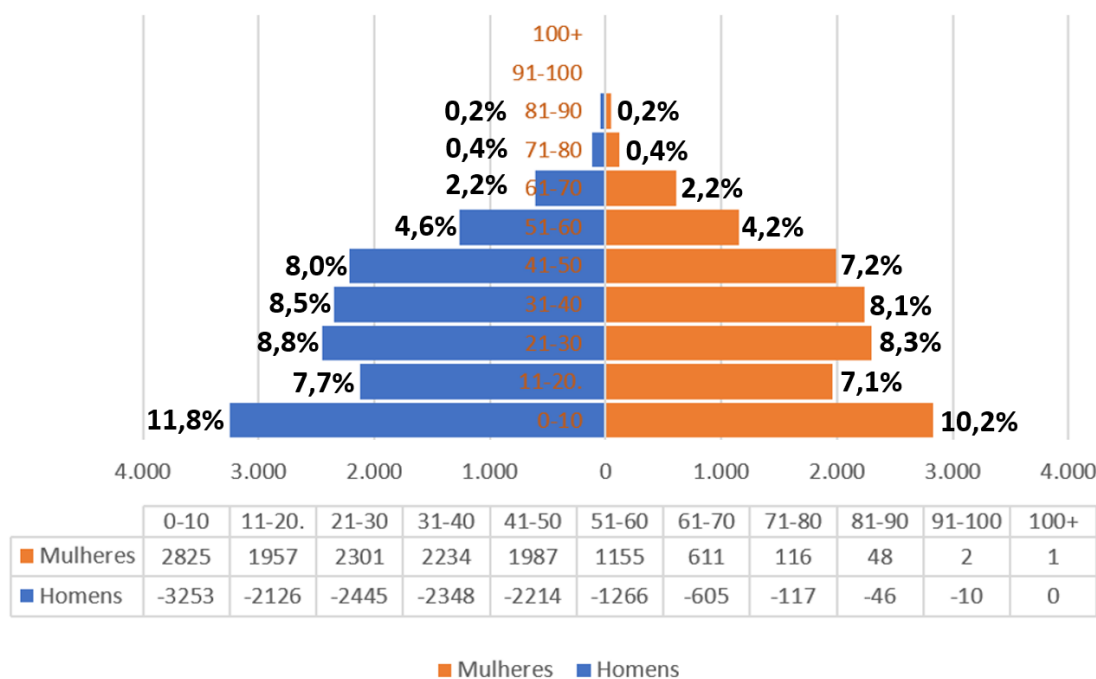
<sup>367</sup> Lista de qualificação de votantes do município de Muriaé de 1876.

<sup>368</sup> LISTAS DE MATRÍCULAS DE ESCRAVOS DE 1872, inclusas nos inventários *post mortem* do cartório do 1º ofício cível de Muriaé.

em ambos os sexos, excetuando o fato de praticamente não haver mais criança escrava naquela ocasião, por motivos legais.

Dando prosseguimento, discriminaremos a população por idade para cada tipo de condição jurídica a fim de detectarmos possíveis perfis dessas populações. Desse modo, como a população livre era significativamente maior, a população assim discriminada apresentou o mesmo padrão do total, isto é, em que predomina a forma piramidal, com poucas variações.

**Gráfico 06 – Município de Muriahé em 1872 - População livre segundo a idade**



Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

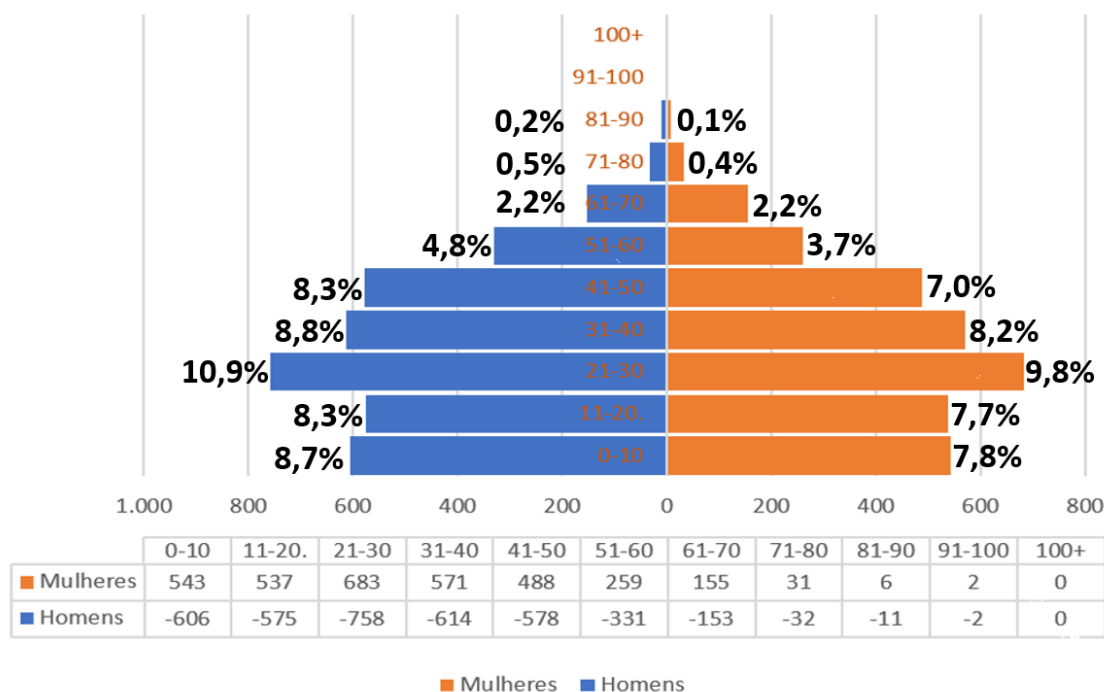
Quando se observa o gráfico das idades apenas com os dados da população cativa, algumas discrepâncias ficam evidentes e se misturam a outras tantas continuidades da tendência ocorrida no total e entre os dados da população livre. Dentre as continuidades, destaca-se o período de 31 anos até o topo, que mantém o formato piramidal, com maioria masculina evoluindo para uma aproximação de dados masculinos e femininos entre as faixas mais velhas.

Já quanto às diferenças, destaca-se a base da pirâmide, que, ao contrário do exposto anteriormente, não é a faixa prevalente. Tal característica, além de demonstrar um suposto baixo índice de natalidade escrava, também possui fortes indicativos de impacto da lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, que declarou “de condição livre os

filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei”<sup>369</sup>. No recenseamento foram contados como escravos apenas as crianças acima de 2 anos de idade.

Por fim, ainda sobre as diferenças da pirâmide cativa, destaca-se a nítida prevalência da faixa etária entre 21 e 30 anos, a qual, muito provavelmente, ilustra o período de maior nível de atividade da vida do escravo, logo, com maior número de indivíduos por ser “produto” muito atrativo no comércio.

**Gráfico 07 – Município de Muriahé em 1872 - População escrava segundo a idade**



Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

Numa comparação com a paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, Caio da Silva Batista afirma que, em relação à idade dos cativos, o censo de 1872 demonstrou que a maior parte da população escrava se encontrava nas faixas etárias entre 21 e 50 anos, o que representava 66,6% da população cativa recenseada.<sup>370</sup> Como visto, embora Muriahé tivesse maioria de cativos nesse mesmo recorte das idades juizforanas, visto

<sup>369</sup> BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Diário oficial do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 28 set. 1871. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm)

<sup>370</sup> BATISTA, Caio da Silva. Desenvolvimento populacional de um centro urbano do sudeste escravista: Juiz de Fora, 1831 a 1888. In: *Anais do II Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*. v.1. Juiz de Fora: Sociedade Brasileira de estudos dos Oitocentos, pp. 1-12, 2017. p 09. Disponível em: [https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=403](https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=403)

que era o principal período de vigor para o trabalho, não se pode afirmar o mesmo para o nosso caso, pois havia uma população significativa em outras faixas, especialmente de 0 a 10 anos e de 11 a 20 anos. Sugere-se apenas uma tendência de aproximação da lógica da estrutura.

Ao se considerar o apresentado para as idades em acréscimo ao raciocínio da ilegitimidade e estado civil, observa-se que a quantidade de habitantes com idade não compatível, naturalmente, ao casamento (abaixo de 15 anos) não somava quantitativo suficiente ao ponto de explicar o percentual tão alto para os solteiros, o que, em alguma medida, sugere que a população adulta, acima de 15 anos, realmente possuísse considerável contingente de solteiros, o que por sua vez corrobora a afirmação de que a ilegitimidade das uniões conjugais fosse predominante.

De outro modo, quando se olha para fonte distinta, no caso a Qualificação de Votantes de 1876, encontra-se um cenário bem diferente do vislumbrado com o censo, visto que, nesse registro, existe relevante maioria de indivíduos casados, 78% do total listado, para apenas 14% de solteiros e 6,4% de viúvos. Embora seja um dado significativamente discrepante em relação ao visto até então para o município, tal constatação não conflitua com os dados do censo, mas contribui com a leitura de haver um grupo selecionado dentro daquela sociedade. Como, na ocasião, a legislação vigente determinava o voto censitário, tais votantes listados, portanto, compunham uma parcela privilegiada da população, isto é, eram os homens, brancos, livres e mais afortunados.

Em assim sendo, a lista de votantes é reveladora sobre essa suposta elite, uma vez que considerando o alto índice de casados entre homens em relação aos dados censitários que trazem poucos indivíduos com esse estado civil, sendo esses, ainda, uma maioria masculina, cumpre-se conjecturar que o casamento, logo a legitimidade, era culturalmente estabelecido entre os indivíduos mais afortunados. Esta circunstância corrobora as afirmações anteriores a respeito da população solteira, e fica, cada vez mais nítido, que ela é constituída não só pelos cativos, providos do *ethos* da ilegitimidade, mas também pela população livre pobre. Em outras palavras, é muito provável que o casamento legítimo era uma instituição da elite.<sup>371</sup>

Sobre isso, Eni de Mesquita Samara afirma para São Paulo no mesmo período:

Isso significava que os casamentos celebrados durante o século XIX eram uma opção apenas para uma certa parcela da população e

---

<sup>371</sup> Listas nominativas de votantes de Muriahé no ano de 1876.

estiveram preferencialmente circunscritos aos grupos de origem, representando a união de interesses especialmente entre a elite branca.<sup>372</sup>

Para Samara, com intuito de manter seu prestígio e posição social, essa elite procurava regular as uniões de modo a limitar os casamentos mistos quanto à cor, assim como a respeito da desigualdade de nascimento, honra e riquezas. Essa constatação é bastante interessante para nós, uma vez que as fontes aqui evidenciadas também validam essa realidade para o município de Muriahé naquele momento.

Na sequência, exploraremos a questão do ensino e instrução no município, temática que figura dentre as possibilidades proporcionadas pelos dados do recenseamento de 1872.

---

<sup>372</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias Matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v 08, n 15, pp. 91-105, 1988. p 93.

### 3.3 A organização da instrução pública e sua implicação na realidade do município de Muriaé

José Murilo de Carvalho, ao estudar o Império do Brasil, distingue que a educação era marca peculiar à elite política. Para ele, em termos educacionais, existia um abismo entre essa elite e o grosso da população. Além disso, o elitismo educacional encontrava respaldo na legislação, uma vez que era facultado a todos os cidadãos a abertura de escolas elementares, o que ampliava as possibilidades da educação privada.

373

Ainda, no caso dessas elites políticas analisadas por Carvalho, Lucimar Felisberto dos Santos diz o seguinte:

[...] a educação – enquanto desenvolvimento integral e harmonioso de todas as faculdades humanas – despontava como elemento unificador, quando direcionada às classes populares a categoria utilizada era a “instrução” – os conhecimentos adquiridos, explicação ou esclarecimentos dados para uso especial. Para Martha Abreu e Alessandra Schueler, a temática da instrução foi contemplada nas políticas e leis do Estado Imperial, que buscava, através dela, civilizar e iluminar a nação, sobretudo, a partir de 1870, com a entrada em cena dos novos atores sociais, como os ingênuos da lei de 1871 e os imigrantes.<sup>374</sup>

Portanto, essa distinção entre educação e instrução é bastante significativa para entendermos as dinâmicas e vontades políticas do período, visto que era oferecida à elite uma educação “integral”, enquanto a instrução era sistematicamente legislada e organizada para a população livre menos afortunada, o que, naquele contexto, implicava que essa população provavelmente teria acesso apenas à leitura e aos cálculos básicos.

Em meio a essa circunstância, em 1872 apenas 18,56% da população brasileira livre era considerada alfabetizada e, se considerada toda a população, esse número caía para 15,75%. Além do mais, quando estabelecida a distinção entre homens e mulheres, 23,43% dos primeiros eram classificados como alfabetizados e, no segundo, apenas 13,43% de alfabetizados. Entre escravos, este apontamento ficava na casa de 0,01%.<sup>375</sup>

---

<sup>373</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p 79.

<sup>374</sup> SANTOS, Lucimar Felisberto dos. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, pp. 239-269, 2009. p 263.

<sup>375</sup> SANTOS, Lucimar Felisberto dos. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, pp. 239-269, 2009. p 263-4.



Ao se buscar tais dados para a província de Minas Gerais, o cenário não era muito diferente, embora um pouco pior, como veremos mais à frente.

Para tentar reverter esse cenário, o estado imperial empreendeu uma série de medidas que visavam promover e difundir a dita instrução pública em todos os cantos do país. Assim, desde a Constituição do Império do Brasil, outorgada em 1824, já se delineava em seu artigo 179 que a instrução primária deveria ser gratuita a todos os cidadãos, ou seja, a todas as pessoas livres, embora, de imediato, não tenha ocorrido nenhuma ação que garantisse a sua efetivação. Nesse ensejo, Roberta Geraldo Pereira afirma que

a primeira iniciativa para organizar e promover a instrução primária no Brasil ocorreu com a aprovação da lei imperial de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de instituições de ensino de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Brasil, incluindo escolas para meninas.<sup>376</sup>

Além dessa legislação, o denominado Ato Adicional de 1834, aprovado pela lei nº 16, de 12 de agosto, conferiu às províncias a responsabilidade pela educação de sua população, ao determinar:

§ 2º, art. 10, que competia às Assembleias Provinciais legislar sobre a instrução pública e os estabelecimentos próprios para promovê-la, excetuando as faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, as Academias existentes e qualquer outra instituição de instrução que fosse criada por meio de lei geral.<sup>377</sup>

Em vista disso, em 22 de abril de 1835, foi aprovado o regulamento que ordenou a instrução primária na província mineira. Dentre suas determinações, destacava-se a criação de escolas públicas nas localidades que ostentassem mais de 500 habitantes livres de ambos os sexos. Contudo, apesar de o governo mineiro ter aprovado, no ano de 1835, legislações que autorizaram a criação de escolas de primeiras letras em locais onde houvesse certa demanda, a partir do trecho supracitado percebe-se que, na realidade, isso não se efetivou, dentre tantos outros motivos, pela falta de recursos para tal iniciativa.

Além do mais, em 1846, a província deu mais um passo nessa organização do sistema de instrução e determinou, que nos lugares com escolas do 1º ou 2º grau, houvesse uma comissão local de inspeção, composta pelo Pároco ou Capelão como

---

<sup>376</sup> PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República: História e Educação no Município de Ubá-MG (1831-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. p 11 e 12.

<sup>377</sup> \_\_\_\_\_, Roberta Geraldo. *Do Império à República...* p 13.

Presidente, pelo Juiz de Paz e um ou mais cidadãos nomeados pelo Delegado do Círculo Literário.<sup>378</sup> Não obstante, no ano de 1860, toda essa arquitetura, que vinha sendo edificada ao longo do tempo, foi, em alguma medida, assentada numa síntese organizacional, que Pereira descreve da seguinte forma:

Em 1860, foi aprovada a lei nº 1.064, de 4 de outubro, que realizou diversas alterações na instrução escolar de Minas. Dentre elas, vale destacar: o ensino primário voltaria a possuir apenas um grau (art. 2º); [...] deveria haver em cada paróquia da província, e nas que fossem criadas, uma escola de ensino primário (art. 4º); deveria ser criada uma escola de ensino primário em cada curato ou distrito que possuísse frequência legal de 24 alunos (art. 6º); em cada uma das cidades e vilas deveria haver uma escola de ensino primário para as meninas (art. 10); o ensino primário deveria ser livre em casas particulares, que estivessem distantes das povoações em uma légua, e nelas poderiam concorrer qualquer pessoa, de ambos os sexos, sem distinção de idade, estado, classe ou condição (art. 11); o governo deveria nomear, para cada freguesia da província, um Inspetor Paroquial [...] e, para cada termo, um inspetor municipal [...] (art. 27), além de uma comissão local de ensino (art. 28).<sup>379</sup>

É instigante observar que, através dos Alamanaks da província publicados em 1865, 1870, 1873 e 1875, tal organização consegue ser nitidamente percebida no município de Muriahé, o que veremos com maior riqueza de detalhes em momento oportuno.

Leidyleni Nolasco Rodrigues Bagli, ao estudar a questão para o município de Muriahé no período imperial, constata que a política de instrução pública era oriunda de instâncias superiores, da província ou do Império, especialmente da primeira, uma vez que, numa análise de todas as atas da câmara municipal de Muriahé entre 1871 a 1889, não se encontrou nenhuma referência de relevo no tocante a uma possível política educacional municipal, ou algo do gênero.<sup>380</sup> Por isso, assegura categoricamente que “o controle da instrução pública local estava nas mãos da administração da província, não existindo, assim, uma organização municipal em relação às questões educacionais”.<sup>381</sup>

Apesar de existir trabalho como o de Bagli, a educação no município de Muriahé, ao longo do século XIX, ainda é um tema bastante nebuloso em virtude da escassez de pesquisas históricas com esse objeto de investigação. Para tentar diminuir

---

<sup>378</sup> PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República: História e Educação no Município de Ubá-MG (1831-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. p 13-17.

<sup>379</sup> \_\_\_\_\_, Roberta Geraldo. *Do Império à República...* p 18.

<sup>380</sup> BAGLI, Leidyleni Nolasco Rodrigues. *A atuação do poder público muriaeense na educação de 1871 a 1930*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018. p 23.

<sup>381</sup> \_\_\_\_\_, Leidyleni Nolasco Rodrigues. *A atuação do poder público...* p 23.

tal nebulosidade, existem fontes importantes e os dados censitários figuram de forma indelével entre elas, da mesma forma que os Almanaks de província e as listas de votantes. Assim, a partir de tais elementos, desenvolveremos aqui um exercício, uma análise que nos permitirá perceber, de forma um pouco mais clara, a questão do analfabetismo, da presença de crianças na escola e do grau de instrução entre os municípios, o que, acredita-se, ampliará a nossa capacidade de leitura desse tempo.

De início, sobre o município, o censo informa que 88,9% da sua população era constituída por analfabetos, logo, 11,1% de alfabetizados. Dado este que, naquele momento, era bem maior do que a taxa de analfabetismo em âmbito nacional, que se encontrava entre 81% e 84%,<sup>382</sup> dependendo do ponto de vista.<sup>383</sup> Tal constatação evidencia um grau de instrução bem aquém da média nacional em Muriaé.<sup>384</sup> Entretanto, quando esses indicadores municipais são comparados com os totalizados para a província de Minas Gerais, que registrava naquele momento 89% de analfabetos, percebe-se que essa realidade não era um problema exclusivo do município.

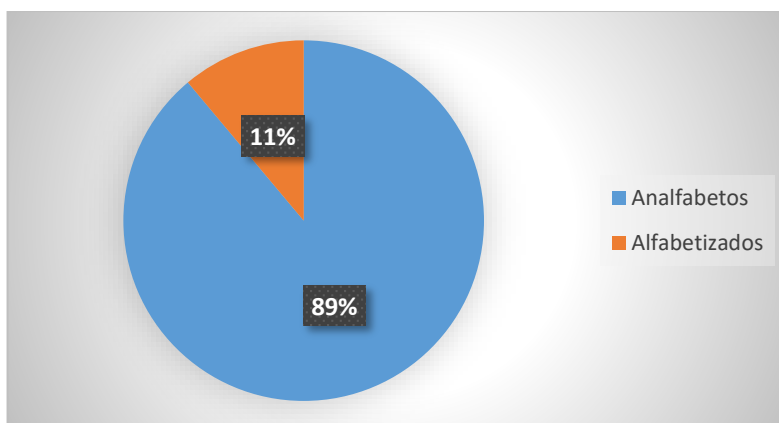
---

<sup>382</sup> 81,44% da população brasileira era analfabeta, considerando apenas os livres; 84,25% eram analfabetos, considerando toda a população; Ainda, Ferreira e Carvalho, supracitados, afirma que era de 82,3% o percentual de analfabetos no país.

<sup>383</sup> FERREIRA, A. E. C. S.; CARVALHO, C. H. . Escolarização e Analfabetismo no Brasil: Estudo das Mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890\_1930). In: *Anais do XII Encontro de pesquisa em Educação*. Goiânia: UFG, 2014. p. 1-12. p 05. Disponível em: <[https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira\\_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf](https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf)>. Acesso em 12 out. 2021.

<sup>384</sup> BAGLI, Leidyleni Nolasco Rodrigues. *A atuação do poder público muriaeense na educação de 1871 a 1930*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018. p 24.

**Gráfico 08 - Município de Muriahé – 1872 - População segundo a instrução**



Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

Quando se procura olhar, de forma mais aprofundada, os dados da instrução pública fornecidos pelo recenseamento de 1872 para Muriahé, consegue-se fazer algumas conjecturas pertinentes à leitura das dinâmicas da época. Desse modo, quando o grau de instrução da população é separado entre livres e escravos, entretanto, nota-se que entre a população livre o analfabetismo cai; para os escravos tal indicador era quase absoluto, o que denota a alfabetização como um fenômeno exclusivamente da população livre, com raras exceções.

Quando o mesmo contingente municipal é discriminado por sexo, clareia-nos um outro pormenor dessa população, que é o fato do grupo feminino ser substancialmente menos alfabetizado que o masculino, ao ponto dessa diferença estar na casa dos 100%. Tal perfil de discrepância se mantém entre os homens e mulheres livres, contudo, entre os homens e mulheres escravas, a diferença não chega a ser tão gritante, embora ainda siga a tendência da prevalência masculina entre os alfabetizados. Ou seja, dos 5 escravos alfabetizados do município, 3 eram homens.<sup>385</sup>

Portanto, em 1872, havia um perfil instrucional na população muriaeense em que a relevante maioria era analfabeta, tendo, entre os poucos alfabetizados, predominância de homens livres. Aqui, é importante mencionar que essa configuração não era fruto do acaso, tanto é que tais tendências se reproduziam na província e em nível nacional.<sup>386</sup> Na verdade, essa constatação é produto do caldo cultural e político da época, no qual

<sup>385</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

<sup>386</sup> PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República: História e Educação no Município de Ubá-MG (1831-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. p 19.

escravo não era cidadão e a mulher, embora mais protegida pela lei quando livre, não era tida com a mesma consideração que os homens.<sup>387</sup>

**Quadro 11 – Município de Muriahé – 1872 – Percentual de Instrução da população em grupos selecionados**

	Alfabetizados (%)	Analfabetos (%)
Percentual global	11,1	88,9
Percentual entre livres	13,9	86,1
Percentual entre escravos	0,07	99,93
Percentual entre homens	14,5	85,5
Percentual entre mulheres	7,4	92,6
Percentual entre homens livres	18,2	81,8
Percentual entre mulheres livres	9,3	90,7
Percentual entre homens escravos	0,08	99,92
Percentual entre mulheres escravas	0,06	99,94

Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

Ao se estudar a Lista Nominativa de Votantes de 1876, tem-se o retrato de um contexto bastante distinto do demonstrado pelo recenseamento, uma vez que, nessa fonte, como dito anteriormente, tem-se contato exclusivamente com o grupo privilegiado da época, isto é, homens, casados, livres e afortunados. Desse modo, os dados instrucionais do perfil desse grupo demonstram talvez o único cenário social oitocentista dentro de Muriahé, em que a maioria dos indivíduos era alfabetizada, 60,4% e a minoria não, 35,5%, sendo ilegíveis 4,1%.

O recenseamento também captou a população em idade escolar (6 a 15 anos) para averiguar a questão da frequência nos estudos e tentar criar diretrizes para a melhoria dos indicadores do grau de instrução. Segundo José Murilo de Carvalho, o número de alunos matriculados em escolas primárias e secundárias no país era muito baixo. Isto é, havia menos de 12.000 alunos matriculados nas escolas secundárias numa população livre de 8.490.910 habitantes. Havia, ainda, em torno de 8.000 pessoas com

---

<sup>387</sup> CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, pp. 1996. p 12. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/163397/mod\\_resource/content/1/Cidadania%20-%20Tipos%20e%20Percursos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/163397/mod_resource/content/1/Cidadania%20-%20Tipos%20e%20Percursos.pdf)> Acesso em: 04 fev. 2023

educação superiora. Para ele, no que se referia à educação, não há dúvida de que a elite política não podia ser menos representativa da população em geral.<sup>388</sup>

Os dados de frequência para a província mostram a mesma inclinação dos dados nacionais, uma vez que Roberta Geraldo Pereira afirma que havia baixa frequência nas escolas primárias mineiras. Segundo ela, no caso de Minas, essa situação era influenciada por inúmeros fatores, cita-se: a dificuldade de acesso devido a distância da escola em relação ao local de residência, o temor de doenças contagiosas, o receio do alistamento militar (embora lei posterior tenha descartado tal possibilidade) e, mesmo nos casos em que os alunos conseguiam chegar às escolas, a carência de professores era outro problema recorrente.

A autora chega a afirmar que havia, entre os matriculados, uma ausência que variava entre 25% e 57%, dependendo do caso.<sup>389</sup> Além disso, também havia na província uma questão grave de improdutividade. Sobre isso, Pereira chega a afirmar que a “baixa frequência e a improdutividade das escolas mineiras foram um marco do período imperial”.<sup>390</sup> As taxas de aprovação dos alunos, nos anos mencionados, eram realmente alarmantes. Em 1875, essa taxa foi de 8,2%, e, no ano de 1884, chegou a 4,8%.

Ademais, Lucimar Felisberto dos Santos, ao estudar anúncios do *Jornal do Commercio* da cidade do Rio de Janeiro de 1870, mostra outro ângulo para os altos índices de analfabetos entre as classes populares, que seria o alto custo das “pensões” cobradas mensalmente para a educação primária e secundária. Esse ponto inviabilizava o acesso a uma educação de primeira linha, até mesmo aos filhos de indivíduos que possuísem ofício. Para Santos, esses trabalhadores, ou seus filhos, no máximo poderiam se matricular em um curso “externo”, ou aproveitar os cursos de alfabetização oferecidos a um custo mais modesto. Embora houvesse exceções de indivíduos oriundos de camadas populares com acesso à educação, geralmente não era isso que ocorria.<sup>391</sup> Esta, mesmo sendo uma reflexão sobre a situação carioca, parece-nos razoável

---

<sup>388</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p 79-80.

<sup>389</sup> PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República: História e Educação no Município de Ubá-MG (1831-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. p 18-21.

<sup>390</sup> \_\_\_\_\_, Roberta Geraldo. *Do Império à República...* p 20.

<sup>391</sup> SANTOS, Lucimar Felisberto dos. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, pp. 239-269, 2009. p 264.

considerar que, na província mineira, não era muito diferente, especialmente se consideramos todas as informações e análises desenvolvidas até aqui.

A circunstância desafiadora dentro do setor da instrução pública perdurou ao longo de todo o século XIX em Minas Gerais, embora muitas iniciativas tenham sido tomadas no sentido de amenizar tal problema, como o considerável processo de “construção”<sup>392</sup> de escolas que ocorreu nesse tempo no território mineiro. Em 1828, foi determinada a criação e manutenção de 87 escolas, sabendo-se que já existiam 33 e, em 1887, estas estavam funcionando num montante de 1.150 na província.<sup>393</sup>

Nesse contexto, olhando para o município de Muriaé através do quesito da frequência escolar, em 1872 a área apresentou um quadro em que havia 5169 almas em idade escolar, o que representava 14,9% dos munícipes. Desse total, 655 indivíduos (13%) frequentavam escola, 67% não, e os demais foram classificados como sem informações. Numa comparação com os dados do país, tal percentual estava bem abaixo da média nacional que figurava com a frequência de 16,85% dessa parcela da população.<sup>394</sup> Noutra perspectiva, a do montante municipal, os que frequentavam escola representavam 1,9% da população. Aqui, cabe dizer que tais constatações evidenciam uma elite municipal com pouca expressão demográfica, isto é, era uma significativa minoria.

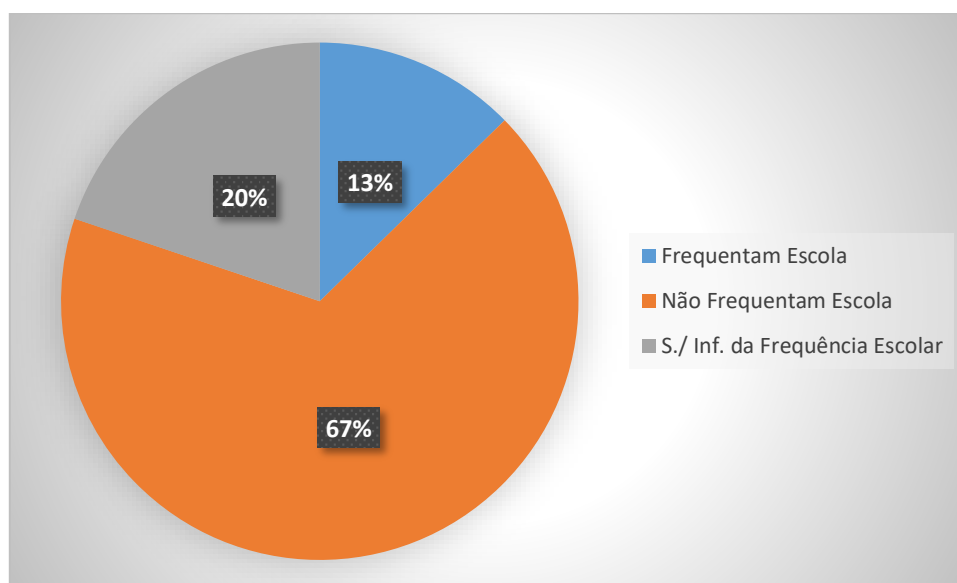
---

<sup>392</sup> Em muitos casos não eram construídas, mas, sim, alugadas casas e áreas particulares para esse fim.

<sup>393</sup> PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República: História e Educação no Município de Ubá-MG (1831-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. P12-13.

<sup>394</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p 79-80.

**Gráfico 09 – Município de Muriaé – 1872 - População em idade escolar<sup>395</sup>  
segundo a frequência em escola**



Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> > Acesso em: 27 jan. 2023.

No intuito de dar maior significado a essas informações, daqui para a frente vamos nos atentar aos dados censitários dentro dessa temática, com enfoques mais específicos. Desse modo, ao considerar apenas a frequência escolar por condição jurídica e sexo, logo, em primeiro momento, já fica muito claro que escravos não frequentavam escolas. Em todos os recortes considerados, tais informações estão zeradas no que compete a essa condição jurídica.

Ao considerar todos os indivíduos livres, obtém-se uma parcela de 15,8% com frequência escolar; entre todos os homens, esse percentual sobe para 16,5% e, entre todos os homens livres, sobe ainda mais, 20,4%. Quanto a todas as mulheres, os dados sempre aparecem muito próximos a 50% do total percentual de homens, todavia, ainda perseguem a mesma lógica ascendente, em que, entre todas as mulheres, tinha frequência na escola 8,6% e, entre todas as mulheres livres, esse número subia para 10,8%.

Reputando apenas os dados de infrequência, os percentuais se alteram da seguinte forma: Entre toda a população, 67,5% não frequentavam escola; entre todos os livres, 84,2%; entre todos os homens, 64,4%; entre todas as mulheres, 70,8%; entre todos os homens livres, 79,6%; e, por fim, entre todas as mulheres livres, 89,2%. Para

---

<sup>395</sup> 6 a 15 anos.



finalizar essa descrição, sobre a categoria “Sem informação da frequência escolar”, é interessante observar que os únicos que apresentam números diferentes de 0 são os escravos; inclusive, nesse assunto, essa é a única coisa que se sabe sobre eles.

**Quadro 12 –Município de Muriahé – 1872 - População em idade escolar segundo a frequência em aula por grupos selecionados**

	Frequenta m Escola (%)	Não Frequentam Escola (%)	S./ Inf. da Frequência Escolar (%)
Percentual global	12,7	67,5	19,8
Percentual entre livres	15,8	84,2	0,0
Percentual entre escravos	0,00	0,00	100,00
Percentual entre homens	16,5	64,4	19,1
Percentual entre mulheres	8,6	70,8	20,6
Percentual entre homens livres	20,4	79,6	0,0
Percentual entre mulheres livres	10,8	89,2	0,0
Percentual entre homens escravos	0,00	0,00	100,00
Percentual entre mulheres escravas	0,00	0,00	100,00

Fonte: Elaboração do autor a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

Diante de tais números de frequência escolar, tem-se uma ratificação do que foi afirmado anteriormente: que a instrução era destinada a homens livres e afortunados, embora as mulheres livres também tivessem acesso em menor proporção. Tanto no quadro da instrução como no da frequência, o indicador educacional que chega a números mais elevados sempre é aquele que demonstra o recorte entre os homens livres.

Como dito anteriormente, além do recenseamento de 1872, outra fonte que nos proporciona revisitar essa temática é o Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais.<sup>396</sup> Contudo, as edições de 1865, 1870, 1873 e 1875, diferentemente do censo que apresenta uma população mais ampla, expõe a conjuntura pela perspectiva administrativa. Dessa forma, através de uma percepção sobre as ocupações na área da instrução, consegue-se fazer uma leitura sobre como se estruturava esse passado.

<sup>396</sup> Almanaks Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Geraes, edições de 1865,1870, 1873 e 1875.

Nesse ramo, destacavam-se no município de Muriahé, os ofícios de professor e delegado da instrução, os quais aparentemente formavam a matriz instrucional presente em cada paróquia e distrito do município. Assim, ainda que não estivesse ocupada - a função recorrentemente aparecia como vaga na publicação - denotava que, realmente, existia uma estrutura fixa para o funcionamento do setor, como também foi percebida para a guarda nacional.

Mesmo que em menor proporção e recorrência, outras profissões também eram publicadas, tais como professor de primeiras letras, inspetor da instrução, suplente do inspetor da instrução e professor particular. Em meio a esses cargos, o professor de primeiras letras, depois do professor e do delegado da instrução, era o que estava mais bem distribuído entre os distritos, embora sem presença suficiente para se afirmar como parte da matriz da instrução. Depois, os cargos de inspetor da instrução e sua suplência aparecem concentrados no distrito sede, o que indica uma gestão centralizada da instrução no município.<sup>397</sup>

Ainda cumpre comentar a função de professor particular, esta que, segundo a fonte, aparece de forma única e isolada no distrito de São Sebastião da Cachoeira Alegre. A saber, as escolas particulares, por muito tempo, ao longo do século XIX, existiam em maior número que as públicas, já que elas poderiam ser abertas por qualquer cidadão, com a condição de haver um professor habilitado.<sup>398</sup> Em Muriahé, como visto, essa realidade não parece ter imperado.

Casos de exceção como este de Muriahé, por um lado, podem ser vistos como resultado da política de descentralização do ensino ao longo do período imperial, já que, por causa disso, o “desenvolvimento de serviços de instrução, de redes de escolas, ficaram muito discrepantes entre si, provavelmente levando em conta a consonância com a diversidade das Províncias do Império.”<sup>399</sup>

Por outro lado, é razoável pensar que, em meio ao crescimento da quantidade de escolas na província, Muriahé tenha se beneficiado desse processo devido ao seu povoamento mais tardio em relação a outros lugares e essa prevalência privada tenha

---

<sup>397</sup> Almanaks Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Geraes, edições de 1865,1870, 1873 e 1875.

<sup>398</sup> PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República: História e Educação no Município de Ubá-MG (1831-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. p12 e 15.

<sup>399</sup> \_\_\_\_\_, Roberta Geraldo. *Do Império à República...* p14.

sido uma realidade da primeira metade do século. Reforça essa hipótese saber que, no município vizinho de Ubá, entre 1850 e 1880, foram criadas mais de 10 escolas de instrução pública provinciais.<sup>400</sup> Logo, como era fruto de uma política provincial, não deve ter sido muito diferente com nosso caso em estudo.

Sobre a evolução temporal da quantidade de ocupações no setor, ao longo das cinco edições de Almanaks analisadas, entre as décadas de 1860 e 1870, a instrução no município, que contava com 5 integrantes em 1864, passou a dispor de 19 em 1872, numa ascendente constante do número de empregos na área. Desse modo, dentre tantos, tem-se aqui outro campo da sociedade a evidenciar crescimento do município no período.<sup>401</sup>

Além disso, o serviço da instrução possuía uma singularidade para a época, posto que era uma das poucas áreas do corpo social onde aparecia o nome de mulheres dentre as funções dadas nos Almanaks. Professora ou professora pública foram termos encontrados nas publicações, o que possivelmente indicava uma divisão do ensino entre os sexos masculinos e femininos, embora tudo indique que o ensino feminino ocorresse apenas na sede municipal. Esse desenho do feminino preterido dentro da estrutura, evidenciava uma sociedade que não oportunizava a educação de maneira equivalente entre os sexos. Em meio às ocupações públicas, esta área foi a única que abarcou mulheres.

Bagli, ao se referir à instrução feminina em seu trabalho sobre Muriahé, revela que o número de meninas que frequentavam a escola era substancialmente menor ao de meninos,<sup>402</sup> o que corrobora a hipótese de ter havido escola feminina apenas no distrito sede contra as masculinas em praticamente todas as paróquias. Além do mais, favorece tal raciocínio lembrar da lei nº 1.064, de 4 de outubro de 1860,<sup>403</sup> citada anteriormente, que determinava que fossem criadas escolas primárias femininas em todas as cidades e vilas da província, isto é, principalmente nas sedes dos municípios. Ultrapassando tal

---

<sup>400</sup> PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República: História e Educação no Município de Ubá-MG (1831-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. p 35.

<sup>401</sup> Almanaks Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Geraes, edições de 1865, 1870, 1873 e 1875.

<sup>402</sup> BAGLI, Leidylene Nolasco Rodrigues. *A atuação do poder público muriaense na educação de 1871 a 1930*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018. p 19.

<sup>403</sup> PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República...* p 18.

norma, o município de Ubá, em 1871, inaugurou sua segunda escola feminina no distrito de São João Batista do Presídio, afirma Roberta Geraldo Pereira.<sup>404</sup>

Em vista disso, numa comparação entre os indicadores da instrução de Muriahé e os do vizinho Ubá, nota-se que o segundo apresentava números melhores, já que, por lá, entre os homens, 23,6% eram alfabetizados, enquanto este mesmo dado para o primeiro ficava em 14,5%; já entre as mulheres, o segundo expõe um percentual de alfabetizadas na casa dos 18,7%,<sup>405</sup> enquanto, no primeiro, esse dado era bem menor, figurando em 7,4%. Tais diferenças podem ter sido resultado de um maior empenho da administração pública daquele município, como foi demonstrado por Pereira ao apresentar a criação de 19 escolas<sup>406</sup>, sendo duas femininas, enquanto, em Muriahé, através dos Almanaks, tem-se a existência de 13 escolas<sup>407</sup>, sendo uma feminina.

Finalizando, acredita-se ser importante ratificar a estrutura da instrução pública percebida na lei de 1860 e confirmada na fonte. Dessa forma, havia uma inspetoria municipal localizada no distrito sede que, possivelmente, coordenava uma rede de ensino com capilaridade em praticamente todos os distritos do município, tendo, nessa base distrital, um delegado de instrução e um professor na execução do ensino. A instrução feminina era oferecida apenas na sede, São Paulo do Muriahé.

Após finalizar essa reflexão sobre a conjuntura demográfica de Muriahé na década de 1870, sabendo que o município possuía 15 distritos, sendo 2 deles curatos, que constituíam 9 paróquias, é importante ressaltar que o lugar não era uma estrutura estática e estável, mas, pelo contrário, era formado por um mosaico de paróquias e distritos que apresentavam dinâmicas locais intensas e próprias. Em outras palavras, o território municipal era uma região composta por partes distintas que, apesar da proximidade entre si, possuíam características singulares que acabavam resultando nos mais diversos processos dentro do próprio município.

---

<sup>404</sup> PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República: História e Educação no Município de Ubá-MG (1831-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. p 28.

<sup>405</sup> \_\_\_\_\_, Roberta Geraldo. *Do Império à República...* p 30.

<sup>406</sup> Tanto no número de Ubá quanto no de Muriahé, havia escolas que não funcionavam por carência de professores. Em Muriahé, das 13 escolas, muito provavelmente 2 não funcionavam. Em Ubá, a autora referenciada não foi clara quanto a este número.

<sup>407</sup> Almanaks Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Geraes, edições de 1865, 1870, 1873 e 1875.

## Considerações Finais

Embora, na historiografia da Zona da Mata mineira, encontram-se contribuições robustas e significativas para a leitura do “mundo” oitocentista que existiu nessas paragens, nenhuma pesquisa ainda havia se dedicado em exaurir as informações apresentadas para a região pelo Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Essa documentação histórica muitas vezes foi utilizada para solidificar pontualmente as mais variadas conjecturas, todavia, sempre em meio a muitas desconfianças. Ainda que necessário e legítimo, o melindre com seus dados é fruto da penumbra existente sobre a matéria, causada principalmente pela carência de reflexão aprofundada. Até mesmo os censos atuais possuem suas questões.

Diante do devido conhecimento de suas limitações enquanto documentação histórica, o recenseamento adquire contexto apropriado para uma significação madura e historiograficamente responsável. Tendo isso em vista, esta investigação empenhou-se em problematizar todo seu processo de planejamento, produção, finalização, publicação, revisão e interpretação, bem como buscou demonstrar as mais variadas possibilidades investigativas por ela proporcionadas. Para isso, uma conjuntura, sob o ponto de vista do perfil da população do município de Muriaé, foi reconstituída a partir da análise e sistematização das suas informações publicadas em 1876 pela Diretoria Geral de Estatística do Império.

Juntamente com o Censo de 1872, os Almanaks da província de Minas Gerais representaram partes de um projeto estadístico do Império brasileiro. Com eles, logrou-se ferramentas de legibilidade da população sob o território brasileiro, o que ajudou a estabelecer um Estado de visão naquele momento. Enquanto o dado censitário possibilitou entender o perfil da população, os Almanaks proporcionaram a unidade e a construção do imaginário simbólico estadístico. O trabalho com essas fontes aliado aos dados de inventários *post mortem*, listas de votantes e matrículas de escravos resultou na interpretação que se seguiu sobre o município de Muriaé na década de 1870.

Em 1872, o município era formado por 9 paróquias que se subdividiam em 15 distritos, sendo 2 deles curatos, uma classificação de hierarquia intermediária. Essa percepção sobre a organização administrativa trouxe luz para algumas questões, como para a ausência dos dados do curato do Divino Espírito Santo na publicação da DGE. A

respeito disso, neste estudo, levantamos novas informações que indicam a possibilidade de, ao contrário do que se pensava acerca de sua falta, esses dados censitários tenham sido apresentados sob o nome da paróquia à qual era subordinado. Destacamos, porém, que, para ratificar e consolidar essa dedução, outras pesquisas precisarão ser realizadas.

Este conjunto de paróquias denominado Muriahé configurava-se com uma população de 34.620 habitantes com perfil próprio, ainda que, em termos gerais, condizente com o que se encontrava na região da Zona da Mata mineira naquele momento. A maior parte dos seus habitantes eram homens, brancos e livres, embora, quanto à raça, o somatório das demais (preto, pardo e caboclo) também legitimasse afirmar que a maioria não era branca. O número de habitantes representava valor acima da média de distribuição populacional tanto em relação à província quanto às demais cidades da Mata, o que indiciava certa concentração demográfica na localidade.

Economicamente, demonstrava protagonismo entre os eixos mais prósperos da economia do Brasil Imperial, especialmente por causa da agricultura do café. A predominância de indivíduos com profissões privadas e rurais sobre as públicas e urbanas atrelada a um significativo aumento das rurais, ao longo da década, corroboram a afirmação de que um complexo sistema agroexportador se consolidava na Zona da Mata, na década de 1870. Nesse sentido, ainda que com crescimento menor ao longo da década, as funções públicas também iniciaram esse momento de consolidação econômica. Entre 1865 e o final da década de 1870, a área governamental do município ganhou dinâmica e organização de tal modo que conseguimos apresentar o “Quadro 02” deste trabalho com uma estrutura básica das funções públicas dentro do município, com discriminação para sede e distritos.

Esse conjunto de paróquias estudado era marcado por grande desigualdade socioeconômica entre os indivíduos. Enquanto a riqueza agroexportadora se concentrava nas mãos de poucos, havia uma relevante maioria na condição de escravos ou livres pobres. Dentre essa população marginalizada, destacam-se os livres pobres enquanto maioria numérica, que se encontravam em completo abandono diante de qualquer instância de proteção social, já que, nessa lógica, o escravo ainda tinha um dono, que não queria sofrer qualquer prejuízo, com relação a esse bem.

O quadro de qualificados e desqualificados nos levou a presumir algumas reflexões sobre a sociedade da época: a primeira é a questão da estratificação

profissional por sexo, pois os dados nos indicaram que havia lugares sociais diferentes para mulheres e homens, respectivamente, costureiras e criado/jornaleiro. A segunda está relacionada à função do lavrador, que, embora exercida majoritariamente por mão de obra masculina, a feminina também possuía uma representação significativa nessa ocupação, o que mostrou, em alguma medida, a dimensão e pujança da economia agrária em Muriahé na ocasião do recenseamento. Terceira: entre cativos, a desqualificação era menos significativa que entre livres, o que demonstra, por um lado, um quadro bastante ativo e funcional da escravaria, enquanto, por outro, a existência de uma população livre com tendência à pobreza e ao ostracismo. E a quarta: constatamos que, embora, de maneira geral, houvesse mais homens sem profissão que mulheres, entre os cativos esse quadro se revertia, sendo os homens mais qualificados, o que corrobora, mais uma vez, a economia percebida até aqui.

Na perspectiva da mobilidade espacial da população, averiguamos que Muriahé possuía 5% da sua população constituída por imigrantes, sendo 1% com origem externa e 4%, proveniência interna. Portugueses, africanos e italianos foram os grupos mais relevantes de imigrantes internacionais, tendo, os primeiros, números mais expressivos que os demais. Os estrangeiros presentes na ocasião do recenseamento eram em sua relevante maioria, homens, cujo percentual alcançava 94,5% dentre todos os que chegaram ao município. Apenas Portugal, continente africano e Alemanha apresentaram registro para mulheres. Sobre os imigrantes africanos, curiosamente todos foram classificados como livres e isso se repetia nas principais cidades de Minas Gerais.

Para a imigração interna, as províncias mais expressivas eram Minas Gerais e Rio de Janeiro, com valores aproximados entre si e muito acima em relação às demais origens nacionais. Diferentemente do constatado entre as chegadas internacionais, na mobilidade com origem interna, o número de mulheres é bastante relevante, ao ponto de quase chegar a uma equivalência. Esse equilíbrio dos sexos sinalizava um movimento mais orgânico, em que a família - ou o casal - conseguiu se deslocar de forma conjunta, sendo que isso também se aplicava para os cativos (na imigração interna entre cativos, havia relativo equilíbrio de sexo, mas a maioria ainda é composta por homens). Contudo, percebe-se que essa realidade da imigração de famílias e/ou casais se aplicava apenas em origens de áreas próximas, pois das províncias distantes não chegavam mulheres.

Sob o ponto de vista da condição jurídica, apuramos que 37,4% dos imigrantes internos eram escravos e 62,6% eram livres. Entre os imigrantes livres, as duas proveniências mais expressivas também foram as províncias mineira e fluminense, assim como reapareceram na mesma posição no ordenamento dos contingentes internos de cativos, embora, para as demais colocações, não. Esse resultado para Minas Gerais e Rio de Janeiro nos pareceu óbvio, porém as variações ocorridas nas terceiras e quartas posições com maior origem nos revelaram algo interessante. Enquanto entre os livres, São Paulo ocupava a terceira colocação com maior número de origens e a Bahia, a quarta, entre os cativos essas posições são ocupadas, respectivamente, por Pernambuco e Ceará. Portanto, na comparação, São Paulo aparece com destaque de origem livre e as províncias nordestinas com proeminência entre as origens escravas.

Ainda cabe afirmar que a relação dos dados das imigrações interna e externa com a matéria dos ausentes expostos no recenseamento de 1872 para Muriahé nos levou a crer que o município representava uma área de atração populacional. Essa característica, visualizada através da mobilidade humana, revelou-nos dinâmicas relacionadas à produção de riqueza na área, visto que tal constatação implicava um quadro de prosperidade econômica.

Em relação à cor e condição jurídica, notou-se que o município expunha um perfil racial em que brancos representavam 46,2% da população, pardos 29,1%, pretos 23,1% e caboclos 1,5%. Esses valores expressavam Muriahé fora da curva da estrutura racial média do Império, sendo sua população bem mais embranquecida por um lado, enquanto com maior contingente de indivíduos pretos por outro, logo, com menos pardos e poucos caboclos. Todavia, quando mudamos o ângulo e organizamos esses dados de maneira que pretos e pardos sejam vistos em conjunto, observamos uma prevalência de 52,2% da população com herança da cor do cativo. E, como se não bastasse, ao acrescentarmos ainda a população cabocla nessa junção, formou-se uma maioria de 53,7% de população classificada como não-branca. Portanto, a população era mais escura do que aparentavam os dados separados cor a cor. Isto é, o município não era tão branco quanto parecia.

No momento em que consideramos apenas escravos, verificamos que a relevante maioria era formada por pretos e, por sua vez, a maioria dos pardos eram livres. No Censo, o total de escravos no município de Muriahé era de 6938 indivíduos, que



representavam 20% da sua população total, sendo que, destes, 76,3% eram pretos e 23,7%, pardos. No exercício de contextualização dos dados, embora esse percentual de população escrava de Muriahé fosse maior que as referências nacionais e esteja na média em relação à província mineira, dentro da Zona da Mata representava indicadores bastante inferiores nesse quesito.

Também conseguimos perceber que as cores “subalternas” estavam profundamente ligadas ao trabalho rural e que, entre estas, prevaleciam os homens mais escurecidos. Pode-se dizer que existia uma sutil tendência de que escravos fossem homens e que livres fossem mulheres, já que, entre o público masculino, os escravos aumentavam e os livres diminuía, assim como ocorria o contrário entre as mulheres. A partir dessa apuração, criamos uma escala de gradação de perfil de “dignidade” para a população de Muriahé, na qual, quanto mais feminina e branca fosse a população, maior seria o grau de aproximação com a condição de liberdade e, com as devidas proporções, isso se aplicava também aos quadros dos que se encontravam em condição de escravidão. Ou seja, em um extremo da escala tinha-se o homem, preto e escravo, enquanto, no outro, estava a mulher, branca e livre.

Através dos dados censitários, também conseguimos inferir que algumas paróquias de Muriahé integravam um suposto corredor de grande densidade escrava na Zona da Mata mineira (isto é, um conjunto de paróquias territorialmente próximas que apresentavam alto percentual de escravos dentro da composição de suas populações). Esse corredor era iniciado ao sul, na paróquia de São José de Além Parahyba, seguido, ao norte, pelas freguesias de Madre de Deus do Angu, Conceição da Boa vista, São Francisco de Assis do Capivary e finalizado na paróquia de São Sebastião da Cachoeira Alegre, sendo essas duas últimas constituintes do município aqui estudado.

Quanto ao estado civil, apuramos que a população de Muriahé se caracterizava distante do sacramento do matrimônio. Cerca de 71,3% do total de habitantes era solteiro, 22,4%, casado e 6,3%, viúvo. Entretanto, vimos que estes dados sozinhos não eram suficientes para perceber de fato essa questão da união conjugal entre os indivíduos, pois, na verdade, havia predominância da ilegitimidade matrimonial, especialmente entre a população escrava e liberta, bem como em meio aos mais pobres em geral, sobretudo das áreas urbanas. Nesta pesquisa, observamos que o casamento, logo a legitimidade, era culturalmente estabelecido entre os indivíduos mais

afortunados, o que corrobora o fato de não ser apenas os cativos providos do ethos da ilegitimidade, mas também a população livre pobre. Em outras palavras, mesmo a Igreja contribuindo para o casamento com sua redução de custos, é muito sugestivo que esse sacramento era uma instituição da elite.

Entre a população classificada como viúva, os homens prevaleciam sobre as mulheres. Esta constatação nos sugeriu a possibilidade de, em Muriahé, ter havido um índice relevante de mortalidade de mulheres no processo de gravidez, bem como na ocasião do parto e pós-parto. Ainda, que a mortalidade de mulheres seria um fenômeno da população livre, uma vez que, entre os cativos, esse dado não se repetia. Pode-se dizer que essa maior mortalidade de mulheres entre a população casada livre ocorria mais especificamente entre as mulheres livres e pobres.

No tocante às idades, o município se configurava como uma pirâmide etária jovem. Em um formato piramidal, o gráfico das idades da população revelou que havia muitos jovens e poucos idosos. Embora a população da faixa dos 11 a 20 anos saia dessa lógica, todas as demais desenharam a escada típica da estrutura de uma população que, por um ângulo, não fazia controle de natalidade e, por outro, não conseguia que sua população gozasse de grande expectativa de vida. Na perspectiva da separação por sexo, percebe-se que a população masculina era mais numerosa em praticamente todas as faixas de idade, salvo a de 61 a 70 anos e mais de 100 anos, o que nos levou a crer que as mulheres viviam mais.

Ao se observar as pirâmides etárias separadas entre escravos e livres, vimos que os livres mantinham a lógica da estrutura jovem. Porém, com os dados da população cativa, isso não acontecia, visto que a base da pirâmide aparecia significativamente reduzida. Apesar dessa característica indicar um suposto baixo índice de natalidade escrava, precisa-se considerar, nessa reflexão, o impacto da “Lei do Ventre Livre”, que já estava em vigor fazia aproximadamente um ano. Em contrapartida, a pirâmide cativa expunha nítida prevalência da faixa etária de 21 a 30 anos, a qual, muito provavelmente, ilustra o período de maior nível de atividade da vida do escravo. Ou seja, o auge do seu vigor para o trabalho.

Ainda, com os Almanaks e o Censo, conseguimos traçar o perfil da área de instrução pública dentro do município. Em Muriahé, havia 13 escolas, sendo uma feminina, e todo o setor estava nas mãos da administração da província. Dessa forma, a

instrução era destinada aos homens livres e afortunados, embora as mulheres livres também tivessem acesso em menor proporção. Constatamos que 88,9% da população era constituída por analfabetos, o que significava um valor maior do que o percentual de analfabetismo nacional e praticamente uma equivalência em relação à província. Entre os poucos alfabetizados, observamos que predominavam homens livres. No tocante à frequência escolar, os assíduos representavam 1,9% da população, o que era um dado bem abaixo da referência nacional. Aqui, cabe dizer que tais constatações evidenciaram uma elite municipal com pouca expressão demográfica, isto é, era uma significativa minoria. Curiosamente, entre os escravos do município, havia 5 alfabetizados, mas nenhum frequentava escola, o que indica que aprenderam por outros meios.

Além disso, conseguimos reconstituir a estrutura funcional da instrução pública orientada na lei e ratificada na documentação. Vimos que, em Muriahé, havia uma inspetoria municipal localizada no distrito sede que, possivelmente, coordenava uma rede de ensino com capilaridade em praticamente todos os distritos do município, tendo, nessa base distrital, um delegado de instrução e um professor na execução do ensino. Ainda verificamos nos Almanaks que a instrução feminina era oferecida apenas na sede, São Paulo do Muriahé.

Por fim, afirmamos que o Censo de 1872 é uma fonte histórica especialmente dinâmica e que, se considerado com a devida responsabilidade historiográfica, configura-se repleto de informações privilegiadas para leitura do Brasil Imperial. Concluimos este trabalho demonstrando o município de Muriahé em variados pontos de vista proporcionados por essa rica documentação.

## Referências

### Fontes:

Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

Almanak Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais, edição feita em 1864 e impressa para o ano 1865. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38625>> Acesso em: 20 jul. 2023.

Almanak Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais, edição feita em 1869 e impressa para o ano de 1870. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38625>> Acesso em: 20 jul. 2023.

Almanak Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais, edição feita em 1872 e impressa para o ano de 1873. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38625>> Acesso em: 20 jul. 2023.

Almanak Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais, edição feita em 1874 e impressa para o ano de 1875. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38625>> Acesso em: 20 jul. 2023.

Lista de qualificação de votantes do município de Muriaé de 1876. Memorial municipal de Muriaé. Arquivo Municipal de Muriaé. Caixa 11 (Atas das eleições 1873-1889).

Inventários post mortem – 1858 a 1868/ 1878 a 1888. Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros – Muriaé. In: SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. Anexos.

Listas de matrículas de escravos de 1872, inclusas nos inventários post mortem do cartório do 1º ofício cível de Muriaé. In: ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Anexos.

Fonte oral – Joel Peixoto Manoel. Entrevista concedida no dia 12 de março de 2021.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*, composto pelo Padre Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por... . Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.

## **Bibliografia:**

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Zona da Mata Mineira: Riqueza e desenvolvimento. In: SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove*. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_, Rômulo. Estrutura agrária e família escrava na Minas Gerais oitocentista. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora: UFJF, v. 1, n. 2, p. 21-33, dezembro, 1997.

APROBATO FILHO, Nelson. *O couro e o aço sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia final do século XIX/início do XX*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BAGLI, Leidyleni Nolasco Rodrigues. *A atuação do poder público muriaeense na educação de 1871 a 1930*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

BARROS, José D’Assunção. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. In: *Histedbr On-line*, n.16, Campinas, pp. 17-35, 2004. Disponível em: <[https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4785/art3\\_16.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4785/art3_16.pdf)> Acesso em: 12 fev. 2023.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2000. Disponível em:

<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1048/1013>> Acesso em: 12 fev. 2023.

BATISTA, Caio da Silva. Desenvolvimento populacional de um centro urbano do sudeste escravista: Juiz de Fora, 1831 a 1888. In: *Anais do II Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*. v.1. Juiz de Fora: Sociedade Brasileira de estudos dos Oitocentos, pp. 1-12, 2017. Disponível em: <[https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=403](https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=403)> Acesso em: 12 fev. 2023.

\_\_\_\_\_, Caio da Silva. Economia e escravidão urbana na Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. In: *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13º Conferência Internacional de História de empresas*. Niterói, 2017. Disponível em: <<https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/24%20Economia%20e%20escravid%C3%A3o%20urbana%20na%20Zona%20da%20Mata%20de%20Minas%20Gerais%20Juiz%20de%20Fora,%20segunda%20metade%20do%20s%C3%A9culo%20XIX.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2023.

BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Trad. J. Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BISSIGO, Diego N. Notas sobre o censo de 1872: Relações entre a Diretoria Geral de Estatística e as províncias do Império. In: *Anais VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 15 a 18 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos.6/diegobissigo.pdf>> Acesso em: 16 de jan. 2023.

\_\_\_\_\_, Diego Nones. *A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”*: A estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

\_\_\_\_\_, Diego Nones. O censo de 1872 e a simplificação da liberdade. In: *Anais do VII Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, pp. 155-176 – 2007. p 156. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbh/a/nLps6NJJVcMq73gHmHp3J5g/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em: 01. Jan. 2023.

\_\_\_\_\_, Tarcísio R. Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia. In: *Anais do XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association*. Rio de Janeiro: LASA2009 / Rethinking inequalities; Pittsburg: LASA, 2009.

BRAGA, Tiago de Castro. *Família, Riqueza e Sociabilidade na Zona da Mata Mineira: os Garcia de Mattos na Segunda Metade do Século XI*. Dissertação (Mestrado em História). UNIVERSO: Niterói, 2017.

BRASIL. Lei nº 1829 de 09 de setembro de 1870. Sanciona o Decreto da Assembleia Geral que manda proceder ao recenseamento da população do Império. *Diário Oficial do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/543582/publicacao/15631205#:~:text=1%C2%BA%20Dirigir%20os%20trabalhos%20do,recolhidos%20pelas%20diversas%20Reparti%C3%A7%C3%B5es%20Publicas.>> Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 4856 de 30 de dezembro de 1871. Dispõe sobre o regulamento da execução do recenseamento da população. *Diário Oficial do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4856-30-dezembro-1871-552291-publicacaooriginal-69467->



pe.html#:~:text=Manda%20proceder%2C%20em%20execu%C3%A7%C3%A3o%20do,do%20que%20disp%C3%B5e%20o%20art.> Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. *Diário oficial do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 set. 1871. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm)

CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. *Nas sombras dos cafezais: produção de subsistência em uma região cafeeira na segunda metade do século XIX (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF. Niterói, 2014.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 3, p. 361-385, 2009.

\_\_\_\_\_, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 22, núm. 3, pp. 414-428, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.223.07> Acesso em: 15 jan. 2023.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História: Introdução aos métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Tradução de João Maia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARNEIRO, Edison. Perfil do Negro Brasileiro. *Revista Princípios*. São Paulo, nº 11, pp. 45-50, 1985. p. 46. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/carneiro/1985/08/perfil.htm>

CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, n° 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, pp. 1996. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/163397/mod\\_resource/content/1/Cidadania%20-%20Tipos%20e%20Percursos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/163397/mod_resource/content/1/Cidadania%20-%20Tipos%20e%20Percursos.pdf)> Acesso em: 04 fev. 2023

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Inventário do espaço na oficina da vida: Imagens e representações do Sul de Minas Gerais no Almanach Sul-Mineiro, 1874. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*: São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307754278\\_ARQUIVO\\_PerolaM ariaG.Castro-ArtigoSNHANPUH2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307754278_ARQUIVO_PerolaM ariaG.Castro-ArtigoSNHANPUH2011.pdf)> . Acesso: 15 out. 2022.

COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W; e SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17(2), pp. 245-295. p 268. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/45e226de-2df1-438d-94c5-8661e32d90f3/768475.pdf>

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Edusc: São Paulo, 2005.

FARIA, Regina Helena Martins de. Cidadania e Recrutamento Militar no Brasil Império. In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília/UNB: ANPUH, 2017. p 06. Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489620810\\_ARQUIVO\\_Cidada niaerecrutamentomilitarnoBrasilImperio-artigo.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489620810_ARQUIVO_Cidada niaerecrutamentomilitarnoBrasilImperio-artigo.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de. Escolarização e Analfabetismo no Brasil: Estudo das Mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890\_1930). In: *Anais do XII Encontro de pesquisa em Educação*. Goiânia: UFG, 2014. p. 1-12. p 05. Disponível em: <[https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira\\_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf](https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf)>. Acesso em 12 out. 2021.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

FREIRE, Jonis. *Batismo e Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo, 1838-1888*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: São Paulo, 2004.

FURET, François. *A Oficina da História*. v I. Lisboa: Gradiva, 1991.

GINZBURG, Carlo. Sinais raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOUVÊA, Maria Cristina; XAVIER, Ana Paula. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. In: *Educação e Sociedade – Revista de Ciência da Educação*. CEDES/ UNICAMP, Campinas, v. 34, n 122, pp 99-120, 2013. p 105. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GUEDES, Roberto. Escravidão e Cor nos Censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. p10

IRFFI, Ana Sara R. P. Cortez. Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: Escravidão e Núcleos Familiares No Cariri Cearense (1850-1884). *Afro-Ásia*. Universidade Federal

da Bahia. Nº. 53, pp. 9-44, 2016. p 52 a 63. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/770/77051153001/html/>

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2014.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Estrutura socioeconômica e posse de escravos na área central da Zona da Mata mineira. In: SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs.). *Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. As formas de classificação de escravos e a noção de raça no Brasil. In: *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LIMA, Cristian Gomes. Um olhar sobre movimentos populacionais no município de Muriaé através do recenseamento geral do Império de 1872. *Pesquisa & Educação a Distância*, Niterói, n 7, 2020.

LINHARES, Maria Yedda. Introdução. In: LINHARES, Maria Yedda. (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LIVIN, Jack. *Estatística aplicada a ciências humanas*. Trad. Sérgio Francisco Costa. 2 ed. São Paulo: Harbra, 1987.

LOVEMAN, Mara. “*The Race to Progress: Census Taking and Nation Making in Brazil (1870 – 1920)*” *Hispanic American Historical Review*. Vol. 89, n. 3, Duke University Press, ago/2009, p. 442, tradução.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. O público e o privado no Brasil Imperial. In: *Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH*, Florianópolis, 1999. p 284. Disponível em:

<[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1547483138\\_e7ee66bfd4aa30dffcdad7333cc9c4a0.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1547483138_e7ee66bfd4aa30dffcdad7333cc9c4a0.pdf)> Acesso em: 29 jan. 2023.

MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. Repensando a Historiografia Mineira: aspectos demográficos, econômicos e sociais no século XIX. In: *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto: UEL/Departamento de História, 2002.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População De Minas Gerais Na Segunda Metade Do Séc. XIX: Novas Evidências. In: *X Encontro sobre a economia Mineira*. DIAMANTINA, 2002. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2002/D05.pdf>>

MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSANYI, TAMAS & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3 ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MOTTA, José Flávio. Derradeiras Transações. O comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca - província de São Paulo). *Almanack Braziliense*, São Paulo, nº10, pp. 147-163, nov. 2009. p 159. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alb/article/download/11727/13502>> Acesso em: 30 Jan. 2023.

NADALIN, Sergio O. *História e demografia: Elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.

NASCIMENTO, Gisele do. *Fugas e estratégias escravas: uma análise dos periódicos pharol e o leopoldinense no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – UNIVERSO, Niterói, 2020.

NOGUEIRA, Natania. A. S. *Leopoldina: instrução, mito e formação de elites da Zona da Mata Mineira*. v. 1. 1ª. ed. Leopoldina: Do autor, 2011.

NUNES, André Rangel de Souza. *130 anos da lei áurea: As leis abolicionistas e a integração da população negra no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Direito/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito: Niterói, 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 6, pp. 61-84, 1997. p 13. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/fh9cpRfmbxt4QNkmvnZyffg/?format=pdf&lang=pt>> .

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870*. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

ORLANDO, Arthur da Costa. *Infraestrutura e desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriaé: finais do século XIX e início do XX (1870-1910)*. Dissertação (Mestrado em História) – UNIVERSO, Niterói, 2019.

PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil De 1872*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p 08. Disponível em: <[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2023.

PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. *Revista (Con)Textos Linguísticos. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo*. Vitória, v. 10 n. 17, pp 153-167, 2016. p 160.

PAULA, Ricardo Zimbrão de Affonso de. História da formação regional da Zona da Mata. In: SOUSA, Jorge Prata e ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República: História e Educação no Município de Ubá-MG (1831-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

PIMENTA, João Paulo. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. *Tempo*, Niterói, Vol. 27, n. 1, pp 51-70, Jan./Abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/7r9MMBhBtMwhfXQjcZqWByn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 06 jul. 2023.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata - 1889/1930*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, Juiz de Fora, 2004.

PIRES, Ronan José Rodrigues. *Tropeiros oitocentistas em São Paulo do Muriaé*. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Muriaé: FAFISM, 2008.

ROCHA, Ilana Peliciari. *Escravos da Nação: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760 a 1876*. Tese (Doutorado em História). USP/FFLCH, São Paulo, 2012. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-31082012-100444/publico/2012\\_IlanaPeliciariRocha\\_VRev.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-31082012-100444/publico/2012_IlanaPeliciariRocha_VRev.pdf)

SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias Matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v 08, n 15, pp. 91-105, 1988.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, pp. 245-247, 2009.

SARAIVA, Luiz Fernando. A transição do trabalho escravo para o livre na Zona da Mata mineira. In: SOUSA, Jorge Prata; ANDRADE, Rômulo Garcia de (orgs.). *Zona da Mata mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

\_\_\_\_\_, Luiz Fernando; ALMICO, Rita. Raízes escravas da modernização capitalista no Brasil. In: *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói: ABPHE, 2017, pp.1-30. p 12, 21 a 26. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/34%20Raizes%20escravas%20da%20modernizacao%20capitalista%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 01 fev. 2023.

SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Batismo e apadrinhamentos de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.

\_\_\_\_\_, Vitória Fernanda. *Os Sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.



\_\_\_\_\_, Vitória Fernanda. Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriahé: conflitos e redes de sociabilidades. In: SOUSA, Jorge Prata e ANDRADE, Rômulo Garcia de (Orgs). *Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza*. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

\_\_\_\_\_, Vitória Fernanda. O perfil populacional e familiar das freguesias de São Paulo do Muriahé e São Francisco do Glória na Zona da Mata Mineira (1850-1888). In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (Orgs). *Política e Sociedade no Brasil Oitocentista*. Recife: UFPE, 2020. pp. 41-62.

SCOTT, James C. *Seeing Like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven (EUA): Yale University Press, 1998.

SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. v 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SILVA, Beatriz Simão Gontijo. *São Paulo do Muriaé e suas redes de sociabilidade: análise social em uma freguesia escravista 1852 - 1888*. Dissertação (Mestrado em História) – UNIVERSO, Niterói, 2017.

VITTORETTO, Bruno Novelino. A conformação da Zona da Mata mineira no mercado Mundial do café no século XIX. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 5, nº 9, Jul-Dez 2010.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. vol. 2. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1999. p 408-425.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*; tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

### Arquivos eletrônicos:

Dicionário Priberam. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/vig%C3%A1rio%20da%20vara>>. Acesso: 15 out. 2022.

INFOGRÁFICO MOSTRA EVOLUÇÃO DO BRASIL DESDE O PRIMEIRO CENSO, EM 1872. (Publicada dia 02/07/2023) (s.d.). Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/07/02/infografico-mostra-evolucao-do-brasil-desde-o-primeiro-censo-em-1872.ghtml>> Acesso em: 09 jul. 2023

*MICHAELIS DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA*. Online. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/migracao>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

NOSSA HISTÓRIA (s.d.). Disponível em: <https://muriae.mg.gov.br/nossa-historia>. Acesso em: 26 jan. 2023.

### Outras referências

*Jornal Diário de Minas* de 05 fev. 1874. Ano II. Nº 200. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=376523&PagFis=2551&Pesq=muriahe>>. Acesso em 26 jan. 2023.

## ANEXO I

### Dados de Muriaé sistematizados/tabulados do Censo 1872

POPULAÇÃO TOTAL – Município de Muriaé - 1872								
PARÓQUIA	H LIVRES	M LIVRES	SOMA L	H ESCR	M ESCR	SOMA E	SOMA G	
SPM	1521	1366	2887	483	374	857	3744	
NSDoresdaVitória	914	870	1784	79	66	145	1929	
NSdaGlória	1938	1777	3715	478	440	918	4633	
SFranciscoGlória	1628	1539	3167	176	160	336	3503	
SLuziaCarangola	2148	1987	4135	451	368	819	4954	
SSCachoeiraAlegre	1541	1376	2917	571	551	1122	4039	
SFAssisCapivary	964	889	1853	485	417	902	2755	
SFranciscoPaulaBF	1296	1154	2450	204	175	379	2829	
SSebastiãodaMata	1373	1333	2706	298	272	570	3276	
NSConcTombosCar	1108	960	2068	435	455	890	2958	
<b>Totais</b>	<b>14431</b>	<b>13251</b>	<b>27682</b>	<b>3660</b>	<b>3278</b>	<b>6938</b>	<b>34620</b>	

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do Capivary – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola - NSCTC

NACIONALIDADE – Município de Muriaé - 1872											
NACIONALIDADE/ PARÓQUIA	SPM	NSDV	NSG	SFG	SLC	SSCA	SFAC	SFPBF	SSM	NSCTC	TOTAL
1. Brasileiros	3570	1894	4514	3387	4889	3936	2646	2785	3170	2893	21
2. Estrangeiros	174	35	119	116	65	103	109	44	106	65	7
<b>TOTAL DA COLUNA</b>	<b>71</b>	<b>18</b>	<b>21</b>	<b>44</b>	<b>25</b>	<b>57</b>	<b>22</b>	<b>19</b>	<b>56</b>	<b>13</b>	<b>346</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do Capivary – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola - NSCTC

POPULAÇÃO POR INSTRUÇÃO – POPULAÇÃO ESCOLAR DE 06 A 15 ANOS – Município de Muriaé - 1872											
SITUAÇÃO/ PARÓQUIA	SPM	NSDV	NSG	SFG	SLC	SSCA	SFAC	SFPBF	SSM	NSCTC	TOTAL
1. Frequentam Escola	69	28	113	83	83	73	55	16	89	46	655
2. Não Frequentam Escola	810	486	236	231	501	230	154	261	440	140	3489
3. S./ Inf. da Frequência Escolar	196	32	99	50	123	155	100	63	100	107	1025
<b>TOTAL DA COLUNA</b>	<b>1075</b>	<b>546</b>	<b>448</b>	<b>364</b>	<b>707</b>	<b>458</b>	<b>309</b>	<b>340</b>	<b>629</b>	<b>293</b>	<b>5169</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do Capivary – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola - NSCTC

<b>POPULAÇÃO POR RAÇA – Município de Muriaé - 1872</b>											
RAÇA/PARÓQUIA	SPM	NSDV	NSG	SFG	SLC	SSCA	SFAC	SFPBF	SSM	NSCTC	TOTAL
1. Branco	1309	1021	2298	1920	2415	1795	883	1437	1690	1238	16006
2. Caboclo	100	106	75	33	31	36	50	18	18	52	519
3. Pardo	1570	635	1161	976	1412	1061	777	754	916	825	10087
4. Preto	765	167	1099	574	1096	1147	1045	620	652	843	8008
<b>TOTAL DA COLUNA</b>	<b>3744</b>	<b>1929</b>	<b>4633</b>	<b>3503</b>	<b>4954</b>	<b>4039</b>	<b>2755</b>	<b>2829</b>	<b>3276</b>	<b>2958</b>	<b>34620</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do ~~Canivary~~ – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola - NSCTC

<b>POPULAÇÃO POR RELIGIÃO – Município de Muriaé - 1872</b>											
RELIGIÃO/ PARÓQUIA	SPM	NSDV	NSG	SFG	SLC	SSCA	SFAC	SFPBF	SSM	NSCTC	TOTAL
1. Acatólico	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3
2. Católicos	3744	1929	4633	3503	4951	4039	2755	2829	3276	2958	34617
<b>TOTAL DA COLUNA</b>	<b>3744</b>	<b>1929</b>	<b>4633</b>	<b>3503</b>	<b>4954</b>	<b>4039</b>	<b>2755</b>	<b>2829</b>	<b>3276</b>	<b>2958</b>	<b>34620</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do ~~Canivary~~ – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola - NSCTC

<b>POPULAÇÃO POR INSTRUÇÃO – Município de Muriaé - 1872</b>											
INSTRUÇÃO/ PARÓQUIA	SPM	NSDV	NSG	SFG	SLC	SSCA	SFAC	SFPBF	SSM	NSCTC	TOTAL
1. Analfabetos	3327	1712	4037	3096	4444	3484	2481	2467	2977	2738	30763
2. Sabem Ler e Escrever	417	217	596	407	510	555	274	362	299	220	3857
<b>TOTAL DA COLUNA</b>	<b>3744</b>	<b>1929</b>	<b>4633</b>	<b>3503</b>	<b>4954</b>	<b>4039</b>	<b>2755</b>	<b>2829</b>	<b>3276</b>	<b>2958</b>	<b>34620</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do ~~Canivary~~ – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola - NSCTC

POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA – Município de Muriaé - 1872											
DEFICIÊNCIA/ PARÓQUIA	SPM	NSDV	NSG	SFG	SLC	SSCA	SFAC	SFPBF	SSM	NSCTC	TOTAL
1. Aleijados	66	31	10	49	30	7	50	23	6	42	314
2. Alienados	1	0	1	5	1	0	2	1	0	1	12
3. Cegos	12	8	4	10	5	3	12	9	1	5	69
4. Dementes	6	6	6	9	3	2	5	4	1	2	44
5. Surdos-Mudos	3	2	2	10	8	0	11	4	2	11	53
<b>TOTAL DA COLUNA</b>	<b>88</b>	<b>47</b>	<b>23</b>	<b>83</b>	<b>47</b>	<b>12</b>	<b>80</b>	<b>41</b>	<b>10</b>	<b>61</b>	<b>492</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do ~~Canivary~~ – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola - NSCTC

POPULAÇÃO AUSENTE – Município de Muriaé – 1872											
PARÓQUIA	SPM	NSDV	NSG	SFG	SLC	SSCA	SFAC	SFPBF	SSM	NSCTC	TOTAL
Ausentes	27	17	8	30	16	16	21	16	17	9	177

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado e CEDEPLAR)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do ~~Canivary~~ – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola - NSCTC

POPULAÇÃO POR ESTADO CIVIL – Município de Muriaé - 1872											
ESTADO CIVIL/ PARÓQUIA	SPM	NSDV	NSG	SFG	SLC	SSCA	SFAC	SFPBF	SSM	NSCTC	TOTAL
1. Casado	1009	555	703	624	895	1267	473	886	705	628	7745
2. Solteiro	2628	1304	3655	2596	3766	2351	2091	1835	2408	2049	24683
3. Viúvo	107	70	275	283	293	421	191	108	163	281	2192
<b>TOTAL DA COLUNA</b>	<b>3744</b>	<b>1929</b>	<b>4633</b>	<b>3503</b>	<b>4954</b>	<b>4039</b>	<b>2755</b>	<b>2829</b>	<b>3276</b>	<b>2958</b>	<b>34620</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do ~~Canivary~~ – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do

<b>IMIGRANTES INTERNOS – Município de Muriaé - 1872</b>											
<b>ESTADOS/PAROQUIA</b>	<b>SPM</b>	<b>NSDV</b>	<b>NSG</b>	<b>SFG</b>	<b>SLC</b>	<b>SSCA</b>	<b>SFAC</b>	<b>SFPBF</b>	<b>SSM</b>	<b>NSCTC</b>	<b>TOTAL</b>
1. Alagoas	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
2. Amazonas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Bahia	4	1	0	0	0	1	0	0	10	0	16
4. Brasileiros adotivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. Ceará	3	0	0	0	0	2	0	0	0	0	5
6. Espírito Santo	2	1	0	0	0	2	0	0	0	0	5
7. Est. Naturalizados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8. Goyaz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9. Maranhão	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
10. Matto Grosso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11. Minas Geraes	3213	1885	4514	3387	4889	3659	2646	2778	3143	2893	33007
12. Pará	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13. Parahyba	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
14. Paraná	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15. Pernambuco	4	0	0	0	0	4	0	0	0	0	8
16. Piauí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17. Rio de Janeiro	328	6	0	0	0	244	0	7	7	0	592
18. R. Grande do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19. Rio Grande do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
20. S./Inf. de Origem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21. Santa Catharina	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
22. São Paulo	10	1	0	0	0	24	0	0	7	0	42
23. Sergipe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total da coluna</b>	<b>3570</b>	<b>1894</b>	<b>4514</b>	<b>3387</b>	<b>4889</b>	<b>3936</b>	<b>2646</b>	<b>2785</b>	<b>3170</b>	<b>2893</b>	<b>33684</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do Capivary – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola - NSCTC

Imigrantes externos

IMIGRANTES EXTERNOS – Município de Muriaé - 1872											
PAÍSES/PAROQUIA	SPM	NSDV	NSG	SFG	SLC	SSCA	SFAC	SFPBF	SSM	NSCTC	TOTAL
1. Africanos	10	7	0	0	1	3	0	0	0	0	21
2. Alemães	3	0	0	0	3	0	0	0	1	0	7
3. Argentinos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Austríacos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. Belgas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Bolivianos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7. Chineses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8. Dinamarqueses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9. Espanhóis	0	0	0	0	2	2	4	0	0	0	8
10. Estrang. S./ Inf.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11. Franceses	0	0	0	0	0	8	0	0	0	2	10
12. Gregos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13. Holandeses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14. Húngaros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15. Ingleses	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	3
16. Italianos	2	1	2	0	1	5	3	0	4	0	18
17. Japoneses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18. Mexicanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19. Norte-americanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20. Orientais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21. Paraguaio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22. Persas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23. Peruanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24. Portugueses	55	10	19	44	18	38	15	18	51	11	279
25. Russos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26. Suecos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27. Suiços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28. Turcos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DA COLUNA</b>	<b>71</b>	<b>18</b>	<b>21</b>	<b>44</b>	<b>25</b>	<b>57</b>	<b>22</b>	<b>19</b>	<b>56</b>	<b>13</b>	<b>346</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do ~~Carangola~~ – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola - NSCTC

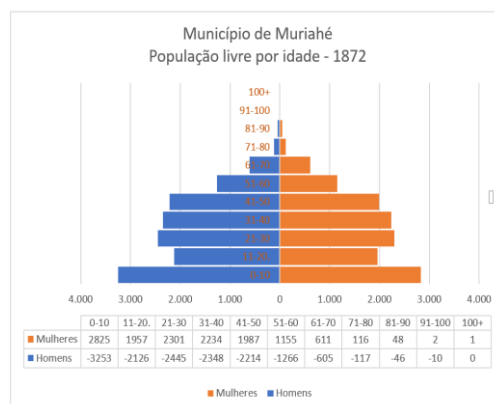
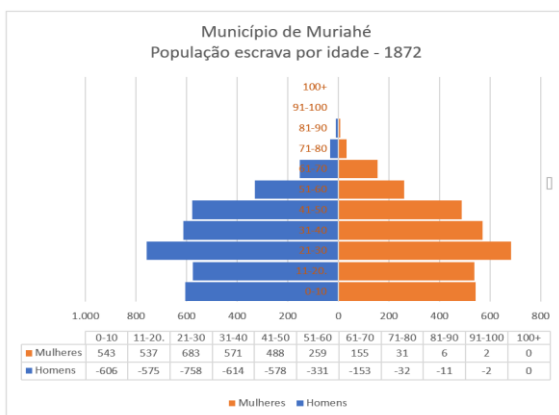
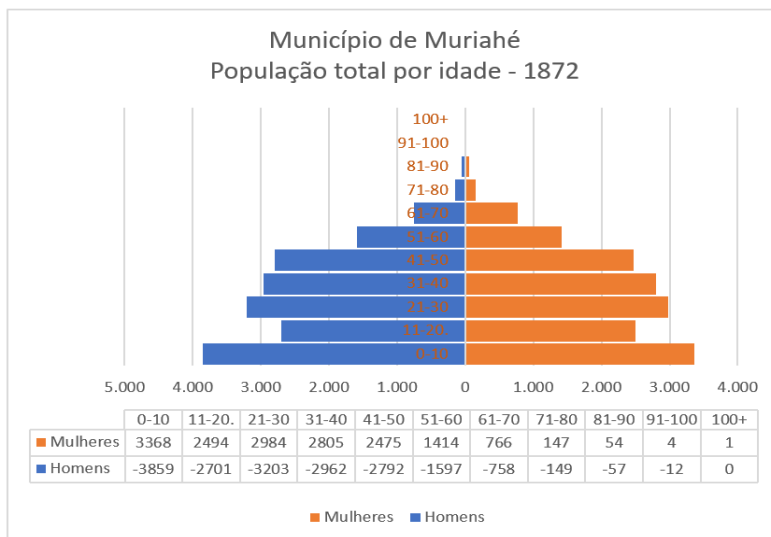
OCUPAÇÕES – Município de Muriaé - 1872												
SETOR	OCUPAÇÕES	SPM	NSDV	NSG	SFG	SLC	SSCA	SFAC	SFPBF	SSM	NSCTC	TOTAL
Outras ocupações	1. Capitalistas e proprietários	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	2. Criados e jornaleiros	33	20	560	342	372	370	233	305	296	463	2994
	3. Marítimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4. Militares	0	0	0	1	0	6	0	0	0	0	7
	5. Pescadores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6. S./ Inf.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7. Serviço doméstico	162	49	568	712	890	786	412	435	550	553	5117
Agricultura e pecuária	8. Criadores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	9. Lavradores	1402	862	1069	776	993	851	925	822	779	862	9341
Industriais e Comerciais	10. Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	15	7	39	9	55	15	18	9	13	8	188
	11. Manufatureiros e fabricantes	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Prof. Liberais	12. Advogados	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	13. Artistas	0	1	0	0	0	12	0	0	1	0	14
	14. Cirurgiões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	15. Empregados públicos	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0	4
	16. Farmacêuticos	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3
	17. Homens (relig. Regular)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	18. <del>Homens</del>	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	19. Médicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	20. Mulheres (relig. Regular)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	21. Notários e escrições	0	1	2	1	1	2	1	0	0	1	9
	22. Oficiais de justiça	0	1	1	1	0	1	0	2	0	0	6
	23. Parteiros	0	0	1	1	1	0	0	1	0	1	5
	24. Procuradores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	25. Professores e homens de letras	2	0	4	0	4	1	5	3	3	2	24
26. Seculares (religiosos)	1	1	0	1	1	10	1	1	1	1	18	
27. <del>canstros,</del> <del>caloteiros.</del>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Prof. Manuais e Mecânicos	mineiros e carvoeiros											
	28. Costureiras	221	35	421	192	453	345	218	0	231	193	2309
	29. de calçado	1	2	7	3	10	7	3	1	0	4	38
	30. de chapéus	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	31. de edificações	7	1	2	0	4	2	5	0	5	0	26
	32. de vestuários	3	2	6	4	5	7	6	0	4	1	38
	33. em couros e peles	0	0	1	2	4	2	4	0	2	0	15
	34. em madeiras	50	6	29	12	56	25	9	20	13	14	234
	35. em metais	4	1	4	3	8	10	2	3	6	9	50
36. em tecidos	10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	11	
37. em tinturaria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sem profissão	38. Sem profissão	1827	937	1919	1443	2096	1584	912	1225	1372	846	14161
TOTAL DA COLUNA		3744	1929	4633	3503	4954	4039	2755	2829	3276	2958	34620

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (Disponível em site do Senado)

LEGENDA: São Paulo do Muriaé – SPM; Nossa Senhora das Dores da Vitória – NSDV; Nossa Senhora da Glória – NSG; São Francisco do Glória – SFG; Santa Luzia do Carangola – SLC; São Sebastião da Cachoeira Alegre – SSCA; São Francisco de Assis do Capangola – SFAC; São Francisco de Paula de Boa Família – SFPBF; São Sebastião da Mata – SSM; Nossa Senhora da Conceição de Tombos do Carangola – NSCTC



Pirâmides etárias – Populações geral por faixa etária do município de Muriaé no censo de 1872



Fonte: Recenseamento geral do império de 1872

## ANEXO II

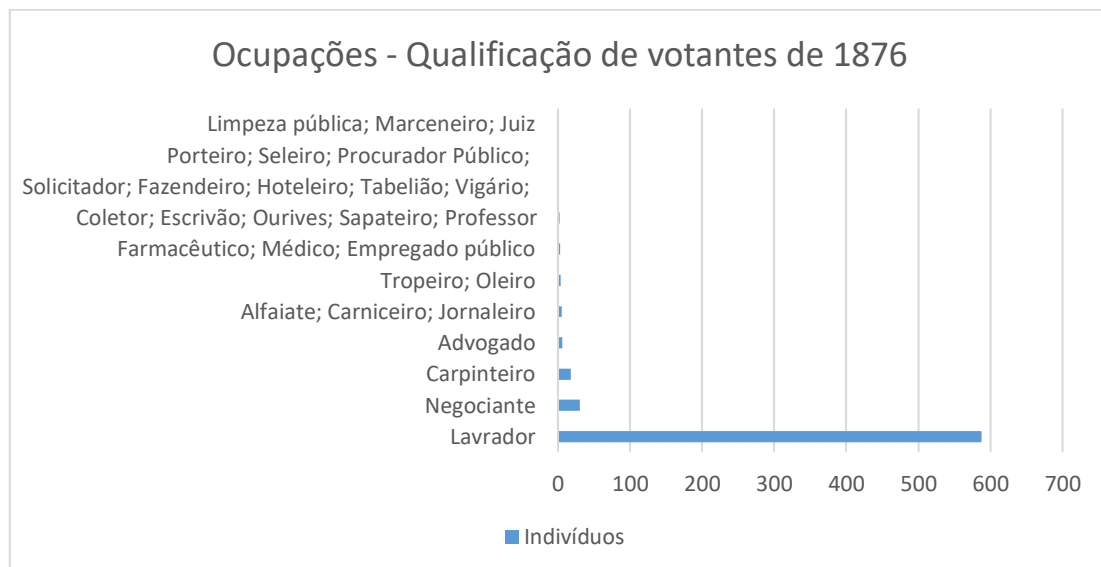
### PERFIS POPULACIONAIS - QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES 1876

#### ESTADO CIVIL DOS VOTANTES

ESTADO CIVIL	QUANTIDADE
Solteiro	106
Casado	574
Viúvo	47
Celibato	1
Ilegível	4
Total de votantes	732

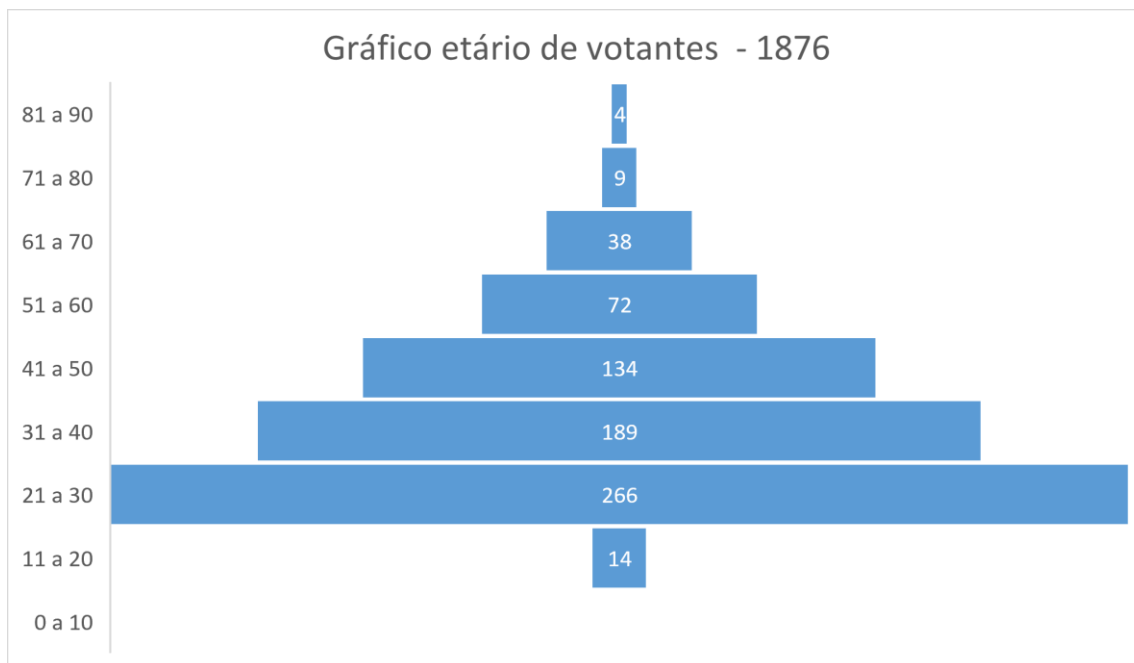
#### POPULAÇÃO VOTANTE POR GRAU DE INSTRUÇÃO

INSTRUÇÃO	INDIVÍDUOS
Alfabetizados	442
Analfabetos	260
Ilegível	30
Total de votantes	732



**OCUPAÇÕES - QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES DE 1876**

<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>INDIVÍDUOS</b>
Lavrador	588
Negociante	30
Carpinteiro	18
Advogado	6
Alfaiate	5
Carniceiro	5
Jornaleiro	5
Tropeiro	4
Oleiro	4
Farmacêutico	3
Médico	3
Empregado público	3
Coletor	2
Escrivão	2
Ourives	2
Sapateiro	2
Professor	2
Solicitador	1
Fazendeiro	1
Hoteleiro	1
Tabelião	1
Vigário	1
Porteiro	1
Seleiro	1
Procurador Público	1
Limpeza pública	1
Marceneiro	1
Juiz	1
Ilegível	37
<b>Total de votantes</b>	<b>732</b>



**TABELA ETÁRIA DE VOTANTES - 1876**

<b>Faixa etária</b>	<b>Indivíduos</b>
81 a 90	4
71 a 80	9
61 a 70	38
51 a 60	72
41 a 50	134
31 a 40	189
21 a 30	266
11 a 20	14
0 a 10	0
Ilegível	6
<b>Total de votantes</b>	<b>732</b>

### ANEXO III

#### Sistematizações e tabulações dos inventários post mortem

São Paulo do Muriahé

Perfil de escravaria

Gênero

1858-1868

Masculino		Feminino		Total	
Indivíduos	%	Indivíduos	%	Indivíduos	%
45	48,9	47	51,1	92	100

Fonte: Inventários post mortem – Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

São Paulo do Muriahé

Perfil de escravaria

Gênero

1878-1888

Masculino		Feminino		Total	
Indivíduos	%	Indivíduos	%	Indivíduos	%
51	51,5	48	48,5	99	100

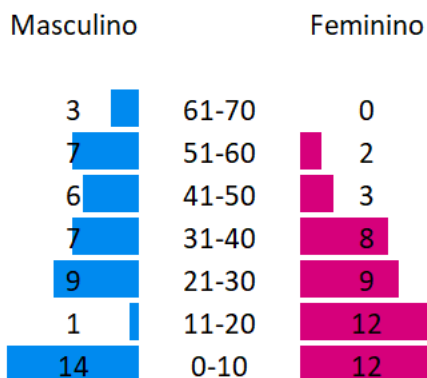
Fonte: Inventários post mortem – Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

### São Paulo do Muriaé

#### Perfil de escravaria

#### Pirâmide Etária

1858-1868



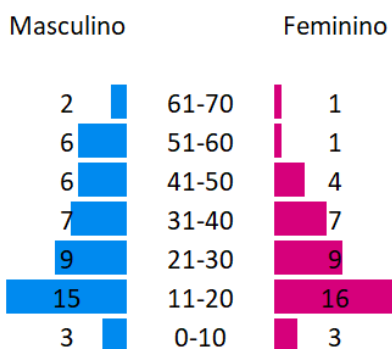
Fonte: Inventários post mortem - Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

### São Paulo do Muriaé

#### Perfil de escravaria

#### Pirâmide Etária

1878-1888



Fonte: Inventários post mortem - Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

São Paulo do Muriahé

Perfil de escravaria

Cor da pele

1858-1868

Cor	Indivíduos
Crioulo	41
Pardo	10
De nação	13
Cabra	5

Fonte: Inventários post mortem – Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

São Paulo do Muriahé

Perfil de escravaria

Cor da pele

1878-1888

Cor	Indivíduos
Crioulo	19
Pardo	9
De nação	1
Cabra	1
Preto	48
Africano	3
Brasileiro	4
Fula	4

Fonte: Inventários post mortem – Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

São Paulo do Muriaé

Perfil de escravaria

Profissão

1858-1868

Sem profissões declaradas nos inventários

Fonte: Inventários post mortem – Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

São Paulo do Muriaé

Perfil de escravaria

Profissão

1878-1888

2 cozinheiras

1 carpinteiro

1 Mucama

Fonte: Inventários post mortem – Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros



São Paulo do Muriaé

Perfil de escravaria

Estado Civil

1858-1868

6 casados – 3 casais

Fonte: Inventários post mortem – Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

São Paulo do Muriaé

Perfil de escravaria

Estado Civil

1878-1888

2 casados – 1 casal

Fonte: Inventários post mortem – Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros